

MESTRADO

POLÍTICAS SOCIAIS
E DINÂMICAS REGIONAIS

CRISTIANE DAMEDA

**ADOLESCÊNCIA E ATO INFRACIONAL: CARTOGRAFIA DE
PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO DE ADOLESCENTES EM MEDIDA DE
LIBERDADE ASSISTIDA**

Chapecó/SC, 2017.

UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ – Unochapecó
VICE REITORIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS E DINÂMICAS
REGIONAIS

Cristiane Dameda

Adolescência e ato infracional: cartografia de processos de subjetivação de
adolescentes em Medida de Liberdade Assistida

CHAPECÓ - SC, 2017

CRISTIANE DAMEDA

Adolescência e ato infracional: cartografia de processos de subjetivação de adolescentes em Medida de Liberdade Assistida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Unochapecó como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre.

Orientadora Profa. Dra. Irme Salete Bonamigo.

Chapecó-SC, abril 2017

Ficha catalográfica

D157a Dameda, Cristiane
Adolescência e ato infracional : cartografia de processos de
subjetivação de adolescentes em Medida de Liberdade Assistida /
Cristiane Dameda. 2017.
214 p. : il.

Orientadora: Profª. Drª. Irme Salete Bonamigo
Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas
Regionais) - Universidade Comunitária da Região de Chapecó, 2017
Inclui bibliografias

1. Adolescência. 2. Liberdade assistida. 3. Menores - Estatuto
legal, leis, etc. I. Bonamigo, Irme Salete. II. Título.

CDD 23 -- 364.36

Catálogo na fonte Bibliotecária Daniele Lopes CRB 14/989



UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ
Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Políticas Sociais e
Dinâmicas Regionais

ADOLESCÊNCIA E ATO INFRACIONAL: CARTOGRAFIA DE
PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO DE ADOLESCENTES EM MEDIDA
DE LIBERDADE ASSISTIDA

Cristiane Dameda

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do grau de
Mestre em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais
sendo aprovada em sua forma final.

Prof^a. Irme Salete Bonamigo Dra. em Psicologia Social
Orientadora

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Kátia Maheirie, Dra. em Psicologia Social

Prof. Edival Sebastião Teixeira, Dr. em Educação

Prof^a. Marcia Luiza Pit Dal Magro, Dra. em Psicologia

Chapecó, 10 de abril de 2017.

*Aos meninos e meninas em situação de ato infracional
que me produzem.*

*A todos e todas que desejam (re)pensar (pré)conceitos
e agenciar devires.*

REALIDADE

Desde cedo já fui percebendo
Qual era a do movimento
Dinheiro correndo muito
Gente se perdendo
E eu ali, meio ingênuo
Nem sabia qual era as fita
Só achava da hora as barca rebaixada raspando na pista
Se envolvendo como se não fosse nada,
Mas o instinto está no sangue,
É *I love you* quebrada
Mais uma vida sofrida que já perdeu a calma
Trampava e estudava, mesmo assim os vermes batia na minha cara
Tramando e estudando, quase tudo ao mesmo tempo
Se assim não tá bom, vou cair pro arrebento.
Não existe ordem e progresso,
Onde não se tem justiça
Mão armada do governo, máquina terrorista
Não importa o plaquê, o instinto tá no sangue
Boladão e revoltado no país dos governantes.
Um dinheiro a mais sempre é bom e eu não nego
E no lugar aonde eu moro, vem da onde que eu quero
E eu sempre espero que para mim sempre de boa
Pois só de saber da onde venho
Sou suspeito dessa porra.
Então se for assim vou cair matando,
Como diz o ditado: fique rico ou morra tentando
E eu vou negociando enquanto gira mais lucro
Seduzindo os moleques para tramar no meu mundo.[...]

(Pablo José Pacheco de Jesus¹, 2017)

¹ Pablo José é Pacheco um jovem que vive em um bairro vulnerável economicamente da cidade pesquisada e que em suas horas vagas produz reflexões, produz rima, produz o *RAP*. Mediante autorização de sua identidade, o trecho descrito acima foi criado por ele especialmente para compor esta dissertação, expondo despretensiosamente uma síntese da mesma.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer imensamente ao Cledir por abraçar comigo este sonho, por me ouvir, auxiliar e me fornecer a paz necessária para enfrentar momentos turbulentos, por compreender meus limites e por comemorar comigo a finalização de cada capítulo. É o meu porto seguro, não tenho palavras para agradecer.

Aos meus pais, Ilene e Gilberto, que sempre respeitaram as minhas escolhas e estiveram comigo me estendendo a mão para suportar as dores das renúncias do período de estudo. Ao meu irmão, João Lucas, que apesar da tenra idade foi amável nos meus momentos de estudo e muitas vezes sentou-se ao meu lado para fazer as suas leituras. Concluir o mestrado também se tornou sonho deles.

À orientadora Irme Bonamigo que, além de instigar as buscas, a escrita, diminuiu minhas ansiedades e apontou possibilidades nessa caminhada. Sou muito grata pelo conhecimento compartilhado, pela dedicação e contribuição com a minha formação; desde 2008 e sempre é uma grande inspiração.

De igual forma, quero agradecer aos demais professores do Programa pelos saberes divididos, principalmente à professora Márcia Pit Dal Magro que acompanhou toda minha trajetória acadêmica e agora mais este passo.

Às Instituições Unochapecó e Uniedu que me proporcionaram bolsa de estudo e possibilitaram a experiência de fazer mestrado.

E, ainda, aos meus tantos amigos que me ouviram, encorajaram-me na busca e também me chamaram para momentos de lazer, com um carinho especial ao meu amigo-irmão, Lucas, que, em meio a tantas ideias, anestesiou dias difíceis e produziu em mim algo bom e que agora, apesar de longe, nunca me deixou só. A minha amiga Ana, que ouviu todas as palavras e não hesitou em mostrar-se disponível. Ainda, condecoro as grandes amizades construídas neste processo de aprendizagem – “as sociais do mestrado”: Daniela, Andressa e Vanessa, pelas trocas e, acima de tudo, companheirismo.

Ao Pablo que, apesar de estar alheio a essa produção, foi desafiado e lançou sua rima para provocar, ao final desta etapa, mais reflexões. Às colegas de trabalho que incentivaram a busca pelo saber e se mostraram compreensivas e disponíveis.

Aos participantes da pesquisa, obrigada pelas histórias e também pelas angústias a mim reveladas, foram estas que permitiram e ensejaram a busca pelo saber e que, ao tornarem este caminho possível, deixaram um pouco de si em mim. E a tantos outros que estiveram comigo produzindo reflexões e este lugar de saber: meu muito obrigada.

RESUMO

Práticas pautadas na violência eram empregadas pelas políticas públicas e regulamentadas pelo Estado visando à prevenção da “marginalidade”. O Estatuto da Criança e do Adolescente se torna um marco para uma possível transformação do modelo punitivo para uma prática mais humanitária e educadora em relação ao autor de ato infracional, no entanto, há a possibilidade de redução da maioria penal de 18 para 16 anos (PEC 171/1993) – estes movimentos constituem-se como avanços e retrocessos e implicam no cotidiano do adolescente. Compreender o cenário sócio-histórico, econômico, político e cultural, suas diversidades e desigualdades significou perceber a existência de uma rede de atores (Teoria Ator-Rede) que contribuem para a “fabricação” do adolescente que se envolve em ato infracional. Tendo como objetivo analisar processos de subjetivação que se configuram no cumprimento de Medida de Liberdade Assistida (LA) por adolescentes, utilizou-se a cartografia que permitiu vivenciar e acompanhar processos de subjetivação. Os participantes desta pesquisa foram seis adolescentes em cumprimento de LA de dois Creas da Cidade X, bem como atores da rede onde estão vinculados: familiares (cinco), profissionais (cinco), legislações e demais documentos. Foram feitas observações participantes com registro em diário de campo e entrevistas semiestruturadas; também houve a realização de pesquisa documental em normativas e legislações referentes a esse público, bem como projetos e prontuários existentes. Analisou-se que cada adolescente pesquisado produz e é produzido pela rede em que se conecta, em um jogo de força que estabiliza e desestabiliza configurações e situações e provoca movimentos. Essa rede é composta, para além das políticas públicas, por família, amigos, maconha, tabaco e outros produtos tóxicos, pelo tráfico, armas, dinheiro, território de pertencimento, música e outros atores humanos e não humanos que os produzem enquanto sujeitos. A LA, em sua gênese, tem um caráter socializador, educador e de responsabilização do adolescente pelo ato, e para isso precisa considerar o momento de vida do adolescente assegurando alguns direitos, o que demanda a implicação de outras políticas públicas como Educação, Saúde, Trabalho, emprego e renda e, para além disso, mudanças na operacionalização das Medidas como a desburocratização para uma qualidade do serviço prestado. Emergiu também a possibilidade de compreender os modos de subjetivação daí decorrentes: vistos como perigosos, advindos de uma família desestruturada e, portanto, necessitados de correções, os adolescentes carregam sobre si olhares estigmatizantes e necessidades de se adequar a modos hegemônicos de ser. Por outro lado, reconhecem-se como sujeitos de direito, como pertencentes a um lugar, a um grupo. Assim, a LA aparece ora como uma estratégia de dominação, ora como uma possibilidade de serem ouvidos e de criar experiências heterogêneas que escapem processos de serialização. Destaca-se que é no desabrochar de um trabalho interdisciplinar que proporcione, por exemplo, projetos culturais e esportivos, que o processo criativo pode desabrochar e tornar-se um potencial para ampliação das experiências e inserção de novos elementos que farão emergir novas tramas na rede de produção destes adolescentes.

Palavras-chave: Adolescência; Ato infracional; Subjetividade; Cartografia.

ABSTRACT

Violence-based practices were employed by public policies and regulated by the State aiming the prevention of "marginality". The Statute of the Child and Adolescent becomes a milestone for a possible transformation of the punitive model to a more humane and educative practice in relation to the author of an infraction, however, there is a possibility of reducing the criminal age from 18 to 16 years (PEC 171/1993) - these movements constitute advances and setbacks and imply in the daily life of the adolescent. Comprehending the socio-historical, economic, political and cultural scenario, its diversities and inequalities meant perceiving the existence of a network of actors (actor-network theory) that contribute to the "fabrication" of adolescents involved in an infraction. With the objective of analyzing processes of subjectivation that are configured in compliance with the Measure of Assisted Freedom (LA) by adolescents, the cartography was used, which allowed to experience and follow processes of subjectivation. The participants of this research were six adolescents in compliance with LA of two Creas of Cidade X, as well as actors of the network where they are linked: family (five), professionals (five), legislations and other documents. Participant observations were made with field diary and semi-structured interviews; Documentation research was also carried out on regulations and legislation related to this public, as well as existing projects and records. It was analyzed that each researched adolescent produces and is produced by the network in which is connected, in a game of force that stabilizes and destabilizes configurations and situations and causes movements. This network is composed of trafficking, arms, money, territory of belonging, music and other human and non-human actors who produce them as subjects, in addition to public policies, family, friends, marijuana, tobacco and other drug products. LA, in its genesis, has a socializing, educating and accountability character of the adolescent by the act, and for this it needs to consider the moment of life of the adolescent assuring some rights, which demands the implication of other public policies like Education, Health, Labor, employment and income and, in addition, changes in the operationalization of the Measures such as debureaucratization for a quality of the service provided. It also emerged the possibility of understanding the modes of subjectivation that ensued: seen as dangerous, coming from a broken family and therefore in need of corrections, adolescents carry stigmatizing glances and needs to adapt to hegemonic ways of being. On the other hand, they recognize themselves as subjects of law, as belonging to a place, to a group. Thus LA appears sometimes as a strategy of domination, others as a possibility to be heard and to create heterogeneous experiences that escape serialization processes. It is emphasized that it is in the development of an interdisciplinary work that provides, for example, cultural and sporting projects that the creative process can unfold and become a potential for expansion of experiences and insertion of new elements that will emerge new plots in the network of production of these adolescents.

Keywords: Adolescence; Infraction act; Subjectivity; Cartography.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Sistema de Garantia de direitos.....	90
Figura 2 – Representação gráfica com ligações entre as políticas públicas.	92
Quadro 1 – Tipificação dos Serviços.....	94

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
MSE	Medida Socioeducativa
Creas	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
Sinase	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
FECOV	Fórum de Estudos e Combate à Violência
NESVI	Núcleo de Estudos sobre Violência
Consegs	Conselhos Comunitários de Segurança
TAR	Teoria Ator-Rede
LA	Liberdade Assistida
PSC	Prestação de Serviços à Comunidade
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
Unochapecó	Universidade Comunitária da Região de Chapecó
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
CMDCA	Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente
AVC	Acidente Vascular Cerebral.
CAPS i	Centro de Atenção Psicossocial
GDH	Grupo de Desenvolvimento Humano
CIEE	Centro de Integração Empresa-Escola
SINE	Sistema Nacional de Emprego
RAP	Rhythm and Poetry (ritmo e poesia).
RG	Registro Geral
CPF	Cadastro de Pessoa Física
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
CRP	Conselho Regional de Psicologia
CUFA	Central Única das Favelas
SIM	Sistema de Informações sobre Mortalidade
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Conjuve	Conselho Nacional da Juventude
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
Conanda	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
SGD	Sistema de Garantia de Direitos
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
PNAS	Política de Assistência Social
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
LAC	Programa de Liberdade Assistida Comunitária
PAMEN	Pastoral do Menor
CSF	Centros de Saúde da família
IFSC	Instituto Federal de Santa Catarina
IGP	Instituto Geral de Perícias
EJA	Ensino de Jovens e Adultos
NAI	Núcleo de Atendimento Integrado

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 PERCURSO METODOLÓGICO	20
3 NEM BONS, NEM MAUS: OS SUJEITOS DA PESQUISA COMO SERES POTENTES42	
3.1 Descrição dos sujeitos: fragmentos de histórias	44
3.1.2 Algumas conjunções do cenário	56
4 ADOLESCÊNCIA E ATO INFRACIONAL.....	59
4.1 Desnaturalizando conceitos	60
4.2 Processos de subjetivação	64
5 HISTÓRIAS, CENÁRIOS E POLÍTICAS: AVANÇOS E RETROCESSOS NA BUSCA POR DIREITOS	75
5.1 Cenários críticos	75
5.2 Caminhos históricos percorridos	80
5.2.1 Políticas Sociais: tentativas de garantia de direitos?	81
5.2.2 Contextualizando o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto do Jovem na garantia de direitos	86
5.2.3 O Sinase.....	89
5.2.4 A Política de Assistência Social	93
5.2.4.1 A Liberdade Assistida: Medida de remissão e proteção?.....	102
6. A REDE FORMALIZADA DE SERVIÇOS: UMA ANÁLISE PARTIR DA TAR	117
7. A FAMÍLIA COMO UM ATOR DA REDE	130
7.1 As famílias e suas histórias	130
7.2 As Famílias e a Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida	143
8 AS DROGAS COMO UM ATOR DA REDE	161
8.1 O tráfico como uma prática transversal	183
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	192
10 REFERÊNCIAS	196
11 APÊNDICES	207

1 INTRODUÇÃO

“Menores” eram assim chamados os adolescentes pobres, considerados perigosos pois advinham de um lugar de vício e ociosidade e, portanto, vistos como um potencial para condutas de “risco” (COIMBRA, 2003; ZAMORA, 2008). Descreve Coimbra (2003) que em 1927 cria-se o Código de Menores como uma legislação para controlar e punir este jovem considerado perigoso e afastá-lo do convívio familiar, sob a premissa de que enclausurado evitaria relações viciosas e seria disciplinado e normatizado para o trabalho. Esperava-se como resultado a prevenção da marginalidade e a construção de uma suposta dignidade – esta era considerada uma medida de “proteção” adotada pelo Estado. As práticas adotadas pelas políticas públicas em relação ao adolescente em situação de ato infracional² eram pautadas na força, na violência física e efetivadas na apreensão do sujeito em meio fechado.

Autores como Coimbra (2003) e Zamora (2008) analisam que o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA - (BRASIL, 1990) tornou-se o marco de uma possível transformação do modelo punitivo para uma prática mais humanitária e educadora em relação ao ato infracional. Com o Estatuto os ditos “menores”, crianças e adolescentes passaram ser considerados como sujeitos de direitos, independentemente da classe social, igualando-os perante a Lei. Para isso, definiu-se que adolescentes são pessoas de 12 a 18 anos de idade incompletos, sendo considerada jovem a faixa etária dos 15 aos 29 anos. As categorias juventude e adolescência implicam significados que remetem a noções diferenciadas: a primeira refere-se a uma noção de preparação para a vida, enquanto adolescência se apresenta como mudanças corpóreas, de experimentação e de quebra das regras³.

A Cidade X⁴ está localizada no sul do Brasil e possui, de acordo com o último Censo (IBGE, 2010), aproximadamente 190.000 habitantes, dos quais 91% residem na área urbana do município. Destes, em torno de 54.000 são jovens de 15 a 29 anos, representando um percentual de 29% do total da população. Importante salientar que os números foram arredondados para garantir o sigilo prezado referente aos participantes da pesquisa.

² Inicialmente tratava-se de um “delinquente”, após com o Código de Menores, a terminologia utilizada foi “menor infrator”, com o rompimento do modelo da doutrina irregular houve a mudança na nomenclatura para “adolescente infrator” e como pode ser visto no decorrer do texto dissertativo, utilizou-se o termo “adolescente em situação de ato infracional”, uma vez que a prática cotidiana mostra que nem sempre aquele adolescente é o autor da infração pela qual responde. Não se trata de eufemismos, mas de uma possibilidade de diminuir, em nível micropolítico, os preconceitos que essas palavras carregam.

³ A discussão sobre juventude a adolescência será aprofundada posteriormente, no capítulo 4.

⁴ O nome da cidade foi suprimido para proteger minimamente a identidade das pessoas que fizeram parte deste estudo. Para fins de especificação foi nomeada como “Cidade X”.

De acordo com Plano de Medidas Socioeducativas da Cidade X (CIDADE X, 2015), em 2013 e 2014 o município tinha aproximadamente 28.000 habitantes entre 12 a 21 anos (IBGE, 2010), e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) único na época, por meio do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) em meio aberto, atendeu nesse período de referência 392 adolescentes em situação de ato infracional, o que correspondeu acerca de 1% do total dos jovens residentes no município. Vale ressaltar que os dados do Censo são de 2010 e estima-se que o município tenha aumentado em 10,68% sua população e, considerando que os dados sobre os atos infracionais são mais atuais (2013), há de se pensar que os percentuais de ato infracional podem ser ainda menores (CIDADE X, 2015).

Ao analisar o número de adolescentes que estão em situação de ato infracional em comparação com o número de jovens residentes no município, pode-se dizer que é um índice relativamente baixo. Entretanto, Paiva e Oliveira (2015) sustentam que as concepções tradicionalistas e enviesadas sobre a perpetuação da violência, somadas ao sensacionalismo midiático, abordam a ideia construída historicamente de que a juventude é naturalmente violenta e cria-se discursos de que a única maneira de superar o fenômeno da violência é com práticas punitivas e com o encarceramento dos adolescentes. De acordo com o ECA (BRASIL, 1990), Art. 122, a criança ou adolescente em situação de ato infracional está destinada a medidas socioeducativas, que necessariamente devem ser aplicadas em meio aberto, sendo a internação só aplicada em casos de extrema gravidade.

Mesmo com legislações mais avançadas, como o Estatuto, o ideário do reformatório e da punição continuaram no íntimo dos Serviços Públicos e da população em geral. Diante dessas constatações, em janeiro de 2012 foi instituído pela Lei Federal 12.594/2012 (BRASIL, 2012) o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), que propõe diretrizes para um novo ordenamento das instituições para receber adolescentes em medida socioeducativa, estabelecendo compromissos com os direitos humanos, bem como a interssetorialidade como metodologia básica de ações para com esse público.

Bonamigo et al. (2011) descrevem que, em Cidade X, desde a década de 1990 vê-se a emergência de movimentos articulando uma rede de atores que buscam compreender as práticas violentas e/ou se contrapor a elas – tema este que se tornou uma das principais preocupações dos moradores. Emergiram desde aí, de acordo com os autores, movimentos da sociedade civil para debates como o Fórum Municipal pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil, criado em 1998; o Fórum de Estudos e Combate à Violência de 2000, o Fórum Permanente pela Paz articulado com a Campanha da Fraternidade Ecumênica de

2005. Também neste período, surgiram grupos de estudo e pesquisas vinculados à universidade, como o Núcleo de Estudos sobre Violência (NESVI) constituído em 1999; o Grupo de Estudos e Pesquisa de Gênero Fogueira, criado em 2000, ambos da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó).

Nesse momento histórico, o Estado também manifestou-se criando dispositivos de controle, como: o aumento do policiamento e a criação de programas para o incremento do policiamento (o Programa Tolerância Zero e o Programa Segurança Máxima; a Polícia Comunitária), bem como a constituição de Conselhos Comunitários de Segurança (Consegs). A presença desses coletivos, segundo Bonamigo et al. (2011), alimenta o debate sobre violências, direitos humanos e segurança pública, e possibilita a reivindicação e avaliação das políticas sociais.

Além disso, no cotidiano da cidade, comentários corriqueiros, notícias diárias nos meios de comunicação e a mobilização de pessoas e órgãos do governo demonstram nitidamente um sentimento de insegurança experienciado pela população. Tais aspectos acima descritos expressam brevemente a importância da temática de pesquisa “adolescente em situação de ato infracional e as medidas socioeducativas” para a realidade local; tanto quanto pensar na interface destas com as políticas públicas.

Deleuze e Guattari (1995) sustentam que a subjetividade é produzida por um emaranhado de relações humanas e não humanas que, em sua fabricação, estão agregadas em forma de rizoma⁵. Portanto, trata-se de uma produção mutável de um sujeito provisório, de acordo com o contexto onde vive. Utilizando-se destas noções de produção de subjetividade de Guattari e Deleuze, trilhou-se caminhos compreendendo que o adolescente em situação de ato infracional não o é em essência, mas um sujeito que tem sua subjetividade produzida por um contexto político, histórico e social múltiplo, pela mídia e outros equipamentos coletivos que estão interconectados em um rizoma. Deste modo, as políticas públicas também são vistas como produtoras de subjetividades, ao mesmo passo que tais modos de ser e de pensar implicam na implementação, fomentação e transformações de políticas públicas.

Tendo as Medidas socioeducativas em meio aberto como meu espaço diário de trabalho e gerador de angústias pessoais, surgiu um demasiado interesse em realizar uma pesquisa nessa área, compreendendo essas como produtoras de sujeitos e o Serviço de Proteção Social

⁵ Rizoma é um termo advindo da botânica que representa tipos de extensões subterrâneas de alguns caules, como a grama por exemplo. Em analogia, Deleuze e Guattari (1995, p. 5) fazem uso desse termo para referir-se a um sistema aberto no qual não há a ideia de uma essência ou uma raiz que sirva de pivô para novas construções, mas de linhas que se se rompem, interconectam e se multiplicam com outras, não tendo um início nem fim, mas um meio capaz de ramificar-se horizontalmente, sem uma direção clara e definida.

a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa como lugar de novas possibilidades para adolescentes em situação de ato infracional. Este cenário e as análises descritas contribuíram para a configuração do problema de pesquisa que direcionou o presente estudo: em que consistem os processos de subjetivação de adolescentes em medida de Liberdade Assistida?

Para guiar o curso do pensamento algumas questões foram formuladas: Quais as políticas públicas estão envolvidas no atendimento dos adolescentes em Medida socioeducativa de Liberdade Assistida? Que rede de atores foi tecida pelo adolescente em medida socioeducativa de Liberdade Assistida? Que subjetividades estão sendo produzidas e/ou fortalecidas com a medida de Liberdade Assistida?

Com esses questionamentos delineou-se o objetivo geral: Analisar processos de subjetivação que se configuram no cumprimento de medida de Liberdade Assistida por adolescentes. Este foi desdobrado nos seguintes objetivos específicos: 1) Mapear a rede de políticas públicas envolvidas no atendimento de adolescentes em medida socioeducativa de Liberdade Assistida. 2) Identificar a rede de atores composta pelos adolescentes em medida socioeducativa de Liberdade Assistida. 3) Examinar as subjetividades produzidas e/ou fortalecidas pelas medidas socioeducativas de Liberdade Assistida, tanto hegemônicas, quanto os processos de singularização.

Compreender o cenário sócio-histórico, econômico, político e cultural, suas diversidades e desigualdades, as quais provocam as vulnerabilidades⁶, é perceber a existência de uma rede de atores que contribuem para a fabricação do adolescente em situação de ato infracional, podendo, além disso, identificar como é ser um adolescente em medida socioeducativa, que sentimentos emergem, como esse adolescente se reconhece diante da medida que lhe foi aplicada, que elementos sociais se mantêm, apesar da passagem pelo sistema, entre outros aspectos.

Desse modo, considera-se de grande valia compreender a complexidade que envolve o ato infracional e o cumprimento de medidas socioeducativas para a vida dos adolescentes em situação de ato infracional, mais especificamente os modos de subjetivação daí decorrentes, tendo como base os escritos de Guattari (1992).

⁶ Esta categoria carece de alguns cuidados em seu uso. Para Abramovay et al (2002, p. 30), a vulnerabilidade social “traduz a situação em que o conjunto de características, recursos e habilidades inerentes a um dado grupo social se revelam insuficientes, inadequados ou difíceis para lidar com o sistema de oportunidades oferecido pela sociedade, [...]”, estando esse conceito, segundo os autores, vinculado com a mobilidade social, uma vez que a possibilidade desses indivíduos de se movimentarem tanto num plano estrutural quanto subjetivo para alcançar uma mudança, é restrita.

A fim de estabelecer um olhar desestigmatizante e ampliado, buscou-se, a partir de uma noção de rede, pensar para a produção de sujeitos em medida socioeducativa, tendo como base a Teoria Ator-Rede (TAR), que compreende que rede é composta por um conjunto de fenômenos heterogêneos: atores humanos e não humanos que estão constantemente ligados a elementos materiais e imateriais⁷.

Ainda, mapear a rede políticas públicas envolvidas no atendimento de adolescentes em medida socioeducativa abre possibilidade para refletir sobre os nós da rede, a qual é entendida como elos ou ligações que produzem encontros; e pensar na elaboração de políticas públicas e implementação e aprimoramento das já existentes para o atendimento desses adolescentes.

Zamora (2008) aborda que há necessidade de um entendimento do problema, e não discussões sob a égide da punição, a qual é ineficaz. Estuda-se perfis e tendências, mas não as potencialidades dos sujeitos e novas soluções. Ainda, a autora descreve que a própria literatura vincula a pobreza com a periculosidade e violência, olhando apenas para a condição estrutural desses adolescentes, partindo da visibilidade promovida pelos dispositivos midiáticos: o que precisa ser observado é o acesso de oportunidades, às políticas públicas como preventivas para o ato infracional.

Como profissional, situo-me no permeio deste espaço de atendimento de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, com um papel de promover o exercício da cidadania ao adolescente em situação de ato infracional, de fortalecer seus laços e relações sociais, de proporcionar espaços inclusão e novas possibilidades de vida, o que gera – diante dos discursos da população e dos consequentes entraves encontrados na atuação – estados de angústias e inquietações que me movem à busca de conhecimento acerca dessa problemática.

Apesar desse lugar que me permite o contato semanal com adolescentes em medida socioeducativa e que dá uma abertura para a avaliação das práticas – consequentemente uma análise de implicação –, é preciso mencionar que a escrita está em sua maioria posta numa linguagem impessoal, quebrada por vezes pela linguagem na primeira pessoa do singular, quando são narradas vivências e situações que se referem a mim. Trata-se de uma adaptação possibilitada pelo método que foi utilizado neste estudo, afinal, revelar as implicações e vivências relacionadas à produção da pesquisa e ao tema da pesquisa são condições para a cartografia (a qual será explorada no próximo capítulo). Esse foi o modo que encontrei para o fluir de uma escrita que no seu fazer precisa ser leve e que conjuga a linguagem impessoal

⁷ A TAR será discutida de maneira mais ampliada no capítulo 2, item 2.1.1.

exigida pela escrita científica com a linguagem implicada da cartografia, em um novo percurso de aprendizagem. Concerne destacar que em exíguos momentos o fluxo da escrita intimou o emprego de verbos e pronomes na primeira pessoa do singular – sigo travando lutas particulares ou até tentando quebrar normas. “Escreve-se sempre para dar vida, para libertar a vida lá onde ela está aprisionada, para traçar linhas de fuga. Para isto, é preciso que a linguagem não seja um sistema homogêneo, mas um desequilíbrio, sempre heterogêneo”. (DELEUZE, 1991, p.82).

Por perceber no atual cenário brasileiro a luta das mulheres por igualdade, respeito e autonomia, é que de imediato se faz necessário pontuar as questões de gênero imbricadas neste trabalho. Por isso quando citar “os entrevistados”, “os adolescentes”, deve-se evidentemente compreender que nesse termo incluem-se as mulheres e as meninas participantes do estudo.

* * *

Esta dissertação está estruturada da seguinte maneira: inicialmente são expostos o percurso e os procedimentos metodológicos utilizados no estudo. No capítulo 3 são abordadas brevemente as histórias de vida dos adolescentes e o ato infracional. Após, no capítulo 4 são discutidas as noções de adolescência e juventude, bem como uma análise acerca dos processos de subjetivação. No capítulo seguinte são abordados informações, dados e análises sobre o cenário nacional e municipal também ao que se refere às políticas públicas – avanços e retrocessos, incluindo algumas compreensões sobre a realidade municipal. Já no capítulo 6 amplia-se para uma discussão das políticas públicas como um ator e uma rede, analisando a partir da Teoria Ator-Rede. No capítulo 7 a vinculação com a família, e no último capítulo são abordadas as drogas como um dos atores da rede sociotécnica tecida pelos adolescentes. Ainda, apresentam-se algumas Considerações finais e por fim as Referências e os Apêndices.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

“Eu quero desaprender para aprender de novo. Raspar as tintas com que me pintaram. Desencaixotar emoções, recuperar sentidos.” (Rubem Alves, 2004).

Formar-se psicóloga e agora? Os primeiros trabalhos em municípios de pequeno porte⁸ foi onde iniciaram as perguntas sobre medidas socioeducativas, afinal portava um diploma e cabiam a mim algumas respostas, ou talvez mais perguntas, mas não era assim que eu compreendia. Leituras, trocas com colegas, quase um jogo de adivinhações – apesar de o SINASE estar disponível para consultas. Inseguranças, construções, desconstruções e o novo local de trabalho: psicóloga de uma das Equipes de Medidas Socioeducativas de um município de grande porte e um mestrado para me desafiar. Estar de permeio neste lugar despertou o desejo de conhecer mais a temática e ir além do que era conhecido – assim a pesquisa em questão foi sendo construída.

Pesquisar pressupõe um desejo, a busca pelo saber, daí não emergem (in)verdades, mas olhares que são direcionados de acordo com quem pesquisa. Nas palavras de Fonseca, Nascimento e Maraschin (2012) o ato de pesquisar está nos

[...] instantes quaisquer, nos espaços quaisquer, para extrair das banalidades e do ordinário que se passa, buscamos algo que nos force a pensar, não apenas algo que nos leve a reconhecer aquilo que já se tornou evidente. Buscamos vidência e não evidências. Buscamos tatear os virtuais contidos em nosso presente atual, como em um espelho partido –, para afirmar que toda a imagem é bifacial, atual e virtual –, associada ao curso de um tempo que ultrapassa o efetivado, que é desmedido em suas infinitas potências de se proliferar para além das representações, dos clichês e daquilo que já nos é familiar. Buscamos, na produção de conhecimentos, afirmar outros possíveis, outros mundos coalescentes a esse nosso atual presente. (FONSECA; NASCIMENTO; MARASCHIN, 2012, p. 8).

É nessa perspectiva que Miranda e Mourão (2016) afirmam que a pesquisa se forma *no entre* (pesquisador – adolescentes – contextos), um entre composto por práticas discursivas e não discursivas não estabelecendo uma totalidade fechada. Para tanto, pesquisar é colocar em evidência alguns dos “entrecruzamentos” que emergiram numa dimensão processual.

O que comumente muitas metodologias chamam de “dados coletados” e “resultados encontrados” é construído nessa relação heterogênea, isto “significa admitir que é com base no encontro, na análise da tessitura da pesquisa, que o pesquisador e o campo advêm”. (MIRANDA; MOURÃO, 2016, p. 164).

⁸ De acordo com dados populacionais do IBGE (2010), municípios de Pequeno Porte 1: até 20.000 habitantes e Município de Grande Porte: de 100.001 até 900.000 habitantes.

Com esses pressupostos, para além do óbvio, na busca do “entre” (das legislações – as práticas), sob orientações coerentes e cuidadosas eticamente, alguns objetivos foram delineados, conforme apresentados na introdução desta dissertação. Devido à possibilidade de acompanhamento dos sujeitos de pesquisa e por já conhecer minimamente alguns contextos, a cartografia se apresentou como um método de pesquisa coerente e potencializador. Por compreender que o conhecimento é processual, o presente estudo também conecta-se com a cartografia como estratégia de investigação que propõe um modo de pensar em um processo dinâmico que permite vivenciar a realidade e estabelece um olhar para as trajetórias e produções.

Além do método da cartografia, a Teoria Ator-rede (TAR) com suas noções e pressupostos também potencializou o estudo, pois permitiu conceber as políticas públicas como redes de atores e o adolescente como ator de uma rede extensa, na qual tanto ele produz a rede quanto a rede o produz. Dessa forma, serão discutidos a seguir os fundamentos teórico-metodológicos da Teoria Ator-Rede e da Cartografia, fazendo aproximações entre a noção de rede da TAR a noção de rizoma de Deleuze e Guattari.

2.1 Fundamentos Teórico-Metodológicos

2.1.1 Teoria Ator-Rede: uma abordagem teórica e metodológica

Parente (2013) destaca que esta é a época da vivência do simultâneo, da justaposição e que as relações estão emaranhadas ou tramadas em rede, posto que quanto mais complexos os fenômenos mais demandam um pensamento em rede a fim de compreender os múltiplos fatores que nele intervêm.

Destarte, “Pensar em rede não é apenas pensar na rede, que ainda remete à ideia de social ou à ideia de sistema, mas é, sobretudo, pensar a comunicação como lugar da inovação e do acontecimento, daquilo que escapa ao pensamento da representação.” (PARENTE, 2013, p. 49).

Uma concepção mais contemporânea de rede anuncia, conforme Parente (2013) e Bonamigo (2007), um novo paradigma ligado a uma compreensão de relações, contrário a um pensamento das essências. Para os autores, usar da figura da rede é fundamental para compreender as transformações sociais que estão ocorrendo, não somente sobre a emergência das novas tecnologias de comunicação e do ciberespaço, mas sim a rede como uma forma de produção de mundos e de subjetividades.

Toda sociedade produz equipamentos ou máquinas de modelização da subjetividade: máquinas iniciáticas, retóricas, afetivas, embutidas nas instituições (religiosas, militares, corporativas, financeiras), nas tecnologias (língua, escrita, livro, computador) e nos dispositivos (câmera escura, panóptico, televisão, realidade virtual.). (PARENTE, 2013, p. 95).

Para o autor, a subjetividade é engendrada, produzida pelas redes e campos de forças sociais. Kastrup (2013) destaca que o conceito de rede é oriundo da topografia, não focalizando em medidas como largura, altura, profundidade – da área da geometria –; seu elemento constitutivo é o nó que possibilita a rede crescer em todas as direções. “Pode-se aumentá-la ou diminuí-la sem que se perca suas características de rede, pois ela não é definida por sua forma, por seus limites externos, mas por suas conexões [...]” (KASTRUP, 2013, p. 80).

Sob a ótica da teoria Ator-Rede (TAR), proposta por Latour (2006), a rede é composta por um conjunto de fenômenos heterogêneos que estão em interação e formam conexões sem limites externos. Law (1992) sustenta que essa heterogeneidade é constituída de diferentes materiais humanos e não-humanos agenciados. Latour (2012) descreve que os materiais não humanos precisam ser considerados atores e não meras projeções simbólicas, uma vez que as redes se formam a partir de ramificações de elementos híbridos. “Isso reside no núcleo da Teoria Ator-Rede, e é uma forma de sugerir que a sociedade, as organizações, os agentes, e as máquinas, são todos *efeitos* gerados em redes de certos padrões de diversos materiais, não apenas humanos.” (LAW, 1992, p. 2).

Emergida no campo de estudos da ciência e tecnologia, a Teoria Ator-rede ressalta as materialidades que estão imbricadas na realidade, para além do fator humano e social; e “essas redes são compostas não apenas por pessoas, mas também por máquinas, animais, textos, dinheiro, arquiteturas – enfim quaisquer materiais.” (LAW, 1992, p. 3), considerados agentes transformadores que produzem algum efeito na rede e a tornam ramificada. A rede, portanto, é definida por suas ligações ou elos, também reconhecidos como “nós” que se constituem dos encontros, esses se dão pelos atores, conforme já descrito.

A noção de rede pode ser aproximada à noção de rizoma de Deleuze e Guattari (1995), quando sustentam que não se trata de uma linha de articulação, ou uma unidade principal que irá delinear movimentos secundários na formação de uma rede. Isso seria excluir uma compreensão de multiplicidade e pensar apenas em relações biunívocas, presas numa estrutura que cresce e se “bifurca” e “prolifera”. Cabe pensar em rizoma, ou seja, qualquer ponto pode ser conectado a outro, a diversos discursos, atores, contextos heterogêneos, sustentando a inexistência de uma unidade-pivô. “Um rizoma não cessaria de conectar cadeias

semióticas, organizações de poder, ocorrência que remete às artes, às ciências; às lutas sociais.” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 5).

Ainda, salientam os autores que os agenciamentos são esse crescimento das dimensões que mudam de direção à medida que aumentam as conexões. “[...] não existem pontos ou posições num rizoma como se encontra numa estrutura, numa árvore, numa raiz. Existem somente linhas [...]” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 5), as quais são planas e ocupam todas as dimensões, definindo-se pela linha de fuga ou de desterritorialização. Segundo os autores, tais linhas se expandem e ganham consistência à medida que se reconectam/agenciam, movendo-se na construção de novas articulações ou outros registros. O rizoma aparece como condição indeterminada, refutando a causalidade.

Ao definir essa compreensão rizomática, Deleuze e Guattari (1995) expõem que um rizoma é flexível, pode ser quebrado em qualquer lugar, bem como tem a possibilidade de retomar as linhas rompidas, assim se desterritorializa e se reterritorializa como processos de ramificação. Pode “fazê-la variar até produzir a linha mais abstrata e a mais tortuosa, com ‘n’ dimensões, com direções rompidas” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 7). Nesse sentido, as linhas se desconectam e perfazem outra conexão em rumo ao novo, ao devir, como linhas de fuga que se romperam e se encontram, produzindo outro significado. Kastrup (2013) denomina o rizoma como princípio da ruptura a-significante que responde pela tensão entre o movimento de criação e de fuga que dissolve as formas e dá à organização da rede também um caráter temporário.

Todo rizoma compreende linhas de segmentaridade segundo as quais ele é estratificado, territorializado, organizado, significado, atribuído, etc., mas compreende também linhas de desterritorialização pelas quais ele foge sem parar. Há ruptura no rizoma cada vez que linhas segmentares explodem numa linha de fuga, mas a linha de fuga faz parte do rizoma. Estas linhas não param de se remeter umas às outras. É por isto que não se pode contar com um dualismo ou uma dicotomia, nem mesmo sob forma rudimentar do bom e do mal. Faz-se uma ruptura, traça-se de uma linha de fuga, mas corre-se sempre o risco de reencontrar nela organizações que reestratificam o conjunto, formações que dão novamente o poder a um significante, atribuições que reconstituem um sujeito [...]. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 6).

Nessa perspectiva, pode-se, segundo os autores, pensar-se na figura do decalque que remete para as estabilizações temporárias, ou seja, instantes em que os movimentos do rizoma tomam uma determinada forma, antes de prosseguir novamente ao movimento.

Law (1992) destaca que a rede também ganha consistência pelo fato de que alguns materiais são mais duráveis que outros, o que garante padrões relacionais por mais tempo e um ordenamento da rede. Além deste ordenamento no tempo, o autor descreve sobre o

ordenamento no espaço como mobilidade. Trata-se de formas de agir a distância, em que centros e periferias se formam e também são efeitos de controle, de vigilância, de processos de comunicação contidos numa rede.

Tais escritos corroboram com Latour (2013) quando afirma que entre o centro e a periferia está a informação que possibilita uma interação para que a ação a distância sobre ela seja mais eficaz.

A informação não é um signo, e sim uma *relação* estabelecida entre dois lugares, o primeiro, que se torna uma periferia, e o segundo, que se torna um *centro*, sob a condição de que entre os dois circule um *veículo* que denominamos muitas vezes forma, mas que, para insistir em seu aspecto material, eu chamo de *inscrição*. (LATOUR, 2013, p. 40).

Dessa maneira, verifica-se que a informação não é uma forma e sim é “o ‘carregar’, em inscrições cada vez mais móveis e cada vez mais fiéis, de um maior número de matérias” (LATOUR, 2013, p. 42). Para o autor, este movimento de informações de um centro para uma periferia, e contrariamente, estabelece uma relação que vai permitir concentrar um número cada vez maior de inscrições e o acumular conhecimentos para após colocá-los em circulação na rede novamente – são os nós da rede, local de passagem obrigatória, denominados de centros de cálculo.

As inscrições, de acordo com o autor, referem-se à transformação de uma materialidade em um signo, isto é, as inscrições são formas de reter informações, de registrar práticas e relações, entre outros aspectos, os quais se transformam em fatos passíveis de serem mensurados e sistematizados. A inscrição permite manter uma ligação com o fato, mesmo que distante dele. Pode-se citar como exemplo de inscrição as estatísticas que registram as práticas de infração de adolescentes.

Latour (2004) sustenta que as inscrições que circulam, e chegam aos centros de cálculo, mobilizam a rede, que precisa ser entendida como composta por engendramentos instáveis, provisórios e com demasiadas interconexões que se implicam e independem de sua proximidade-distância. Assim, a rede/rizoma não tem um início e não tem um fim, nem se refere a um sistema hierárquico, centrado, é um mapa em movimento que se produz sempre se modificando, descrevem Deleuze e Guattari (1995). É a relação estabelecida entre humanos e não humanos – com o mundo, com a política, com a natureza, com os equipamentos – vislumbrando devires. Dessa maneira compreende-se a produção da subjetividade como rizomática, ou seja, não começa nem conclui: se encontra sempre no “entre” – inter-ser, descrevem os autores. “Não somos mais nós mesmos. Cada um reconhecerá os seus. Fomos ajudados, aspirados, multiplicados.” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 2).

Nas palavras de Parente (2013, p. 95), “Quando falamos e pensamos, nossas falas e pensamentos já não exprimem uma essência que neles se exterioriza: eles são como colagens que apenas indicam os padrões das redes que nossas articulações tecem.” Entende-se que a rede se funda na multiplicidade, isto é, não há uma rede, mas várias que se interligam de maneira heterogênea e por elementos heterogêneos, contendo várias vias de acesso, sem que uma se torne principal.

Bonamigo (2007) propõe usar a noção de rede na concepção e operacionalização de políticas públicas. No caso do atendimento de crianças e adolescentes, a noção permite estabelecer conexões entre pessoas, leis, programas, estabelecimentos, entre outros. Para a realização de um trabalho em rede, é necessário que as conexões sejam estabelecidas entre os atores e, para tal, os atores precisam ser mobilizados, transformando os interesses individuais em comuns por meio de novas interpretações; processo definido como tradução.

Ainda, a autora aborda a existência de alguns atores-chaves que, com base em Murdoch (1994), são aqueles que têm certo poder no sentido de interpretar/traduzir os interesses dos demais, representando e envolvendo outros atores na rede. Com base na TAR, entende-se que o poder é composto e distribuído na rede e em alguns momentos passa a ser proporcionado ou delegado pelos atores aos atores-chave. Trata-se de um poder que se difere de poder hierarquizado que mantém posições: é um poder que circula, organiza, centrando-se nos elementos ou entidades para operacionalizar práticas, nesse caso o atendimento dos adolescentes em situação de ato infracional.

Nesse sentido, o ato infracional pode ser concebido como efeito de um processo e não como causa, configurado por ações de diferentes atores que constroem e reconstroem práticas e discursos pautados na cultura, no ambiente, na historicidade entre outros aspectos – há uma rede de fatores e eventos para o seu desencadeamento e por isso precisa ser entendido como uma produção.

Não se trata de eximir a responsabilidade deste adolescente, mas compreender a rede de atores envolvida nesse processo. Aliando dispositivos como a mídia é que se pode refutar ideias deterministas e culpabilizantes e abrir novas possibilidades de ações para esse público. Portanto, não é possível referir-se aos adolescentes em situação de ato infracional

Sem esclarecermos quem são esses jovens, sem mudarmos as ideias e sentimentos mais negativos sobre eles; sem produzirmos outro discurso, que possa se contrapor ao discurso disseminado; existe uma enorme possibilidade que nossos melhores esforços permaneçam letra morta. Iniciativas concretas devem ser prioridade para a produção de uma cultura de paz e direitos humanos. Defendemos a produção de uma ‘contra-informação’, contrária à manipulação dominante, que conjugue dados históricos e atuais, veiculados em campanhas, *shows*, discussões e debates;

utilizando amplamente a mídia, em forma de campanha de esclarecimento [...]. (RIZZINI; ZAMORA, KLEIN, 2008, p. 14).

Conforme já abordado, além do humano, os equipamentos, os dispositivos tecnológicos, a mídia, as legislações e outros objetos são atores imbricados na “fabricação” do adolescente em situação de ato infracional. Tais fatores também definem a subjetividade desse ser, o qual se redefine de acordo com as mudanças que a rede produziu e produz.

Latour (2006) aponta, a partir da TAR, que não é somente o entendimento da rede, ou a descrição dessa rede que permite uma compreensão ampliada, mas é preciso permitir que os atores se expressem e a partir daí uma rede será delineada. Para a descrição da rede tecida, é preciso estar atento para descrever o que emerge e como emerge; o pesquisador precisa estar atento ao movimento, ao fluxo e às mudanças.

Nesse sentido, a TAR refere-se a um método que não dispõe de ferramentas prontas para serem aplicadas, pois à medida que os envolvidos atuam, podem mudar o curso da busca, ou mesmo os objetivos. “Isto é o que ‘ator’ significa.” (LATOURE, 2006, p. 340).

Ao sustentar que um ator é uma rede de padrões de relações heterogêneas ou mesmo um efeito de tal rede, Law (1992) descreve que as redes também constituem um ator, um objeto, uma organização, são peças que se mantêm unidas e formam um ator na rede. Deste modo,

[...] pensar, agir, escrever, amar, ganhar dinheiro – todos atributos que nós normalmente atribuímos aos seres humanos, são produzidos em redes que passam através do corpo e se ramificam tanto para dentro e como para além dele. Daí o termo ator-rede – um ator é também, e sempre, uma rede. (LAW, 1992, p. 5).

Cabe ressaltar que pensar as redes não se trata de uma questão teórica e sim empírica: os acontecimentos podem ser transformados em dados. Latour (2012) sustenta que o lema da TAR não é in-formação, mas trans-formação. Interpretar não faz parte da teoria e sim acompanhar, vivenciar, voltar-se para o objeto de pesquisa e descrever. Uma boa descrição dispensa explicações e volta-se ao objeto empírico, inclusive as entidades invisíveis também deixam pistas de como agem e permitem uma descrição.

Entrevistas, sondagens, o que seja - nós vamos, nós ouvimos, nós aprendemos, nós praticamos, nós nos tornamos competentes, nós mudamos nossa visão. De fato é bem simples: é chamado de trabalho de campo. Bons trabalhos de campo sempre produzem muitas novas descrições... (LATOURE, 2006, p. 343).

Estar atento ao estado concreto das coisas é a maneira de encontrar a narrativa adequada que transmita a situação pesquisada e que, portanto, não necessite de explicações, caso necessitar não será uma boa descrição, descreve o autor: “[...] se você tem que adicionar um

ator, então a rede não está completa, e, seus atores reunidos não têm energia suficiente para agir, então eles não são ‘atores’, e sim meros intermediários.” (LATOUR, 2006, p. 344).

O olhar de quem quer compreender precisa estar apurado para identificar enunciados importantes e, dessa maneira, evitar interpretações. É o retorno ao objeto, teoriza Latour (2006); para alcançar a objetividade é preciso movimentar-se de um lugar para o outro, de um ponto de vista para outro, assim o novo emergirá. Sustenta ele que essa descrição será uma “trans-formação” ou uma tradução do que ocorre. A relação estabelecida produzirá ensinamentos, reflexividade e possíveis mudanças no contexto social. Portanto não se trata de o pesquisador produzir respostas, o movimento é contrário: os atores que o ensinam e aprendem no processo.

Importante salientar que, para Law (1992), nenhum agente que compõe a rede se torna completo e autônomo, uma vez que a rede é composta por uma série de elementos agenciados e ordenados. À medida que faz novas ligações, redefine-se e se transforma, deslocando ou modificando interesses – esse processo é denominado de tradução. Nessa perspectiva, o autor sustenta que a robustez da rede é garantida pela capacidade de tradução, isto é, quando antecipa as reações dos materiais que irão ser traduzidos.

Os centros de tradução, numa tentativa de controlar a distância alguns comportamentos e acontecimentos, promovem uma ordenação e estabilização de elementos, os quais produzem vários efeitos, mas não alteram suas características no lugar onde atuam, bem como superam a resistência que os desintegraria.

Todos fenômenos são o efeito ou o produto de redes heterogêneas. Mas na prática nós não lidamos com essas intermináveis ramificações. Na verdade, na maior parte do tempo, nós nem mesmo estamos em posição de detectar as complexidades da rede. O que ocorre é o seguinte. Sempre que uma rede age como um único bloco, então ela desaparece, sendo substituída pela própria ação e pelo autor, aparentemente único desta ação. (LAW, 1992, p. 6).

Esta redução faz com que, muitas vezes, a rede passe despercebida e estes efeitos simplificadores, que são nomeados por Law (1992) como pontualizações, possam definir maneiras de atuação sem se envolver com complexidades intermináveis, mas por outro lado, pode resultar em uma rede falha. Assim, para o autor, a pontualização é sempre precária.

Cabe especificar que a TAR não se refere a uma moldura, ou estrutura, mas possibilita descrever enunciados da maneira como surgem, seguindo ligações feitas pelos informantes, afirma Latour (2006). Logo, estabelecer um espaço para que adolescentes em situação de ato infracional se expressem, falem de suas relações, de suas redes, é uma possibilidade de identificar os atores envolvidos para o cumprimento medida socioeducativa de Liberdade

Assistida, inclusive as políticas públicas de atendimento e para, além disso, examinar as subjetividades produzidas ou fortalecidas com essa Medida. Importante ressaltar novamente que as próprias políticas públicas são dispositivos de produção de subjetividades e precisam ser acompanhadas e observadas como atores-chaves na rede.

2.1.2 Cartografia

Barros e Kastrup (2010) referem que a cisão entre sujeito e objeto de estudo não é mais sinônimo de validade científica, uma vez que se passou a considerar a relação pesquisador-pesquisado profícua para a produção de conhecimento e mais: à medida em que o pesquisador se insere em um contexto, ele e sua pesquisa são estímulos para transformações.

A cartografia é um modo de pesquisa-intervenção, que tem como objetivo maior a desnaturalização das práticas, dos conceitos, dos olhares recusando a individualização e a psicologização dos conflitos. Não objetiva primariamente a mudança, mas a tem por consequência do estabelecimento de uma outra relação entre sujeito e objeto do conhecimento. A pesquisa-intervenção nega a neutralidade e objetividade do pesquisador, enfatizando a análise de implicação deste. Assim, “[...] as estratégias de intervenção terão como alvo a rede de poder e o jogo de interesses que se fazem presentes no campo da investigação, colocando em análise os efeitos das práticas no cotidiano institucional, desconstruindo territórios e facultando a criação de novas práticas.” (ROCHA, 2003, p. 71).

Proposta por Deleuze e Guattari, a cartografia é um método que tem como objetivo o estudo das subjetividades e a complexidade que a envolve, ela pretende “[...] desenhar a rede de forças à qual o objeto ou fenômeno em questão se encontra conectado, dando conta das suas modulações e de seu movimento permanente.” (BARROS, KASTRUP, 2010, p. 57). Portanto, a cartografia possibilitou vivenciar e acompanhar os processos que produzem as subjetividades, distanciando-se da noção de neutralidade e da representação de objetos de estudo. Ainda, possui como método um caráter de resistência à homogeneização de sujeitos, o que permitiu olhar para as singularidades, para os heterogêneos.

Marcar atendimentos, esperar o adolescente e/ou a família chegar, recebê-los de maneira cordial e respeitosa é uma prática corriqueira. Todavia, acolher e estabelecer um olhar particularizado, compreendendo que o profissional também é parte e produz intervenções pelo fato de escutar e ainda olhar para aquele sujeito como alguém que construirá o encontro e elementos para um estudo é, de longe, desassossegado. Inicialmente o que se espera são dados objetivos, quando o que emerge são histórias que naquele momento

fizeram sentido. Ouvir, perguntar, inquirir para que falem mais, dar algumas devolutivas no intuito de produzir reflexões, foi um processo de pesquisa-intervenção.

Nesse sentido, a cartografia “[...] é sempre uma pesquisa-intervenção com direção participativa e inclusiva, pois potencializa saberes até então excluídos, garante a legitimidade e a importância da perspectiva do objeto e seu poder de recalcitrância.” (KASTRUP; PASSOS, 2013, p. 266).

Kastrup e Passos (2013) e Romagnoli (2009) destacam o conhecimento como um processo de construção coletiva, garantindo o caráter participativo dos atores e protagonismo. “A cartografia é um método de investigação que não busca desvelar o que já estaria dado como natureza ou realidade preexistente. Partimos do pressuposto de que o ato de conhecer é criador da realidade [...]”. (KASTRUP; PASSOS, 2013, p. 264). Para os autores, conhecer é intervir e ter um compromisso ético e político com a realidade, conhecer é também participar do processo de construção desta realidade – em um mesmo movimento.

Uma das noções centrais da cartografia é a processualidade, que para Barros e Kastrup (2010) consiste em entender o que está em curso e, por isso, uma pesquisa se inicia pelo meio, compreendendo aspectos históricos, sociais, políticos que envolvem a temática; portanto, assemelha-se ao ato de caminhar: um passo não se finda para começar outro; na pesquisa cartográfica cada momento traz consigo o próximo. Entender que o conhecimento e os fenômenos investigados são processuais indica, segundo Kastrup e Passos (2013), o acesso a um plano comum entre sujeito e objeto e esse plano é a construção da realidade comum e heterogênea. Comum no sentido de diferente, heterogêneo e não totalizável, mas lugar de todos, de construção coletiva. Para tanto, o cartógrafo abre sua atenção para o plano de forças existentes no lugar, no território ou nas subjetividades a serem pesquisadas, o que exige do pesquisador habitar esse lugar, torná-lo familiar e acompanhar os processos.

Tal plano é dito comum não por ser homogêneo ou por reunir atores (sujeitos e objetos; humanos e não humanos) que manteriam entre si relações de identidade, mas porque opera comunicação entre singularidades heterogêneas, num plano que é pré-individual e coletivo. (KASTRUP; PASSOS, 2013, p. 265).

O homogêneo refere-se à uniformização dos modos de vida, dos discursos emergidos pelos dispositivos midiáticos, já o universal, descrevem Kastrup e Passos (2013, p. 267), é o conduzido pelo hábito e o regulador que também tem o papel de “[...] adormecer a resistência, espalhando-se e impondo-se como algo natural, parecendo desnecessário buscar sua pertinência e mesmo sua legitimidade.”

A estratégia de pesquisa, permitiu acessar o plano comum que articula diferentes sujeitos, objetos e instituições, conecta e agencia a diversidade e assim fez emergir uma realidade. Na cartografia o coletivo é visto para além das suas formas hegemônicas de organização e comunicação, defendem Kastrup e Passos (2013), e faz uso da noção de transversalidade com a qual “[...] não é mais possível ou necessária a fixação de fronteiras separando saberes e atores, onde se inclui a dimensão do “fora” das organizações ou formas instituídas, onde se atravessam diferentes semióticas (significantes e não significantes), onde o grupo experimenta sua dimensão de coletivo.” (KASTRUP; PASSOS, 2013, p. 266).

Entende-se que é ir além da dicotomização das disciplinas por área do saber, ou ainda, da divisão dos participantes entre pesquisador e pesquisado; é perpassar pelo cotidiano produzindo pela transversalização o comum, o tornar-se parte do pesquisado. Isso é a base para se fazer pesquisa, tendo em vista a complexidade da realidade investigada.

Nesse sentido, há de se pensar que a um ato infracional se sobrepõe uma medida socioeducativa e, a partir dessa, emergem serviços, práticas, novos e velhos conceitos, preconceitos, comunidades estigmatizadas e conseqüentemente uma produção de sujeitos. A cartografia foi uma maneira de conhecer esses modos de produção, estar junto deles e buscar por meio de uma sensibilidade, não a essência, nem a transcendência, mas a imanência, composta de fluxos em constante mutação e engendramento.

2.1.3 Técnicas e instrumentos no método cartográfico

2.1.3.1 Entrevistas e observações

Se o objetivo principal da cartografia é a pesquisa da experiência, a entrevista emergiu como um instrumento que permite a função cartográfica, de modo a acompanhar “[...] o movimento e, mais especificamente, os instantes de ruptura, os momentos de mudança presentes nas falas.” (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2013, p. 300).

Analisa os autores que não há uma entrevista especificamente cartográfica, porém, há procedimentos diferenciados para a sua construção e condução, como uma espécie de “plano” para o acesso à experiência, isto é, um de “manejo cartográfico da entrevista” (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2013, p. 301). Entende-se “a entrevista como ferramenta eficaz na construção e acesso ao plano compartilhado da experiência” (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2013, p. 300). Assim, os autores destacam que a entrevista na cartografia não visa à coleta de informações fixas, pré-existentes, ou ainda, ao conteúdo das experiências e à representação

que os entrevistados fazem; mas sim ao acompanhamento de processos, inclusive tem um caráter interventivo, provocando mudanças nos envolvidos.

Nesses moldes, a entrevista não dicotomiza as histórias das reflexões que o sujeito tem sobre suas vivências. É daquilo que se denomina experiência pré-refletida ou ontológica que a processualidade e o coletivo de forças fazem emergir os conteúdos.

Portanto,

[...] se a entrevista na cartografia inclui trocas de informação ou acesso à experiência vivida, é importante ressaltar que esta não é sua única direção. A cartografia requer que a escuta e o olhar se ampliem, sigam para além do puro conteúdo da experiência vivida, do vivido da experiência relatado na entrevista, e incluam seu aspecto genético, a dimensão processual da experiência, apreendida em suas variações. (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2013, p. 301).

Sustentam Tedesco, Sade e Caliman (2013) que a entrevista precisa funcionar como diálogo, mas para que seja de fato um procedimento de acesso à experiência em toda sua extensão, a linguagem é essencial, uma vez que a “[...] entrevista intervém na experiência do dizer. São os efeitos dessa experiência compartilhada, produzida e ostentada na prática linguageira da conversa em curso na entrevista, que a cartografia elege como seu objeto.” (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2013, p. 304).

Por já estarem em atendimento nos CREAS e o contato já ser de proximidade com a maioria dos adolescentes participantes do estudo, o desenvolver da entrevista foi sereno enquanto pesquisadora. Entretanto a experiência com os profissionais foi diferente, inicialmente se procedeu com um encontro especificamente, em meio às tarefas de trabalho, para a realização da entrevista; visto que estava ali perguntando uma colega de trabalho, tais fatores fizeram, em alguns momentos, transparecer uma exigência maior aos entrevistados, impedindo inclusive de ressaltar algumas opiniões sobre o modo de operacionalização do Serviço, e nessas circunstâncias alguns conteúdos emergiram em detrimento de outros. Ao ouvir as entrevistas, foi possível perceber que muitas repetiam suas falas inclusive na busca de justificar o que haviam dito.

Tedesco, Sade e Caliman (2013), salientam que o pesquisador precisa estar atento à convergência entre o conteúdo e a expressão do entrevistado. Cabe apontar que nas entrevistas as falas emergiram com os afetos, imbricadas com as emoções e com as intensidades da experiência vivida. De maneira mais exemplificada, um familiar chorou muito ao falar de si; um adolescente pediu para interromper a entrevista, pois não queria falar sobre um determinado assunto, entre outros aspectos.

Assim, o foco está não está somente no conteúdo, mas também na experiência externa ao dizer: são componentes extralinguísticos como expressões faciais, corporais, entonação,

ritmo, as pausas, produzidos durante o ato de relatar, isto é, acolhendo outros fatores que produzem sentido àquela experiência; “Falas contagiadas de surpresa, desconcerto ou espanto indicam momentos em que a experiência se apresenta mais intensamente.” (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2013, p. 306). Portanto, a observação também possibilitou a abertura para o devir.

Destaca-se que se o conteúdo e a expressão – planos da linguagem – forem polarizados, a escuta será exclusivamente das informações e não do que também está sendo dito quando o sujeito não fala, descrevem os autores.

Extraem-se informações no formato de relato ao prescindir dos modos de dizer, ou seja, dos ruídos, das imprecisões, que caracterizam a variação do dizer. Do mesmo modo, os índices de expressão perderão sua qualidade intensiva caso sejam coletados através de protocolos fixos que os generalizam e assim os apartam da experiência em curso na entrevista, transformando-os em dados informacionais. (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2013, p. 307).

Ainda, o diálogo estabelecido entre entrevistador e entrevistado assumiu um aspecto de intervenção, uma vez que para os autores não haja um relato preexistente e seja um momento de acesso e construção da experiência, pois, a entrevista é produtora de realidades e modula o processo de dizer. Importante ressaltar que à medida que se entrevistava com uma fala o entrevistado continuava com seu relato e construía um fluxo das suas histórias – numa espécie de potencialização do dizer. Destaca-se que o “desafio a ser continuamente trabalhado é o redirecionamento ininterrupto das falas para que a vivacidade da linguagem seja privilegiada, alimentada, garantida por perguntas e comentários que estimulem a plena circularidade das forças entre os dois planos da linguagem.” (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2013, p. 307).

As intervenções do entrevistador, nessa perspectiva, podem contribuir para a abertura e movimento de questões ou fechamento delas, deste modo, a condução é essencial, evitando perguntas diretivas, pois reforçam uma racionalização como forma de alcançar uma intenção; ao contrário, devem preferir perguntas do tipo “como?” e “e então?”, que permitem fazer o relato fluir, sugerem Tedesco, Sade e Caliman (2013).

As autoras salientam ainda que o discurso é construído por uma polifonia de vozes, ou seja, são compostos pelos discursos de outrem e se misturam; nenhum sujeito é sozinho gerador de um discurso límpido, original: este é advindo de múltiplas vozes na construção de um devir. O manejo não opera “em direção à coleta de respostas individualizadas, mas sim para a abertura à experiência polifônica do processo do dizer, à invenção de novos sentidos, inflexão fundamental do manejo cartográfico da entrevista.” (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2013, p. 316).

Uma condução flexível e aberta permitiu aos entrevistados falarem longamente sobre o assunto, conforme descrevem os autores, tomando-se de um movimento rizomático. Todavia, às vezes, é necessário um mínimo de diretividade para se chegar a um saber até então não acessado, isto é, encontra-se resistências que necessitam serem dissolvidas para promover a potência de criação e, portanto, novas formações subjetivas.

O manejo cartográfico visa a, portanto, por meio do redirecionamento ininterrupto das falas, de relances, perguntas e comentários, alimentar e privilegiar a vivacidade da linguagem. A entrevista deve intervir na abertura ao caráter intensivo da experiência do processo do dizer em curso, resistindo aos discursos unificadores e totalizantes. Ao fazer uso de entrevistas, interessa à cartografia promover o acesso ao plano coletivo de forças e sua indeterminação, a pluralidade de vozes na experiência compartilhada do dizer. (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2013, p. 316-317).

Para tanto, a entrevista foi utilizada como técnica fundamental nesta pesquisa, as quais foram realizadas com seis adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida atendidos nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) do município (Apêndice I). Importante especificar que o campo de pesquisa abrangeu os dois Creas existentes na cidade estudada, os quais fazem parte do nível especializado de atenção e que compreende como um de seus serviços o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

Por meio de equipes interdisciplinares, tal Serviço estabelece um compromisso com os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e suas famílias, as quais também foram sujeitos de pesquisa, participando de entrevistas (conforme tópicos-guia em Apêndice II) e, quando possível, com conversas informais de acompanhamento familiar.

Ainda, foram entrevistados trabalhadores da Política de Assistência Social, desde cargos de gestão até Agente dos Creas que possuíam experiência com o Serviço de Medidas (Apêndice III).

Para caracterizar os profissionais entrevistados, revela-se que são mulheres de 29 a 38 anos, atuantes por um período de 5 a 7 anos na Política de Assistência Social do município e que atualmente desempenham a função técnica ou de gestão. Possuem graduação concluída entre os anos de 2003 a 2010 em áreas humanas e/ou jurídicas e todas mencionam ter concluído pós-graduações específicas para a atual área de atuação. Considerou-se que as histórias pessoais, incluindo trajetórias no campo das políticas públicas não se fizeram necessárias para o propósito delineado neste estudo.

Importante salientar que estas serão nomeadas no estudo como “Entrevistada 1”, “Entrevistada 2” e assim sucessivamente – uma maneira didática adotada para evitar que características sejam identificadas e a identidade exposta.

Tem-se, portanto, três grupos de sujeitos e cabe especificar que foram acompanhados e entrevistados seis adolescentes, cinco familiares (apesar de terem sido atendidos no Serviço, os familiares de Yasmin disseram não ser responsáveis e não saber responder às questões e por isso não participaram da entrevista, salienta-se que quem a acompanhou por mais tempo foi o avô que faleceu em setembro de 2016) e entrevistados cinco trabalhadores. Mais informações acerca dos adolescentes e familiares participantes são tratadas no capítulo 3.

Autorizada por escrito pelo participante ou pela família (no caso de sujeitos menores de 18 anos), as entrevistas foram gravadas para posterior transcrição e análise das informações. A pesquisa foi aprovada e decorreu dentro dos padrões éticos avaliados pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Unochapecó.

No encontro delineado como primeiro da pesquisa, os sujeitos foram convidados para participar e previamente esclarecidos acerca dos procedimentos, em concordância assinaram o Termo de uso de voz como autorização para gravar as entrevistas (Apêndice V) e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE, Apêndice VI e VII), válido pela Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde que autoriza pesquisas com seres humanos.

Importante salientar que a cartografia abre a possibilidade de o caminho ser traçado no percurso a partir de seus próprios movimentos e da experiência, estabelece conexões de redes e identifica pistas ou os processos que estão ocorrendo. Isto significa que os participantes escolhidos, o número de entrevistas realizadas, os encontros ocorreram de acordo com as circunstâncias, cenários e eventualidades – a partir da vivência. O contato com Linda e Pimpa, por exemplo, foram menos frequentes; apesar de sempre se mostrarem dispostos a conversar, eram acompanhados por outra Equipe de Medidas da qual não faço parte, o que de certa forma restringiu os encontros. Flor-de-Liz, Yasmin, James e Gui já era atendidos e havia um vínculo constituído entre nós, o que facilitou o contato e consequentemente a emergência das interconexões que os produzem.

Além da entrevista, a observação participante também possibilitou a compreensão de determinada realidade por meio da experiência. Para Aguiar e Lima (2012, p. 161) “observar é, igualmente, perceber, olhar atentamente, chamar a atenção para algo ou ainda cumprir regras e expressar julgamento. Inevitabilidade de recorrer ao olhar.”, assim a observação participante permite integrar e vivenciar a realidade social. As visitas domiciliares, por

exemplo, possibilitaram conhecer minimamente a realidade dos adolescentes e suas famílias. Conversas ao balcão de bar, de rodas de chimarrão a rodas de fumo de maconha (eu não estava ali para fazer julgamentos, nem para dizer o que era mais saudável): ali me foram possibilitados alguns encontros. Ora bem recebida, ora não atendida ao bater na porta, ora impedida de acessar a rua devido ao assassinato ocorrido na noite anterior (Diário de Campo, jul., 2016). Essas foram vivências que permitiram uma abertura àquelas vozes e que me implicaram em ser produtora de outras subjetividades, de outros encontros, assim como potencializadora de novas experiências àqueles adolescentes e, por outro lado, de compreender o porquê de algumas condutas tão solidárias e também tão extremistas, o porquê da reificação das drogas, entre tantos outros aspectos.

Salienta-se também que quinzenalmente os adolescentes em cumprimento de medida de Liberdade Assistida são reunidos em grupo para a discussão de alguma temática ou outras atividades e este espaço grupal foi utilizado para efetuar observações. Estar de permeio no campo de pesquisa como profissional do Serviço facilitou o acesso aos adolescentes, e participar cotidianamente de atendimentos é uma possibilidade de abrir-se ainda mais para os acontecimentos, para as pessoas e se colocar no plano da alteridade.

A principal ferramenta de trabalho da observação é o chamado diário de campo, esse é um caderno de notas, onde o observador descreve acontecimentos e impressões pessoais. Barros e Kastrup (2010) descrevem que o diário de campo é um instrumento para reunir um conhecimento fragmentado, é como uma memória material do vivido. Trata-se ainda, de uma maneira que possibilita estabelecer um olhar diferente para situações engessadas no cotidiano.

Os primeiros escritos desta pesquisa iniciaram ainda em 2015, antes da definição dos objetivos, denominados como “semanais de campo” (isto é, relatos de acontecimentos da semana no cotidiano de trabalho). O primeiro diário de campo inicia assim:

Hoje dia 13 de abril de 2015, meu primeiro dia de trabalho na Cidade X. Fui encaminhada ao Creas e apresentada às equipes de trabalho pela gerência de média complexidade da Secretaria de Assistência Social. Após fui alocada junto a equipe de Medidas Socioeducativas que conta com Psicóloga, Assistente social, Pedagoga e Advogada. [...]Durante a semana fiz visitas a duas entidades, em um dos locais, a coordenadora passou a falar sobre a realidade dos adolescentes em medida, que na sua maioria estão inseridos com pessoas extremamente ligadas ao tráfico e fala de uma suposta “maestria” em cometer delitos. “Adolescentes que são ótimos observadores, sabem vigiar, que ganham mensalmente com drogas, furtos o dobro de um profissional com ensino superior na área social” disse ela. Relata sobre uma situação em que vai solicitar ao Creas a retirada de uma adolescente em PSC do seu local uma vez que ela alicia as demais para a prostituição e está articulando com estas meninas assaltos e outros delitos. Assim acredita que o distanciamento pode evitar maiores problemas, bem como poderá no programa garantir a integridade de outros adolescentes. (Diário de campo, abr. 2015).

Esse registro aponta para a dinâmica de inserção no Creas I, iniciando com o manuseio de documentos enviados ao judiciário, como ofícios e relatórios sobre o andamento das medidas socioeducativas; de instrumentos elaborados pela própria equipe para controle destas medidas e encaminhamentos aos serviços de outras políticas públicas; do cuidado criterioso a ser tomado na verificação dos números dos processos judiciais (autos) e para as respostas à promotoria ou juiz, pois em sua maioria os adolescentes possuem mais que uma medida para cumprir e é preciso atentar-se sobre qual Medida se está referindo. Todavia, para além disso, conota uma ideia da realidade que eu estava sendo inserida: de dificuldades, de faltas, de preconceitos, de incompreensão por parte de outros profissionais sobre seu papel enquanto política pública nessa demanda e também emergem os meus medos, as inseguranças pessoais do saber-fazer. É importante mencionar que eu já possuía algumas experiências com adolescentes em Medida socioeducativa em um município menor da região e que permitiu a ampliação do olhar já nas primeiras semanas e gradualmente o aumento do interesse em estudar esse contexto.

Para tanto, muitos outros semanais de campo foram elaborados e ali estão descritos o fluxo de trabalho até os primeiros atendimentos, do acompanhamento em visitas a entidades e Serviços, da participação em reuniões do Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente (CMDCA), da participação na X Conferência Municipal da Criança e do Adolescente; atentando-se para os comentários dos profissionais que estão dia-a-dia trabalhando com esse público acerca da realidade, as vulnerabilidades e principalmente do envolvimento com o tráfico. E posteriormente, imersa aos sentimentos de separação dos colegas, de desproteção, sobrevém o desafio de fazer funcionar o Serviço de Proteção a adolescentes em medida de meio aberto no Creas II.

O diário de campo colabora para a produção de dados e também para produzir ações, pois ao captar aquilo que se dá no plano dos afetos, os quais produzem sentido, possibilita ver as contradições, os conflitos e os problemas a serem resolvidos. Olhar para a experiência ao redigi-la é também perceber a coletividade como produtora de conhecimento – há uma polifonia imbricada. As análises descritas nos referidos diários ganharam profundidade à medida que se vivencia o campo mais diretamente e possibilita movimento, novas conexões e reflexões. Foi a partir das anotações ali constantes que a implicação com o campo, com o tema foi visualizada e analisada; foi quando os acontecimentos, os afetos, as emoções também ganharam voz na produção dissertativa.

De acordo com Barros e Kastrup (2010) e Romagnoli (2009), com a estratégia de intervenção cartográfica não se faz coleta de dados, este método afirma a diferença e tenta

reencontrar o conhecimento diante da complexidade. Portanto, possibilitou-se uma vivência de situações, encontros e fatos, criou-se e potencializou-se vínculos e deu voz a todos os envolvidos, conhecendo o que os move e acessando as suas experiências.

Para Romagnoli (2009), a cartografia abarca a complexidade das situações de maneira não reducionista; mais do que um método de pesquisa, é um encontro do pesquisador com seu campo de pesquisa, é a produção dos “entres”. A autora descreve ainda que na cartografia tem-se como eixo a invenção: estar atento àquilo que é novo, “aos encontros, às virtualidades que estalam nos agenciamentos e que são oriundos das desestabilizações” (ROMAGNOLI, 2009, p. 171); e a implicação que se refere ao envolvimento do pesquisador na pesquisa.

À análise das implicações se referem autores como Nascimento e Coimbra (2008) e Paulon (2005), que estabelecem uma crítica ao positivismo propondo que a implicação do pesquisador no momento da observação também é fonte de conhecimento.

Colocar em análise o lugar que ocupamos, nossas práticas de saber-poder enquanto produtoras de verdades – consideradas absolutas, universais e eternas –, seus efeitos, o que elas põem em funcionamento, com o que elas se agenciam é romper com a lógica racionalista ainda tão fortemente presente no pensamento ocidental. A análise de implicação traz para o campo da análise sentimentos, percepções, ações, acontecimentos até então considerados negativos, estranhos, como desvios e erros que impediriam uma pesquisa/intervenção de ser sucedida. (NASCIMENTO; COIMBRA, 2008).

Por enfatizar aspectos subjetivos do pesquisador, esta metodologia deu liberdade para escrever de uma maneira mais autônoma, buscando recursos sem enquadres para apresentar a pesquisa e os possíveis conhecimentos emergidos no processo, ou antes disso, mudar alguns rumos da intervenção, inclusive em alguns momentos olvidando o cronograma padronizado previamente construído.

E nesse sentido, segundo Nascimento e Coimbra (2008), trata-se de uma pesquisa-intervenção, na qual sujeitos e objetos envolvidos, assim como o campo da pesquisa, são colocados em análise; isto é, busca-se subverter a noção de objetividade e neutralidade do conhecimento, e coloca-se em xeque o lugar dos especialistas como detentores do saber, pois a implicação é inerente à atividade humana, ruindo com um lugar de saber/poder de profissionais.

Paulon (2005) afirma que o pesquisador, ao objetivar uma pesquisa, é objetivado por ela. Assim, a análise de implicação compreende que a aproximação do pesquisador ao campo de pesquisa requer uma “[...] permanente análise do choque que as cenas vividas/observadas têm sobre a história do pesquisador sobre o sistema de poder que legitima o instituído, incluindo aí o próprio lugar de saber e estatuto de poder do ‘perito-observador’.” (PAULON,

2005, p. 23). Importante salientar que a própria cartografia permite que o pesquisador vivencie a pesquisa, fazendo-a e se fazendo ao mesmo tempo, constituindo-se neste processo.

Com base em Lourau, Paulon (2005) descreve cinco categorias de análise usadas para compreender os dados obtidos durante o processo de pesquisa, as quais são divididas entre primárias e secundárias.

1) implicações do pesquisador-praticante com seu objeto de pesquisa/intervenção; 2) com o local, organização em que se realiza a pesquisa ou a que pertença o pesquisador e, principalmente, com a equipe de pesquisa/intervenção; 3) implicação na encomenda social e nas demandas sociais. No plano das implicações secundárias o autor ainda aponta; 4) implicações sociais, históricas, dos modelos utilizados (implicações epistemológicas); e 5) implicações na escritura ou qualquer outro meio que sirva à exposição da pesquisa. (PAULON, 2005, p. 23).

A análise de implicação deve ser tomada, portanto, como uma ferramenta da pesquisa, ação que visa uma ruptura paradigmática e epistemológica que vê a ação da pesquisa como uma intervenção que produz processos de subjetivação. Devido ao sujeito sempre estar em relação com diferentes instituições, a análise de implicação também se torna um dispositivo para problematizar práticas, demonstrando também um caráter político das intervenções, sustentam Coimbra e Nascimento (2008) e Paulon (2005).

Essa Análise por meio do conceito de dispositivo permite, conforme Paulon (2005), o diálogo entre as percepções e os discursos, emanando os aspectos singulares, a processualidade e a multiplicidade dos dados. Desse modo, a análise é sempre micropolítica, deixando visível e audível os fenômenos ocorridos no cotidiano pesquisado – e por isso a importância de entrevistas, diários de campo entre outros instrumentos.

A Análise de Implicação possibilita identificar ou produzir analisadores, que para Paulon (2005) e Romagnoli (2009), trata-se de dispositivos que revelam as contradições de uma dada realidade, de um conceito, ou uma verdade tida como absoluta – o que permite olhar para a multiplicidade e complexidade política, histórica e social da realidade. O analisador que faz emergir a análise e não o analista.

2.1.3.2 Pesquisa documental

Outra fonte de dados utilizada foram os documentos como as normativas e legislações referentes a esse público, bem como projetos e prontuários existentes nos Creas onde estão armazenadas informações acerca dos adolescentes que estão em cumprimento de MSE de Liberdade Assistida. Foram pesquisadas as pastas individuais de tais adolescentes nas quais

consta nome, idade, data de entrada no Creas, encaminhamentos e atendimentos realizados em prol do adolescente (uma vez que ele também é atendido por outros profissionais do Serviço). Tais pastas se constituíram como fontes de produção de informações específicas e pertinentes à pesquisa, conforme tópicos-guia disponíveis no Apêndice IV. Ainda, para autorização desse tipo de informação, foi utilizado o Termo de compromisso para uso de dados em arquivo (Apêndice VIII).

Igualmente, como fonte de informações usou-se o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo da Cidade X. Tido como guia e instrumento de trabalho para os responsáveis pelo atendimento socioeducativo do município, o Plano abarca desde marcos legais e conceituais até um diagnóstico situacional e diretrizes de atuação, sendo, portanto, um importante documento para a compreensão da realidade atual, mas também uma estratégia acompanhamento das ações interssetoriais definidas por dez anos para com esse público.

Entende-se, portanto, os documentos como importantes meios de obtenção de dados acerca da problemática “adolescentes e ato infracional”, corroborando com os escritos de May (2004), o qual afirma que os documentos elaborados pelos serviços

[...] têm o potencial de informar e estruturar as decisões que as pessoas tomam diariamente e a longo prazo; [...]. Eles nos falam das aspirações e intenções dos períodos aos quais se referem e descrevem lugares e relações sociais de uma época na qual podíamos não ter nascido ainda ou simplesmente não estávamos presentes. (MAY, 2004, p.205).

Destaca o autor que tais documentos são de fontes primárias e “são vistos como meios através dos quais se expressa o poder social” (MAY, 2004, p. 214), pois se referem a escritos com maior probabilidade de representação precisa dos fatos.

As pastas individuais, o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo e, mais recentemente, o Projeto Político Pedagógico do Serviço (ainda em construção) tornaram-se maneiras de se apropriar dos contextos de pesquisa.

2.1.4 Análise das Informações

Análise cartográfica está pautada na Esquizoanálise. Valorizar o ato da criação, a vida, é o ponto-chave da Esquizoanálise. Mais que uma metodologia, é uma perspectiva baseada na Filosofia da Diferença que defende que há infinitas formas de compor a existência, questionando os dualismos como certo/errado, bom/mal, conforme descrevem Peres, Borsonello e Peres (2000).

Sem a presença de dualismos, não há classificações nosográficas, nem rótulos, nem verdades absolutas: todas as formas são formas de compor a vida, portanto, a “Esquizoanálise (análise das partes, pedaços, linhas ou estilhaços) poderia ser entendida como uma ética de valorização da vida” (PERES; BORSONELLO; PERES, 2000, p. 36), afirmando uma vida mais pulsante e vibrátil.

Tal lógica pulsátil procura uma existência plena, desejando o afeto e sendo afetado pelo mundo, diferente de uma lógica maquínica conforme descreve Guattari (1992), a qual neutraliza a potência criadora, rotula e procura estabelecer modelos pairados na homeostase. Esta lógica considerada capitalística produz subjetividades normalizadoras – modos de ser impostos pela mídia e outros equipamentos de controle, de consumo – e um corpo disciplinado. Por outro lado, uma subjetividade singularizadora também pode ser produzida através de processos desnaturalizadores, ou seja, linhas de fuga que visam a produção de novos encontros e conseqüentemente de novos sentidos, novas formas de compor a vida, o que Deleuze e Guattari (1995) denominaram de desterritorialização.

A subjetividade é constituída por plano de forças: linhas duras que são as divisões e classificações estabelecidas sobre o sujeito, por sexo, classe social, profissão; e linhas flexíveis, as quais permitem o agenciamento, a ligação com o novo construindo novos territórios existenciais, explica Romagnoli (2009).

Na Esquizoanálise, essas forças moleculares e invisíveis que atravessam o cotidiano são analisadas como produtoras da subjetividade e precisam ser pensadas como condutoras de rupturas de sentido, pois aumentam a estranheza ao território que era conhecido e, para a autora, a subjetividade se vê forçada a desenvolver novas formas de vida, novos caminhos – o caminho da criação –, promovendo a resistência para reproduzir modos de organização.

Ao habitar o “meio” o pesquisador está imbricado nas formas de se relacionar e também produz marcas, sentidos, afetos, conexões e relações naquele território, afirma Romagnoli (2009), e são essas produções “[...] que precisam ser mapeadas no método cartográfico para se conhecer a realidade em sua complexidade” (ROMAGNOLI, 2009, p. 171).

Pesquisadores e pesquisados, bem como o problema da pesquisa cartográfica, estão mergulhados na experiência. Isto afasta, muito claramente, a cartografia das metodologias de pesquisa pautadas apenas na informação – aí incluído o procedimento denominado ‘coleta’, bem como o processamento e a análise das informações. Nesta medida, o método da cartografia se ancora numa compreensão da cognição inventiva e numa política cognitiva criadora, reafirmando o seu afastamento da abordagem teórica e da política cognitiva da representação de um mundo supostamente dado. (PASSOS, KASTRUP, TEDESCO, 2013, p. 217).

Considerando que cartografia é um método de pesquisa-intervenção e que as informações não estão dadas *a priori*, compreende-se que neste método se acompanha processos e é ao pesquisar que se produz uma realidade,

Ao promover intervenção, o processo de pesquisa faz emergir realidades que não estavam ‘dadas’, à espera de uma observação. [...] a direção da cartografia é a de dissolver o ponto de vista para o qual surge, de maneira correlata, uma realidade supostamente dada em si mesma e dotada de substancialidade. (BARROS; BARROS, 2013, p. 374).

Tradicionalmente, o momento da análise dos dados é quando se busca acessar e resguardar a objetividade, no entanto, na cartografia a objetividade não é algo a ser “[...] protegido de supostas investidas subjetivas” (BARROS; BARROS, 2013, p. 374), uma vez que sujeito e objeto definem-se mutuamente, um em função do outro, estando imbricados na experiência. “O conhecimento a ser produzido e compartilhado pela pesquisa cartográfica abrange as zonas de ambiguidades, acolhendo a experiência sem desprezar nenhuma de suas faces, seja a da objetividade, seja a da subjetividade.” (BARROS; BARROS, 2013, p. 375).

Além disso, levou-se em consideração a recomendação de Latour (2006) sobre a importância das descrições no processo de pesquisa e análise. Para o autor, uma boa descrição implica levar para o texto da pesquisa a ação dos atores e as diferentes vozes presentes no campo.

Dessa maneira, o “[...] procedimento analítico vai permitir o aparecimento das condições de emergência do objeto” (BARROS; BARROS, 2013, p. 375). Por isso, a análise, assim como os objetivos, as discussões, entre outros aspectos da pesquisa, se dão conjuntamente no decorrer do processo. Para Barros e Kastrup (2010), a palavra *processo* perante a cartografia deve ser compreendida no sentido de *processualidade*, pois quando o objetivo da investigação são processos de produção de subjetividade, já há, na maioria das vezes, um processo em curso. Nessa perspectiva, o pesquisador sempre começa sua pesquisa por uma das tramas, porque aquele determinado período que abarca uma história anterior e uma processualidade, visto que toda análise é uma análise de implicação.

3 NEM BONS, NEM MAUS: OS SUJEITOS DA PESQUISA COMO SERES POTENTES

Às vezes nem eu mesmo
Sei quem sou.
Às vezes sou
“o meu queridinho”,
Às vezes sou
“moleque malcriado”.
Para mim
Tem vezes que sou rei,
Herói voador,
Caubói lutador, jogador campeão.
Às vezes sou pulga,
Sou mosca também,
Que voa e se esconde
De medo e vergonha.
Às vezes eu sou Hércules,
Sansão vencedor,
Peito de aço,
Goleador!
Mas o que importa
O que pensam de mim?
Eu sou quem sou,
Eu sou eu,
Sou assim, sou menino.
(Pedro Bandeira, 1985)

Juízos de valores, preconceitos, exclusão fazem parte do contexto diário do público “adolescentes em Medida socioeducativa”. Estar ali, conhecê-los foi uma oportunidade de firmar o interesse pelo tema, e a vivência deste percurso me fez, naquele momento, pesquisadora, e direcionou meu olhar para a prática profissional, para os sentimentos, pensamentos emergentes e ações a serem executadas, mas principalmente a voltar a atenção para alguns sujeitos.

Os adolescentes, assim como os familiares que fizeram parte da pesquisa, receberam nomes fictícios como forma de manter resguardada a identidade. Para alguns, a escolha do nome fez parte do processo, em que eles mesmos definiram que nome poderiam ser chamados no estudo; já outros, cujos contatos foram mais pontuais, não foi possível esse processo e o nome foi dado a partir da identificação de semelhanças com pessoas conhecidas ou características pessoais.

O vínculo, a disponibilidade para conversas informais, estar em cumprimento de MSE de LA e posteriormente o aceite na participação da pesquisa definiram os sujeitos do estudo. Como critério, foram excluídos os que não aceitaram participar da pesquisa, os que estavam

finalizando a Medida, ou aquele que não teve tempo hábil para isso como caso de Taisson⁹, que faleceu durante a pesquisa e deixou em aberto a sua participação. O relato sobre esse acontecimento está descrito em diário de campo da seguinte forma:

Hoje uma segunda cinza, cinza na cor do céu, cinza no semblante das profissionais, cinza no diálogo dos serviços, cinza nos olhares das pessoas. Perdemos um adolescente no final de semana. Mais um adolescente assassinado. Um adolescente com quem dividi vivências não tão felizes, nem profícuas, mas que me movimentou a diversos Serviços em busca de uma resposta, de uma ajuda, algo precisa ser feito. Cinza estão os sentimentos! Os relatos que chegavam eram de pesar e de medo, pois outras mortes estariam por vir. Pessoas da comunidade e outros adolescentes fizeram um movimento de preparação à Equipe: ‘agora vai começar a matança’, ‘só paga quem deve e tem muita gente que deve’. Aquela manhã passou como um tiro, quero dizer, passou muito rápido e logo era hora do almoço e o lugar mais próximo para comer é a padaria do bairro, onde com muita frequência peço minha torta de pão favorita. Eu estava com medo e com ele fui. Ali na padaria presencio uma situação onde um jovem, bem conhecido nas medidas socioeducativas, troca algum objeto por uma arma e coloca dentro de suas calças próximo ao abdômen. Em meu pensamento alguma coisa poderia acontecer. Outras pessoas adentraram e circularam por ali armadas e eu ali tendo que engolir. Esse foi o cenário da segunda-feira. (Diário de campo, jul. 2016).

Um dia difícil, um adolescente “difícil” aos olhos dos profissionais, mas aquele momento foi cinza (ou qualquer outra cor que para muitos olhos expresse tristeza), aquela vida não foi salva. Os pensamentos rodam e emergem as perguntas: a quem caberia salvá-lo? Trata-se de uma salvação? O que foi deixado de fazer? Como evitar a repetição dessa história a outros adolescentes atendidos?

A sua história continuou descrita pelos pais e principalmente pelos amigos que fizeram vídeos em sua homenagem e neste estudo ficou a reflexão sobre a prática, sobre a realidade e sobre a justiça que ainda está sendo feita em termos da vingança pelas mãos de quem nela não acredita mais. É preciso contar: Taisson estava envolvido, segundo relatos, com tráfico e homicídios, no entanto, sua morte também foi vingada; naquele mês outro adolescente e um jovem foram assassinados. Esta ligação entre os crimes é comentada pela comunidade e também pelos adolescentes que vêm para atendimento, inclusive em detalhes por um dos participantes da pesquisa.

Em meio à turbulenta tarefa de iniciar a pesquisa, de definir sujeitos, de lidar com os meus receios no convite a alguns deles, afinal, por estar imbricada nesse contexto, algumas opiniões se estabeleceram, por exemplo, a definição prévia de que alguns familiares não

⁹ Pelo desenvolvimento físico, com musculatura bem avantajada, parecia o Mike Tyson, boxeador norte-americano; por isso tal nome lhe foi atribuído, e pela analogia com a luta: “lutava” com seus relacionamentos familiares, com suas brigas internas, com diagnóstico psiquiátrico. Lutava, ora contra suas instabilidades, ora contra estabilizações; lutava para ser compreendido.

concederem entrevista, que determinados adolescentes não conseguiriam falar sobre si e sobre o processo de estar em Medida – estes julgamentos ou pré-determinismos estiveram presentes e delinearam os caminhos percorridos, bem como foi a partir de algumas decisões e encorajamentos que as técnicas foram delineadas e os encontros aconteceram.

É nessa perspectiva que é importante comentar que além da entrevista, das conversas estabelecidas nos encontros de acompanhamento de Medidas individuais ou grupais, cada adolescente foi convidado a desenhar uma “linha vida”, traçando uma linha e pontuando nela idades e aspectos importantes da história de vida, incluindo a passagem pelas Medidas e alguma pretensão. Esta foi uma estratégia para tentar captar fatos importantes dos adolescentes de uma forma linear e fazê-los pensar num futuro. Com o aceite de todos e por opção deles a tarefa foi levada para desenvolver em casa, todavia somente quatro deles fizeram a tarefa proposta e em um dos encontros ela foi discutida.

Olhar para a adoção dessa estratégia (após concluída) é pensar que uma análise de implicação foi feita, isto é: não se trata de desmerecê-la, pois a partir dela emergiram algumas situações, mas para que uma linearidade, uma sequência? Essa era uma necessidade enquanto profissional, talvez, mas enquanto pesquisadora não agregou em elementos; possibilitou apenas a abertura para novos encontros e novas conversas.

3.1 Descrição dos sujeitos: fragmentos de histórias

“A história é o arquivo, o desenho daquilo que nós somos e que paramos de ser, enquanto que o atual é o esboço daquilo que nós nos tornamos.”
(Deleuze, 2001, p. 3).

Descrever sujeitos ou histórias é perceber que não há uma linha do tempo – pois muitas vezes os fatos não compreendem uma regularidade – e que elementos aparecem e fazem sentido naquele momento apenas para quem relatou, por isso o olhar da Esquizoanálise contribuiu muito. Organizar em uma ordem de acontecimentos é se fazer entender, mas é tropeçar nas tramas, nos “não ditos”, nas faltas, “nos agenciamentos velozes” (RANIERI, 2014) e nos entendidos; portanto, permeia este trabalho o envolvimento enquanto pesquisadora nas histórias, sendo afetada e aspirando o afeto.

Linda

Com “r puxado” que não nega um sotaque oestino e de uma beleza natural, Linda, assim nomeada por ela por fazer parte de seu nome, tem 17 anos recém-feitos e um bebê de sete meses a crescer em seu ventre. Está em uma união estável com o pai de seu filho que tem 19 anos.

Conhecida pela Equipe de atendimento como uma adolescente faltosa aos agendamentos, Linda relata uma vida estabilizada neste momento no que se refere a condições econômicas, de moradia e afetiva. Possui um lugar para morar, mobílias e está preocupada com o enxoval de seu bebê – o que, segundo ela, denota uma transformação radical em sua vida.

Tem uma narrativa marcada por dificuldades familiares, negligências e outras violações de direitos. Os documentos disponíveis trazem poucas informações sobre a história da adolescente, porém ela relata situações que passou e que se sentiu negligenciada, “abandonada pela família, sem apoio”.

Após 17 anos de relacionamento conjugal seus pais se separaram, isso há oito anos, e ambos possuem grau de dependência com álcool, visto que ela não mantém contato com sua mãe.

Reconhece que sua bisavó foi quem mais lhe prestou cuidados quando criança e na pré-adolescência. Refere ela que visualiza a madrasta atual e seu companheiro como figuras de suporte e afeto. Seu pai “assumiu” a guarda, mas em suas palavras “nunca foi presente”. Ele, denominado por ela como Gabriel (não se trata aqui, segundo ela, de nome de anjo e sim um nome que a adolescente disse gostar), também participou desta pesquisa.

Com dificuldades de escrever seu nome, Gabriel justificou o pouco estudo e nas suas verbalizações mostrou conhecer pouco do cotidiano da filha, assim como das atividades que ela participava, e relatou um reconhecimento aos profissionais como aqueles que aconselham e mostram bons caminhos.

Linda também relata muitas mudanças de cidade, de bairros e de casas, ficando muitas vezes sem referências concretas, à mercê das condições da rua ou de vizinhos que se comoviam com a sua situação e corriqueiramente lhe davam comida. Linda atribui o seu envolvimento com atos infracionais à sua necessidade de subsistência.

Tráficos e furtos são os atos registrados pelos boletins de ocorrência ao seu nome, não sendo diferente a Medida que cumpre por Liberdade Assistida – tráfico de drogas. Contextualizando o motivo pelo qual cumpre a Medida, Linda relata que dois amigos planejavam um assalto, o vizinho ouviu alguns relatos e avisou a polícia, porém, quando os policiais chegaram à residência, os dois jovens já haviam saído para praticar o ato e quem

estava na casa sofreu, em suas palavras, com chutes, tapas na cara e ameaças, posto que ali encontraram alguns gramas de maconha e por isso foram levados à delegacia.

Descalça, com muito frio e fome ficou detida naquela noite, mas o seu sofrimento só aumentou quando um policial lhe falou: “Tenho uma notícia boa e outra ruim, qual vocês querem primeiro?” Sem o ímpeto de responder àquela pergunta, ele verbalizou de maneira irônica: “A ruim é que a casa pegou fogo, mas a boa é que já estão apagando.”

Linda perdeu o pouco dos pertences que possuía e principalmente a guarida. Quando liberada, após um banho e algumas horas de sono na casa do pai, saiu com o atual companheiro e uma das amigas também detida, à procura de uma casa para alugar e recomeçar. No entanto, sem dinheiro, sem comida, sem condições para isso, precisou, nas suas palavras: “dar um jeito”, sobre o qual não quis comentar.

Esporádicos atendimentos foram prestados quando ela resolvia comparecer ao Serviço de MSE, mas não conseguia, segundo ela, expor suas angústias ou histórias. Depois de diversas buscas e oficiado ao poder judiciário a morosidade e o descumprimento, a adolescente compareceu no Creas espontaneamente para concluir suas Medidas; já se encontrava grávida e com outras perspectivas de futuro, uma delas arquivar seus Processos Judiciais por meio do integral cumprimento. Diz a adolescente que pretende terminar os estudos básicos e cuidar do seu filho de maneira que não precise, no seu vocábulo: “fazer o que eu fiz”.

Durante os atendimentos que foram espaçados, Linda foi encaminhada para Serviços de saúde, de proteção e de restabelecimento de direitos. Atualmente a adolescente não frequenta o ambiente escolar devido à gravidez, mas se diz motivada em dar continuidade aos estudos.

Linda trouxe bons relatos sobre a convivência com o companheiro – divergente do que acredita a Equipe quando suspeita que ele seja violento¹⁰. A adolescente compareceu algumas

¹⁰ Cabe salientar que seu companheiro também foi atendido em Medida Socioeducativa e, numa conversa informal com as profissionais que o atendiam, foi mencionado que ele era estratégico nos atendimentos, demonstrando flexibilidade às orientações – uma vez que ele sabia da importância da sua conduta frente aos técnicos para finalização de suas Medidas; no entanto, por vezes se enaltecia ao ser reconhecido pelo seu apelido (o qual se evita expor para não identificá-lo), considerava-se temido por alguns adolescentes, era caracterizado como explosivo e impulsivo. Quando questionado sobre as brigas com vários adolescentes, demonstrava sendo menos eficiente no uso de soluções não violentas para conflitos sociais; parecia que aceitava o uso da agressão como uma maneira “normal” de se comportar. Ainda, suas falas quanto ao ato infracional cometido não sugeriam arrependimento e/ou possibilidade de novas condutas frente a uma situação parecida e em alguns momentos parecia que o adolescente assumia uma “identidade do bandido” a ele designada. A família não acreditava na sua mudança de comportamento e verbalizava o laço de amizade com outros jovens envolvidos no crime, romances com mulheres de “bandido”, discussões e rivalidades persistentes na rotina de vida deste, bem como as sérias deficiências em habilidades sociais e em resolução de problemas. Não se trata de determinismos, mas são situações que podem indicar ser violento com a companheira Linda.

vezes nos atendimentos machucada e sempre refere um episódio acidental. No último atendimento estava com dificuldades de andar devido a um corte e posterior suturação na perna direita; conta ela ter sentado em uma faca que estava sob a cama para cortar um fio de uma mochila. São relatos confusos, aparentemente sem gravidade para tamanho resultado.

Linda foi informada da pesquisa por outras profissionais, participou da entrevista e posteriormente compareceu em dois encontros, todos realizados no Creas I. Apesar da dificuldade de locomoção até o Serviço e do seu estado de saúde, ela comprometeu-se e mostrou-se aberta para visitas domiciliares ou outros momentos que fossem necessários. Linda sentiu-se acolhida.

Flor-de-Liz

Sem saber como se nomear, ela gostava de um nome de flor; foi instigada, mas pediu minha sugestão e assim ficou: Flor-de-Liz. Do senso comum um símbolo de honra e lealdade, assim como de pureza de corpo e alma.

Cheia de perspectiva e sonhos, Flor-de-Liz é esportista com muita dedicação, foi judoca por seis anos e atualmente joga futsal para um time do município; também uma torcedora apaixonada, conforme ela se descreve. A adolescente possui 17 anos e há três está em uma união estável, ou melhor, casada conforme ela nomeia, com um jovem indígena de 19 anos, o qual exerce a atividade laborativa de lenhador e é sua atual referência afetiva.

Flor-de-Liz mudou-se com 15 anos para a aldeia onde vivem e descreve que ainda está se adaptando à cultura – essa foi uma decisão difícil em sua vida, uma vez que precisou deixar sua família (mãe e quatro irmãos) e os treinos de judô. Sentiu-se pressionada pela genitora a decidir entre ficar com a família e permanecer com sua rotina ou seguir as regras da nova morada.

Nas suas palavras, possui “uma história triste, mas ao mesmo tempo alegre para contar”. Flor-de-Liz foi abandonada pelo pai quando tinha um ano de idade, o qual saiu para uma viagem e retornou somente seis anos depois, quando o conheceu, porém eles não possuem vínculo afetivo e no seu dizer não quer tê-los. Apesar dos momentos de conflito, ela vê na sua mãe um exemplo de superação, como uma “Mulher-batalhadora” que cuidou dos filhos sozinha e cuida de outras pessoas (pois é babá e cuida de sua mãe que está debilitada devido a sequelas decorrentes de um Acidente Vascular Cerebral (AVC).

Estudante do terceiro ano do Ensino Médio, Flor-de-Liz se espelha na determinação da mãe, pretendendo terminá-lo e cursar graduação de Educação Física ou Engenharia civil. É

estagiária de um serviço público (optou-se por não dizer que serviço para não identificá-la), na função de serviços gerais, e vê neste trabalho uma experiência para um emprego futuro melhor.

Flor-de-Liz foi convidada para um curso denominado Profissional do Futuro promovido pelo IEL/FIESC e assumiu isso assiduamente, bem como participa das oficinas do CIEE e foi encaminhada para a Secretaria de Cultura para curso de violão e dança, no entanto, não pôde participar devido aos horários de trabalho e dificuldades de locomoção à cidade.

Por ser muito participativa nas atividades de esporte, em um dos campeonatos de futebol que estava assistindo se envolveu em uma briga de torcida e viu, conforme seus relatos, cair da cintura de um torcedor uma arma de fogo, foi quando a recolheu e colocou-a em sua bolsa na tentativa de evitar maiores problemas. No entanto, quando a polícia chegou não teve tempo para explicar o ocorrido, sofreu violência e foi levada a delegacia; não nega que também deferiu socos na torcida adversária, porém afirma que agiu dessa maneira pensando rapidamente na sua proteção.

Flor-de-Liz responde por porte de arma de fogo e, segundo ela, por um momento vivido e mal pensado. Refere que nunca fez e não faz uso de drogas lícitas ou ilícitas, mas que possui familiares envolvidos com venda e consumo. Seu núcleo familiar não tinha, até então, envolvimento com situações que necessitassem intervenção do poder judiciário, exceto com as questões de pensão alimentícia.

Para a genitora – também participante desta pesquisa e nomeada por Flor-de-Liz como Mulher-batalhadora –, estar em acompanhamento de Liberdade Assistida é estranho e incômodo, uma vez que ela já foi orientadora local de LA, isto é, um membro da comunidade que participava do Programa de Liberdade Assistida Comunitária da Cidade X, descrito mais adiante (DAMASCENO, 2006), no qual cabia a ela a função de monitorar a vida do adolescente em Medida Socioeducativa. Para ela, estar no outro extremo se tornara embaraçoso, todavia vê a Medida como uma possibilidade de cuidado e de orientações à filha.

Yasmin

De toalha na cabeça e pés descalços à terra, de ideia fixa e com muitas histórias para contar. Yasmin, assim escolhido por ela para ser chamada nos relatos aqui contados, uma vez que se trata do nome de uma ente querida que já não vive mais. A adolescente tem 16 anos e

desde muito pequena foi cuidada pelos avós paternos e tem em seu histórico diversos atendimentos pelo Conselho Tutelar e um período de abrigamento institucional.

Vinda da pobreza (no sentido de transgeracional), sua mãe usuária de drogas foi morta pela violência do tráfico; sua avó materna, sem condições de pagar as dívidas dessa atividade deixada pela filha, também perdeu sua vida. Sente saudade dos irmãos que estão vivos e que não sabe por onde andam. Não se trata de fazer drama, mas de relatar que possui dois irmãos falecidos de forma brutal. E a primeira pergunta feita a ela: “e seu pai?” De acordo com os relatos, está preso há mais de 15 anos por homicídio e tráfico – não possui nenhum vínculo ou afeto com o pai.

Se reconhece por ser “a dona do seu nariz”, afinal, ela é, somente a Lei lhe diz o contrário. Com a fase da adolescência, dos questionamentos das regras familiares, Yasmin, que vivia com os avós, reconheceu seus pares e descobriu que a rua era mais atrativa, um lugar de liberdade. Se envolveu com drogas e num relacionamento amoroso com um rapaz, que na época reconhecia como companheiro. Foi violentada física e psicologicamente e na busca de defesa foi acusada por ele de tentativa de homicídio e por isso está em Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida.

Há aproximadamente um ano Yasmin conheceu Junior (nome também meramente fictício escolhido por ela), de 18 anos, com quem foi morar e constituiu uma união. Junior passou a acompanhá-la nos atendimentos e se apresentou como responsável pela adolescente quando ela precisou dar início a mais uma Medida Socioeducativa; desta vez, uma Prestação de Serviços à Comunidade, por tráfico. Yasmin sempre relatou ser amada e cuidada e orientada por ele, inclusive Junior a acompanhava fiscalizando a quantidade e o tipo de droga utilizada por Yasmin, mostrando-se como um apoio, segundo ela.

No entanto, há cerca de três meses, Junior e Yasmin tiveram a casa invadida por policiais que, mediante violência física, revistaram o local e encontraram drogas ilegais e anotações da comercialização, o que se constituiu como provas da atividade ilícita que estavam realizando. A adolescente é convicta de que tal ocorrido se deu por denúncias de seu tio paterno, que constituía união estável com sua atual sogra e então, por não ter dado certo aquele relacionamento, foi uma forma que o tio encontrou de “vingar-se” de Junior.

Isso ocorrido, Junior foi preso e Yasmin ficou sem referências simbólicas, indo morar com a cunhada. Seus avós foram acionados, no entanto, receberam na casa deles o referido tio, pelo qual a adolescente expressa ódio. A tia de Yasmin também foi procurada e demonstrou-se disposta a acolhê-la e a Equipe de Medidas interveio no sentido de conversar com ambas sobre essa possibilidade. Em comum acordo foram feitos encaminhamentos para a

defensoria pública, uma vez que precisava de processo legal para pedido de guarda. Além de encaminhamentos para a escola, para agências dos Correios a fim de emitir Cadastro de Pessoa Física (CPF), foi direcionada para o Centro de Saúde da Família de seu bairro para exames preventivos; e para a Secretaria de Assistência Social para obter vale-transporte.

Poucos dias se passaram e a tia informou que a adolescente havia evadido de sua casa, que não respeitou as regras e que não saberia dizer onde ela estava. Yasmin retornou a morar com a cunhada, a qual é profissional do sexo – uma profissão considerada de muitos riscos e que poderia incitar a adolescente e envolvê-la nessa atividade também devido à dificuldade de subsistência.

Ambas estiveram em atendimentos e Yasmin, inclusive, solicitou internação para parar o uso de drogas, como um pedido de guarida. Dizia ela estar viciada em álcool e maconha. Para tanto, foi encaminhada ao atendimento especializado do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS i). Tal Serviço disponibilizou consulta um mês depois quando já esvaecida dos atendimentos no Creas II, não sendo possível encontrá-la para avisar ou se necessário acompanhá-la na consulta.

Pelo seu envolvimento com drogas, com pessoas estranhas, situações ilícitas e desrespeitar as regras domésticas estabelecida pela cunhada, a adolescente abandonou aquele convívio. Yasmin já passou por muitas famílias, mas talvez não tenha nenhuma. Viveu com tios, avós, em abrigo institucional, com companheiros, mas atualmente vive com amigos em diferentes bairros por curto tempo, por onde vai construindo relações de confiança e ali permanecendo. Não comparecia mais ao Serviço para atendimento individual e/ou grupal como vinha fazendo, não retornou à escola, não foi aos atendimentos do CAPS i e não possui documentos pessoais – assim não foi possível restabelecer alguns de seus direitos violados. Em janeiro de 2017, após nova busca, Yasmin foi encontrada com Junior (este em liberdade) e retomou os atendimentos.

Salienta-se que neste percurso muitas visitas domiciliares foram feitas à adolescente e, na maioria, ela se encontrava acompanhada de outras pessoas que ali consumiam drogas ou estavam sob o efeito delas, bem como não se sentiam intimidados com a visita, pelo contrário, ofereciam acento e davam abertura para a integração na roda de consumo.

Pimpa

Dezessete anos, amante dos jogos digitais, mas também de uma festa com os amigos, Pimpa (nome escolhido por ele, que não tem um significado específico, mas para ele “soa

bem”), filho de pais separados, mora com a mãe e seu irmão gêmeo em um bairro retirado do município. O pai auxilia com pensão alimentícia, porém com ambos não há contato. Faz uso de maconha diariamente e álcool nos finais de semana, não mantém vínculo afetivo ou com os amigos e primos.

Além da genitora e do tio, toda família materna de Pimpa é bastante presente e busca orientá-lo, acompanhá-lo no seu dia a dia. Sua mãe, também participante da pesquisa e denominada por ele no estudo como “Generosa”, de longa data está afastada do trabalho em uma agroindústria por problemas sérios de saúde, os quais ainda a impedem de realizar algumas tarefas, considerando que não recebe auxílio-doença ou outro benefício. Por zelar pelo cuidado e devido a necessidades financeiras, tornou-se cuidadora de sua própria mãe que está acamada por causa de AVC, para isso recebe uma quantia em dinheiro paga pela mãe e pelos irmãos.

Pimpa responder por um ato infracional foi uma surpresa para a família e o fato aconteceu em um dia difícil quando perdeu sua bisavó, algo que tornou o fato ainda mais marcante. Sobre a situação que levou a uma Medida Socioeducativa, conta ele que seu irmão mais velho teve sua casa arrombada e dele foram levados dois celulares. Algum tempo depois descobriram que o autor do furto era uma pessoa conhecida, considerada amiga. Pimpa e seu irmão foram conversar com o autor e o viram com um dos celulares furtados; durante a conversa o adolescente tomou o celular para si. No entanto, a pessoa conhecida acionou a polícia pois havia nota do celular levado por eles.

Pimpa reconhece que teve uma conduta errada, por outro lado, se sente injustiçado, pois suspeita que o “conhecido” tenha comprado em uma loja autorizada um celular igual para não responder por esse ato.

Cumprir uma Medida Socioeducativa foi a condição lhe proposta para arquivar o processo. Ao pensar que em breve fará 18 anos, concordou e assumiu a Liberdade Assistida por seis meses. Durante o processo de acompanhamento, Pimpa foi encaminhado para o Programa Jovem Aprendiz, preenchendo os critérios para um estágio como auxiliar administrativo, o que exigiu o retorno escolar. Desta maneira o adolescente estuda na modalidade de jovens e adultos na 9ª série e gradualmente tem elaborado planos para seu futuro. Importante especificar que a sua mãe é presente, comparece aos atendimentos

conforme agendado, relata preocupação com os filhos e foi inserida em um grupo terapêutico do GDH¹¹.

Guilherme – o Gui

Sobrancelhas negras e largas e de olhos verdes, aproximadamente 1,60 de altura, Guilherme, ou Gui, nome escolhido por ele para fins de estudo, tem 15 anos e desde os 13 está envolvido com atos infracionais, portanto, desde muito tempo é acompanhado pelo Serviço; já cumpriu medidas por furto e por tráfico. O adolescente cumpre Liberdade Assistida por tráfico e explicita que via nessa atividade uma forma de obter dinheiro de maneira rápida.

Vive com a mãe no encontro e fim de duas ruas, é do bar da família, anexo à casa, que advém o sustento. O pai de Gui está acamado, sofreu três AVC's e está sendo cuidado pelos irmãos paternos. Gui se emociona ao falar do pai e relata não gostar que se aborde esse assunto. Sua genitora, também participante da pesquisa, aqui chamada por ela de “Magali”, relata que, desde que o marido adoeceu, o filho se envolveu com questões ilícitas, concomitantemente a isso seu bar também perdeu a clientela. Em outra oportunidade o adolescente relatou que a diminuição do movimento do bar estava atrelada ao fechamento de um ponto de venda de drogas que havia na frente do seu estabelecimento comercial.

Acerca de onze meses Magali foi presa por encontrarem drogas em seu bar, os fatos narrados revelam que em fuga um adolescente vizinho invadiu sua casa e ali deixou as drogas, sendo ela responsabilizada por tráfico e ficando reclusa quatro meses. Gui procurou tal vizinho por muito tempo e descobriu que ele se mudou para o litoral, porém a raiva e a necessidade de vingança ainda é presente. O adolescente possui um cuidado, estima e respeito pela mãe.

Durante o acompanhamento das Medidas, Gui foi escutado diversas vezes individualmente, participou de grupos com diversas temáticas e foi encaminhado também para fazer os documentos pessoais, para órgãos de emprego, e participou de atendimentos individuais e de grupos, incluindo uma oficina de grafite em que, por sua habilidade com

¹¹ Emergido de uma dissertação de mestrado de Flavio Braga de Freitas, o Grupo de Desenvolvimento Humano (GDH) é um grupo terapêutico desenvolvido no município por profissionais das políticas públicas em seus espaços de trabalho e tem como objetivo contribuir com mudanças pessoais, com o desenvolvimento dos sujeitos, à medida que “[...] buscam a aquisição de ‘insights’ sobre os conflitos causadores do sofrimento mental ou orgânico e com isto buscam resolver, superar, elaborar as causas dos conflitos e do sofrimento” (MANUAL GDH, 2015, p. 4).

desenho e vínculo com a Equipe de atendimento, foi convidado a participar de uma matéria para uma revista municipal sobre essa experiência.

Por preencher critérios como idade, escolaridade, frequência escolar e principalmente desejo de trabalhar, Gui foi inserido no Programa Jovem Aprendiz em uma agência bancária do município. Lugar que se manteve com muita dificuldade, teve de se adaptar com outra rotina, pessoas diferentes e assumir compromissos com os quais não estava acostumado e, para além disso, precisa esconder dos amigos esta atividade laboral. Magali também foi encaminhada para um Programa municipal de trabalho e renda, pois segundo ela tentará vender o bar.

Gui estudou no período vespertino na 8ª série, porém faltou algumas vezes e, por ter percebido que lhe faltariam notas para a aprovação, em outubro de 2015 parou de frequentar. Após a Medida de Liberdade Assistida retomou os estudos na modalidade de Ensino de Jovens e Adultos onde permanece.

Apesar das dificuldades encontradas tais como: o baixo rendimento do comércio da genitora, o envolvimento com situações ilícitas e com pessoas que têm este como um trabalho laborativo, a dificuldade em assumir outro papel na sua comunidade; Gui apresenta-se disposto e possui um espírito negociador. Tem conhecimento empírico na área de mecânica e se dedica para resolver os problemas dessa ordem, sendo seu grande potencial.

Assumir atividades administrativas não parece tarefa difícil para o adolescente, inclusive apresentou-se animado com seu aprendizado e com autonomia no ambiente de trabalho, no entanto, nas últimas semanas tornou-se faltoso – inicialmente adoentado e posteriormente com marcas físicas supostamente de violência. Gui, Magali e eu (acredita-se que pelo vínculo estabelecido com a família e com os profissionais que requisitaram) fomos chamados para reunião com a equipe do Programa Jovem Aprendiz, mas comparecemos apenas eu e a genitora. Esta foi orientada acerca dos acordos e obrigações e da necessidade de seu filho comprometer-se com aquele emprego.

Em visita Gui negou uma possível violência e disse ter se acidentado de bicicleta. A assiduidade melhorou por um tempo segundo profissionais do Programa, mas as marcas se agravaram e também podem ter impedido sua frequência no trabalho. Recentemente foi solicitado seu desligamento do Programa Jovem Aprendiz e em Janeiro de 2017 deu-se início a nova Medida de Liberdade Assistida por porte de arma de fogo.

James

Definido por sua mãe como um menino “[...] cheio de possibilidades, mas usa drogas; tinha tudo para ter um futuro brilhante, mas não possui interesse nenhum na vida a não ser fumar maconha. Ele deve ter algum outro problema... mental.” (Diário de campo, jun. 2016). James, um nome que lhe foi dado no decorrer desta pesquisa por parecer da categoria dos nomes chiques e estrangeiros, proveniente de outra nação, exatamente como um estranho no ninho.

James tem 15 anos e as impressões de si e dos familiares sobre ele se desmantelam no fato de que ele é um usuário de maconha, apenas. Filho de pais pós-graduados, o adolescente morou em diversas cidades, estudou em várias escolas e fazia amizades em todas elas. Devido a essas mudanças atrasou um ano escolar, mas também possui histórico de reprovação, atualmente estuda no 9º ano do ensino fundamental. Possui a pretensão de finalizar os estudos e em alguns momentos mencionou a ideia distante de cursar uma graduação, em outros de ser *rapper* e ganhar a vida com suas rimas, críticas e postulações, ou, talvez, nenhum plano, apenas esperar o que o futuro lhe reserva.

A família tem uma grande e valiosa casa na avaliação de James, situada em um bairro, mas mora de aluguel no centro da cidade como forma de facilitar a ida dele à escola e o cotidiano da família. Mudanças de casa, na rotina e novas regras são postuladas para que James mude seu comportamento, mas ele não as segue e isso gera irritação nos familiares.

A genitora, nomeada neste estudo como Rita (é lembrada pela Santa Rita de Cássia, também conhecida como a santa das causas desesperadas e um nome que de origem italiana, que quando pesquisado nos dispositivos de internet expressa diversos e até antagônicos significados), é um pouco assim contraditória, desespera-se, mas tem dificuldades de abrir-se para outras possibilidades; ainda, ora apresenta força, determinação, ora um esgotamento infundável e profundo de ter que acompanhar o filho nos atendimentos sociais, médicos, nos cursos com os quais não vê comprometimento da parte dele.

Rita gera um sentimento de repulsa em alguns profissionais que, mesmo compreendendo suas aflições e modos de pensar, afastam-se dela quase como uma tentativa de evitar conflitos ainda maiores, pois os encontros são permeados de embates sutis na tentativa de que ela perceba a dinâmica em que vivem e também seja propulsora de mudanças.

James busca pela autonomia e a independência financeira, acredita que é adulto o suficiente para não precisar pedir dinheiro aos pais. Estes expressam que o filho não possui necessidade de vender drogas para obter dinheiro.

O ato pela qual cumpre essa LA refere-se a tráfico, ele, um morador do centro, foi pego em um bairro extremamente pobre vendendo drogas (um estranho em um lugar que não pertencia, mas se sentia pertencente). Pego, algemado e colocado “[...] como um criminoso no camburão”, diz ele, em uma cela aguardou a vinda de sua genitora. Muito ouviu naquela noite. Importante salientar que outro ato pelo qual já respondeu tratava-se de porte de drogas e ainda aguarda outra audiência judicial para ser julgado, pois foi pego recentemente com drogas, visto que estas últimas duas situações foram denunciadas pela mãe.

Segundo o adolescente, a venda deste material ilícito é necessária para garantir a autonomia, pois não consegue um trabalho. Possui experiência laborativa como Jovem Aprendiz, tem cursos básico na área de informática e auxiliar administrativo incompleto; atualmente está cursando informática e inglês – talvez por pedido da família, por medo da nova audiência e por consequente medo da privação de liberdade.

Em uma das atividades feitas na pesquisa, a linha da vida, James relata que viveu dois anos com a avó após seu nascimento. Refere que a mãe estudava em uma metrópole e que só foi possível morar com ela quando finalizou a graduação e decidiu casar. Revela que não conheceu seu pai biológico e não possui interesse no momento, sendo esta uma situação que foi velada no convívio com os familiares e nos atendimentos.

James admite o uso de maconha, *ecstasy* e outras drogas, mas não considera como um vício. O uso da maconha é relatado como uma cultura da coletividade, da alegria, de contemplação do belo. James possui um tio que está em tratamento devido ao uso de drogas ilícitas e este o orientou a não usar cocaína e *crack*. Diante da situação pela qual passa o tio, a família solicitou e o adolescente foi encaminhado para tratamento do CAPS i, porém James nega a dependência, relata não ver sentido no atendimento que lhe é prestado e critica aquele Serviço.

Foram proporcionados momentos de reflexão desde a construção do instrumental de acompanhamento até a finalização da medida para que tanto James quanto a genitora pudessem falar das angústias, do padrão de relacionamento que têm construído, das condutas consideradas errôneas pela Lei, sobre aspectos importantes de sua vida, inclusive o fato de ter sido cuidado pela avó na primeira infância. Foram feitos também diversos encaminhamentos, como para o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), Balcão de Emprego, Sistema Nacional de Emprego (SINE), CAPS i, entre outros.

As Medidas Socioeducativas surgiram, na visão da responsável, como uma possibilidade para a mudança integral de conduta do adolescente, mas por ela consideradas

que são inócuas e pouco severas. Ela sempre o acompanhou e participou da pesquisa e em uma de suas falas mencionou: “como se não bastasse ainda viramos estudo de caso”.

3.1.2 Algumas conjunções do cenário

Condensar histórias em poucas linhas é tarefa laboriosa e que sempre deixa escorrer situações e informações importantes que, por outro lado, podem fazer despertar curiosidades e novas buscas. Segundo Romagnoli e Magnani (2012, p. 290), é importante destacar que o caminho escolhido para apresentar o percurso “com certeza contém lacunas e endurecimentos no propósito de cartografar”.

Assim, toma-se esse espaço para apresentar outras informações acerca dos adolescentes e suas famílias, consideradas importantes para ao decorrer deste estudo: caracteriza-se que tais sujeitos possuem entre 15 e 17 anos, três do sexo feminino e três do sexo masculino (sendo este um fato ao acaso/desproposital), estes pertencentes a áreas de abrangência territorial dos dois Creas do município. Dos adolescentes pesquisados, dois frequentam o Ensino Fundamental na modalidade de Jovens e Adultos, outro Ensino Fundamental Regular, outra cursa o Ensino Médio Regular e duas adolescentes estão evadidas da escola, posto que todos pertencem a bairros diferentes.

Salienta-se que três adolescentes cumprem LA por tráfico, um por ameaça, outra adolescente por porte de arma de fogo e uma por tentativa de homicídio. Dos seis participantes da pesquisa só uma não tem envolvimento com tráfico, de acordo com os relatos, pois os demais exercem ou já exerceram a atividade. Importante mencionar que nenhum dos adolescentes participantes passou por Medida de privação de liberdade e, no que se refere a reincidências, dois dos participantes não são reincidentes; os outros quatro já cumpriram outras Medidas Socioeducativas no Serviço.

Quando perguntados sobre os motivos geradores do ato pelo qual cumprem LA, um adolescente destaca a necessidade de fazer justiça; duas adolescentes referem o envolvimento em brigas e o ato foi uma maneira de defesa. Já outros mencionam que foi por necessidade de subsistência e uma maneira de retorno financeiro rápido; um adolescente revela que através do ato infracional viu sua independência financeira e uma saída para o desemprego, mas não trata como necessidade.

Em relação ao uso de drogas, cinco dos participantes relataram que já fizeram uso de álcool, tabaco e maconha, considerando que um deles mencionou que também faz uso de

ecstasy quando sai em festas. O tabaco e a maconha são mencionados por eles como de uso diário, enquanto o álcool é uma droga utilizada nos finais de semana. Importante mencionar que uma adolescente, devido à gravidez, cessou o uso recentemente, mas os outros permanecem. Salienta-se que apenas uma adolescente relatou nunca ter feito uso de drogas, mas que o irmão e outros familiares o fazem.

Ao se tratar de mercado de trabalho formal, dois adolescentes preencheram os critérios exigidos e estão trabalhando através do programa Jovem Aprendiz em funções administrativas. Outra participante trabalha como bolsista de um Programa do município. Três não estão trabalhando, mas dois deles gostariam, porém não conseguem acessar o mercado de trabalho.

Ainda, todos os adolescentes mencionam que já praticaram atividades esportivas, principalmente futebol, alguns também praticaram concomitante alguma arte marcial, mas atualmente só uma adolescente menciona que ainda permanece praticando esportes na sua comunidade.

No que se refere a atividades culturais e religiosas, dois adolescentes mencionam que participam de atividades culturais, um deles prática RAP (Rhythm and Poetry que significa ritmo e poesia, trata-se de um gênero musical que integra o Hip-Hop), e outra, as atividades da cultura indígena, posto que esta também refere que participa esporadicamente de encontros religiosos. Nos demais não foi identificada a inserção em atividades ligadas à cultura ou religião.

As atividades de lazer dos adolescentes pesquisados se referem, de maneira geral, ao uso de internet, assistir programas televisivos e jogar videogame, mas principalmente estar com os amigos como atividade de entretenimento.

Outra informação importante é que as adolescentes possuem uma união estável, mas seus companheiros, apesar de já terem completado a maioridade, não se apresentaram como responsáveis no Serviço de Medidas (nem mesmo o companheiro de Linda), e sim algum familiar. Já os adolescentes do sexo masculino residem com suas mães (considerando que um deles o pai também mora junto, mas está sempre viajando devido à profissão), as quais participaram dos grupos, dos atendimentos individuais e outras atividades no acompanhamento da medida.

No que tange aos responsáveis que participaram da pesquisa, eles apresentam idade entre 37 a 54 anos, sendo quatro mães e um pai com escolaridades diversas: duas pararam na 3º ano do Ensino Fundamental I, duas pararam no Ensino Médio e um possui pós-graduação.

Importante ressaltar que os companheiros das adolescentes possuem Ensino Fundamental incompleto.

No que se refere à situação de trabalho e renda, três responsáveis estão afastados do trabalho formal; destes, dois recebem auxílio-doença e um continua trabalhando informalmente por necessidade financeira, mas não está bem de saúde; assim, dois trabalham informalmente e apenas uma trabalha formalmente com vínculo empregatício via contrato. Importe citar que três das mães entrevistadas não possuem companheiro; já outra mora com o esposo que também tem curso superior e atua na área; e o único pai entrevistado convive com companheira que exerce atividade laborativa informal.

Quando se fala em intervenções dos profissionais com o adolescente pesquisado e sua respectiva família, pode-se mencionar que, em geral, são realizadas buscas ativas que se configuram em visitas domiciliares e contatos telefônicos. Não há uma uniformidade, há casos em que foram realizadas duas, três e mais de quatro visitas, e outros em que não foi necessária nenhuma. Todavia, pode-se dizer que todos os adolescentes participaram de, no mínimo, três encontros.

Os entrevistados, durante os acompanhamentos, também participaram, em geral, de grupos psicoeducativos, atendimentos individualizados com psicólogo, pedagogo e assistente social. Igualmente, de acordo com a necessidade de cada um, foram encaminhados para outros Serviços Públicos da Assistência Social, bem como da Política de Saúde, de Educação, de Trabalho, Emprego e Renda; também foram feitos encaminhamentos para um Programa cultural do município, para cursos no CIEE, o qual trabalha com o Programa de Jovens Aprendizizes; para a defensoria Pública e ao Poder judiciário, para acompanhamento da Medida Socioeducativa (os quais serão especificados no capítulo 6).

A maioria dos adolescentes entrevistados possui todos os documentos necessários para a idade, a saber: Carteira de Identidade, CPF e Carteira de Trabalho; alguns encaminhados durante o acompanhamento da Medida de LA e outros já possuíam. Apenas uma adolescente dispõe somente da Certidão de nascimento, tendo em vista não possuir responsável legal, está impossibilitada de emitir demais documentos.

Importante mencionar que um dos itens a serem observados nas pastas referia-se a “Situações específicas na família” e que foi possível observar, de maneira geral, situações associadas em três grupos ou categorias: outros familiares envolvidos no cuidado na primeira infância; doenças incapacitantes na família; negligência, violência e abandono.

No que corresponde a “Outros familiares envolvidos no cuidado na primeira infância”, agrupou-se relatos de cinco adolescentes em que os pais se separaram, e uma sexta que foi

mãe solteira – todos de certa maneira foram cuidados por outro familiar; dessas situações, três adolescentes foram criados inicialmente pelos avós/bisavós; uma das adolescentes foi abrigada institucionalmente, considerando que esta adolescente ainda tem seu pai privado de liberdade e histórias de assassinatos na família, e ela responde por tentativa de homicídio. Visualiza-se na história dessa adolescente uma rede de práticas violentas.

Com relação às “Doenças incapacitantes na família”, apareceram as doenças ocupacionais, mais especificamente problemas na coluna e o conseqüente afastamento do trabalho; usuários de drogas lícitas e ilícitas, entre eles cinco dos adolescentes entrevistados referiram uso diário, alguns irmãos e tios, bem como quatro genitores; também apareceu Acidente Vascular Cerebral (um responsável e dois avós que eram figura de apoio) e uma das mães entrevistadas relatou ter nódulos cancerígenos no seio e obesidade moderada.

Em referência ao grupo “Situações de violência e abandono”, emergiram duas mães vítimas de violência doméstica que não tiveram atendimento especializado e quatro adolescentes sentiram-se vítimas de violência do Estado, mais especificamente policial. Também quatro adolescentes referem abandono por um genitor e seis deles suscitaram em atendimento o sentimento de abandono por, pelo menos, um genitor.

4 ADOLESCÊNCIA E ATO INFRACIONAL

As revistas, as revoltas, as conquistas
 Da juventude são heranças
 São motivos pras mudanças de atitude
 Os discos, as danças, os riscos
 Da juventude
 A cara limpa, a roupa suja
 Esperando que o tempo mude
 Nessa terra de gigantes
 Tudo isso já foi dito antes
 A juventude é uma banda
 Numa propaganda de refrigerantes. [...]
 (Gessinger, 1987).

Pode-se identificar por meio da literatura existente como Coimbra (2003), Rizzini, Zamora e Klein (2008) que as legislações – considerando o ECA e o SINASE – e as práticas relacionadas à garantia dos direitos dos adolescentes e jovens estão marcadas por avanços e retrocessos. Este percurso também pode ser percebido na cidade estudada. Apesar dos preconceitos, das práticas autoritárias e punitivas, do controle exercido pelo ostensivo policiamento e também pela mídia local, olhares desestigmatizantes, concepções mais amplas

e novas modos de agir em relação aos adolescentes em situação de ato infracional vêm, gradativamente, sendo desenvolvidas pelas políticas públicas, mais especificamente da Assistência Social; práticas que buscam o reestabelecimento dos direitos já violados, de modo a possibilitar a tais sujeitos o acesso a outros serviços, como de saúde, o retorno para a escola, para fazer documentação pessoal e também de integração à sociedade junto a projetos comunitários e sociais.

Um exemplo de risco de retrocesso é a possibilidade de alteração da redação do art. 228 da Constituição Federal sobre a imputabilidade penal do maior de dezesseis anos pela Proposta de Emenda Constitucional Nº 171 (PEC 171/93), a qual reduzirá a maioria penal de 18 para 16 anos, a qual lacera os direitos fundamentais do adolescente¹²; proposta que surgiu logo após a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente e parece apontar a insatisfação de alguns legisladores em relação ao fim do Código de Menores de 1979 e, portanto, a tentativa de retomada de um regime estritamente punitivo.

Essa lógica de punição, segundo Rizzini, Zamora, Klein (2008), Bonamigo et al. (2011), Nascimento (2014), é fortalecida pela crescente exposição e ênfase dada pelas mídias nacionais e principalmente locais que produzem sensacionalismos e discursos vazios sobre atos infracionais cometidos pelos adolescentes. Ainda, conforme Bonamigo et al. (2011), determinam sentimentos de insegurança na população, que, por consequência, clama pelo confinamento de tais adolescentes, sem refletir sobre a rede de atores que produziu a infração. Como descreve Nascimento (2014, p. 235), não se discute “[...]sobre as situações sub-humanas de trabalho, os privilégios de classe e as formas autoritárias de repressão estatal que concorrem para a ocorrência de tais infelizes episódios [de violência].”

Para tanto, com o aumento da exibição pela mídia de adolescentes que cometem infração e da conotação de que através de estratégias punitivas que se diminuirá índices de violência é que emerge nesta pesquisa a necessidade de promover algumas reflexões sobre tal “fase da vida”.

4.1 Desnaturalizando conceitos

¹² O documentário: “Redução é a chibata: uma reflexão sobre a redução da maioria penal no Brasil” promovido pelo Conselho Regional de Psicologia – CRP/12 em parceria com o movimento Amanhecer Floripa, CUFA-SC e Cia Boa Nova, pode se tornar um instrumento de reflexão sobre essa temática, uma vez que problematiza a redução da maioria penal como um projeto de criminalização da juventude, das diferenças e da desigualdade social. O documentário está disponível na internet e maiores informações podem ser acessadas em: <http://www.crp12.org.br/noticias/lancamento-do-documentario-rio-a-reducao-e-a-chibata-uma-reflexao-sobre-a-reducao-da-maioridade-penal-no-brasil>

Entender o adolescente ou jovem em situação de ato infracional exige, antes de tudo, inferir sobre uma concepção das categorias “adolescente” e “jovem”. O termo adolescência emergiu apenas no século XX como um período de transformações, marcado pela incompletude e pela necessidade de amadurecimento.

Waiselfisz (2014), Coimbra e Nascimento (2015), sustentam que a adolescência é tida como uma fase fundamentalmente biológica: de desenvolvimento cognitivo, hormonal e de alterações corpóreas. O pensamento desenvolvimentista segundo Coimbra, Bocco e Nascimento (2005) advém de pressupostos cartesianos que defendem que a razão comanda o sujeito e a sua consciência é aprimorada com a maturidade, conforme passa por diferentes fases da vida. Afirmam ainda que, assim como a Biologia definiu características de ser adolescente, a Psicologia foi a responsável por instituir atributos existenciais a esse sujeito, tais como instabilidade afetiva, rebeldia, desinteresse, sensibilidade.

Conforme exposto no Caderno de Orientações Técnicas para atuação com esse público, “[...] os adolescentes buscam se identificar com seus pares, com os quais passam a partilhar roupas e outros símbolos de identificação, como tatuagens, cortes de cabelo, gírias, acessórios, etc.” (BRASIL, 2016, p. 15).

Dessa maneira, a adolescência é tida como o “[...] o momento inaugural da personalidade que definiria o sujeito para o resto de sua vida.” (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005, p. 5), ou ainda, “É uma fase de mudanças que pede mudanças, que gera mudanças.” (BAUMKARTEN; TATSCH, 2008, p. 219). Criou-se uma identidade adolescente como algo fixo, homogêneo a todos e de passagem obrigatória.

Quando se afirma uma identidade adolescente, segundo as autoras, se estabelece um modelo de ser e estar no mundo que aprisiona o sujeito, localiza-o em um determinado lugar, impedindo, muitas vezes, movimentos de criação, um processo de singularização e até mesmo de expressar sua diferença.

Coimbra, Bocco e Nascimento (2005) destacam que, a partir dessa indiferenciação de ser, se produz identidades capitalísticas, reféns do consumo, visto que a mídia é o principal equipamento social que difunde o modelo de ser adolescente, oferecendo produtos de consumo como forma de pertencimento a um grupo, a um mundo. Entretanto, de acordo com as autoras, existem linhas de fuga que emergem como outras formas de organização social que fogem da lógica do capital.

O Estatuto da Criança e Adolescente, por exemplo, foi um avanço na regulamentação dos direitos dos adolescentes, inclusive na regulamentação de práticas socializadoras e educadoras quando estes também estão em situação de ato infracional, estabelecendo uma

forma diferenciada de responsabilização pelo ato infracional, informam Paiva e Oliveira (2015). Assim, tal legislação também se utilizou da definição da criança como a pessoa até 12 anos de idade incompletos e adolescente entre 12 e 18 anos de idade, posto que a responsabilização pelo ato infracional ocorre quando adolescente e, excepcionalmente, até 21 anos.

Atuações pautadas no entendimento de que adolescentes vivem uma fase de turbulências, sofrimentos e até transtornos visam torná-los sujeitos saudáveis, maduros úteis para a sociedade. Todavia, Coimbra, Bocco e Nascimento (2005) salientam que esta é uma concepção desenvolvimentista e acrítica incutida nas legislações e, ao tomar a adolescência como um período universal, torna as práticas homogeneizantes. Não se visualiza o adolescente como sujeito singular, produzido por múltiplos atores e que também vive uma situação de vulnerabilidade e vitimização.

Além da abordagem desenvolvimentista, as autoras destacam a lógica individualista que paira nas sociedades contemporâneas, em que o sujeito é entendido como responsável pela sua vida, seu sucesso e seu fracasso. Assim, ele precisa usar de recursos individuais para dar conta de seu futuro.

Podemos observar que o conceito de adolescência se acopla perfeitamente à lógica capitalística de duas maneiras. Primeiramente [...] havendo um comércio que sobrevive à custa da adolescência, produzindo roupas, revistas, músicas e alimentos entre outros. Em segundo lugar, por sua força ao mesmo tempo massificante (etapa universal a-histórica e homogênea para todos) e individualizante (a forma como cada um passa por tal etapa e como dela emerge depende dos méritos de cada sujeito). (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005, p. 7).

A identidade precisa ser entendida como um processo produzido por muitas forças o tempo todo e não como um conjunto de características a serem obtidas em fases embasadas em um molde. "Subverter a noção de adolescência é uma ação política importante nesse momento em que há tanta insistência em individualizar e interiorizar as questões sociais, e em psiquiatrizar e criminalizar os ditos desvios das normas impostas a todos nós." (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005, p. 7).

No entanto,

Na tentativa de problematizar o uso generalizado, indiscriminado e naturalizado do termo adolescência, construiu-se um outro conceito, o de juventude, que não conseguiu escapar da função de enquadramento da vida, continuando a ser entendido e utilizado como uma definição universal e identitária de uma fase da existência humana, agora um pouco mais ampliada. (COIMBRA; NASCIMENTO, 2015, p. 182).

O conceito de juventude, refere Waiselfisz (2014), é tido como uma categoria sociológica, na qual se entende o sujeito como estando em um processo de preparação para a adultez, para desempenhar novos papéis familiares e profissionais.

Coimbra e Nascimento (2015) defendem que atualmente esse conceito continuou no plano homogêneo e de identidade, diferentemente da adolescência, mas também impôs um modo de ser e estar no mundo, provocando muitas vezes o desejo da eterna juventude, uma vez que ser jovem, no ideário de muitos sujeitos, é ser saudável física e emocionalmente, ter vivacidade; é ser potente, moderno, responsável e, além de tudo, maduro.

O trecho da música “Terra de Gigantes”, acima citado, revela que os jovens foram precursores de lutas no reconhecimento de direitos sociais, por políticas e benefícios públicos, pela liberdade de expressão e outras mobilizações, e, especialmente, nos anos de 1990 as marchas eram as formas de expressão por participação popular diante de um regime denominado democrático; mesmo num cenário mais contemporâneo permeado pela indiferença, pelo consumismo, no qual paira a crítica que os jovens são apolíticos, é preciso observar que os movimentos atuais, como dos estudantes secundaristas, desconstruem essa afirmação e mostram a politização da juventude em meio as armadilhas do capital.

É nesse sentido que Coimbra e Nascimento (2015) ressaltam que, a partir desse novo conceito “juventude”, o capital financeiro produziu um mercado focalizado, principalmente no plano estético, reafirmando cotidianamente o desejo da juventude (lutadora, bela, vibrante) e produzindo subjetividades.

Ainda, é necessário considerar a relação entre os campos da infância, adolescência e juventude, como destacam Castro et al. (2015, p. 48):

[...] os campos de estudo infância, adolescência e juventude estão estreitamente relacionados, não existindo limites que os separem com precisão. São campos que aparecem frequentemente juntos nas investigações. A conjunção, ou a separação, destes campos coloca desafios conceituais que ainda necessitam ser aprofundados.

Coimbra e Nascimento (2015) salientam que adolescência e juventude, muitas vezes, são tomadas como sinônimos e as autoras propõem que essas noções sejam desagregadas de conceitos identitários fechados, marcadas por modelos e preconceitos e que, portanto, há a necessidade de “transvalorar”, não definir sujeitos *a priori* e sim focar na processualidade; “[...] é ela que nos permite experimentar, criar e inventar, visto que os sujeitos, objetos e saberes estão sempre se fazendo, estão sempre sendo, e nós como profissionais também... Não há nada acabado, não há certezas, tudo é temporário...” (COIMBRA; NASCIMENTO, 2015, p. 188).

As autoras sustentam a ideia de transvalorar no sentido de subverter essas categorias postas, naturalizadas, e inventar outras juventudes, outros modos de proteção e cuidado efetivados pelas políticas públicas que não os da tutela e do controle.

4.2 Processos de subjetivação

Este sujeito ao qual foi aplicada a Medida Socioeducativa é um ser singular constituído por uma trama complexa e instável, composta por conexões, por emaranhados de relações e, para compreendê-lo, é preciso identificar as políticas que permeiam o seu espaço relacional e a forma como ele vê e se relaciona com o mundo; isso tudo compõe a sua subjetividade.

Guattari (1992), Rolnik (1997) e Deleuze (2001) sustentam que a subjetividade não significa uma posse, mas uma produção processual que se constitui a partir de acontecimentos, de uma rede de relações sociais (os agentes humanos) com agentes não humanos, como as políticas e outros equipamentos, e tudo aquilo que produz um efeito no sujeito; ou seja, ele se constitui na experiência, na produção de sentido do que viveu.

Mansano (2009), Guattari e Rolnik (2013) apontam que a existência do sujeito não deve ser atribuída a uma “natureza”, a qual vai determinar uma essência, algo fixo, estável – de natureza do ser. Aludem os autores que a subjetividade é um processo produzido a partir de múltiplos componentes: “[...] valores, ideias e sentidos ganham um registro singular.” (MANSANO, 2009, p. 111) e produzem um sujeito provisório. Tal sujeito acolhe aspectos do mundo exterior e os torna subjetivos, bem como emite componentes subjetivos ao outro e se constrói a partir de trocas.

A circulação destes elementos exteriores e subjetivos acontece a partir das instituições, práticas e procedimentos vigentes em um dado período histórico, sendo a subjetividade permanentemente modificada a partir de novas conexões com novos componentes; para a autora, a subjetividade é “[...] uma matéria-prima viva e mutante a partir da qual é possível experimentar e inventar maneiras diferentes de perceber o mundo e nele agir” (MANSANO, 2009, p. 112).

Guattari e Rolnik (2013) defendem que a subjetividade também é produzida pelo capitalismo, ou seja, um sistema econômico que produz indivíduos pertencentes a lugares de hierarquias e submissões, como também cria necessidades por meio de uma rede global rizomática que domina e alcança outros sujeitos.

Esse modo de produzir subjetividades advém de um processo histórico que se faz importante descrever. Sibilia (2004) discute dois paradigmas da subjetividade, que convivem na contemporaneidade: o da interioridade que se refere ao conhecer-se a si mesmo, as próprias profundezas e, subsequente, o da visibilidade com um culto às aparências.

Ao olhar para características dos períodos históricos, Sibilia (2004) destaca que na Idade Antiga partia-se da concepção de que as ações do homem deveriam estar de acordo com os princípios naturais e em harmonia com o universo, considerando que a interioridade, apesar de não ter um conceito definido, ocorria por meio desta harmonia. Na Idade Média, por sua vez, o período teocêntrico se fortaleceu e eclodiu a necessidade de conhecer a si mesmo para a prática do bem e de acordo com a vontade de Deus. Os monges eram os detentores divinos das explicações sobre a mente e a interioridade.

Com o Renascimento, na Idade Moderna, eclode o antropocentrismo e a razão predominou sobre a fé. Desta maneira, houve um movimento intelectual e artístico como fonte de subjetivação e conseqüentemente a busca por espaços íntimos que garantiam uma solidão, o que proporcionava o contato com a interioridade.

A interioridade, segundo a autora, passa a ser reificada e vista como um lugar sombrio, por isso a literatura torna-se um meio de dar vazão ao sentimento, inclusive à melancolia. Neste contexto, iniciam-se as práticas de autorreflexão e emergem saberes como a psicanálise e a medicina para entender o funcionamento do ser humano – denominadas pela autora como psico-lógica (SIBILIA, 2004). A busca do conhecimento de si acontece por meio do mergulho nas profundezas da alma, desprezando os meros sintomas; considera-se a causalidade múltipla dos processos mórbidos para diagnosticar e tratar: ambiente, história vital e singular.

Já a Idade Contemporânea, marcada pela Revolução Francesa, que tinha como ideologia “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, passou a caracterizar os indivíduos como livres e passou a reforçar um individualismo, considerando inclusive que as aptidões individuais eram o que definia a ascensão social, bem como o sofrimento na busca do conhecimento de si, que antes era vangloriado, agora é considerado um obstáculo para a felicidade plena, e são buscadas intervenções tecnocientíficas que diminuam o sofrimento de maneira veloz e efetiva. São produzidos alicerces biólogos para explicar o comportamento humano e os processos mentais; a medicação compulsória da existência. Observa-se, segundo a autora, um novo paradigma: o da visibilidade, caracterizado pelo tecno-lógico. O paradigma da visibilidade denuncia o declínio da interioridade e implica em um novo modo de ser e de se relacionar em âmbito global, muitas vezes, por meio de uma tela, no qual os sujeitos

passaram a priorizar a visibilidade e a exterioridade do corpo, fomentando o consumismo e a descartabilidade.

Percebe-se, assim, que o Estado, a ciência, a mídia e outros dispositivos tendem a padronizar o sujeito, produzindo subjetividades hegemônicas como forma de normatizar comportamentos e produzir bens e necessidades de consumo; produz-se desejo, sonhos, garantindo a hegemonia do capital – este considerado uma “máquina de produção de subjetividade” (GUATTARI; ROLNIK, 2013).

Reforçando a ideia de que o sujeito não tem uma essência, mas uma subjetividade industrial, como um ser fabricado, modelado, consumido, Guattari e Rolnik (2013) asseveram que as máquinas de produção dessa subjetividade variam: máquinas territorializadas que se referem a um sistema mais tradicional: são as etnias ou uma corporação profissional; no sistema capitalístico essa produção acontece em escala internacional e produz um desejo coletivo.

Hoje o capitalismo atua na produção de subjetividade como algo que talvez seja mais importante do que qualquer outro tipo de produção, nas palavras dos autores: “mais essencial até do que o petróleo e as energias” (GUATTARI; ROLNIK, 2013, p. 34), pois a produção de subjetividade permite se firmar no mercado mundial. Esta subjetividade vendida não está demarcada apenas no campo da ideologia da representação, mas no íntimo dos indivíduos e diz respeito aos comportamentos, à sensibilidade, às relações sociais e sexuais etc., demarcando um certo modo de ser,

[...] perceber o mundo, de se articular com o tecido urbano, com os processos maquínicos do trabalho e com a ordem social suporte dessas forças produtivas. Se isso é verdade, não é utópico considerar que uma revolução, uma mudança social em nível macropolítico e macrossocial, concerne também à produção da subjetividade, o que deverá ser levado em conta pelos movimentos de emancipação. (GUATTARI; ROLNIK, 2013, p. 34).

Guattari e Rolnik (2013) discutem a existência de um Capitalismo Mundial Integrado, o qual atua conforme o lugar que o sujeito se insere, mais especificamente, de acordo com o nível econômico a que pertence. Isto é, o plano econômico e social produz uma subjetividade de forma serializada e a nivela em escala mundial; portanto, as classes que detém o poder asseguram o controle sobre a vida.

Rolnik (1997) afirma que há uma produção de *kits* de perfis-padrão para serem consumidos. Aquilo que é local, específico de uma cultura passa a dar lugar, conforme

descreve a autora, a “[...] identidades globalizadas flexíveis que mudam ao sabor dos movimentos do mercado e com igual velocidade” (ROLNIK, 1997, p. 1).

Coimbra (2005) corrobora com essas reflexões e descreve sobre a produção de sujeitos “perigosos”, os quais são efeitos da ciência e de inovações disciplinadoras que geram segregações e produzem infâncias e juventudes desiguais. Entende-se, portanto, que a segregação e a culpabilização do sujeito são funções de uma economia subjetiva capitalística a qual cria sistemas de hierarquia inconscientes, sistemas de disciplinarização que valorizam socialmente as elites e situam os sujeitos em camadas sociais. Esse movimento tende a estagnar a criatividade e ameaça a valorização da existência na sociedade (GUATTARI; ROLNIK, 2013).

O capitalismo despersonaliza e forja um modelo de igualdade e, para isso, os meios de comunicação são grandes aliados. As mídias, principalmente a televisiva, estão como um instrumento modelizador de subjetividade que tem um alcance enorme e por isso maior eficácia. Imagens de beleza, de justiça, vozes, conceitos falam pelos e para os indivíduos. Sustentam Guattari e Rolnik (2013) que não há uma passagem direta do enunciado aos que o recebem, há todo um aparato que medeia as mensagens, uma espécie de controle – trata-se de uma produção de subjetividades nas mãos das elites.

Nesse sentido, Rocha (2011) sustenta que a mídia tem um papel subversivo, uma vez que faz menções permissivas e libertárias contestando estereótipos, quando na verdade incita ao consumo um novo padrão, como se o produto em questão expressasse um estilo único, uma singularidade.

Parente (2013, p. 99) problematiza se essa não seria uma forma ainda maior de aprisionar o sujeito, e incita a questionar se

[...] a sociedade não estaria engendrando uma espécie de prisão ainda mais aperfeiçoada do que todas as outras, por intermédio do veículo multimídia do ciberespaço, o computador conectado em rede, capaz de, pela telepresença, produzir uma incrível ubiquidade que nos permite ir a todos os lugares sem sair do lugar.

Esse ideário de liberdade é vendido e disseminado sobre a premissa de que cada sujeito se conhece suficientemente para saber o que consumir, expressando um modo de ser singular, porém falso, mas que garante a expansão do poder hegemônico do capital.

Para a Rolnik (1997), as novas tecnologias, os novos hábitos e os novos produtos determinam um esvaziamento de significado, pois impossibilitam a criação de figuras e modos singulares de ser, de querer, de sentir etc. Neste paradigma contemporâneo de mudanças torrenciais, há uma desestabilização exacerbada que exige do sujeito flexibilidade

constante para acompanhar os novos fluxos, no entanto, este mesmo sujeito tende a não ser mais persistente diante dos imediatismos, o que causa um vazio de sentido insuportável e o corpo perde a vibratibilidade.

A vivência constante deste vazio faz emergir experiências aterrorizantes e a busca por preenchimento se torna cotidiana. Trata-se da busca pelo consumo de drogas, que são desde os produtos do narcotráfico aos produzidos pela indústria farmacológica que prometem saúde e beleza ilimitada e que sustentam a ilusão de uma identidade, descreve a autora. Importante salientar que o tráfico ou porte de drogas ilícitas aparece como o ato mais praticado, ou melhor, motivo pelo qual a maioria dos adolescentes cumpriam Medida em 2014 (CIDADE X, 2015, p. 36) – a temática envolvendo o uso abusivo de drogas (substâncias psicoativas) e tráfico serão discutidas no capítulo 8.

Todavia, não são só estas drogas propriamente ditas a que se refere Rolnik (1997), existe também a droga da literatura evangelista, da autoajuda, bem como das tecnologias *diet/light* como uma forma de purificação orgânica/corporal. Ainda, a autora trata como droga as figuras glamurizadas exibidas pelas mídias – as drogas da ilusão –; produtos vendidos como uma forma de status, de assegurar reconhecimento ou pertencimento a uma classe social e que produz falsos eus.

[...] as subjetividades são tomadas pela sensação de ameaça de fracasso, despersonalização, enlouquecimento ou até morte. As forças ao invés de serem produtivas, ganham um caráter diabólico; o desassossego trazido pela desestabilização torna-se traumático. Para proteger-se da proliferação das forças e impedir que abalem a ilusão identitária, breca-se o processo, anestesiando a vibratibilidade do corpo ao mundo e, portanto, seus afetos. Um mercado variado de drogas sustenta e produz esta demanda de ilusão, promovendo uma espécie de toxicomania generalizada. (ROLNIK, 1997, p. 2).

As toxicomanias possibilitam ao sujeito uma regulação momentânea do mal-estar. Sustenta Rolnik (1997) que acontece uma diminuição das forças, o que muitas vezes dificulta os processos de criação e de ruptura para novas possibilidades de vida. Apesar desta diminuição de forças, afirma-se que continua presente a potência de criação e recriação com possibilidades de novos agenciamentos.

A autora também dá destaque ao processo de pulverização de identidades por meio dos “kits”, em que as identidades locais fixas desaparecem para dar lugar a identidades globalizadas flexíveis. No entanto, para a autora, o que se defende não são as identidades locais em detrimento das identidades globais, “[...] é a própria referência identitária que precisa ser

combatida, não em nome da pulverização [...], para dar lugar aos processos de singularização, de criação existencial, movidos pelo vento dos acontecimentos.” (ROLNIK, 1997, p. 3).

Porém, para desmontar a produção de subjetividade dominante, sugerem Guattari e Rolnik (2013) que é necessária a mudança dos meios de comunicação por um grupo que desenvolva uma sensibilidade, pessoas com perspectivas ativas que se preocupam com a cidadania e com as minorias. “O que vai permitir o dismantelamento da produção de subjetividade capitalística é que a reapropriação dos meios de comunicação de massa se integre em agenciamentos de enunciação que tenha toda uma micropolítica e uma política no campo social.” (GUATTARI; ROLNIK, 2013, p. 141).

O que é produzido pela subjetividade capitalística, o que nos chega através da mídia, da família, de todos os equipamentos que nos rodeiam, não são apenas ideias; não são a transmissão de significações através de enunciados significantes; nem são modelos de identidades ou identificações com polos maternos, paternos etc. São, mais essencialmente, sistemas de conexão direta entre, de um lado, as grandes máquinas produtoras e de controle social e, de outro, as instâncias psíquicas, a maneira de perceber o mundo. (GUATTARI; ROLNIK, 2013, p. 78).

Guattari e Rolnik (2013) fazem refletir sobre a noção de “cultura”, a qual é tida empiricamente como um valor dos que têm e os que não têm; ou melhor, os que são considerados cultos e os que são considerados incultos. Os autores criticam tal concepção e defendem uma noção democrática e de movimento emancipatório ao afirmar a cultura como alma coletiva, a qual emerge como sinônimo de civilização e compreende que, independentemente do lugar, todos têm cultura. No entanto, atenta-se para uma terceira compreensão de cultura – a cultura de massa. Difundida em território coletivo, a cultura de massa refere-se aos bens, ao mercado monetário e produz um sujeito consumista e voraz. Esta produção de subjetividade capitalizada “gera uma cultura com vocação universal” (GUATTARI; ROLNIK, 2013, p. 26), e uma produção de margens, de territórios subjetivos de pertencimento, mas que segrega ainda mais, uma vez que a realidade que recebe essa cultura não é homogênea e uniforme e sim díspar e reversa. Nesse sentido, pode-se entender a própria violência como expressão enquanto um ato simbólico, isto é, são formas moleculares destrutivas para as quais se deve instaurar dispositivos que articulem modos de expressão diferentes aos dominantes.

Importa entender que a cultura de massas não é transmissão de informação cultural, mas uma maneira das elites exporem seu poder – um poder inclusive de diferenciar pela “cultura” a relação social com os demais membros de uma sociedade. Assim, a cultura produz indivíduos e aquilo que se chama de identidade cultural deve ser considerado um meio de se

identificar num grupo. É um conceito que está no nível de territorialização subjetiva, sustentam Guattari e Rolnik (2013); e a cultura também opera com múltiplas relações transversais e transmaquínicas, ou seja, é capitalística e se difunde no decorrer da história de determinado lugar, passando por gerações de um grupo social, ou mesmo uma sociedade.

Destaca-se que subjetividade e individualidade são conceitos diferentes, segundo os autores. Este último é entendido como uma produção em massa, modelada e serializada de ser. Já a subjetividade é produzida por uma multiplicidade de agenciamentos sociais e passa por transformações valorativas moleculares.

[...] a subjetividade está em circulação nos conjuntos sociais de diferentes tamanhos: ela é essencialmente social, e assumidamente exigida por indivíduos em suas existências particulares. O modo pelo qual os indivíduos vivem essa subjetividade oscila entre dois extremos: uma relação de alienação e opressão na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal como recebe, ou uma relação de expressão e de criação, na qual o indivíduo se apropria dos componentes da subjetividade, produzindo um processo que eu chamaria de singularização. (GUATTARI; ROLNIK, 2013, p. 42).

Assim, a subjetividade não é um recipiente em que se depositam “coisas” externas que são interiorizados, esses são elementos que intervêm na subjetivação juntamente a um conjunto de componentes e, portanto, não é só determinada pelo domínio da economia, do social, da tecnologia, mas sim por uma heterogeneidade de fatores, inclusive no campo da corporeidade, do inconsciente.

Ainda, este estado de monopólio do capital revela ou causa uma infantilização do sujeito, destacam Guattari e Rolnik (2013), pois o Estado pensa por ele, organiza a sua vida social e mantém sobre ela um controle. “A ordem capitalística é projetada na realidade do mundo e na realidade psíquica. Ela incide nos esquemas de condutas, de ação, de gestos, de pensamento, de sentido, de sentimento, de afeto, etc.” (GUATTARI; ROLNIK, 2013, p. 51); desta maneira, produz os modos de relações humanas: a forma como se trabalha, como se ama, como se fala, e fabrica a relação do homem consigo mesmo, com as leis e com o mundo.

Diante da produção de um sujeito padronizado emana a necessidade de resistir à regra geral/global de ser e promover o contato com o outro, com o diferente, criando novas possibilidades de existir, de singularizar-se a partir dos movimentos e cursos da história. Torna-se uma luta produzir-se rompendo com valores capitalistas postos como referência na contemporaneidade.

Para isso, sugerem Rolnik (1997) e Coimbra (2005), movimentos de resistência e criação se fazem necessárias em relação à dominação, exploração, sujeição dos sujeitos e

mais: para possibilidades de transformação de modos de subjetivação; porém, o que se objetiva é o rompimento com o regime identitário como forma de deixar emergir a potência criadora.

4.2.1 Processos de singularização

A ruptura dessa produção de subjetividade capitalística – geradora de fluxos sociais e econômicos – coloca em prática um processo de subjetivação diferente, capaz de gerir processos de singularização, de agenciar outros modos de produção sem oprimir ou segregar em esferas distintas, mas que se articulem no conjunto do campo social as culturas (inclusive com as produções maquínicas como a informática), produzindo mudanças no dia a dia das pessoas e atingindo transformações macropolíticas. Guattari e Rolnik (2013) sugerem um modo de produção cultural que quebre com os esquemas atuais de poder da classe dominante através de equipamentos coletivos e a sua mídia.

Segundo Guattari, existem modos de subjetivação singulares, como um movimento na contramão ou de resistência aos moldes pré-determinados de ser do capitalismo, denominados de “processos de singularização” (GUATTARI; ROLNIK, 2013, p. 22). Esses processos implicam a construção de moldes de sensibilidade, de criatividade, “Uma singularização existencial que coincida com um desejo, com o gosto de viver, com uma vontade de construir um mundo no qual nos encontramos, com a instalação de dispositivos para mudar os tipos de sociedade, os tipos de valores que não são os nossos.” (GUATTARI; ROLNIK, 2013, p. 23).

Nesse sentido, uma mudança macro acontece mediante as microrrevoluções, pois, se esta produção capitalística chega ao sujeito pela linguagem, pela família, pela mídia, ou melhor, pelo seu cotidiano, e conecta as máquinas produtivas às de controle social e às próprias instâncias psíquicas, também cria uma forma de perceber o mundo. Importante salientar que os autores expõem que as sociedades arcaicas, ou mesmo isoladas, que não têm acesso a essa significação dominante, tem outra forma de perceber o mundo e as relações (GUATTARI; ROLNIK, 2013).

Por isso, os modos de produção de subjetividade precisam incumbir processos de singularização, atuando em um nível micropolítico para emancipar sujeitos e fortalecê-los à recusa de uma certa ordem social planetária. Guattari e Rolnik (2013) destacam que essa tarefa, em geral, é atribuída aos denominados de trabalhadores sociais – psicólogos, assistentes sociais, educadores –, os quais atuam na produção de subjetividade, mas os autores

questionam: “[...] quem não trabalha na produção social de subjetividade?” (GUATTARI; ROLNIK, 2013, p. 37).

Discutem os autores que tais trabalhadores podem atuar de modo a criar ou a reforçar modos dominantes, por isso, eles

[...] se encontram numa encruzilhada política e micropolítica fundamental. Ou vão fazer o jogo dessa reprodução de modelos que não nos permitem criar saída para os processos de singularização ou, ao contrário, vão estar trabalhando para o funcionamento desses processos na medida de suas possibilidades e dos agenciamentos que consigam pôr para funcionar. (GUATTARI; ROLNIK, 2013, p. 37).

Uma suposta neutralidade serve até para justificar e legitimar, segundo os autores, a existência dessas profissões, principalmente as *psi*. Nenhuma profissão é, em sua “essência”, policialesca, porém, não há garantia de construção de uma profissão que prime por novos modos de subjetivação. Muitas reforçam os sistemas de produção de subjetividade dominante. A garantia de uma micropolítica processual – aquela que constrói novos modos de subjetivação – pode ser efetivada a partir da capacidade do profissional-social de “[...] articular com os agenciamentos de enunciação que assumam sua responsabilidade do plano micropolítico” (GUATTARI; ROLNIK, 2013, p. 38).

Nesse sentido, é de extrema importância considerar as práticas sociais de trabalho e de gestão, incluindo as políticas públicas, como dispositivos de subjetivação, pois possibilitam os encontros, os apoios e também os bloqueios – são dispositivos de controle do Estado. Paiva e Oliveira (2015) ressaltam que atualmente a própria vivência do medo é utilizada como mecanismo de controle, dominação e conseqüentemente de subjetivação.

Para tanto, atuar no agenciamento de singularidades desejanter é revelar a existência dessa produção de subjetividades dominantes, é criar embate com a produção capitalística, mas é nesse processo que as revoluções micropolíticas incidirão sobre o nível macro. A subjetividade é produzida, portanto, por agenciamento de enunciação, ou seja, não é um processo centralizado em um indivíduo ou em um grupo, mas sim a conexão de várias instâncias: funcionamento de máquinas de expressão, como sistemas econômicos, sociais, aparatos tecnológicos, bem como sistemas de percepção, de desejo, corporais etc. – sistemas que estão em ação concomitantemente.

Há uma tentativa de eliminar o que é denominado como processo de singularização, pois, ao se singularizar, o capital perderia o controle. Por isso, a ordem capitalística atua nos modos de temporalização e espacialização, que também são controlados por planos e ritmos

impostos tanto a nível dos opressores quanto a nível dos oprimidos; assim a “[...] luta não se restringe mais ao plano de economia política subjetiva. Os afrontamentos sociais não são mais apenas de ordem econômica. Eles se dão também entre as diferentes maneiras pelas quais os indivíduos e grupos entendem viver sua existência.” (GUATTARI; ROLNIK, 2013, p. 53).

Dessa maneira, a produção de subjetividade em escala planetária é uma tentativa de controle social que se choca com elementos de resistência, isto é, com formas de produzir modos singulares e originais de ser. Conforme descreve Parente (2013, p. 96),

Por um lado, o sujeito é processual e não uma essência ou uma natureza: não há sujeito, mas processo de subjetivação. Por outro lado, a subjetivação é o processo pelo qual os indivíduos e as coletividades se constituem como sujeitos, ou seja, só valem na medida em que resistem e escapam tanto aos poderes quanto aos saberes constituídos. Os poderes e saberes suscitam resistências.

Nesse sentido, a produção de subjetividade deve ser uma linha de fuga que escapa aos poderes e aos saberes. Trata-se do processo de singularização, que, ao captar elementos da realidade local e compreender sua situação, abre espaço para a autonomia e para a criação. Essa deve ser uma revolução molecular, denominam Guattari e Rolnik (2013), efetivada nas relações de autodominação, nas novas formas de socialização, de lazer, e que passa a questionar o consumo, a atual forma de trabalho e os meios de comunicação.

A revolução molecular é um devir de uma multiplicidade de vontades – de amar, de desejar; produz condições de uma vida coletiva e singular, tanto no que se refere ao campo material quanto subjetivo, construindo tipos próprios de referências, sem ficar na posição de dependência ao poder global. “São revoluções moleculares criando mutações na subjetividade consciente e inconsciente dos indivíduos e dos grupos sociais.” (GUATTARI; ROLNIK, 2013, p. 55).

Muitas destas tentativas de singularização são abortadas ou fracassam, afirmam Guattari e Rolnik (2013), e expõem que outras rompem com a subjetividade capitalística, ou com os processos maquínicos de produção. Isso não significa voltar para as bases arcaicas da cultura da subjetividade, mas construir condições para um novo tipo de subjetividade – uma subjetividade singular. É inventar modos e fazer brechas no sistema de subjetividade dominante, resistindo às tentativas de nivelamento.

Os agenciamentos que produzem modos de subjetivação próprios podem provocar atitude de reconhecimento e permitir mudanças locais (como uma resposta micropolítica), para isso é importante a análise do que emerge como singular para que não sejam anulados e sim expandidos como processo de singularização. Ainda que os processos de serialização, de

redundância da subjetividade estejam dados, é o que o sujeito faz com eles que o singulariza (GUATTARI; ROLNIK, 2013).

Os autores salientam sobre os falsos processos de singularização que ocorrem com determinados grupos. Na busca pela singularização criam uma identidade, mas são individualizados à medida que interiorizam a necessidade imposta pela globalização, como as marcas de vestimentas, marcas corporais e acessórios – o que impõe um modo de ser.

Para Guattari e Rolnik (2013) a revolução molecular ocorre em três níveis: no campo do desejo (infrapessoal); na maneira como se vive as relações sociais; e na presença das forças políticas nas relações que permitem ao sujeito se reinventar. “A revolução molecular é o despontar dessa noção de desejo, tanto em nível microscópico, quanto em escala social.” (GUATTARI; ROLNIK, 2013, p. 66).

Quando se fala em revolução molecular, emerge a necessidade de mencionar as minorias como grupos propulsores de mudanças. Não se trata de quantidade, nem uma questão de identidade cultural, mas de pessoas estratificadas da sociedade e que têm em suas reivindicações não apenas a necessidade de reconhecimento de sua identidade, mas o fazer emergir um devir (tornar-se), fazendo emergir sua multiplicidade, sua pluralidade e sua articulação por meio de um processo criador. A ideia do devir está ligada à “possibilidade ou não de um processo de se singularizar” (GUATTARI; ROLNIK, 2013, p. 86).

Assim, cabe pensar que a “[...] verdadeira revolução social passa pela capacidade de se articular, de deixar o processo de singularização se afirmar.” (GUATTARI; ROLNIK, 2013, p. 66); portanto, as mutações subjetivas também modificam o curso da história, não só por líderes ou por grandes movimentos econômicos e sociais.

5 HISTÓRIAS, CENÁRIOS E POLÍTICAS: AVANÇOS E RETROCESSOS NA BUSCA POR DIREITOS

Vamos passear depois do tiroteio
Vamos dançar num cemitério de automóveis
Colher as flores que nascerem no asfalto
Vamos todo mundo, tudo que se possa imaginar

Vamos duvidar de tudo o que é certo
Vamos namorar à luz do polo petroquímico
Voltar pra casa num navio fantasma
Vamos todo mundo, ninguém pode faltar

Se faltar calor, a gente esquentar
Se ficar pequeno, a gente aumenta
E se não for possível, a gente tenta
Vamos velejar no mar de lama
Se faltar o vento, a gente inventa
Vamos remar contra a corrente [...]
(Gessinger, *pose*, 1992).

Entre um misto de ceticismo e esperança, há uma proximidade do trecho da música acima citada com a realidade: as histórias de vida das pessoas atendidas pelo Serviço, os índices revelados, a elaboração, implementação e execução das políticas nem sempre são capazes de resolver problemáticas macropolíticas, mas é no cotidiano que emerge o desejo íntimo (meu) de um mundo melhor e se fazem microrrevoluções.

5.1 Cenários críticos

Pensar que cenário há na contemporaneidade para a juventude fez emergir outra música que denota o estabelecimento de um olhar para o belo, mas ao mesmo tempo pronuncia ou causa quase que uma impotência para a mudança:

Minha laranjeira verde, por que está tão prateada?
Foi da lua dessa noite, do sereno da madrugada
Tenho um sorriso bobo, parecido com soluço
Enquanto o caos segue em frente
Com toda a calma do mundo. [...]. (Russo, 1991).

Os homicídios são hoje no Brasil a principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos e, de acordo com Waiselfisz (2014), atingem especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias. Para além de uma grave violação aos direitos humanos, é também uma questão de saúde pública.

Desde a década passada já foi apontado por Waiselfisz (1998) que a mortalidade violenta de jovens se dava pelos acidentes de trânsito, homicídios e suicídios e esse cenário não tem mudado nos dias atuais, conforme descreve o mesmo autor, Waiselfisz (2014). De acordo com ele, em 2012 o Brasil contava com 52,2 milhões de jovens na faixa dos 15 aos 29 anos de idade, o que representava 26,9% do total de habitantes do País. Tais dados já foram maiores, mas devido aos processos de controle da natalidade caíram significativamente, aumentando os índices de maior idade – idosos, destaca Waiselfisz (2014.)

Segundo uma pesquisa feita pela Secretaria Nacional de Juventude dos jovens ouvidos, 51% já havia perdido uma pessoa próxima de forma violenta. “[...] as epidemias e doenças infecciosas, que eram as principais causas de morte entre os jovens cinco ou seis décadas atrás, foram sendo progressivamente substituídas pelas denominadas causas externas.” (WAISELFISZ, 2014, p.24).

Nesse sentido, o autor expõe que, em 2012, 71,1% dos óbitos juvenis tiveram sua origem nas causas externas, podendo ser considerada de elevada incidência quando comparada com não jovens (8,8%); este, um “produto de um conjunto de situações sociais e estruturais” (WAISELFISZ, 2014, p. 24).

Outro dado importante apresentado no Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2014) é que Santa Catarina, conforme o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), apresentou em 2012 a menor taxa de homicídio juvenil (23,8%) se comparada com os demais estados brasileiros no mesmo ano – índice cinco vezes menor que de Alagoas, por exemplo, que apresenta a maior taxa, 138,3%. Conhecer os índices da mesorregião da Cidade X quando comparados aos do Estado seria de grande relevância.¹³

Tendo em vista os dados acima mencionados, ainda é importante expor que Paiva e Oliveira (2015) descrevem, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que menos de 1% dos crimes de latrocínio e homicídio é cometido por adolescentes. Portanto, verifica-se que os adolescentes são os que menos cometem homicídios, mas os que mais são alvos desse crime. “Dessa forma, esses jovens aparecem no cenário nacional ora como vítimas ora como vilões, polarizando a opinião pública e, também, seus modos de ser e estar no mundo.” (VAVASSORI; TONELI, 2015, p. 1190).

¹³ O Observatório de Violências e Segurança Pública (<http://descartes.unochapeco.edu.br/observatoriopp/ovsp>) tem produzido relatórios técnicos nesse sentido; no entanto, o *site* da Secretaria de Estado de Segurança Pública de SC, mais especificamente a página de acesso “Segurança em Números”, em que é possível obter dados de Estatística Criminal, encontra-se em manutenção desde novembro de 2016 (conforme pode ser observado no seguinte link de acesso: (http://www.ssp.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=533:seguranca-em-numeros&catid=92&Itemid=241), não sendo possível finalizar tal relatório e conhecer a realidade da mesorregião da Cidade X.

Ainda, cabe expor que, segundo os índices levantados por Waiselfisz (2014), de 1980 a 1996 as capitais brasileiras possuíam altos índices de homicídios comparados com o interior dos estados. Os índices foram mudando de 1996 a 2003, visto que de 2003 a 2012 se percebeu um crescimento acentuado de 35,7% dos homicídios por 100 mil habitantes no interior. “Dessa forma, o interior assume claramente o papel de polo dinâmico, motor da violência homicida, contrapondo-se às quedas substantivas nas taxas que as capitais estariam gerando.” (WAISELFISZ, 2014, p. 64); ocasionando o deslocamento da violência para municípios de pequeno e médio porte. O autor descreve que essa mudança pode estar atrelada à emergência de polos de crescimento nos municípios do interior, considerando que, devido aos investimentos, o lugar torna-se atrativo e as pessoas migram em busca de trabalho e renda, e junto migra a criminalidade, posto que tais espaços, muitas vezes, são carentes de sistemas de proteção do Estado. Outro motivo, de acordo com Waiselfisz (2014), é que os recursos para o combate da criminalidade foram destinados às regiões metropolitanas onde a criminalidade era visivelmente demasiada, o que dificultou ações criminosas; estas se deslocando para cidades com menor capacidade de segurança. Ainda, segundo ele, implantou-se sistemas de notificação também no interior, o que permitiu a notificação e expressão dos fatos.

Aponta ainda, Waiselfisz (2014), que não houve grandes mudanças nos índices e sim uma distribuição da violência para outras localidades. Os índices nacionais, de acordo com o autor, referem que, de 2002 a 2012, o Brasil conseguiu estagnar as taxas de homicídio que vinham crescendo rapidamente desde 1980; tais dados demonstram que a violência não é um fenômeno natural e que as políticas públicas podem fazer tais níveis de violência retroceder.

Waiselfisz (2014) descreve que a população jovem negra tem sofrido mais homicídios se comparada à população jovem branca, podendo ser visualizado de 2002 para 2012 um crescimento de 32,4%. A crescente privatização da segurança, os limites do Estado em oferecer acesso aos serviços e benefícios sociais considerados básicos revelam, segundo Waiselfisz (2014) e Paiva e Oliveira (2015), que a população com melhores condições econômicas faz uso de serviços privados de mais qualidade – tal população refere-se aos brancos que ainda possuem uma renda familiar de cerca de 75,2% a mais que os negros.

Ainda, vê-se a naturalização da violência e sua aceitação que pode ser percebida nos discursos culpabilizantes, como:

[...] a estuproada foi quem provocou ou ela se vestia como uma ‘vadia’; o adolescente vira marginal, delinquente, drogado, traficante; aceitabilidade de castigos físicos ou punições morais com função ‘disciplinadora’ por parte das famílias ou instituições, moreno de boné e bermudão é automaticamente suspeito etc. A própria existência de leis ou mecanismos específicos de proteção: estatutos da criança, do adolescente, do

idoso; Lei Maria da Penha, ações afirmativas etc. indicam claramente as desigualdades e as vulnerabilidades existentes. (WAISELFISZ, 2014, p. 185).

Em se tratando de índices e cenários (os atores da rede), é importante pontuar algumas informações constantes no Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo da cidade estudada, de 2015, uma vez que este aborda um panorama das Medidas Socioeducativas no município tendo como referência o período de janeiro de 2013 a julho de 2014, e que, apesar dos dados serem voláteis, se faz uma ferramenta indispensável e válida para compreender o cenário das Medidas.

Destarte, a maioria dos adolescentes tinha 17 anos, representando um total de 22%, 19% deles tinha 16 anos; 17% tinha 15 anos; 17% tinha 18 anos e 11% apenas 14 anos, sendo que 12% tinha de 19 a 21 anos e 2% 13 anos. Visto que, do total de atendidos, 88% eram do gênero masculino e 12% do gênero feminino (CIDADE X, 2015).

Os dados demonstram (CIDADE X, 2015) que os atos infracionais mais cometidos (29%) estão relacionados ao tráfico ou uso de drogas; ademais, 23% por Furto; e 16% lesão corporal; visto que 80% dos adolescentes acompanhados nesse período cumpriram apenas uma Medida; 16% duas Medidas; 3% três Medidas. Considerando que as Medidas Socioeducativas em meio aberto referem-se à Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) e Liberdade Assistida (LA), o Plano (CIDADE X, 2015) aponta maior número de cumprimentos referentes à Medida de LA, quando comparada à PSC, que se refere a trabalho comunitário, enquanto a LA é o acompanhamento e participação nas atividades do Creas.

Embora o plano não saliente estatísticas sobre adolescentes que estejam fora da escola – pois o ECA prevê que todos estejam matriculados –, dos que estavam frequentando, 59% estudava entre 6º e 8º ano, e 14% frequentava a 1ª série do Ensino Médio.

Outro dado importante a mencionar refere-se às configurações familiares, o Plano (CIDADE X, 2015) destaca que 27% dos adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa naquele ano pertenciam a famílias nucleares: compostas por pai, mãe e irmãos; 23% em monoparentais; e 22% em famílias recompostas (destes, 19% ampliadas, 6% monoparentais, 3% unipessoais).

Sobre o mercado de trabalho, é visível que o acesso por esse público adolescente está dificultado, o que impossibilita condições básicas de vida. De acordo com o IBGE (2010), a taxa de pessoas desempregadas em CIDADE X que são referência nos domicílios é de 2,2%, visto que o estado de Santa Catarina apresenta uma taxa menor, de 1,6%. Ainda, a população com mais de 16 anos em situação de informalidade é de 14,5%, não apresentando índices de emprego dos adolescentes em MSE.

Paiva e Oliveira (2015), ao sustentarem que os jovens compõem o grupo mais vulnerável da população brasileira, descrevem que o risco também ocorre por esta dificuldade de integração no mercado de trabalho, principalmente àqueles que advêm de uma situação de pobreza e de baixa escolaridade – o que os torna ainda mais vulneráveis para o uso de substâncias ilícitas e a cometerem atos infracionais. Importante pensar que o trabalho, na maioria das vezes, é tido como fator de proteção, quando na verdade pode forçar o adolescente a abandonar a escola e outros direitos e conseqüentemente dificultar mais tarde a obtenção de níveis/cargos melhor remunerados.

Tal análise corrobora com os escritos de Rizzini, Zamora e Klein (2008), quando afirmam que as imagens de periculosidade associadas ao adolescente tornaram-se comuns no contexto brasileiro e que isso contribui para que muitos sejam banidos do mercado de trabalho, do ensino formal e do exercício da cidadania. Ainda, sustentam as autoras que “Embora se saiba que a violência não ocorra apenas nos estratos menos privilegiados da sociedade, é notório que estas imagens estejam invariavelmente associadas à população de baixa renda e não branca.” (RIZZINI; ZAMORA; KLEIN, 2008, p. 7).

Descrevem, Paiva e Oliveira (2015), que, devido ao desemprego de jovens ter aumentado, isso irá reincidir na sujeição a empregos precarizados ou a desistir de procurá-los. Nesse sentido, Rizzini, Zamora e Klein (2008) afirmam que a família e a comunidade, onde os adolescentes e jovens vivem, devem garantir uma segurança física e emocional a eles para um desenvolvimento saudável; e, assim, atividades ou organizações formais, como creches, escolas, centros de convivência e lazer, bem como redes de amizade e solidariedade, relações afetivas significativas, são formas de apoio a esse desenvolvimento e se tornam “[...] como fatores de proteção que dificultam ou neutralizam os fatores de risco para a conduta infracional.” (RIZZINI; ZAMORA; KLEIN, 2008, p. 11).

Assim, apesar de muitos avanços sociais e econômicos brasileiros, Waiselfisz (2014) sustenta que a população juvenil em certa medida não foi atingida pelas políticas públicas e continua vulnerabilizada. “A população juvenil brasileira tem estado direta ou indiretamente ligada, como alvo ou como perpetradora, a situações de violência. [...] é fato que o Estado não tem atuado de forma eficaz nem na prevenção, nem no enfrentamento a essas situações.” (PAIVA; OLIVEIRA, 2015, p. 41).

As ações governamentais são insuficientes para atender necessidades mínimas de segurança e dignidade para a maioria da população, inclusive a falta de espaços e recursos comunitários de cultura e lazer é um fator que contribuiu para o aumento da violência e criminalidade juvenil, sustentam Paiva e Oliveira (2015). Emergem, segundo as autoras, o

controle da violência por meios punitivos, sem olhar para as determinações que a produzem. Nesse sentido, Waiselfisz (2014) sustenta que a juventude não é grande produtora de violências: a juventude é em si o resultado, o espelho da sociedade.

Bonamigo et al. (2011, p. 801) ressaltam a importância da “[...] constituição de estratégias de prevenção de violências e a elaboração de políticas públicas que levem em consideração as especificidades, as dificuldades e o potencial dos municípios e da atuação inter ou transdisciplinar [...]”, portanto, aponta para a necessidade de estudos para a elaboração de estratégias locais para o enfrentamento da problemática.

5.2 Caminhos históricos percorridos

Ao pensar na questão “políticas públicas” em relação às práticas violentas, principalmente quando se refere à população juvenil, é de necessidade reconhecer a trajetória historial de compreensões e práxis para com este público e quais ainda estão presentes nos meandros da contemporaneidade.

Inicialmente recorre-se a Coimbra (2003), a qual descreve que as teorias europeias racistas e eugênicas do século XIX condenaram misturas raciais as caracterizando como indesejáveis e estabelecendo um padrão de formas de ser e existir – de subjetividade. Sustenta a autora que estar numa condição de miséria é, de acordo com o capitalismo, estar no ócio; assim, o sujeito pobre que negava a condição disciplinar do trabalho era considerado sem vontade, sem moral, nem inteligência e, portanto, perigoso, pois nenhuma entidade religiosa poderia mudá-lo.

A autora destaca que a ciência moderna emergiu para afirmar a natureza desprezível dos sujeitos pobres e buscar a comprovação da inferioridade ao serem comparados com a classe dominante. A própria teoria darwinista cunhada no século XVIII contribuiu para o pensamento de que o homem pobre nasce perigoso, por ter uma herança degenerativa; ou seja, aquele nascido no meio pobre sempre seria duvidoso, pois tratava-se de descendente de pais desvirtuosos, sendo um potencial para o crime.

Todos aqueles que não eram corpos dóceis e úteis para a produção precisavam ser exterminados (COIMBRA, 2003), advindo, por volta de 1920, o movimento higienista – prática considerada saneadora e civilizatória que pretendia eliminar a pobreza para a criação de uma sociedade moderna. Tais teorias e práticas surgiram como forma de conhecer e tomar medidas protetivas para explicar os males sociais e também justificar o fim desta “raça”.

Há de se demarcar que no final do século XIX, com a industrialização, emergiu a figura do trabalhador “livre” que vendia sua força braçal, e assim os considerados pobres dignos sob a utópica égide da “liberdade, igualdade e fraternidade”, refere Coimbra (2003).

Heranças do ócio, conforme afirmam Coimbra (2003) e Zamora (2008), Frasseto, Costa e Cerqueira (2015) e outros autores, as crianças e adolescentes pobres eram os denominados, conforme descrito anteriormente, menores; “[...] a utilização do termo ‘menor’, aplicado não para designar menores de idade de quais classes sociais, mas apenas para diferenciar um determinado segmento: o pobre.” (COIMBRA, 2003, p. 28). Aqueles precisavam ser retirados do convívio familiar e colocados nos “reformatórios”, onde muitas vezes viviam sob condições precárias e violência como disciplina – esta é uma medida de proteção baseada no Código de Menores criado em 1927, a qual enfatizava a responsabilidade individual sobre o ato.

Os movimentos dos trabalhadores surgidos em 1980 pela garantia de alguns direitos fazem emergir no Brasil iniciativas de um suposto sistema de proteção social, apoiado na contribuição e destinado aos mais pobres, estabelecendo uma relação de clientelismo e filantropia – também como forma de manter o controle sobre os trabalhadores.

Coimbra (2003) afirma que nesse período uma nova ordem mundial começa a se estabelecer: viu-se a emergência do Estado mínimo, a flexibilização do trabalho, o livre comércio, a privatização e “[...] assistimos a uma veemente produção de insegurança, medo, pânico articulados ao crescimento do desemprego, exclusão, da pobreza e da miséria.” (COIMBRA, 2003, p. 28).

5.2.1 Políticas Sociais: tentativas de garantia de direitos?

Latour (2012) faz emergir um pensamento de ruptura sobre o significado da categoria social. “O social aparece diluído em toda parte e nenhuma em particular.” (p. 19). Para o autor, o significado do termo se perde quando passa a referir algo material. Sustenta Latour (2012) que no último século foram elaboradas teorias sociais para lançar uma compreensão sobre alguns fenômenos que escapavam ao domínio de áreas como economia, psicologia, biologia etc. Algo era considerado social quando não apresentava propriedades específicas de um campo científico, ou quando reforçava, preservava, reproduzia a ordem social.

Falar da dimensão social se tornou corriqueiro; segundo Latour (2012), viralizou-se uma tendência de limitar o social aos humanos e não a outros elementos que o envolvem.

Afirma ele que a noção de social precisa ser redefinida buscando um entendimento mais primitivo. “[...] o adjetivo ‘social’ não designa uma coisa entre outras, como um carneiro negro entre carneiros brancos, e sim o tipo de conexão entre coisas que não são, em si mesmas, sociais.” (LATOUR, 2012, p. 23).

Nesse sentido, o autor apresenta um novo pressuposto que refuta o anterior e destaca que não existe um contexto social e que nenhuma força social está para explicar aquilo que outros domínios não explicam – os traços residuais –, e sim, há “[...] agregados sociais como algo a ser explicado por associações específicas fornecidas pela economia, linguística, psicologia, direito, administração etc.” (LATOUR, 2012, p. 22). Assim, o “social” não é algo dado, estagnado, mas um emaranhado de coisas e fenômenos que se transformam em “social”. Sustenta Latour (2012, p. 25): “[...] definirei o social, não como um domínio especial, uma tarefa exclusiva ou um objeto particular, mas apenas como um movimento peculiar de reassociação e reagregação” de entidades híbridas, feitos de materiais diversos, de humanos e não humanos (objetos, dispositivos tecnológicos, estatísticas, leis, textos, entre outros).

Com base nesta noção de “social”, podemos analisar o que a Constituição Federal atribui em seu o Art. 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados [...]” (BRASIL, 1988); corroborando com a reflexão do social como um processo amplo de agregação. De acordo com Kleba (2014), Pires (2011) e Yazbek (2010) entre outros autores, a Constituição Federal de 1988 pode ser considerada o marco para a construção da democracia, para garantia de direitos sociais e conseqüentemente para a emergência de novas práticas.

Numa perspectiva histórica e voltada aos adolescentes, público focalizado neste estudo, pode-se apontar que somente em 1924 emerge o primeiro instrumento jurídico internacional como forma de manifestar a necessidade de estabelecer os direitos sociais da criança e do adolescente – a Declaração de Genebra.

Com a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, a qual emergiu com o capitalismo industrial, teve-se o entendimento, conforme o Art. 1º, de que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.” Nascimento (2014) destaca que tais direitos são concebidos como naturais ao homem, porém reservados à elite, pois continuam a ser negados àqueles considerados desviantes, “pertencentes a uma subcategoria do gênero humano” (NASCIMENTO, 2014, p. 242).

Os discursos populares sobre os direitos humanos, em geral, têm uma conotação pejorativa que está, segundo a autora, relacionada aos sujeitos mais discriminados e marginalizados que precisam ter o direito garantido. Dessa maneira, o Estado vai se configurando como responsável por assegurar o acesso dos sujeitos a condições básicas de sobrevivência. Todavia, Nascimento (2014) aponta que “[...] é a ação ou omissão do Estado que o tornará (ou não) agente perpetrador de violência contra os direitos humanos.” (NASCIMENTO, 2014, p. 239).

Num Estado neoliberal em que há o máximo respeito ao mercado e mínima proteção social, a negligência já está compenetrada na própria política, afirma Nascimento (2014). Assim, para Paiva e Oliveira (2015), o Estado se configura como um Estado penal e não de providência. E mais: essa atual desatenção aos direitos básicos é uma produção de violência, segundo Nascimento (2014), pois gera ameaça aos vínculos e confiança, competição em postos de trabalho, desvalorização de salários, sentimentos de ansiedade, de desamparo e outros sofrimentos.

Bicalho, Barbosa e Meza (2015) chamam atenção para as atuais discussões sobre segurança pública, as quais perpassam um viés legalista e policialesco, dicotomizando sujeitos e ações em lados rivais. São discursos construídos por subjetividades que conceituam, nomeiam e determinam questões de segurança pública e que não dizem respeito apenas às políticas públicas, mas também às práticas cotidianas. São modos de pensar e agir advindos de um paradigma de guerra, que, segundo os autores, subjetivam os sujeitos. Expressões como *contra-ataque*, *perseguição* ainda estão no vocabulário e descrevem práticas contemporâneas e relações sociais atravessadas por violências.

Manifestos populares que recentemente envolveram jovens no Brasil dispararam discussões sobre segurança pública, mas mais do que isso, a mídia – um dos atores na produção do sujeito em situação de ato infracional – focou no sentimento de medo e insegurança; estes são vivenciados e mobilizam uma procura por soluções ao mesmo tempo que produzem duas categorias opostas: os vândalos e os policiais. Estas separações em polos divergentes, que podem ser chamadas máquinas binárias, tentam encerrar formas de existências como única possibilidade daqueles sujeitos, marcam posições, determinam intervenções que cabem a cada segmento – pobres-ricos, vândalos-policiais.

Esta dicotomização em categorias produz respostas segmentarizadas, de acordo com as significações atribuídas a cada “lado”, portanto é uma lógica que produz enfrentamento, confronto e batalha. “E numa batalha, o outro, o inimigo, precisa ser circunscrito para ser derrotado, acabado [...]” (BICALHO; BARBOSA; MEZA, 2015, p. 210).

Ainda, os autores descrevem que essa consequente rivalização produz práticas ainda mais violentas, ou seja, em nome de uma ordem, o Estado exerce, como uma medida de exceção, “[...] uma violência dita excepcional, porém permanente” (BICALHO; BARBOSA; MEZA, 2015, p. 213).

Cabe citar, conforme os autores, que as atuações policiais em favelas, por exemplo, reafirmam a existência de uma guerra legitimada e naturalizada, bem como definem contextos – onde é e não é permitido fuzis, por exemplo; isto reforça preconceitos e, sobretudo, produz efeitos sobre jovens e demais residentes nestes espaços.

Zamora, Vilhena e Dimenstein (2004) dão destaque para a ocorrência da segregação sócio-espacial, afirmando a necessidade de desnaturalização desse fenômeno. Produzida pelo fenômeno histórico da Reforma urbana, Avritzer (2012) vai tratar como uma varredura os pobres para áreas margilinalizadas da cidade, alocados em lugares sem nenhum tipo de serviço público. Zamora, Vilhena e Dimenstein (2004), sustentam que tal processo produz subjetividades, modos de vida e diferentes estratégias de sobrevivência nem sempre condizentes com a Lei e que podem perdurar por gerações. Importante destacar que o território também é parte do ser, constrói a subjetividade individual ou de grupo – de pertencimento. Esse espaço é global em relação às suas condições, histórias, mas é singular ao ser visto, sentido, proporcionando significados diferentes a pessoas diferentes.

Para as autoras, os canais de comunicação entre a população da periferia e dos centros são impugnados e essa incomunicabilidade também é uma violência que implica na subjetividade, no reconhecimento de si como pertencente a um lugar. Muitas vezes a dificuldade de acesso aos bens de consumo, às políticas de educação, saúde, emprego e renda, à moradia, ao saneamento básico, à cultura e ao lazer, somada a uma visão determinista e estigmatizada do adolescente pobre, como um ser perigoso, cria uma identidade.

Bicalho, Barbosa e Meza (2015) sustentam que essa fabricação de perigos pelos quais clama-se por proteção estabeleceu um pacto entre Estado e população em busca de garantias de segurança, o que se tornou um dispositivo de poder sobre aqueles que demonstram desejo de ser governados. Delimitou-se o que é seguro e distinguiu-se o perigoso; novamente se estabelece uma lógica dicotômica que norteia ações e mantém conceitos/construções sobre o que é segurança. Também é uma tentativa, segundo os autores, de antever movimentos que possam ameaçar tal pacto de segurança.

Nesse sentido, o Estado faz uso do saber científico, isto é, detém o poder também a partir de um saber, afirmam os autores, estabelecendo uma governamentalidade, um controle no íntimo do sujeito.

A governamentalidade dispensa processos massivos de vigilância e correção coercitiva, pois, ao produzir formas, ideias de existência, muitas vezes fundadas estatisticamente, produz paralelamente o autogerenciamento. A constante busca pelo enquadramento nas formas ditas ideias de vida é a maneira como os sujeitos conduzem suas existências. (BICALHO; BARBOSA; MEZA, 2015, p. 215).

Importante salientar que, para Foucault (2003, p. 303), governamentalidade é

[...] o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bem específica, bem complexa de poder, que tem como alvo principal a população, como forma mais importante de saber, a economia política, como instrumento técnico essencial, os dispositivos de segurança.

Perfazem Bicalho, Barbosa e Meza (2015), que esse poder, denominado por eles como governo da vida, ocorre por meio de verdades sentidas, postas como absolutas, conduzindo as relações à medida que examina em que segmento está – vândalo, policial, morador etc. – e qual o perigo preeminente. Nesta tentativa de prevenir riscos, a captura da multiplicidade de elementos imbricados pode ficar comprometida, bem como muitas práticas violentas não são vistas como tais e passam a ser legitimadas, destruindo juntamente o potencial criador dos sujeitos.

Embora esse cenário seja de temor, insegurança e que, conforme descreve Nascimento (2014), vem a ser constituinte da subjetividade dos sujeitos neste século XXI, o Estado diz estar preocupado com a prevenção e implementou desde a Constituição de 1988 políticas básicas como promotoras de cidadania; emergiu a partir de 1988 a Seguridade Social com novas bases para o atual sistema de Proteção social. Com base no tripé: Previdência Social, Saúde e Assistência Social, “[...] a noção de seguridade supõe que os cidadãos tenham acesso a um conjunto de direitos e seguranças que cubram, reduzam ou previnam situações de risco e de vulnerabilidades sociais.” (YAZBEK, 2010, p. 13).

Paiva e Oliveira (2015) sustentam que marginalidade, trabalho infantil, desemprego, se apresentam como questões sociais, as quais precisam ser problematizadas. No entanto, quando tais fenômenos ameaçam a produção capitalista, o Estado intervém com as políticas sociais como forma de amenizar as anomalias resultantes. Assim, as políticas sociais também são estratégias de sustentação do capitalismo, afirmam as autoras. Há uma contradição no papel das políticas, mas isso não significa que elas não garantam direitos, inclusive dos jovens.

5.2.2 Contextualizando o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto do Jovem na garantia de direitos

Em 1990 o Brasil criou por meio da Lei 8.069/90 (BRASIL, 1990) o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), também previsto na Constituição de 1988. O Estatuto representou uma forma de garantir a proteção integral e os direitos da criança e do adolescente, afastando-se, segundo Zamora (2008), de legislações tradicionais (que se entende como doutrina da situação irregular), que colocavam as crianças e adolescentes em situações diferenciadas, de acordo com o nível socioeconômico a que pertenciam.

O ECA em seu Art. 4º define que a família, assim como a comunidade, a sociedade e o poder público precisam assegurar com prioridade a efetivação de direitos; dessa maneira, sustentam Rizzini, Zamora e Klein (2008) que o ato infracional não interrompe os direitos do adolescente, pelo contrário: a Medida Socioeducativa aplicada em virtude dele deve ser uma possibilidade de retomar a cidadania e a reafirmação dos direitos que foram violados, em geral, precocemente.

Conforme especificado no Caderno de Orientações Técnicas dos Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto,

O fato de um adolescente estar cumprindo uma medida socioeducativa não faz com que deixe de ser titular de direitos. A sua condição pessoal não se reduz à circunstância do ato infracional praticado e imputar-lhe responsabilidade deve ser um meio de auxiliar na organização de seus referenciais de convivência social. Nesta direção, vê-se que a responsabilização dos adolescentes faz parte da dimensão pedagógica das medidas socioeducativas. (BRASIL, 2016, p. 30).

Surge o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) como forma de garantir essa absoluta prioridade nos casos de adolescentes em situação de ato infracional, criando condições para que tal sujeito deixe de ser considerado um problema e passe a ser considerado um público vulnerável, uma prioridade de atuação social (BRASIL, 2012). Ainda, no Art. 7º, determina-se que: “[...] a criança e o adolescente têm direito à proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.” (BRASIL, 1990, p. 2).

Paiva e Oliveira (2015), bem como Waiselfisz (2014), sustentam que, com a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional da Juventude, a PEC da Juventude (PEC 42/2008), que criou o Estatuto do Jovem pela Lei nº 12.852 DE 2013 (BRASIL, 2013), pode-se definir que o

público jovem também seja incorporado nas ações públicas, “dando existência corpórea a uma entidade praticamente inexistente nas políticas públicas.” (WASEILFISZ, 2014, p. 14).

Também possibilitou a criação do Conselho Nacional da Juventude (Conjuve), para a articulação entre Governo e sociedade civil como forma de garantir uma agenda que leve em conta as especificidades juvenis. Considerando a relação entre juventude, pobreza e violência, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o Conjuve voltam-se para o enfrentamento da questão social. Embora haja avanços, ainda são poucos os jovens que acessam políticas e programas para a juventude, como Projovem, Juventude Viva, entre outros.

Destacam Rizzini, Zamora e Klein (2008, p. 15) que “[...] a população jovem enfrenta, em muitos casos, um contexto social de violência, exclusão e falta de oportunidades, nos quais suas competências, sua contribuição para a sociedade e todo seu potencial são desconsiderados ou simplesmente ignorados.” A exemplo disso, foi importante observar em que programas, projetos ou atividades sociais estavam inseridos os adolescentes que fizeram parte desta dissertação e, sem assombro, verificou-se que apenas dois adolescentes estavam inseridos no mercado de trabalho e, destes, uma participava de eventos esportivos não regulares. O acesso aos projetos esportivos é dificultado no município; por exemplo, existem protocolos a serem preenchidos como idade e frequência escolar como primazia para um cadastro para uma possível participação, e só depois a garantia de uma vaga – posto que se deve considerar que há tantos outros fatores que podem ser impeditivos de participação, como estigma pela vestimentas, pelo lugar onde mora. Será que o caminho não pode ser inverso? Ou melhor, será que a direção não pode ser tomada de acordo com a necessidade do sujeito? Deste modo, não se estabelece um olhar para a singularidade do sujeito. Estes requisitos também os afastam das políticas públicas, pois o adolescente poderia, por meio do esporte, retomar os estudos, buscar outros projetos e inclusive acessar o mercado de trabalho.

Vale ressaltar que é no contato com o mundo, na relação com a cultura “[...]que o sujeito se constitui enquanto singular, diferenciando-se como gênero, como classe, como etnia, sempre e necessariamente em relação ao contexto do qual ativamente participa, o que denota a condição inventiva da existência humana.” (ZANELLA et al., 2006, p.9).

Para tanto, o processo criativo que pode advir com um jogo, com a música ou em inserção em outros projetos culturais, exige do sujeito que ele utilize da reflexão, da imaginação e da emoção a um só tempo, destacam Zanella et al. (2006) e Maheirie (2003), superando o que já conhece e abrindo-se para novas experiências.

Desse modo, as políticas públicas também precisam ser vistas como produtoras de subjetividades. O sujeito se movimenta e se reconhece a partir do outro (alteridade); ou seja, é

por meio da visão que os outros (sociedade e governo) têm do adolescente que ele constrói a visão de si e sobre o mundo, fazendo leituras a partir do que conhece. E é importante refletir sobre o papel dessas políticas públicas na garantia de direitos de acesso. Pensando na fragmentação dos Serviços em setores, inclusive da própria Assistência Social, subdividida em nível de atenção (básica, média, e alta complexidade). Há de se questionar se aquelas conseguem estabelecer um olhar para as necessidades básicas desses adolescentes. Paiva e Oliveira (2015) sustentam que num modelo de serviços segregados as ações não interferem nas condições que geram a problemática.

Sustentam as autoras que o Estatuto da Criança e do Adolescente tem se fragilizado diante da onda de descredibilização, principalmente diante da possibilidade da redução da maioria penal. Para Paiva e Oliveira (2015) e Vavassori e Toneli (2015) há um endurecimento punitivo que reforça discursos menoristas, fomenta a intolerância e o preconceito, além de disseminar a visão de que a violência é produto da impunidade e não de causas estruturais, de falhas nas políticas públicas. Assim exigem da justiça a solução de problemas pela via da judicialização da vida.¹⁴

[...] enquanto o discurso da periculosidade naturalizada, do endurecimento punitivo e da redução da maioria penal se fortalecem, aumenta a cada dia o número de jovens mortos, vítimas de arma de fogo. Como são considerados os matáveis, por não terem função dentro de um sistema socioeconômico e perturbarem a ordem estabelecida, não há indignação nem pedidos por justiça diante das suas mortes. (PAIVA; OLIVEIRA, 2015, p. 46).

As leis são entendidas como mecanismo de mudança social e se estabelece a centralidade no poder judiciário, subscrevendo o sujeito como o único responsável pelas ações, encontrando nesta noção de indivíduo livre, autônomo e consciente, terreno fértil para modos de governo repressores (VAVASSORI; TONELI, 2015).

A propagação da ideia de que não são penalizados, de acordo com Vavassori e Toneli (2015), dá margem para pedidos de mais repressões. Inclusive uma das mães entrevistada, Rita, menciona que o filho não cumpriu a primeira Medida no prazo estipulado, o que é inconcebível a seu ver. Destaca ela que na próxima audiência solicitará internação provisória para que ele aprenda a assumir responsabilidades e conheça as possíveis consequências dos seus atos, em suas palavras: “[...] a gente queria que fosse mais efetiva, por exemplo, a pessoa

¹⁴ Canal e Tavares (2014) e Augusto (2012) descrevem o processo de judicialização como um fenômeno complexo gerado pelo fácil acesso ao judiciário e principalmente pela valorização da cultura punitiva, exigindo a intervenção de outrem nos assuntos cotidianos, isto é, designam tal fenômeno como a conduta de levar conflitos, mesmo que mínimos, para a intervenção do Poder Judiciário.

faz uma coisa errada e tem uma consequência e se ela faz aquilo novamente ela tem que ter outra consequência mais dura, eu acho e assim sucessivamente.” (RITA).

Tais reivindicações por maiores repressões se materializam nas Propostas de Emenda à Constituição (PEC). É importante mencionar que as PEC são elaboradas em torno de determinado discurso de comoção, de pavor que a mídia prolifera sobre alguns casos, envolvendo adolescentes em crimes. Tais discursos são formadores de opinião pública e de modos de subjetivação, visto que estão impregnados nas tentativas de mudança de lei. No entanto, sustentam Vavassori e Toneli (2015), não se deve limitar à indignação, mas sim produzir análises acerca desta problemática.

As PECs sugerem que, no atual estágio da civilização, com o acesso às informações disponíveis nos diversos meios de comunicação de massa, os adolescentes já possuem consciência, discernimento ou, igualmente, amadurecimento pessoal, intelectual e social para compreender seus atos. Logo, poderiam ser julgados na esfera penal. O que varia para os legisladores é a idade de 13, 15 ou 16 anos para tal amadurecimento. (VAVASSORI; TONELI, 2015, p. 1195).

Dessa maneira, as normas, as leis e especificamente as PEC sobre maioridade penal não definem quem é o sujeito, mas como ele deveria ser, analisam as autoras. Por isso, tais propostas têm como sustentação a necessidade de laudos psicológicos como uma forma de aferir o nível de consciência do adolescente sobre o caráter ilícito do fato que se envolveu. Mais uma vez os saberes tomam o lugar da verdade e a menoridade não é considerada (VAVASSORI; TONELI, 2015).

A punição como primazia de uma vida regrada, sem antes ter dado, aos adolescentes, condições básicas para tal também é violento, isso se afirma a partir de Zamora (2008, p. 15), que sustenta: “Arrastar o problema do jovem no Brasil para o âmbito prisional sem que jamais ele tivesse sido tratado decentemente no âmbito educacional é triste, irresponsável e abusivo.” E mais, Paiva e Oliveira (2015, p. 51) salientam: “[...] não é exagero afirmar que muitos jovens acessam o Estado pela primeira vez por meio das medidas punitivas, situação em que a vulnerabilidade já fez suas vítimas.”

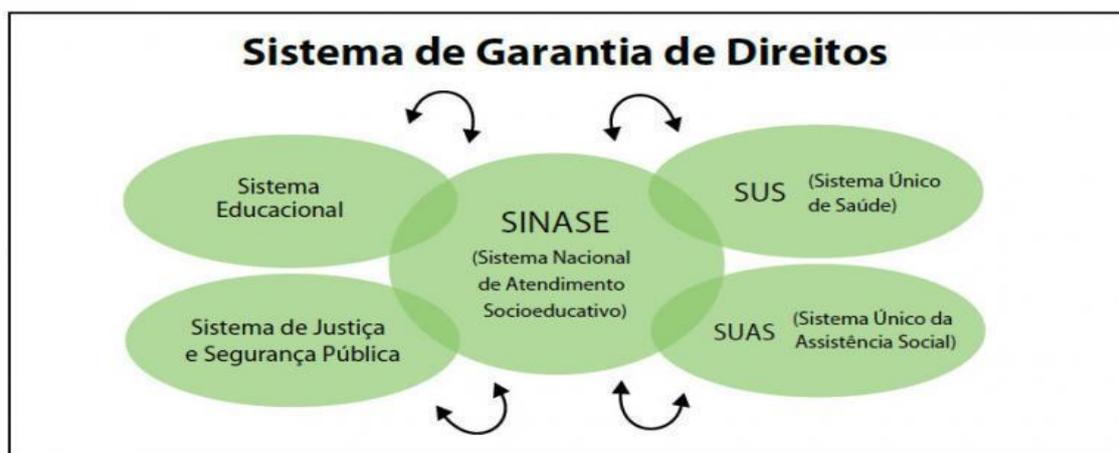
Destarte, o Sinase emerge na lógica de criar condições para que os adolescentes em situação de ato infracional deixem de ser considerados um problema e passem a ser vistos como um público vulnerável, como uma prioridade de atuação social (BRASIL, 2012).

5.2.3 O Sinase

O Sinase foi originalmente instituído pela Resolução nº 119/2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA, 2006), mas somente aprovado enquanto Lei em janeiro de 2012 (BRASIL, Lei nº 12.594/2012). Trouxe, assim, inovações tanto para aplicação e execução de Medidas Socioeducativas quanto para reafirmar sua natureza pedagógica e não punitiva, conforme já explicitadas no ECA.

Tal Resolução cria critérios para que o Sinase articule os três níveis de governo no desenvolvimento de programas de atendimento, que envolvam a intersetorialidade e a corresponsabilidade da família, comunidade e Estado. Ainda, estabelece competências e responsabilidades dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, prevendo sua integração, conforme pode ser visualizado na figura a seguir, com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), tais como o Poder Judiciário e o Ministério Público (CONANDA, 2006).

Figura 1 – Sistema de Garantia de Direitos.



Fonte: CONANDA, 2006, p. 23.

O Brasil possui no seu ordenamento jurídico dois sistemas para a responsabilização daqueles que cometem crimes ou atos infracionais: o sistema penal, às pessoas com mais dezoito anos; e um sistema socioeducativo, destinado a responsabilizar os adolescentes por seus atos (BRASIL, 2016, p. 29). Compreende-se nas palavras de Rizzini, Zamora, Klein (2008, p. 14) que o Sinase

[...] foi o instrumento pensado para resgatar certas diretrizes “esquecidas” do ECA, soterradas em séculos de uma cultura de internação e de tendências atuais inspiradas em modelos de ‘Tolerância Zero’. O SINASE prioriza o meio-aberto em detrimento do aprisionamento, a garantia da educação para os adolescentes nas unidades, o

compromisso com os direitos humanos, estabelece uma maior coordenação entre União, estados e municípios – enfim, reafirma o Estatuto.

É importante especificar que o Estatuto prevê a defesa dos direitos, mas também dispõe sobre a responsabilização de adolescentes em situação de ato infracional. O Art. 103 do ECA considera “ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal” (BRASIL, 1990, p. 33), podendo, conforme o Art. 122, ser aplicada a Medida de advertência, reparação do dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional.

[...] priorizaram-se as medidas em meio aberto (prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida) em detrimento das restritivas de liberdade (semiliberdade e internação em estabelecimento educacional, haja vista que estas somente devem ser aplicadas em caráter de excepcionalidade e brevidade). Trata-se de estratégia que busca reverter a tendência crescente de internação dos adolescentes bem como confrontar a sua eficácia invertida, uma vez que se tem constatado que a elevação do rigor das medidas não tem melhorado substancialmente a inclusão social dos egressos do sistema socioeducativo. (BRASIL, 2012, p. 14).

Ao ser verificada a prática de ato infracional, a Medida Socioeducativa aplicada deverá levar em conta, conforme art. 126, a capacidade que o adolescente tem de cumpri-la, bem como as circunstâncias e a gravidade do fato. As Medidas Socioeducativas em meio aberto são aplicadas nos termos do Capítulo V do ECA (BRASIL, 1990, p. 37), quando o Ministério Público concede a remissão na fase pré-processual, sendo após efetuada a homologação pelo Judiciário. Tal remissão é cumulada com Medida Socioeducativa e não implica necessariamente no reconhecimento ou comprovação da responsabilidade do adolescente, mas resultará no arquivamento do processo mediante cumprimento, considerando que estas poderão ser revistas a qualquer tempo antes da finalização. Outra forma de conceder a remissão é quando o procedimento de apuração de ato infracional tiver sido instaurado e a remissão ocorra pela autoridade judiciária. Cabe ressaltar que, por outro lado, as Medidas Socioeducativas também podem ser aplicadas como uma forma de responsabilização e não remissão, posto que o processo não será suspenso e sim prosseguirá normalmente (sem suspender ou excluir).

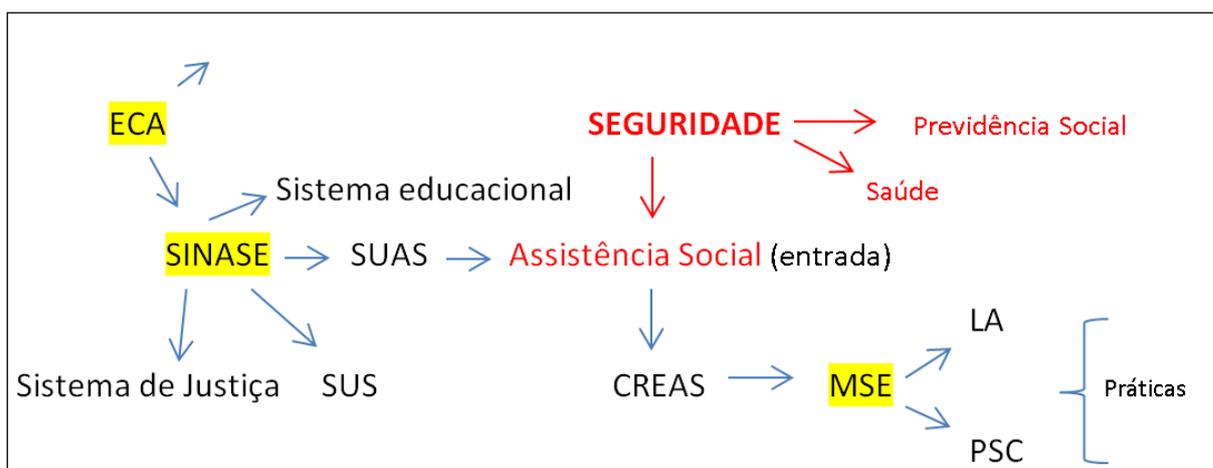
O Sinase aponta no Art. 1º, § 2º, da Lei n. 12.594/2012, três objetivos das Medidas Socioeducativas:

§2 [...] I - a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação; II - a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento; e III - a desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo

de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos em lei. (BRASIL, 2012).

Com o Sinase, as medidas, tanto em meio aberto quanto fechado, foram reguladas e houve a articulação entre os níveis de governo, podendo, a partir da municipalização, efetivar as Medidas em meio aberto e assim pode-se pensar em estratégias de ações intersetoriais e constituir redes de apoio (BRASIL, 2012). Considerando a multiplicidade de fatores que envolvem o adolescente em ato infracional e observando a corresponsabilidade da família e da comunidade juntamente com o Estado, portanto, tem-se como primazia a implementação de uma política pública especificamente destinada ao atendimento de adolescentes em situação de ato infracional e suas famílias.

Figura 2 – Representação gráfica com ligações entre as políticas públicas.



Fonte: Esquema elaborado para este estudo.

Entende-se que o Sinase ocupa um papel de articulador das diferentes áreas da política social, demandando a participação de “[...] políticas de educação, saúde, trabalho, previdência social, assistência social, cultura, esporte, lazer, segurança pública, entre outras, para a efetivação da proteção integral de que são destinatários todos adolescentes.” (BRASIL, 2012, p. 23). O caderno de orientações técnicas (BRASIL, 2016) aborda que o atendimento socioeducativo extrapola as competências de um único segmento institucional e, portanto, relações interinstitucionais são fundamentais para um atendimento que garanta a responsabilização e proteção dos adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas.

Diante dos pressupostos higienistas, das recomendações internacionais e, recentemente, da implantação de programas, ações e atividades estatais na garantia de direitos, cabe refletir sobre quais as políticas públicas que estão envolvidas no atendimento dos adolescentes em

Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida participantes deste estudo e de que forma assumem um corpo atuante para a efetivação do princípio da proteção integral previsto no ECA e no Sinase.

5.2.4 A Política de Assistência Social

A assistência social surge como um direito do cidadão e dever do Estado, que, conforme artigo 2º da Lei Orgânica de Assistência Social, LOAS de 1993 (BRASIL, 2012), deve prover a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção de incidência a risco, bem como à vigilância socioassistencial que visa analisar a capacidade protetiva das famílias e a defesa dos direitos.

A Política de Assistência Social (PNAS) foi criada somente em 2004 para efetivar a assistência como direito e, juntamente com a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social, NOB/SUAS de 2005, aprimorada em 2012, regulamenta o Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Com o SUAS (BRASIL, 2004), os direitos dos cidadãos passaram a ser reconhecidos, bem como os serviços começaram a ser organizados por níveis de vulnerabilidade e complexidade, o que inclui o Serviço de atendimento a adolescentes em meio aberto. Em 2009, com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) foi caracterizado como serviço de caráter continuado no SUAS. Essa organização pode ser melhor visualizada no quadro a seguir:

Quadro 1 – Tipificação dos Serviços

Tipificação:	Nível de complexidade	Instituição	Serviços
Proteção Social Básica	Básica	CRAS	...
Proteção Social Especial	Média	CREAS	Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa (LA e PSC)
	Alta	Abrigos, Casas lares...	...

Fonte: Quadro construído para este estudo com base na Resolução 109/2009 (BRASIL, 2009).

O Centro de Referência da Assistência Social (Cras) atua mais especificamente na prevenção de riscos e no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, por isso designa-se “Proteção Social Básica”. O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) é uma unidade pública estatal, descentralizada e responsável pela oferta de serviços de Proteção social Especial de Média Complexidade; destina-se aos indivíduos e famílias cujos vínculos ainda não estão desfeitos, todavia há risco estabelecido ou um direito violado; tendo como principal objetivo o resgate da família para a potencialização da capacidade desta de proteger aos seus membros (BRASIL, 2004).

O Creas se constituiu como a porta de entrada para adolescentes em Medida Socioeducativa de meio aberto, mais especificamente pelo Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). Cabe ao Creas efetuar o planejamento específico das ações conforme necessidades apresentadas e fazer o suporte e orientações sobre as Medidas tanto aos adolescentes em situação de ato infracional quanto aos demais Serviços de atendimento.

Dessa maneira, o atendimento ofertado pelo Creas é visto como fundamental para adolescentes em situação de ato infracional, sendo uma forma de prover atenção socioassistencial, potencializando os recursos para superação da situação e construção de novos referenciais, posto que este Serviço surgiu como forma de garantir minimamente os direitos estabelecidos no ECA. Salienta-se que o atendimento a adolescentes em situação de

ato infracional foi gradativamente incorporado à Assistência Social à medida que esta começou a se organizar enquanto política pública.

Para Bugnon (2015), a determinação de que as Medidas Socioeducativas em meio aberto fossem executadas pelos Creas foi uma escolha política que “[...] revelou a vontade explícita de considerar esses adolescentes a partir de sua vulnerabilidade social e colocar, assim, em um segundo plano sua identidade de ‘infrator’.” (BUGNON, 2015, p. 209). Por outro lado, tal lógica não reproduz um pensamento determinista e retrógrado de que o infrator é quem está em situação vulnerável e necessita da Política de Assistência Social?

É com base nessas questões que os profissionais, atuantes no Serviço e na gestão, foram convidados a contribuir com a pesquisa. Além de possibilitarem atingir o propósito agregando conhecimento a este estudo, a entrevista tornou-se um momento de parada e reflexão sobre a função do Serviço, acerca das concepções que transitam, das fragilidades, das dificuldades e dos avanços na implementação das Medidas Socioeducativas e, em alguns momentos, se potencializou o vislumbre de novas ações.

Quando perguntadas acerca do que pensam sobre o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa LA e PSC, as entrevistadas verbalizaram a necessidade de um olhar singular para os adolescentes e para a rede tecida por eles na sua trajetória, bem como a necessidade de práticas que possibilitem a garantia de direitos, sem desconsiderar o ato infracional, isto é, tendo em vista a responsabilização e os princípios estabelecidos no Art. 112 do Estatuto, conforme já mencionado.

Eu acho que é um público, talvez o mais complexo no que envolve o atendimento, devido ao histórico, pela situação com que eles chegam até o Serviço, porque para eles chegarem a cometerem ato infracional, muito antes disso muitas coisas aconteceram, muita violação, muita história de abandono, não só deles, mas de todo o contexto familiar. E eu acho que por isso precisa ser pensado num trabalho mais forte nesse sentido, para atender essa demanda. E junto com as ações do Serviço precisa também alguma coisa para que a sociedade passe a compreender eles assim, dessa forma, porque a sociedade compreende eles como marginais, perigosos, que precisa fazer uma higienização nas ruas deles, afastar, prender. E eu acho que eles têm pouca idade e é lógico, a gente vai atender até os 18, até os 21 e ainda é possível reverter. Se a gente não acreditar nisso, não tem razão de realizar esse trabalho. É possível pensar estratégias para melhorar e ser efetivo esse trabalho. (ENTREVISTADA 2).

Ressalta ela a provável violação de direitos que o adolescente, hoje em Medida Socioeducativa, vivenciou e a possibilidade que se tem enquanto Serviço de construir ou produzir junto com ele novas histórias. Nesse mesmo sentido outra entrevistada aborda a importância desse Serviço a tais adolescentes, conforme segue:

Considero que a ideia central é boa, pensando que em síntese a estruturação deste Serviço objetiva uma concepção básica de responsabilização judicial aos adolescentes, estabelecendo restrições legais, mas sobretudo, de natureza pedagógica, que por meio de atividades educativas possibilite a garantia de direitos destes, ainda visando à compreensão no processo de desenvolvimento dos jovens para a formação da cidadania como forma de reinserção social. (ENTREVISTADA 1).

Como ilustram as narrativas acima, as violações de direito são reconhecidas pelas profissionais como antecedentes ao ato infracional e que por isso necessitam, os adolescentes e familiares, de um olhar cuidadoso e também acolhedor para possibilitar mudanças naquela dinâmica de vida apresentada. Também, convém apontar que diante de uma demanda que carrega preconceitos, rótulos e ainda desafia os profissionais, todas as entrevistadas mencionaram a qualidade do atendimento como a maior preocupação, destacando a necessidade de desburocratização do trabalho.

Esta desburocratização do trabalho é apontada pela maioria dos profissionais como a base de um novo modo de operar, que privilegia o atendimento, otimizando o resultado para o usuário e não para o sistema. Significa dizer sobre a necessidade de reduzir algumas formalidades estabelecidas, como procedimentos de escrita (relatórios técnicos, relatos em pastas, relatos em sistema unificado, relatos individualizados, encaminhamentos formais, memorandos), de modo que simplifique e não desqualifique a atividade; também, de uma forma organizativa que possibilite focalizar nas vivências e sofrimentos das famílias e dos adolescentes em Medida Socioeducativa, ressignificando situações e, portanto, alcançando os objetivos propostos.

As participantes mencionaram questões históricas e avanços obtidos nos últimos anos em termos de recursos humanos e materiais no desenvolver deste trabalho e a necessidade de adequações para o alcance de resultados.

Eu acho que a gente já avançou muito do que era cinco anos atrás. Porque quando eu iniciei aqui no Creas, nós atendíamos o PAEFI, idoso, enfim, Medida Socioeducativa, tudo numa dupla. Então era uma assistente social e uma psicóloga para atender tudo. É um grande avanço sim, de ter equipes exclusivas para atendimento dessa demanda, mas eu acho que junto com esse avanço, veio um aumento muito grande da demanda. Então hoje eu penso que essas duas equipes que tem já não são suficientes para atender com qualidade à demanda que se tem. Eu também percebo que as meninas [se refere às profissionais] estão muito envolvidas com atender os prazos, de atender ao que o juiz pede e de não dar conta de atender o adolescente com qualidade, de fazer os encaminhamentos, de acompanhar como se deve. (ENTREVISTADA 3).

Perante a necessidade de mais recursos humanos que culmina na dificuldade de um atender mais aproximado, esse relato também evidencia o aumento demasiado de

adolescentes que cumprem Medidas Socioeducativas, tendo em vista que em 2011 (período ao que se refere a Entrevistada 3 no trecho acima) estavam referenciados no Serviço de MSE aproximadamente 100 adolescentes; destes, em torno de 30 estavam em descumprimento da Medida, segundo ela. Atualmente sabe-se, de maneira empírica, que há aproximadamente 245 adolescentes referenciados e, destes, 75 em descumprimento. Incumbe provocar a reflexão se tal fato ocorre pelo aumento da violência ou se trata da judicialização da vida, conforme já discutido com base em Canal e Tavares (2014) e Augusto (2012).

Sposato e Silva (2016) apontam para a necessidade de compreender o conflito como inerente à vida, à condição humana, a partir daí insurgem novos olhares sobre o que emerge de maneira conflitiva, visto que o próprio conflito pode ser disparador de crescimento, “[...] posto que é impossível uma relação interpessoal plenamente consensual. Cada pessoa é dotada de uma originalidade única – com experiências e circunstâncias existenciais personalíssimas – de maneira que por mais afinidade e afeto que se exista em determinada relação interpessoal, algum dissenso, algum conflito, estará presente.” (SPOSATO; SILVA, 2016, p. 5). Uma compreensão minimalista e culpabilizatória impera sobre os adolescentes em situação de ato infracional e é determinante para que as decisões sobre as suas vidas passem a ser do “terceiro imparcial”, que lhes retira, muitas vezes, a capacidade de reparação e a potência de vida.

Canal e Tavares (2014) afirmam que o fácil acesso, bem como a expansão da capacidade normativa do Sistema Jurídico, possibilitaram solicitar a intervenção e apreciação deste terceiro – o qual é armado de meios e modos para legitimar sentenças –, valorizando inclusive a cultura punitiva. Não se trata de fazer desse um lugar endeusado, nem mesmo de criticar as garantias previstas em lei de acesso a tal Sistema, afinal, o próprio Serviço de Medidas precisa ser aproximado e de fácil acesso à Justiça, mas a análise está no poder dado a um único sujeito na resolução de conflitos, enquanto os desejos das partes são muitas vezes negados.

Uma Medida Socioeducativa parece prever um fazer um tanto antagônico: ora incapacita não sendo o adolescente considerado competente para decidir – alguém fará isso e lhe dirá como e o que fazer, além disso, precisa ser vigiado e controlado em suas ações –, ora lhe faz a exigência de ser responsável, autônomo, capaz de gerir sua existência. “Nas sociedades contemporâneas, adolescente é aquele que não é mais criança, mas ainda não é um adulto. Por vezes, espera-se dele comportamento infantil, dócil e maleável. Outras vezes, espera-se a maturidade adulta, ponderação e racionalidade.” (BRASIL, 2016, p. 15). É um

caminho tênue e um fazer sinuoso! Concerne pensar acerca dos parâmetros da “Gestão Pedagógica no Atendimento Socioeducativo” (BRASIL, 2006, p. 46):

O adolescente deve ser alvo de um conjunto de ações socioeducativas que contribua na sua formação, de modo que venha a ser um cidadão autônomo e solidário, capaz de se relacionar melhor consigo mesmo, com os outros e com tudo que integra a sua circunstância e sem reincidir na prática de atos infracionais. Ele deve desenvolver a capacidade de tomar decisões fundamentadas, com critérios para avaliar situações relacionadas ao interesse próprio e ao bem comum, aprendendo com a experiência acumulada individual e social, potencializando sua competência pessoal, relacional, cognitiva e produtiva. [...] as medidas socioeducativas devem propiciar ao adolescente o acesso a direitos e às oportunidades de superação de sua situação de exclusão, de ressignificação de valores, bem como o acesso à formação de valores para a participação na vida social, vez que as medidas socioeducativas possuem uma dimensão jurídico-sancionatória e uma dimensão substancial ético-pedagógica.

As Medidas Socioeducativas, conforme mencionam Costa e Assis (2006), devem possibilitar a construção de novas perspectivas aos jovens, considerando que o ato infracional não é o foco principal das intervenções, mas sim possibilitar mudar as condições que predispõem ao risco de envolvimento com práticas consideradas infratoras. Assim, as Medidas Socioeducativas devem constituir um momento para estruturação do projeto de vida. Na perspectiva da Esquizoanálise, pensa-se essa experiência como uma possibilidade de mudança, de desconstruir rótulos e intensificar potências singulares. Este é o alicerce! O atendimento acontece para intensificar potencialidades.

Nesta tarefa um tanto laboriosa de dissertar sobre situações, fatos e dados que emergiram no decorrer do caminho, há de se observar sempre os objetivos da pesquisa. O que está em questão são os adolescentes em Medida Socioeducativa e a produção das suas subjetividades, focando todo o processo de produção coletiva, inclusive as impressões e percepções dos profissionais e familiares sobre tais Medidas.

Quando questionados, tanto os profissionais quanto a maioria dos familiares demonstraram pressupor mudanças na vida dos adolescentes com as Medidas Socioeducativas. Em suma, consideram ser um mecanismo de apoio e recuperação de uma situação conflitante, de acesso às políticas públicas, de ser uma maneira de garantia de direitos – que foram previamente violados; bem como de possibilitar a compreensão de cidadania perante direitos e deveres para uma vida em comunidade. Igualmente, os profissionais mencionaram a possibilidade de romper com um ciclo transgeracional de envolvimento com atos infracionais que poderiam estar acontecendo dentro das famílias.

Eu acho que deve, pode, poderia romper com o ciclo que vem acontecendo dentro dessa família. Se não houver essa intervenção da equipe, provavelmente continue

com os filhos dele, na próxima geração. Acho que a função principal da equipe e o que deve acontecer é que ele perceba que o que vinha acontecendo precisa se romper e claro que, além da vontade da equipe, precisa ter a vontade do adolescente de ver essa mudança; mas é romper com isso, fazer uma escolha e planejar essa escolha de vida juntamente com a equipe e caminhar, fazer os passos que precisa para isso. Acho que o centro desse atendimento está nisso. Ele planejar a vida, ele refazer novas rotas. (ENTREVISTADA 2).

Tal mudança é proveniente de diversos fatores, mas, de acordo com a Entrevistada 3, ocorre em uma ocasião específica da vida conjuminada por outras situações entrelaçadas; no entanto, ela se refere como o momento pontual, um estalo, quase como um *insight* – abordado nas teorias psicanalíticas.

Eu acredito muito e, nesse tempo que eu atendi Medida Socioeducativa, eu percebo que o adolescente tem um momento, sabe? Eles podem vir de uma conduta totalmente desregrada, totalmente com envolvimento grande no ato infracional, mas chega um momento em que ele está aberto a fazer essa tentativa de mudança. Percebo que alguns é quando arruma uma companheira e a companheira engravida e nasce um filho, aí parece que eles, ‘opa’, agora eu preciso mudar, agora eu tenho um filho, tem um sentimento de responsabilidade. Mas acho que quando a gente consegue aproveitar esse momento do adolescente, a gente consegue fazer ele refletir sobre as suas condutas, mostrar outras oportunidades. (ENTREVISTADA 3).

Levar a cabo esse relato seria generalizar modos de subjetivação, afirmando um jeito de funcionamento diferenciado do adolescente em situação de ato infracional dos demais adolescentes, quando o que se quer ressaltar é o crescimento pessoal, ou um acontecimento que gera uma mudança e, muitas vezes, proporciona uma vida não mais emaranhada ao ato infracional.

O olhar dos adolescentes/jovens entrevistados acerca das Medidas em meio aberto não é contrário ao dos profissionais, alguns dos adolescentes mencionaram, de maneira sutil, que pode haver uma transformação com a Medida, conforme a fala: “Eu não sei dizer. Muda, vai mudando com o tempo, a gente nem presta a atenção.” (GUI); “Eu acho que não mudou nada, só voltei para a escola e comecei a trabalhar” – esses relatos validam de certa forma uma mudança, mas, para além disso, expressam a dificuldade que os adolescentes têm de se reconhecer no processo, de se olhar, de visualizar as mudanças que ocorrem na sua vida. O objetivo está em cumprir a Medida, ou como eles designam, em “pagar” a Medida.

Por outro lado, outras adolescentes verbalizam: “comecei a pensar mais” (FLOR-DELIZ); Ainda, “[...] a gente vai abrindo mais a cabeça, mais a mente, porque antes, bem dizer, a

gente é piá de *corre*¹⁵, não pensa em nada. Depois que você vê o que que é, o que é que você está fazendo, o porquê você tá pagando aquilo ali, que você se toca o porquê.” (LINDA).

No sentido de proporcionar momentos de reflexão sobre si mesmos ou sobre o que imaginam do seu futuro é que os profissionais trazem à tona a inquietação acerca da qualidade do atendimento prestado. Conforme expressa a fala a seguir:

Quando acontecem os momentos de trocas, de diálogos entre equipe técnica e o usuário, podemos conhecer suas reais vivências, suas dores profundas, então é possível o processo de vinculação. Criar vínculo para mim só é possível quando estamos dispostos a nos aproximar, ouvir e nos colocar no lugar do outro, sem julgamento, sem discriminação. Destaco que é preciso pensar na capacidade de oferta do serviço devido à sobrecarga profissional, os pedidos de informações, ficamos cada vez mais restritos ao tempo de atendimento ao usuário, ou seja, a estabelecer o processo de vinculação com estes. (ENTREVISTADA 1).

Para tanto, a entrevistada destaca a necessidade do estabelecimento de um vínculo com o usuário, para a partir daí se inaugurar uma relação de ajuda, de superação de impasses e dificuldades daquele adolescente. Esta vinculação entre adolescente e profissional não concerne apenas num atendimento individualizado, mas o espaço coletivo pode ser acolhedor e disparador de um relacionamento mais aproximado. Pode-se visualizar, a partir do cotidiano de atendimento, que um espaço menos convencional, como o pátio do Creas II, utilizado em momentos de intervalo de grupo, já serviu de cenário para a emergência do vínculo – seja riso, pelas gentilezas –; a informalidade talvez minimize as ansiedades e eles relatam situações ocorridas na semana, ou num passado mais distante ou simplesmente perguntam: “Ô Cris, paga uma coca?” (GUI, Diário de Campo, dez., 2016); até se arriscam, às vezes, por curiosidade, a perguntar: “Onde você mora Cris?”; “Qual desses é teu carro?” Responder com outra pergunta (por que isso é importante para você?) seria insinuar uma desconfiança e reforçar um estigma que eles já carregam da circulação em outros espaços. Inicialmente causou um estranhamento, mas uma resposta breve e esclarecedora permitiu a fluidez daquela conversa e pode ter propiciado a procura para um atendimento individualizado por parte de um adolescente na semana seguinte.

O estabelecimento do vínculo propicia uma referência diferente ao adolescente, complementa a Entrevistada 1:

Acredito e vivencio o processo de vínculo entre usuário e equipe técnica, quando conseguimos de alguma forma nos aproximar da realidade destes, compartilhar vivências, conduzir orientações, servir de alguma forma como uma referência na

¹⁵ *Corre* se refere a uma terminologia utilizada pelos adolescentes para designar um processo de venda de drogas, uma espécie de leva e traz.

vida destes, trazendo novos significados, proporcionando direcionamentos que possam ser conduzidos para uma nova perspectiva de vida que não esteja relacionada à prática do ato infracional. Nem sempre este trabalho é fácil, é preciso acreditar na prática profissional e acima de tudo no processo de desenvolvimento humano, nas aprendizagens adquiridas que vamos tomando como formas na medida em que nós percebemos, identificamos, vivenciamos e aprendemos. (ENTREVISTADA 1).

Na prática profissional, em concordância com a Entrevistada 1, o estabelecimento de um elo com o adolescente não é uma tarefa simples (tendo em vista ser um público que está em atendimento por determinação judicial e não por uma busca espontânea, por muitas vezes ter experiências silenciadas), exige encontros, disponibilidade, dedicação e também estudo, isto é, capacitações para a compreensão ampliada das situações a partir de bases científicas – o que também demanda e interesse do poder público.

Com base nas presunções, prevê o Sinase (CONANDA, 2006, p. 42): “Os humanos devem ser pensados e estruturados de maneira que realizem ações consequentes tanto na seleção de pessoal quanto na formação continuada, enquanto instrumentos que venham a garantir a qualidade do atendimento.”

Nas entrevistas com os adolescentes, denota-se uma dubiedade relacionada à questão de estar em cumprimento de Medida. Sentimento que pode estar relacionado a esta “qualidade do serviço prestado”, quando afirmam que não é ruim, mas também não é bom, conforme retratado nas falas: “Acho que é melhor do que estar preso. Eu considero que vocês estão fazendo o trabalho de vocês, para dar assistência para nós, para melhorar a nossa vida, eu penso assim. Para encaminhar para o lado certo, o caminho certo. Não acho que seja uma coisa difícil para cumprir.” (JAMES); “É ruim esse compromisso, mas não é sofrido, parece que aqui tem alguém que incentiva.” (YASMIN); “Eu não acho ruim, da minha parte eu acho bom pra tu começar, recomeçar essas coisas, é um bom lugar pra você começar, conversar, expressar suas ideias. Eu acho bom.” (PIMPA).

Pensar no que é um avanço ao invés do que é um retrocesso enquanto Serviço de Medidas também é produzir um deslocamento do olhar para algum lugar diferente, reconhecendo o que foi e o que hoje é; é olhar a partir da filosofia do devir (DELEUZE; GUATARRI, 1995), o processo do desejo como produção das compreensões que se tem agora do modo como se deve operacionalizar, que políticas precisam estar envolvidas ou o que é preciso para garantir uma qualidade de atendimento modificam-se no decorrer da história.

Considera-se, com base na noção de rede latouriana, que as diferenças em diferentes momentos podem ser consideradas como pontos de estabilização temporários da rede que garantem a sua existência por meio da configuração em novas formas e efeitos decorrentes, ao

se reconectarem com outros atores num movimento de estabilidade e instabilidade. Portanto, pode-se dizer que até mesmo o que se objetiva enquanto Medida Socioeducativa se modifica, pois, dependendo da configuração e da tradução que estiver em processo, há deslocamento dos próprios objetivos. Ora busca-se potencializar movimentos de mudança em todos os âmbitos da vida do adolescente, que tornam suas condutas mais assertivas no ponto de vista legal, que consiga fazer um planejamento de vida, que consiga refazer as rotas, por exemplo, ora o que se busca é que ele encontre o que lhe faz bem emocionalmente.

5.2.4.1 A Liberdade Assistida: Medida de remissão e proteção?

O Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) estabelece, no Art. 98, as Medidas de proteção à criança e ao adolescente, quando estes tiverem direitos reconhecidos na Lei ameaçados ou violados. Tal violação pode decorrer da ação ou omissão da sociedade ou do Estado, ou por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável, ou ainda em razão da própria conduta do adolescente – compreender-se esse trecho como um ponto crucial do Estatuto pois explana a mudança de paradigma: da “situação irregular” para a proteção integral.

De forma semelhante, seu artigo Art. 112 (BRASIL, 1990) dispõe que ao ser verificada a prática de ato infracional, poderão ser aplicadas pela autoridade competente as seguintes medidas: I - advertência; II - obrigação de reparar o dano; III - prestação de serviços à comunidade; IV - liberdade assistida; V - inserção em regime de semiliberdade; VI - internação em estabelecimento educacional.

O regime de internação socioeducativa, de acordo com o ECA, é uma Medida de privação de liberdade, que deve ser breve, entendendo a condição do adolescente (um sujeito em desenvolvimento), considerando que a cada seis meses deve ser reavaliada e não excederá três anos. Após isso, poderá ser determinado um regime de semiliberdade, o qual ainda é privativo de liberdade, mas se trata de uma transição para o meio aberto; ou uma Medida de Liberdade Assistida. A liberação compulsória ocorre aos 21 anos, antes disso com determinação judicial.

Concerne apontar que a internação só será aplicada, de acordo com o art. 122, quando:

- I - tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa;
- II - por reiteração no cometimento de outras infrações graves;

III - por descumprimento reiterado e injustificável da Medida anteriormente imposta.

§ 1º O prazo de internação na hipótese do inciso III deste artigo não poderá ser superior a três meses. (BRASIL, 1990, p. 36).

Ainda, esta medida privativa de liberdade pode ocorrer, conforme o art. 108 (BRASIL, 1990), provisoriamente pelo prazo de 45 dias, antes da sentença judicial. Entretanto, há de se questionar: entendendo que o adolescente está num período de desenvolvimento e deve ser prioridade nas atuações das políticas, interná-lo mediante busca de readequação do comportamento não seria ferir com outros direitos descritos no ECA como liberdade, convivência familiar e comunitária, cultura, esporte, lazer entre outros direitos fundamentais?

A Liberdade Assistida – o foco deste estudo – está definida pelo ECA no Art. 118, como Medida adotada sempre que houver necessidade de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente, e para isso será designada pessoa capacitada. Tal medida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo ser “[...] prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor.” (BRASIL, 1990, p. 34).

Não obstante,

Art. 119. Incumbe ao orientador, com o apoio e a supervisão da autoridade competente, a realização dos seguintes encargos, entre outros:

I - promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social;

II - supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula;

III - diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho;

IV - apresentar relatório do caso. (BRASIL, 1990, p. 35).

A Liberdade Assistida advém como uma ação socioeducativa que tem como esforço oferecer orientação e acompanhamento de forma que estabeleçam um novo projeto de vida e rompam com as práticas infracionais. Este regime de liberdade assistida revela uma tendência marcante no modo de operar em relação aos adolescentes em situação de ato infracional – aplica-se a remissão –; antes, pelo Código de Menores, tinha-se como regra a internação e transversalmente a violência, o que passa com o ECA para uma Medida que defende alguns direitos básicos.

Cabe ressaltar que o Conselho Federal de Psicologia também organiza algumas diretrizes para a práticas psicológicas em contexto das Medidas Socioeducativas:

As atividades propostas consideram o momento de vida do adolescente (estudo de caso) e a realização dos compromissos estabelecidos a partir da elaboração do PIA. Este acompanhamento deve assegurar a garantia de direitos, podendo demandar diferentes campos das políticas públicas, como o sistema educacional, de saúde, de

assistência social, de justiça e de segurança pública. Assim, é preciso estar atento ao conjunto de questões que envolvem a responsabilização do adolescente e o exercício de seus direitos, pois além da relação com o adolescente que cumpre a medida, o trabalho pode exigir a aproximação daqueles que compõem o seu círculo social, seja na família, outras pessoas de referência, na escola, nos grupos juvenis ou em outros espaços de convivência na comunidade. (CFP, 2012, p. 35).

As concepções imbricadas nas falas das profissionais entrevistadas acerca da Liberdade Assistida se dão no sentido de esta ser uma Medida que possibilita maior interação entre equipe, usuário e família, em comparação a outras Medidas que podem ser aplicadas. Ainda, fortalece vínculos, possibilita maior compreensão da história de vida, das motivações do jovem, das fragilidades e potencialidades e adequa uma forma de atender melhor à necessidade destes jovens; permite mais momentos de reflexão sobre as circunstâncias que o levaram ao ato e condutas tomadas – são relatos que inclusive denotam um compromisso com o público atendido.

Apesar das profissionais destacarem para uma diferença entre as medidas socioeducativas de LA e PSC, as opiniões sobre cada uma não são unânimes. Algumas profissionais destacam que a LA possibilita maior interação, fortalecendo vínculos, sendo a PSC mais pontual, com menos contato com a Equipe de referência e, portanto, não sendo tão profícuos os momentos de reflexão para possibilitar novas criações e experiências, assim expressa a entrevistada:

Eu penso que a LA tem um diferencial que o PSC, ela realmente te permite trabalhar com essas questões estruturais, histórico, compreender, vincular, olhar para esse ser humano que está na sua frente, ir para além de uma atividade pontual. Permite sim você refletir, pensar em mudanças, construir, ela tem esse diferencial. A prestação de Serviços à Comunidade, embora seja no intuito de ter um aprendizado de uma atividade laboral, eu penso que o PSC vem muito naquela lógica que tem que fazer pagar, tem que pagar pelo que fez, executar. E assim, de aprendizado, quando que você consegue atingir isso? Que aprendizado que eu quero desenvolver? É só de uma atividade laboral, de trabalho ou é de vida, de experiência, de conhecimento? Que eu acho que isso é bem mais relevante. Aprender a fazer outra atividade. Por mais que ela [PSC] não seja vexatória, ela não permite, da maneira que ela está estruturada, ter um contato tão grande com o adolescente. Esse seria o momento de você sentar com ele, refletir, tirar assim aquilo que ele realmente gostaria, as potencialidades, pensar com ele. Se fosse dessa forma, eu acho que seria mais válido. [...] Então eu acho que a liberdade assistida, ela permite ao profissional a realização de um trabalho, e que o PSC se torna uma coisa muito burocrática, de informação, de encaminhamento de informação. (ENTREVISTADA 4).

Apesar de ser aplicada quando o ato é considerado gravoso e por isso a “última” aplicada em meio aberto, a Liberdade Assistida também é defendida sob o argumento de que, por ser mais longa, permite uma gama maior de intervenções. Todavia, destaca a Entrevistada 2 que muitas vezes ela é aplicada não por verificar uma possibilidade de mudança, mas na

falta de alternativas mais punitivas (visto que o regime de internamento, em geral, trabalha com a lotação máxima no município).

Eu vejo que a LA é a mais efetiva, ela é o que a gente precisa para trabalhar com isso. Eu vejo a Prestação de Serviço à Comunidade mais como uma punição ainda, e acho que o caminho seria a LA. A orientação, os encaminhamentos, uma coisa mais ampla, não estática, fechada, é uma coisa que te possibilita maior número de ações, o PSC que ele cumpre as horas e pronto. Alguns pais consideram muito branda, mas eu acho que essa questão de pegar mais firme com o adolescente vem a ser com o poder judiciário, com a promotoria, se é que necessita em algum momento, cada caso é um. Mas aqueles que necessitam, acho que começa por ali, a nossa parte vai ser sempre só pra situações que é necessário socioeducação, acompanhamento. Se tem situações que se percebe que não é, que não adianta vir, que não é um caso vir pra LA ou precisa de mais punição, de mais, aí acho que o judiciário tem que se ater a isso e resolver por lá. Muita coisa está vindo pra LA porque não tem vaga no fechado. Acontece um transborde por ali também. (ENTREVISTADA 2).

Por outro lado, uma entrevistada menciona que a LA está desacreditada e não carrega o teor de gravidade em relação aos fatos, sendo vista muitas vezes como sinônimo de “[...] desresponsabilização e de impunidade, por isso penso que a Prestação de Serviço à Comunidade tem maior eficácia em relação à Liberdade Assistida.” (ENTREVISTADA 5). Aqui se apresenta um ideário caliginoso, da correção pelo meio laborativo, conforme já descrito com base em Coimbra (2003) e Zamora (2008), expressando uma lógica arcaica e disciplinar para o trabalho como forma de o adolescente ser corrigido e obter dignidade de viver em grupo social.

Como contraponto à verbalização anterior, a Entrevistada 1 expressa:

[...] temos dificuldades de que o poder público compreenda a sua real potência a nível de envolvimento maior entre equipe técnica e usuário/família, muitos profissionais ainda buscam na Prestação de Serviços à Comunidade ou outras formas de medidas socioeducativas uma maneira de punir o adolescente, e muitos compreendem o PSC como mais esforço, mais repressão, não veem o sentido real das medidas socioeducativas, em especial a LA.

Outra profissional participante sugere o porquê do descrédito na LA ao destacar que havia uma ideia de “apresentação”, numa lógica de que bastava comparecer uma vez por mês no Serviço para a Medida se cumprir gradativamente. Aliado à dificuldade em ter profissionais específicos para o atendimento dessa demanda, emergiu a cultura do “assinar”, conforme ela explica:

Eu vejo que a LA, se ela fosse cumprida como deveria, ela seria sim a menina dos olhos das medidas, como muitas pessoas usam esse termo, mas ela não é cumprida, ela não é efetivada da forma adequada. Qual é o entendimento que os adolescentes têm da LA? ‘Eu vim aqui para assinar a minha LA’. Então para eles é melhor uma LA que eles vêm aqui e assinar a LA, do que um PSC que eles têm que ir em outros serviços e cumprir de fato aquele número de horas. Então a LA que era para ser uma

medida que proporcionasse maior reflexão para esse adolescente, um acompanhamento maior para as famílias, o fortalecimento dos vínculos desse adolescente com a família, talvez uma preparação e uma inserção no mercado de trabalho, e a gente não dá conta de fazer isso. Então a Medida que era para ser a menina dos olhos das Medidas, acaba sendo só mais uma Medida. E para os adolescentes é melhor, porque daí eles não precisam pagar o PSC, trabalhar. Então eu acho que a gente peca muito nesse sentido, que a LA deveria proporcionar uma oportunidade de reflexão para esses adolescentes. (ENTREVISTADA 3).

Para resolver essa problemática a profissional sugere acompanhamentos mais regulares a estes adolescentes e inclusive a familiares, incluindo uma modalidade de grupos fechados. No entanto, reconhece uma dificuldade estrutural de espaço e equipamentos, de recursos humanos para atender toda a demanda e de capacitações para estes profissionais. Sugere ainda as restrições legais que impedem o prolongamento de uma Medida como uma dificuldade, o que seria visto pelo adolescente como maior punição, quando na verdade aborta a possibilidade de intervenções mais profícuas. Por exemplo, ao criar um grupo fechado de adolescentes, sempre serão os mesmos a se encontrarem, possibilitando a constituição de vínculos e trocas significativas entre estes. Todavia é uma metodologia que não permite novas entradas no meio do processo, o que culminaria no atraso para a finalização da Medida para alguns.

A entrevistada também destaca os prazos como outra dificuldade a ser superada, como por exemplo as exigências para iniciar uma Medida que culmina com o envio de um Plano Individual de Atendimento em 15 dias, não sendo um tempo hábil para conhecer o adolescente, a dinâmica familiar e ainda estabelecer conjuntamente objetivos/metapas de atendimento.

Talvez fazer grupos quinzenais, aquele grupo fechado, não entra novos adolescentes, aí o que acontece: você vincula com o adolescente, em seis meses você faz um trabalho. O trabalho com adolescentes é muito legal porque no grupo um trabalha o outro, o profissional fica como mediador, a história de um vai trabalhando a história de outro, mas aí tem que ser um grupo fechado, que você consiga vincular, aí sim você consegue fazer o adolescente refletir. [...] A partir do momento que você consegue fazer algumas reflexões, ele vai ser terapêutico, a gente não daria esse caráter de terapia, mas o grupo acaba sendo, porque acaba se fazendo reflexões, acaba resignificando algumas coisas, eu acho que se conseguisse fazer isso na LA, funcionaria. Só que aí sim, a gente teria que ter essa flexibilidade do judiciário de pensar: 'não, esse mês chegou três adolescentes pra LA, então vamos começar o grupo mês que vem, para começar pelo menos com seis, sete'. Então já ia atrasar um mês na LA desses que chegaram primeiro, na finalização. Mas e depois que você vincula com eles, eles vão vir. (ENTREVISTADA 3).

A partir deste relato, sobressai a necessidade de ampliar a discussão com o poder judiciário. Para que as práticas sejam mais efetivas, o modo de estruturação, o fluxo, os

entendimentos e até as legislações, talvez, precisem de ajustes – aspectos esses que serão abordados no próximo capítulo.

É plausível apontar que os familiares também mencionam o cumprimento de Liberdade Assistida como algo bom, uma possibilidade de suporte, apoio, orientação, aconselhamento e um lugar de oportunidade. Isto é, apontam suas expectativas, mas também dão uma devolutiva ao Serviço ao destacar as mudanças de comportamento visualizadas no ambiente familiar, principalmente no que se referem ao retorno a atividades estudantis, laborativas ou mesmo ao fato de permanecerem mais no âmbito do lar. É nesse sentido que as mães mencionam:

Ele voltou à vida. [...] Eu acho assim que é uma coisa muito boa essas medidas, porque o [PIMPA], depois do que aconteceu, como diz aquele ditado: ‘há males que vêm para o bem’; o [PIMPA] não estava estudando, não estava trabalhando e agora ele está estudando, está trabalhando e ele está bem diferente, ele está pensando diferente. (GENEROSA).

Nesta mesma perspectiva de uma possibilidade de mudança no comportamento dos filhos quanto à infração, outras mães mencionam:

É bom, depois que ele começou ir lá, ele mudou bastante. Até os planos dele, ele não andou mais aprontando, não saiu mais, tá sossegado. Ele tá mudando, foi bem bom que ele começou ir lá, eu gostei, ele não sai tanto, voltou pra escola, fez o cursinho. Ele sempre foi quieto, mas acho que contigo ele conversa. Gostei muito que ele começou ir lá. (MAGALI).

Ainda,

Eu vejo uma oportunidade para aquele adolescente que quer mudar, porque eu sei que é difícil, a pessoa tem que querer, mas às vezes falta aquele empurrãozinho. Como é obrigado ele vem e vê que não é só porque o Juiz está mandando porque ele errou, ele enxerga uma melhoria de vida para ele, então eu acho que é bom. (MULHER-BATALHADORA).

Em contrapartida, uma das familiares, Rita, verbalizou na entrevista e durante os demais atendimentos registrados em diário de campo o seu sentimento acerca do processo e que considera as Medidas em meio aberto muito brandas e sem efetividade, destacando que seu filho permanecia executando atividades ilícitas, apesar de ter cumprido PSC e estar em LA.

Como eu sinto? Frustrada. Por causa que na verdade, a gente queria que fosse mais efetiva. Não cumpre como deve ser, tem que ter consequência maior. No caso que eu vi do [James], no ano passado quando ele fez a primeira Medida Socioeducativa, ele tinha 16 horas para cumprir e é pouco. Em 16 horas o que você aprende? Ele poderia ter feito numa boa isso e ele não fez. E aí novamente eu imaginei que ia voltar para Promotoria para ver que ele tinha feito uma coisa que é errada, não seguiu as orientações, desacatando a autoridade da promotoria. Mas não, foi lhe

dado uma outra oportunidade dele refazer a Medida. Isso também a gente se perde, porque a gente não sabe se deixa uma brecha flexível, eu faço como eu quero. Me deixou bem chateada porque é minha visão, eu me senti frustrada por isso.[...] Isso não tem nada de efetivo, depois ele terminou, mas levou um tempo e aí ele viu que não deu em nada. Porque a gente não trabalha em pedaços. É igual um trabalho, se eu tenho que trabalhar de uma hora até às cinco, eu não vou chegar às duas e não vou sair às quatro, é uma questão de responsabilidade. (RITA).

Importante descrever que nesta entrevista também foi utilizado o gravador para obter relatos precisos, mas a produção de energia do dispositivo terminou sem ser percebido, não tendo outra oportunidade de regravá-la. É preciso considerar que esse fato prejudicou o registro de dados de maneira literal, uma vez que em diário de campo as anotações dão destaque ao momento da entrevista, as expressões dela e os sentimentos despertados enquanto entrevistadora.

Cabe relatar que Rita não admite ver seu filho envolvido em situações ilícitas e no início da entrevista mencionou: “agora minha família até virou estudo de caso” (Diário de Campo 4). O acesso à entrevistada tornou-se difícil por essa compreensão de ser “objeto de estudo” e não participante da pesquisa. Destaca-se que o papel de entrevistadora/pesquisadora esteve imbricado com o papel de profissional do Serviço, e que, apesar dos potenciais para o acesso aos sujeitos, ora limitou o processo de dizer dos participantes entrevistados, principalmente dos profissionais, ora possibilitou uma conversa aberta e oportuna sobre o que de fato se pensa sobre as Medidas Socioeducativas. Diante de uma verbalização negativa sobre o cumprimento, como a descrita acima, como pesquisadora questiona-se o papel profissional no Serviço e como profissional emana a necessidade de avaliar a prática, o que no Sinase se denomina de Avaliação participativa, que “[...] envolve a avaliação do trabalho da direção, da equipe, do próprio funcionário e do adolescente, de acordo com critérios constituídos pelo coletivo, bem como pelos indicadores de qualidade do trabalho.” (CONANDA, 2006, p. 42).

No entanto, mais uma vez, insiste-se na questão de eliminar pensamentos deterministas de causa-efeito – quando se diria que a raiz do problema está no inefetivo trabalho socioeducativo –, mas buscar pensar rizomaticamente considerando a multiplicidade: que outros atores podem estar envolvidos na manutenção de situações que envolvem o ato infracional? Com essa pergunta se tem a finalidade do cuidado ético para não culminar em um ato culpabilizatório das práticas dos profissionais. Tais aspectos ou atores envolvidos aparecem nas entrevistas com os adolescentes, sendo eles dinheiro, arma, drogas, *status*, reconhecimento, pertencimento, políticas públicas ou a falta delas, família etc. – elementos que são tratados no decorrer da dissertação.

Porquanto, diante de toda esta “tarefa” de garantias de direito e responsabilização, há como prerrogativa o respeito à dignidade humana e questionamentos que permeiam o fazer: como respeitar o adolescente que não tem interesse em ser atendido, que muitas vezes não reconhece seu ato como um erro e sim como uma necessidade, sendo uma determinação judicial ele estar ali? Reconhece-se o poder de controle sobre a vida? Como são exercidas as práticas profissionais considerando que a Política de Assistência Social está para quem dela necessitar? São práticas demasiadamente laboriosas no sentido de tentar criar um vínculo e minimizar um sofrimento que também pode advir do fato de estar cumprindo uma Medida Socioeducativa? *Como respeitar quem não quer falar?*

Maheirie (2008) descreve que a contemporaneidade marca ambiguidades, ora se movimenta em direção à emancipação, ora reproduz velhas formas de fazer política – a dominação –, e nesse processo “[...] é preciso detectar novas formas de exercício do poder, muitas vezes disfarçadas de democracia, que implicam em novas formas de exclusão, cada vez mais diversificadas, múltiplas, [...]” (p. 49). Seria a Liberdade Assistida uma medida focada apenas no controle?

Assim, concerne interpelar: que tipo de atendimento se tem prestado a estes sujeitos? Uma atuação que exige deles falar das suas demandas e necessidades que até então foram silenciadas? Aqui também abre a discussão para o envolvimento de outras políticas públicas – que será discutido no próximo capítulo.

Sposato (2010) destaca que ao pensar os direitos humanos é preciso pensar em correlação com as singularidades de um segmento populacional, nesse caso as especificidades das adolescências e juventudes. Para tanto, a autora infere que, por não perfazer esse olhar criterioso ao público e tratar a população de forma universal, historicamente as políticas públicas não reconhecem as necessidades, os protagonismos e as lutas alavancadas pelos jovens e, por consequência, propiciam a invisibilidade deles e das demandas juvenis.

Bugnon (2015) discute essa questão afirmando que a medida de Liberdade Assistida é

[...] o fruto de uma hibridação entre a esfera social e a esfera penal – pronunciada por um juiz, é executada nos centros de assistência social. Ademais, não se encontra em um local físico determinado; pelo contrário, aplica-se por intermédio de uma rede de parceiros institucionais (varas da infância e juventude, centros de assistência social, escolas públicas etc.), o que contribui para o aspecto mutável e impreciso das fronteiras institucionais. Por fim, a ausência de paredes para reter os adolescentes implica, inevitavelmente, que a medida de Liberdade Assistida se adapte e leve em consideração as lógicas urbanas circundantes. (BUGNON, 2015, p. 207).

A autora afirma que sem o confinamento e o constrangimento físico, o instrumento do governo passa a ser o discurso; e os profissionais veem a palavra como meio para “fazer pensar”, “tomar consciência” e a troca verbal aparece como uma possibilidade de mudança de condutas. Além disso, possibilita afastar práticas paternalistas e propicia um olhar para o adolescente como um sujeito de direitos, destaca Bugnon (2015).

A partir do momento em que o jovem aceita se expressar nos atendimentos, o que ele diz se transforma num instrumento de trabalho precioso para os técnicos; estes mobilizam as informações, as emoções e as preocupações compartilhadas pelo jovem nos atendimentos para prosseguir os objetivos fixados para sua intervenção. (BUGNON, 2015, p. 213).

Apesar de a palavra ser, segundo a autora, uma ferramenta de transformação das subjetividades, ela chama a atenção pois a Medida assume também uma função de vigilância dos comportamentos do jovem e da família, exigindo muitas vezes explicações sobre todas as esferas da vida social e íntima do jovem. Assim, “As palavras dos profissionais são as verdadeiras ferramentas para disciplinar e controlar os jovens no programa Liberdade Assistida, [...]” (BUGNON, 2015, p. 205); exercendo uma função de regulação social.

Nesse sentido,

Existe claramente uma tensão entre dois polos quando tentamos apreender o modo de operar dessa palavra, como instrumento de regulação: de um lado, um polo que almeja a transformação das subjetividades e se assenta em uma concepção dos jovens como sujeitos em porvir, capazes de fazer mostras de responsabilidade, de reflexão e de *agency*; por outro lado, um polo de monitoramento e de normalização dos comportamentos, baseado em uma concepção paternalista do acompanhamento, e que ocupa uma função mais latente, embora onipresente. (BUGNON, 2015, p. 220).

Dessa maneira, o Estado poderia exercer uma função habilitadora, mas também restritiva, uma vez que na medida de LA os jovens também são encaminhados a outras instâncias socializadoras tradicionais – a escola e o trabalho – como uma forma de compartilhar a missão de regulação e vigilância comportamental dos jovens em situação de ato infracional. Quase como uma forma de adquirir outra identidade: de “estudante” ou de “trabalhador”, uma vez que esses papéis são vistos como dignos e o protegem das identidades sociais que muitas vezes estão impregnadas como “traficante” ou “bandido”.

De acordo com a autora, a Liberdade Assistida, nesses moldes, seria uma maneira de forçar os adolescentes a aproveitarem oportunidades, a se mostrarem responsáveis, autônomos. Todavia,

[...] a ‘oportunidade a aproveitar’ deve parecer, para muitos jovens, completamente inacessível. Mesmo que o mito do ‘*self-made man*’ continue a ser alimentado, principalmente pelas novelas brasileiras, os jovens têm consciência de seu campo de possibilidades objetivo em uma sociedade profundamente estratificada e segregada, e os sonhos de promoção social promovidos por alguns atores do dispositivo lhes parecem uma ilusão. Sem capacidade real de reinserção social, a medida de Liberdade Assistida é, sobretudo, vista pelos jovens como um dispositivo de vigilância e normalização de seus comportamentos. (BUGNON, 2015, p. 229).

Segundo a autora, há uma transferência principalmente de responsabilidades do Estado para o jovem e para a comunidade e que, com o estabelecimento da lei (ECA, 1990), deu a prioridade às medidas em meio aberto; porém, em paralelo a uma concepção de garantias de direito, há a responsabilização do jovem em situação de ato infracional. Nessa perspectiva, não reincidir e até ascender socialmente é uma possibilidade que depende muito do adolescente, se ele “aderiu” ou não às orientações.

Tal adesão é abordada por duas das entrevistadas como a principal dificuldade para a implementação da LA, conforme segue:

[...] a gente tem muitas dificuldades de adesão, o entendimento de que ela é uma ‘ah eu vim aqui assinar’, de que ela tem que ser só um momento, de que essa dificuldade de acompanhamento a longo prazo, de que pode ser inclusive semanal, aí tem mais uma vez, aí a gente vai, a gente chama às vezes a adolescente pra fazer um trabalho aqui, participar de uma Oficina, ‘ah mas de novo? Não é só pra assinar uma vez por mês?’ Falta de entendimento do que que seja a Medida. Falta adesão, comprometimento, e aí esse comprometimento abrange todas as áreas, acho que tem que ser mútuo, da família, do adolescente, do profissional. (ENTREVISTADA 4).

Bugnon (2015) destaca que usar desta noção de adesão deu ao Estado a possibilidade de se eximir e transferir a responsabilidade inteiramente ao jovem pela sua “ressocialização”.

Ao olhar pela sinuosidade da história, na Cidade X a Medida de LA funcionava pelo programa denominado Programa de Liberdade Assistida Comunitária, o qual recepcionava e fazia todo o acompanhamento do adolescente com envolvimento em ato infracional (DAMASCENO, 2006). Tal Programa foi implantado em 1998, segundo a autora, com a intenção de melhorar a execução da Medida, tendo para isso a parceria da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, o apoio da chamada Pastoral do Menor (PAMEN) e também da Prefeitura Municipal, sendo o propósito a ressocialização e o ajuste da conduta do jovem.

Tendo uma preocupação com a formação religiosa e com questões sociais, a Pastoral do Menor é quem coordenava e executava o Programa de Liberdade Assistida, porém Damasceno (2006) refere que, devido aos escassos investimentos e às legislações que determinam a responsabilidade total do programa sob o Município, mudou-se a configuração da gestão.

Estas legislações, até 2006, segundo Damasceno (2006), eram executadas sob responsabilidade do Governo Estadual e iniciativas emergiram para a municipalização dos programas de acompanhamento, entendendo que com a gestão local abrem-se possibilidades de operar de acordo com as peculiaridades do município: da rede socioassistencial existente, da realidade dos adolescentes, entre outros aspectos.

É no espaço do cumprimento da Medida que o adolescente/jovem se sentiria pertencente e encontraria apoio, bem como a participação de sua família no cumprimento da Medida se torna essencial para atuações pautadas nas regras sociais e legais, inclusive no controle da frequência escolar, refere a autora. Ademais, membros da sociedade também se envolvem como forma de apontar novos caminhos e a partir daí o adolescente mudar as condutas.

Mediante este Programa, compreendia-se que os vínculos familiares precisavam ser fortalecidos, uma vez que os pais e responsáveis nem compareciam para as rodas de conversas e orientações proporcionadas naquele espaço, afirma a autora, e que as privações conduziam aos atos infracionais.

[...] o abandono, a carência de afeto e amor e familiares e amigos, a falta de alimentos é o que os levam a delitos, sendo necessário desta forma, um atendimento mais humanitário, orientadores bem preparados para receber este jovem e lhe dar o auxílio necessário, e quem sabe até mudar os rumos de sua vida. (DAMASCENO, 2006, p. 31).

A autora denota que havia uma compreensão por parte da sociedade de que “precisa se sensibilizar e ajudar esses adolescentes lhe oferecendo oportunidades e perdão” (DAMASCENO, 2006, p. 31). O “problema” era tratado em âmbito individual, como específico do sujeito, culpabilizando e julgando-o moralmente pela infração cometida.

De acordo com a autora, após a identificação das necessidades e de devidos encaminhamentos à rede de atendimento para efetivar a medida de LA, contava-se com orientadores comunitários, os quais, como membros de comunidades, recebiam os adolescentes na comunidade, incumbindo a eles um olhar focado na família, bem como a descrição de situações vivenciadas e observadas nesse período. Portanto, “[...] conhecê-los melhor, orientar cada um deles e conhecer a realidade de cada um, como anda o relacionamento com a família, na comunidade e principalmente se o adolescente frequenta a escola [...]” (DAMASCENO, 2006, p. 44) era função do orientador social; análogo a uma liberdade vigiada embasada em preceitos disciplinadores moralizantes estabelecida ainda no Código de Menores de 1979 como um ímpeto de evitar a institucionalização do adolescente e

buscar mudança de atitudes e de valores pelo adolescente, sustenta Damasceno (2006). Ademais, o Programa tinha como objetivo, além da orientação e acompanhamento, segundo a autora, formar parcerias com escolas profissionalizantes e empresas, para inserir tais adolescentes no mercado de trabalho.

Destaca-se que pelo fervor do acaso cartográfico, se é que se pode descrever assim, uma familiar entrevistada, denominada neste estudo como Mulher-Batalhadora, fez parte do referido Programa como profissional que desenvolvia a função de orientadora comunitária e por esse papel era conhecida e respeitada nas comunidades.

Eu trabalhava com a pastoral da criança, com o Conselho Tutelar. Uma vez por semana eu ia até lá, na casa ver se o adolescente estava trabalhando, estudando, se estava cumprindo suas funções, eu atendia na casa deles. Era tudo escrito, tudo certinho, pegávamos assinaturas deles e das mães. Eu atendia a cidade inteira, eles indicavam, se você aceitava ir, eles forneciam vale-transporte. Era um trabalho voluntário, mas fazia relatório para o juiz, tudo certinho. Eu trabalhei como pastoral da criança por oito anos, [...] sou mais conhecida no bairro que feijão preto, tanto que meus filhos, a mais velha iam para as baladas voltava a pé e nunca ninguém constrangeu ela, nunca ninguém mexeu ou faltou com educação, e minha casa quando foi roubada, foi por um parente que casou com uma prima minha, então são coisas assim que com respeito de eu ter trabalhado com a comunidade isso me ajudou. (MULHER-BATALHADORA).

De um trabalho que envolvia a moralidade, a Igreja e o voluntariado, para equipes exclusivas com profissionais pós-graduados, são tenros os avanços obtidos quando o assunto é Medidas Socioeducativas de PSC e LA, e os profissionais mencionam tais aspectos nas entrevistas, reconhecem a importância desse trabalho e travam debates por melhorias, buscando contemplar as normativas do Sinase. Também permeia nas entrevistas a existência de um plano que prevê ações articuladas com o público de Medidas Socioeducativas. Conforme já descrito, refere-se ao “Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo” (CIDADE X, 2015), que conta com envolvimento da rede formalizada intersetorial municipal e órgãos do Sistema de Garantia de Direitos que, a partir de um diagnóstico, definiu metas e, mais recentemente, reúnem-se para discutir fluxos de atendimento, formas de monitoramento e avaliação da execução da política socioeducativa em âmbito municipal.

Oportuno referir que este Plano demonstra que, de 2013 a 2014, 389 sujeitos de 13 a 21 anos estavam envolvidos com ato infracional tanto de PSC quanto de LA. Em 2013, são descritos dados que apontam para um percentual de 48% de PSC em descumprimento, visto que 40% se mantinha cumprindo e do restante, 12%, o processo estava suspenso, ou por estar em situação de internação ou em algum tratamento de saúde. Números esses que se

modificam em relação a janeiro até setembro de 2014, porém permanece o descumprimento com maior índice (CIDADE X, 2015).

Já a Liberdade Assistida é percebida como a mais eficiente e tida, a partir dos índices, como uma Medida com maior número de cumprimentos quando comparada à PSC, cerca de 52%, posto que, nesse mesmo ano de referência, 33% estavam em descumprimento e 15% suspensos. De janeiro a setembro de 2014, 50% estava cumprindo, 45% estava caracterizado como em descumprimento e 5% com processo suspenso. Conforme relatado no Plano Municipal, “tem-se um percentual significativo de descumprimento” (CIDADE X, 2015, p. 35).

Esse descumprimento, segundo o Plano (CIDADE X, 2015), pode estar relacionado com o não reconhecimento da Medida Socioeducativa como um espaço de socioeducação e ressignificação de projetos de vida; pelo acúmulo de mais de uma Medida no mesmo espaço de tempo; por falta de responsabilidade e apoio da família; e também pela fragilidade na comunicação e definição do fluxo entre Creas e poder judiciário.

É importante expor que cabe aos Programas de execução, segundo a Lei 12.594, Cap. IV (SINASE, 2012), elaborar juntamente com a família e com o adolescente o Plano Individual de Atendimento (PIA), o qual possibilita conhecer a realidade objetiva do adolescente, elencando prioridades no atendimento, suscitando interesses e ainda estabelecendo um prazo para a efetivação.

Ao escutar o adolescente, ocorre a acolhida e a elaboração do PIA, este instrumento culmina na realização de um diagnóstico, segundo o Sinase, polidimensional: da sua situação jurídica/processual; de sua saúde física e mental; na área psicológica no que se refere a dificuldades, necessidades, potencialidades; Social se refere às relações estabelecidas na família, na comunidade, os aspectos dificultadores e facilitadores da inclusão social; na área pedagógica: metas relativas à escolarização, profissionalização, cultura, ao lazer e esporte, oficinas e autocuidado. Trata-se de um olhar clínico ampliado que viabiliza intervenções técnicas junto ao adolescente e sua família, e à medida que estão dispostos em documento, possibilitam a pactuação de novas metas.

A ação socioeducativa deve respeitar as fases de desenvolvimento integral do adolescente levando em consideração suas potencialidades, sua subjetividade, suas capacidades e suas limitações, garantindo a particularização no seu acompanhamento. Portanto, o Plano Individual de Atendimento (PIA) é um instrumento pedagógico fundamental para garantir a equidade no processo socioeducativo. (BRASIL, 2006, p. 48).

Assim, o PIA é elaborado conforme a singularidade do adolescente, de maneira que o possibilite analisar e pactuar as orientações, a forma de acompanhamento, bem como a sua participação no decorrer da Medida. Tal plano individual de atendimento tem como pretensão a delimitação de alguns objetivos para serem alcançados no processo, mas, antecedente a isso, possibilita um momento de reflexão, para que os adolescentes percebam a partir do documento as suas fragilidades e também seu potencial criativo, o que aumenta o vínculo afetivo com a equipe, a autoestima, e ainda se reconheçam como sujeitos, elevando assim a probabilidade de cumprimento da Medida aplicada e também a possibilidade de novos caminhos – propósitos que estão declarados no Sinase, mais explicitamente no seguinte trecho:

As ações socioeducativas devem exercer uma influência sobre a vida do adolescente, contribuindo para a construção de sua identidade, de modo a favorecer a elaboração de um projeto de vida, o seu pertencimento social e o respeito às diversidades (cultural, étnico-racial, de gênero e orientação sexual), possibilitando que assumam um papel inclusivo na dinâmica social e comunitária. Para tanto, é vital a criação de acontecimentos que fomentem o desenvolvimento da autonomia, da solidariedade e de competências pessoais relacionais, cognitivas e produtivas. Nesse sentido, a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) constitui-se numa importante ferramenta no acompanhamento da evolução pessoal e social do adolescente e na conquista de metas, compromissos pactuados com esse adolescente e sua família durante o cumprimento da medida socioeducativa. (SINASE, 2006, p. 52).

Há de se considerar que o PIA é um instrumento demasiadamente importante também por fornecer subsídios para o Plano Municipal de Medidas Socioeducativas, o qual é um plano de ação a ser desenvolvido na Cidade X de 2015 a 2025. Este documento, na sua descrição, aborda um diagnóstico sobre os adolescentes que cometeram atos infracionais no período de janeiro de 2013 a julho de 2014, e a partir de atendimento pode-se pensar novas formas de atuação tendo em vista a problemática.

Além da responsabilização pelo ato infracional cometido há, perante a Lei, uma garantia de medidas protetivas. Todavia, nos espaços executores das políticas públicas, os adolescentes encaminhados ainda se defrontam com paradigmas do modelo do Código de Menores, em que se salientavam as práticas repressivas nas instituições de privação de liberdade. Portanto, deve-se considerar os avanços obtidos com o Estatuto – para o reordenamento jurídico e garantia de direitos; mas indicar que ideais e práticas menoristas ainda persistem.

Quando questionados sobre as dificuldades de implementação da LA, os profissionais enfatizam o enraizamento dessa visão punitiva, do preconceito em torno do público

considerado delinquente, somados à falta de apoio familiar e de uma equipe adequada para a demanda, e também ao comprometimento das outras políticas para a efetivação do trabalho.

Eu acho que o gargalo do serviço é a equipe. É a equipe para atender adequadamente essas demandas. [...] se a gente tivesse uma equipe completa só para atender à demanda que lhe é devida, ou seja, os vinte adolescentes, as vinte famílias, a gente conseguiria atender com mais qualidade. Agora não é humano, uma equipe atender 80 adolescentes em liberdade assistida, como é que tu vai conseguir trabalhar? Um adolescente demanda encaminhamento, demanda acompanhamento, visita domiciliar, aí tu não consegue vincular por quê? Porque tu tem que fazer um atendimento de menos de meia hora porque você já tem uma lista de outras tarefas pra fazer. (ENTREVISTADA 3).

Outra entrevistada afirma:

Em relação à atuação do Serviço eu percebo que dentro de suas limitações, como falta de estrutura física, recursos humanos e materiais, e outros, ainda é bem conduzida, porém carece de muita persistência e dedicação dos técnicos, os quais desempenham de forma ética e humanizada o trabalho com esta demanda que muitas vezes é desacreditada, pela família, pela sociedade e ainda por profissionais da própria rede de atendimento no município. (ENTREVISTADA 1).

Nesse sentido, outra profissional ainda destaca que são atravessamentos que também implicam na qualidade do atendimento prestado aos adolescentes.

Eu penso que para LA ser efetivada precisa de um olhar ampliado, também a gente precisa de um entendimento das outras políticas, porque se as outras políticas também não se comprometerem, com a profissionalização, que eu vou tentar ir na escola, mas a gente já teve situação de que a gente não consegue por conta de ‘não, eu não quero o adolescente problema, não quero ele aqui’, [...]. Então eu acho que é isso que está faltando, a gente ter esse olhar para além do adolescente perigoso, problemático. Que relações a gente está construindo com eles? Nesse sentido que eu acho que pode avançar, se a gente construir relações diferentes. (ENTREVISTADA 4).

Segundo Rizzini, Zamora, Klein, (2008, p. 9), a doutrina da proteção integral ainda não se efetivou, uma vez que “O que está colocado como imperativo da Lei demora em mudar as práticas repressivas já introjetadas por considerável parte do corpo social [...]”. Nesse sentido, a política de Assistência Social que se constituiu a porta de entrada dos adolescentes em situação de ato infracional se mostra insuficiente. Com o SINASE, definiu-se a formação da rede de atendimento para garantia dos direitos dos adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas; vê-se atualmente que esse é o grande desafio: o trabalho intersetorial.

6. A REDE FORMALIZADA DE SERVIÇOS: UMA ANÁLISE PARTIR DA TAR

“Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir.” (Foucault, 1984).

É necessário distinguir entre a noção de rede proposta pela Teoria Ator-Rede (TAR) e a rede de serviços, conforme concebidas e organizadas pela Lei nº 12.594 (BRASIL, 2012). Com base na TAR, compreende-se, conforme já descrito, que os atores humanos e não humanos, à medida que se agenciam, formam uma trama e constroem uma rede-rizoma capaz de ampliar-se para todos os lados. Assim, tendo essa perspectiva de rede como base, pode-se analisar a rede de serviços¹⁶ (ver apêndice IX).

No atendimento de adolescentes em situação de ato infracional, a Lei nº 12.594 (BRASIL, 2012) especifica a necessidade do estabelecimento de uma atenção integral para esse público e para que desta forma realizem projetos de vida individuais e coletivos. Tal Lei define em seu Art. 8º que:

Os Planos de Atendimento Socioeducativo deverão, obrigatoriamente, prever ações articuladas nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, capacitação para o trabalho e esporte, para os adolescentes atendidos, em conformidade com os princípios elencados na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente. (BRASIL, 2012).

E ainda, compete à União, de acordo com o Art. 3º, “V- contribuir para a qualificação e ação em rede dos Sistemas de Atendimento Socioeducativo.” (BRASIL, 2012). A rede aqui é descrita e, portanto, entendida como uma articulação sistematizada entre os serviços para a “garantia” de ações protetivas.

Segundo as autoras, esta ideia de articulação ou de uma rede de Serviços foi necessária para se avançar nas práticas com os sujeitos. Refere-se a “[...] uma proposta de intervenção capaz de forjar uma nova abordagem no enfrentamento às demandas da população, baseada na troca de saberes e práticas entre o Estado, as empresas privadas e a sociedade civil

¹⁶ Em se tratando de crianças e adolescentes é fundamental mencionar que a Cidade X possui organizadamente, por divisão territorial, um trabalho articulado no desenvolvimento de ações assertivas para com esse público, tendo o território/a comunidade como o lugar primário de intervenção e de compartilhamento de saberes (o nome não será mencionado para proteger a identidade do município). São grupos compostos por profissionais trabalhadores das diferentes políticas públicas ou representantes de órgãos não-governamentais que prestam atendimentos à crianças e adolescentes no município.

organizada.” (PEREIRA; TEIXEIRA, 2013, p. 115); e atualmente incide na forma de gerir as políticas.

Alavancado pelo processo de globalização, que produz estratificações e novos estilos de vida, bem como exige respostas mais rápidas e eficazes no enfrentamento de problemas, a construção de redes de Serviços, segundo as autoras, acontece em parcerias em nível local, estadual e federal, como forma de possibilitar a descentralização de decisões na formulação de políticas públicas, constituindo, inclusive, relações mais horizontais entre sociedade e poder público.

Nesse sentido, sustentam as autoras, que a intersetorialidade emergiu como uma noção contrária à setorização e à especialização, propondo a integração de saberes e Serviços “[...] ou mesmo a formação de redes de parcerias entre os sujeitos coletivos no atendimento às demandas dos cidadãos.” (PEREIRA; TEIXEIRA, 2013, p. 122). Segundo Comerlatto et al. (2007), a intersetorialidade refere-se à forma de agir diante de problemáticas complexas, articulando sujeitos e setores (numa trama maior, rizomática); também “[...] constitui-se numa nova forma de trabalhar, de governar e de construir políticas públicas, que possibilite a superação da fragmentação dos conhecimentos e das estruturas sociais a fim de produzir efeitos mais significativos na resolutividade desses problemas.” (COMERLATTO et al., 2007, p. 265).

Esta perspectiva de trocas, de circularidade, de intersetorialidade corrobora com as proposições da TAR. No entanto, é preciso enfatizar que redes, com base na TAR, são concebidas como instáveis, provisórias e podem não coincidir com a Rede de Serviços previstos pela legislação e política, isto significa que para a TAR só faz parte da rede, de fato, os atores que produzem algum efeito nela.

Conceber as políticas públicas como redes significa defini-las como efeito de processos de composições e associações que lhes conferem formas sempre provisórias; seus elementos são híbridos, seus contornos variáveis, suas propriedades não são fixadas de uma vez por todas, suas identidades resultam das interações em curso. (BONAMIGO, 2014, p. 71).

Estabelecer como critério a intersetorialidade ou a “junção” de serviços para o atendimento de adolescentes em Medida Socioeducativa não significa estabelecer uma rede de acordo com a TAR, nesta perspectiva as redes são um processo não linear e têm a potência da criação e da imprevisibilidade, apontando para uma realidade que não é dada *a priori*, isto é, nem tem como ser prevista por legislação alguma. Assim, olhar para um sujeito em Medida Socioeducativa não é apenas olhar para sua problemática, mas para tudo que o envolve, como

família e as relações de apoio, trabalho e suas condições, situação econômica, acesso à lazer, e a outras políticas públicas; é vê-lo a partir de um emaranhado de redes de relações instáveis e provisórias.

As diretrizes estabelecidas no Sinase (BRASIL, 2012) remontam justamente uma tentativa de integralização dos olhares, das práticas, para que o atendimento de adolescente em situação de ato infracional também seja num sentido mais “pleno”.

A MSE em meio aberto exige para sua execução minimamente responsável, ou seja, para um atendimento qualificado ao adolescente, que haja uma rede local de serviços e programas integrados e articulados para o trânsito do adolescente e atendimento de suas necessidades (nem falamos de interesses!). O exemplo mais evidente são os equipamentos e serviços da área da educação e da saúde. Contudo, se considerarmos os diferentes direitos de cidadania e as necessidades reais do adolescente no presente e no futuro, é importante considerar também aqueles direitos referenciados aos demais sistemas como a cultura, o lazer, o esporte, a assistência social, a segurança e outras áreas como a da profissionalização e do mercado de trabalho. A esses aspectos, agregam-se aqueles que exigem atendimento imediato: a moradia, a alimentação, o transporte, a existência de responsável, aspectos da vida cotidiana que garantem condições mínimas de existência e permitem imaginar o futuro. (CFP, 2012, p. 54).

Diante dessas pressuposições, cabe interpelar: os Serviços de atendimento conseguem ouvir as diferentes vozes e a partir disso elaborar práticas inovadoras, desestigmatizantes, que garantam direitos? E a forma como os serviços da própria Assistência social estão dispostos, organizados pela tipificação (BRASIL, 2009), desempenha uma atenção integral ou mesmo estabelece uma rede? Conseguem estabelecer um olhar à complexidade que envolve esses sujeitos a fim de detectar necessidades básicas dos adolescentes? Nesse contexto, qual o papel das demais políticas?

As profissionais entrevistadas, de modo geral, referiram que há articulação entre as políticas públicas na garantia de direitos, porém perfazem algumas ressalvas afirmando ser “frágil e deficitária”. Mencionam elas que ainda há muito preconceito, não tendo entre as políticas um entendimento similar sobre o atendimento socioeducativo e das atribuições de cada serviço da rede formalizada, destacando inclusive um distanciamento do público-alvo das Medidas.

Creio que todos os serviços da rede de atendimento no município deveriam se fazer mais presentes, estarem articulando entre si, e com o serviço de MSE. Destaco em especial os serviços de prevenção: os CRAS, os serviços de convivência e fortalecimento de vínculo, os programas das Secretarias da cultura, esporte e lazer, as escolas municipais e estaduais, as unidades de saúde nas comunidades, também os Serviços de Alta Complexidade como o Abrigo municipal e Casa lar (trocando informação sobre adolescentes em acolhimento). É preciso articular com instituições do Governo Federal, universidades, empresas

privadas e outras como forma de buscar razão social, para que se desenvolvam nas comunidades ações preventivas e que também se articulem com o serviço de MSE. (ENTREVISTADA 1).

A interdisciplinaridade e a intersetorialidade visam à troca de saberes entre profissionais e equipes, e conseqüente produção de novos conhecimentos, e é a prática integrada que possibilita compreender a rede de atores envolvidos na produção de subjetividades. Dessa maneira, no Serviço de execução da LA, articular diferentes saberes – Psicologia, Direito, Pedagogia, Serviço Social – torna-se de fundamental importância para iniciar uma prática mais abrangente e acolhedora, pensando na implicação que esta determinação judicial denominada como “Liberdade Assistida” terá na vida dos adolescentes.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2012) aponta que mesmo a garantia do Serviço com equipes multiprofissionais não avaliza um padrão de ação interdisciplinar, o que tem como consequência práticas desintegradas e um trabalho inócuo. A execução da Medida Socioeducativa, pautada em um olhar ampliado e ético, faz emergir um suposto que “[...] o atendimento dos adolescentes por essas medidas é um fator que pode impedir a reincidência e mostrar para o adolescente outras trajetórias existenciais, outras possibilidades de construir um modo de estar no mundo, no presente e no futuro.” (CFP, 2012, p. 55).

Para tanto, compreender os modos de subjetivação de adolescentes em Medida Socioeducativa é uma tarefa fundamental, uma vez que, devido à autoria de ato infracional, tornam-se sujeitos usuários das políticas específicas que, conforme já descrito, atuam de forma setorializada na tentativa de garantir direitos. Quando se questiona “quais as políticas públicas estão envolvidas no atendimento dos adolescentes em Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida?”, pode-se perceber que há um Sistema de Garantia de Direitos conforme já demonstrado na Figura 1 e que, devido aos órgãos deliberativos e gestores do SINASE terem um papel articulador das diferentes áreas da política social, demanda “[...] efetiva participação dos sistemas e políticas de educação, saúde, trabalho, previdência social, assistência social, cultura, esporte, lazer, segurança pública, entre outras, para a efetivação da proteção integral de que são destinatários todos adolescentes.” (CONANDA, 2006, p. 23).

É unânime a opinião das profissionais entrevistadas de que existem Serviços dispostos para o atendimento, mas que esse atendimento precisa se efetivar enquanto “rede”. Como exemplo, pode-se visualizar no decorrer desta dissertação que as políticas de saúde e de educação não aparecem ou se apresentam de forma muito sutil na vida dos adolescentes entrevistados. Tendo em vista a idade deles, nota-se que principalmente as experiências escolares poderiam emergir fortemente nos relatos, mas não afloram. Ainda, por ser de

atribuição do profissional do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de LA e PSC promover matrícula escolar e supervisionar a frequência e o desempenho, há um contato estreito com as escolas; no entanto, a resposta que se têm é que o adolescente em situação de ato infracional, em geral, é violento, desatento, perturbador ou simplesmente “não adere” ao ritmo escolar.

Deste modo, em que proporção as Medidas Socioeducativas cumprem seu objetivo? As profissionais entrevistadas apontam que visualizam as potencialidades e propostas de uma Medida Socioeducativa, porém examinam que a forma de organização, a qual está centrada única e especificamente na Política de Assistência Social, obviamente, não consegue estabelecer um atendimento integral. A própria Lei do SINASE estabelece como princípio a Incompletude institucional, “[...] caracterizada pela utilização do máximo possível de serviços na comunidade, responsabilizando as políticas setoriais no atendimento aos adolescentes – artigo 89 do ECA.” (CONANDA, 2006, p. 29). Segue relato de uma profissional sobre a rede de serviços:

[...] a organização desta proposta ainda percebo como falha, pois o desconhecimento sobre seu real funcionamento, sobre a qualidade do serviço prestado, seus impactos na sociedade, e principalmente sobre o dia a dia dos sujeitos no interior destas instituições que são visivelmente fragilizadas, uma vez que existe pouca articulação entre os serviços e a rede de atendimento nos municípios. Em especial falo da minha realidade profissional, onde quem deveria se articular com a proposta do serviço de proteção social ao adolescente em cumprimento de Medida Socioeducativa, ou seja, a rede de atendimento do município, desde os serviços da proteção básica à alta complexidade, estes não compreendem de fato a proposta do serviço de Medidas, dificultando a eficácia e eficiência. (ENTREVISTADA 1).

De maneira contundente, outra entrevistada expõe como fragilidade do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de LA e PSC quando é o único atuante no processo de acompanhamento da família e do adolescente em situação de ato infracional.

Eu vejo que a maneira que iniciou esse trabalho, ele já vem assim meio que atropelando os processos. Você primeiro inicia o trabalho, para depois pensar no trabalho. Então eu vejo que infelizmente, ainda hoje, com as políticas públicas isso ocorre, de que não tem um planejamento, uma organização, pensando os limites do serviço e que isso é uma fragilidade porque acaba não surtindo, digamos, o efeito esperado, atingindo os objetivos esperados. [...] O SINASE é muito recente, então existiam muitas dúvidas, as equipes iniciam um trabalho e não são capacitadas para, então elas vão aprendendo, vão buscando, e aí as coisas até você realmente se apropriar, isso demanda um tempo. Então eu vejo que houve avanços, que existe um Plano Municipal de Medida Socioeducativa; hoje a gente tem uma equipe mínima, não acho que essa equipe seja adequada, tem que ser ampliada para poder trabalhar melhor, mas se avançou muito. [...]. Existe uma comissão para verificação do Plano, isso embora não esteja do jeito que a gente gostaria, mas já temos a possibilidade de

avaliar, de pontuar também porque a gente não consegue, às vezes, um trabalho tão efetivo. Eu penso que a Política de Assistência Social é muito cobrada, pela sociedade, pelo judiciário, pelas demais políticas para dar conta dessa demanda. Porém a gente sabe que uma só política não vai dar conta dessa demanda. (ENTREVISTADA 4).

Cabe salientar que há entre as profissionais trabalhadoras dos Creas uma compreensão de que os Serviços de prevenção também precisam estar “conectados” para diminuir a incidência de atos infracionais e proporcionar outras relações com a sociedade, conforme explicito no caderno de orientações técnicas: “A garantia do acesso aos serviços e a ação integrada entre as políticas setoriais são imprescindíveis para a concretização dos objetivos das medidas socioeducativas e para a ampliação da proteção social ao adolescente e sua família.” BRASIL, 2016, p. 7).

Destaca a entrevistada:

A gente tem que bater nessa tecla da prevenção, porque o Creas está atendendo o que já foi. Tem que se pensar mais para frente, em ações preventivas para esses adolescentes que, muitos pré-adolescentes já vão constituir família, estão fora das escolas, os CRAS; acho que esses serviços que fazem educação básica, prevenção, tem que haver também uma única linguagem ali, um único objetivo ali. (ENTREVISTADA 2).

Esses enunciados apareceram como uma possibilidade de práticas assertivas, porém há de se considerar que ainda existem políticas públicas culpabilizantes e excludentes, que ainda julgam a internação e a repressão os modos mais assertivos e não oferecem suporte ao adolescente ou a sua família nesse período tão delicado de cumprimento de Medida Socioeducativa.

No relato de quatro profissionais aparece a criação do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo (Simase) como uma possibilidade de constituir, a partir da rede formalizada, um trabalho articulado e conciso com os adolescentes em situação de ato infracional; porém referem que foi uma tentativa que se estrutura a passos lentos, conforme se exemplifica na fala a seguir:

Quando a gente elaborou o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, a gente depositou muita esperança nele, de que o plano iria juntar, unificar e que no município a gente passaria a entender que Medida Socioeducativa não é só da Assistência Social. Que a educação tem a sua parte, que a cultura e o esporte têm a sua. Mas aí quando foi para apresentação e criação do Sistema Municipal de Atendimentos Socioeducativos, a Assistência Social abraçou isso de novo. (ENTREVISTADA 3).

A mesma profissional vai mais além, expondo que a avaliação e o monitoramento das metas e objetivos contidos no Plano também incidiram sobre a Política de Assistência Social, pelo entendimento que se tem desta Política como responsável pela execução:

[...] para mim, é inconcebível que o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo seja coordenado ou organizado por pessoas do serviço, que trabalham no serviço. Como é que você vai avaliar a atividade que você fez? Entende? Como é que você vai monitorar o teu trabalho? Tem que ser uma pessoa alheia à execução do serviço para fazer o monitoramento, avaliação dos resultados. Esse serviço deveria ser coordenado como uma outra Secretaria, até mesmo para ela sentir a responsabilidade. Porque as secretarias não estão nem aí, enquanto a Assistência Social vai fazendo aos trancos e barrancos porque que a educação, por exemplo, vai se comprometer? Ainda mais, quando se fala de um adolescente em Medida Socioeducativa vem carregado de preconceitos, que vem para tumultuar, que vem para agitar, pra incomodar. (ENTREVISTADA 3).

Preconceitos, sentimentos receosos que, para as entrevistadas, são passíveis de mudança pelo caminho da vivência e principalmente da capacitação. Salientam que é preciso considerar que o Sinase é recente e ainda há necessidade de apropriação de suas prerrogativas, para uma compreensão ampliada, isto é, dos múltiplos atores que podem estar envolvidos numa situação infracional.

Quando já acompanhado em Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida, ao passo que se verifica a necessidade de cada adolescente por meio do PIA, são realizados encaminhamentos para outros serviços da rede socioassistencial, tais como saúde, educação, assistência social e entre outros. Se pensar na lógica de encaminhamento, traça-se um caminho com margens bem delimitadas, isso compreenderia uma rede-raiz, hierarquizada, um fluxo por onde os adolescentes em Medida passariam. No entanto, quando se fala em “encaminhamentos”, especificamente desse Serviço, o adolescente permanece atendido, mas outras políticas podem intervir na sua condição de maneira articulada.

De uma unidade-pivô, a Política de Assistência Social pode se tornar uma central de cálculo, um dos atores da rede, pois, ao ouvir o adolescente e compreender suas necessidades, abre-se um processo de desestabilização, conforme já dito; uma linha de fuga, na linguagem de Deleuze e Guattari (1992), que possibilita uma nova conexão com novos atores, permitindo circular as inscrições e, portanto, o adolescente vai ampliando sua rede, dando a ela uma outra organização temporária.

Conforme as pastas individuais guardadas nos Creas, os adolescentes e familiares que fizeram parte deste estudo, de maneira geral, foram encaminhados para cuidados com a saúde básica nos Centros de Saúde da família (CSF), para o Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPS i), para Grupo de Desenvolvimento Humano (GDH - grupo terapêutico) e para órgãos de proteção, como Secretaria de Assistência Social, Cras, Conselho Tutelar e Defensoria

Pública. Encaminhamentos para emissão de documentos pessoais como CPF nos Correios, Identidade no Instituto Geral de Perícias (IGP) e Carteira de Trabalho no Ministério do Trabalho; realizados encaminhamentos também para a Política de Educação, objetivando o retorno escolar, em especial a modalidade de ensino de Jovens e Adultos (EJA); para cursos no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e Centro de Integração Empresa Escola (CIEE); bem como para cursos proporcionados pela Secretaria de Cultura; também para diversos programas de emprego, como Balcão de emprego, Sistema Nacional de Emprego (SINE) e um Programa Municipal que visa inserção no mercado de trabalho.

Quando perguntado aos seis adolescentes como viam esses encaminhamentos, a maioria refere como algo isolado de sua condição de vida, como uma forma de cumprir a Medida, sem uma análise de necessidade, apesar de que, no decorrer da entrevista, mencionaram a importância, por exemplo, de terem os documentos, de estarem estudando para uma mudança de vida e atribuíram isso a uma conduta necessária com o passar do tempo.

Eu acho que é uma lei que nem qualquer outra. Cada coisa tem o seu jeito de viver, tem seu jeito de se fazer e tem o seu jeito de se pagar também. Tudo o que a gente faz a gente já tá sabendo o que vai depois vir, que vai ter que pagar tudo. São decisões que a gente mesmo toma sozinha, porque tem uma lei para seguir. É como a vontade de um pai, ou de uma empresa que você está trabalhando, tem que seguir as regras. Eu voltei porque eu tinha que pagar e porque eu quis, eu quero voltar a estudar porque eu sei que depois vai fazer falta para mim. Coisa que antes eu não pensava, hoje eu penso. (LINDA).

Ainda,

Por aqui eu consegui trabalho que o CIEE oferece para o Creas, agora sou Auxiliar administrativo, vai fazer um mês. Também tive que voltar para escola, eles fizeram encaminhamento para escola e na verdade foi bom, fazia tempo que eu queria voltar a estudar, pra terminar logo e aí me encaminharam. Eu acho importante ir para a escola porque ali é onde você ganha mais sabedoria, onde você aprende as coisas, vê o que você quer para o teu futuro. Tudo nessa vida é estudo, tudo gera estudo, tudo gera sabedoria. É bom voltar estudar. (PIMPA).

Importante expor que os encaminhamentos comumente são seguidos de relatórios situacionais breves que, com o consentimento dos sujeitos, se tornam uma ferramenta para o outro profissional conhecer a demanda e efetuar as primeiras intervenções. Ainda, a construção dos relatórios é demandada pelo Poder Judiciário e Ministério Público como forma de acompanhamento da Medida Socioeducativa.

Nesse sentido, uma das entrevistadas expõe que é pelo viés dos encaminhamentos que há um contato com a rede formalizada de serviços, que “[...] se consegue minimamente

dialogar, eu acho que ainda é fraco esse vínculo, porque a gente não encontra muito apoio de outros Serviços, de outras Secretarias no atendimento desta demanda.” (ENTREVISTADA 3).

Nesse mesmo sentido, outra profissional destaca sobre o entendimento de rede que se tem no plano das práticas, ressaltando que não há clareza sobre o modo de operar: “[...] para muitos a rede é pra repassar, encaminhar [...] pra mim, rede é atuar junto, é cada um dentro das suas potencialidades, dentro do seu papel agir para que a gente consiga juntos atingir um objetivo.” (ENTREVISTADA 4).

Outra entrevistada corrobora com esse pensamento, destacando:

Se fala muito em rede, mas a rede não é uma reunião, a rede é toda uma articulação para o acompanhamento desses meninos, de realmente se sentir parte desse processo e que a gente não percebe isso tão claramente. Então eu vejo que sim, temos avanços, mas ainda há muito que se construir. (ENTREVISTADA 2).

O trecho acima explicita a vontade de potência, de melhorar os Serviços e apreciando a conjuntura atual de dificuldades e todas as “habilidades” que uma Medida Socioeducativa deve proporcionar, as profissionais participantes do estudo mencionaram que este distanciamento das demais políticas públicas do órgão executor – a Política de Assistência – também se estende ao poder Judiciário:

Eu acho que tanto os serviços da rede, como essa relação com o judiciário, precisam aproximar, precisam ter um objetivo em comum, eu vejo que a equipe de medidas do Creas ela assume isso dentro da Secretaria de Assistência Social, como responsável por isso. Como a Assistência Social inicialmente assumiu isso dentro da Política de assistência, então ficou como se fosse a mãe disso e os demais não foram levando esse compromisso junto. Então precisa construir isso em conjunto e com o judiciário, requer maior aproximação e diálogo constante sobre os fluxos, sobre encontrar estratégias de atendimento, sobre a questão das famílias dos adolescentes que a gente sabe que precisam sim, o judiciário e a promotoria responsabilizar no momento certo na questão que eles acompanhem, que eles tomem a função de família, a função protetiva, de encaminhar esses filhos pra vida, essas questões que exigem esse momento de responsabilização das famílias, mas exige também que a sociedade, que as Secretarias, que os serviços eles assumam essa família junto com adolescente, como uma família vulnerável, que tem passado por uma situação que levou até a isso [o ato] e muitas vezes não são só os adolescentes, o pai e a mãe que estão envolvidos em situações de criminalidade também. (ENTREVISTADA 2).

A segregação entre as políticas públicas se atribui como uma das limitações do serviço ofertado, uma vez que há exigências densas do Judiciário concernentes a relatórios situacionais e buscas ativas em prazos estritamente estabelecidos, desdenhando em algumas situações a importância um trabalho mais intenso, focalizado no atendimento.

Quanto à execução solicitada pelo Poder Judiciário aos técnicos, atuações para repasse de informações ao juiz, ou outros técnicos do judiciário, ainda estamos escravos da burocracia documental, com prazos insuficientes para uma resposta sólida, concreta. Ainda é preciso mencionar que muitos pedidos judiciais extrapolam o fazer profissional pois solicitam recursos já oferecidos pelo serviço anteriormente, como as buscas ativas, e ainda menciono sobre as dificuldades do judiciário em acatar sugestões de audiências de justificação, fato que vem desmerecendo atuações dos técnicos quando solicitam, faltam com ações que para mim seriam eficientes quando a equipe já não tem maiores recursos, exemplo são os casos de descumprimento. Quanto à execução solicitada ao Poder Judiciário, ainda menciono como sendo frágil devido à morosidade nos processos e em especial às devoluções solicitadas, pedidos de reavaliação de Medida Socioeducativa e sugestões avaliadas. (ENTREVISTADA 1).

Outra profissional participante da pesquisa corrobora que é extremamente burocratizado, e suscita que por vezes o foco do trabalho é desvirtuado:

Se preocupa com atender prazos e você deve compartilhar disso: de atender ao que o juiz pede e de não dar conta de atender o adolescente com qualidade, de fazer encaminhamentos, de conseguir acompanhar como se deve. Então eu acho que a gente teria que ampliar essas equipes. [...] eu percebo que o serviço está mais para cumprir protocolo e para cumprir prazos do que para propriamente acompanhar o adolescente. Porque você tem dez, quinze dias para fazer um PIA, a gente sabe que um PIA de qualidade não se faz nesse prazo. [...] Hoje o serviço é muito burocrático, eu penso que teria que ser mais prático, pensar mais na família, trazer mais a família, mas também não se dá conta de atender o prazo, de atender a família, com a equipe que se tem. (ENTREVISTADA 3).

Numa perspectiva de reforma e melhoramentos, uma entrevistada menciona um novo projeto almejado, isto é, um “Núcleo de Atendimento Integrado - NAI” (SINASE, 2012), baseado em experiências de outro estado brasileiro¹⁷.

O nosso Serviço melhorou muito do que era, a questão de ter equipes foi um avanço, eu acho que precisa ampliar ainda mais as equipes, buscar sempre, constantemente isso, mas eu ainda acredito que aquela proposta do [...] NAI ele vem talvez ganhar essa força que eu falei na questão anterior, vem efetivar melhor, mais serviços reunidos, num único lugar e pensando sobre, agilizando, dando maior efetividade, eu acho que precisa desse tipo de força, sabe? Para esse perfil, para esse público que a gente atende de Medidas. Eu acho que o que envolve Medidas, envolve muitas situações, muitos detalhes, muitas coisas que poderiam ser melhores. (ENTREVISTADA 2).

Salienta-se que o NAI tem como objetivo unir os órgãos de aplicação e órgãos de execução Medidas a fim de tornar os processos menos morosos e mais efetivos, conforme explicitado em Lei, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990):

¹⁷ A capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, no âmbito da Justiça Infante-Juvenil, conta com uma Vara Infracional e em 2008 instituiu NAI previsto no Sinase (2012) denominado com Centro de Atendimento Integrado ao Adolescente Autor de Ato Infracional (CIA/BH) e empiricamente se tornou referência para outros municípios. Mais informações na cartilha disponível em: http://ftp.tjmg.jus.br/ciabh/cartilha_cia.pdf.

Art. 88 - São diretrizes da política de atendimento: V - integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em um mesmo local, para efeito de agilização do atendimento inicial a adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional. (BRASIL, 1990).

Em 2013 foi publicado um “Guia para implantação do atendimento inicial ao adolescente a quem se atribui autoria de ato infracional”¹⁸, da autoria de Agnaldo Soares Lima, que visa auxiliar na compreensão da relevância e do *modus operandi* dos chamados Núcleos ou Centros de Atendimento. Essas diretrizes dizem respeito a um modo organizativo que tende a possibilitar a efetivação das Medidas Socioeducativas. No entanto, uma das profissionais mostra o dissenso e destaca que o NAI poderá agilizar processos, mas não resolverá a questão da qualidade do atendimento. Afirma ela:

Eu não acho que esse serviço, esse NAI que seja, enfim o que se está pensando. Vai unificar num único espaço, vários órgãos ou vários serviços: Delegacia, ministério público, judiciário, mas ele não vai dar vazão à demanda que a gente tem. Ou se cria uma equipe específica para esse NAI, e se mantém as equipes que já tem nos serviços, que aí sim eu acho que a gente teria uma vazão um pouquinho maior para essa demanda, porque simplesmente tirar as equipes dos serviços, dos dois serviços e juntar em um, não vai mudar em nada. E pior, tem que fazer plantão. Então tem que pensar que vai reduzir a equipe efetiva de atendimento, porque a equipe que vai estar trabalhando de noite não vai estar atendendo de dia. Então vai se ampliar a equipe para atender o NAI? Ou se pensa em atender o NAI com a equipe que tem? Porque se for com a equipe que tem, a gente vai estar retroagindo mais ainda. Então eu acho que ao invés da gente ver o avanço, a gente só ver voltar, sabe? Isso é uma coisa que me revolta, que me revolta. [...] eu percebo que talvez o NAI a gente não vai ganhar, a gente vai perder. A não ser que se contrate equipes. Seria um sonho se adequar à legislação, mas eu não vejo isso, aqui no nosso município. (ENTREVISTADA 3).

Apesar das vicissitudes do trabalho neste Serviço, há uma credulidade nas ações e nas possíveis mudanças positivas que a Medida pode alavancar. Nas entrevistas emergem noções do papel do Serviço, compreendendo a Medida Socioeducativa como uma estratégia de apoio, de ressignificação, de acesso a direitos, rompimento de um ciclo que pode ser transgeracional de ato infracional, e para muitos adolescentes o vislumbre de um futuro diferente, a possibilidade do planejamento de uma vida futura. E mais que isso, a Entrevistada 2 destaca que se visualiza potenciais identificando que na Cidade X existem Serviços com profissionais capazes de auxiliar esses adolescentes e suas famílias, reconhecendo-os como sujeitos com direitos violados. Portanto, a rede formalizada pode ser como um estado estabilizado da

¹⁸ O Guia para implantação do atendimento inicial ao adolescente a quem se atribui autoria de ato infracional pode ser consultado na internet através do link: <http://www.mp.ro.gov.br/documents/29249/1585651/SINASE+-+NAI+-+Nucleo+de+Atendimento+Integrado.pdf/0fcd2a75-e21b-4ee0-a1c9-250953777cf6>

“estrutura” que pode se configurar, por vezes, em forma de rizoma, à medida que novos atores se reconectam e a modificam.

Quando perguntado às profissionais quais ações ainda poderiam ou deveriam ser realizadas em prol destes adolescentes, elas mencionaram a necessidade das novas conexões da rede, da desterritorialização e reterritorialização, isto é, mencionam a necessidade de ampliar as parcerias, principalmente com as universidades e outras instituições de ensino; maior envolvimento com atores-chaves das políticas públicas, inclusive Conselhos mais atuantes, o que também culminaria em ações preventivas diversificadas; em mais oficinas pedagógicas, em novas concepções a respeito dos adolescentes em situação de ato infracional; também aparece a capacitação/formação como uma maneira de agenciar novos atores a compor essa rede, e que por meio da ampliação de possibilidades, seja através do esporte, de cursos profissionalizantes, de cursos que envolvam música ou outra atividade cultural, fosse possível criar vínculos com o adolescente e traçar com ele outras rotas para a sua vida que não envolvam atos ilícitos. Nas palavras de uma das entrevistadas:

Na verdade, a gente tem uma deficiência no município, porque assim, o adolescente quer um encaminhamento para esporte, por exemplo, as opções que tem são limitadíssimas, aí você não consegue atender. A gente deveria, de alguma forma, conseguir vincular mais com esse adolescente, eu acho que deveria ter um serviço, uma ONG, algo que assumisse essa demanda em específico, que fosse um espaço onde esse adolescente pudesse frequentar, a exemplo dos outros municípios, onde tem um espaço, onde tem uma equipe técnica, nesse mesmo espaço os adolescentes fazem as oficinas, cumprem Medida. Eu acho que seria um avanço enorme se a gente conseguisse ter um espaço assim para gente atender os adolescentes aqui. (ENTREVISTADA 3).

Os profissionais também dão destaque para a necessidade de mais equipes, de espaço físico e equipamentos, a demanda aumenta, as necessidades se modificam. A entrevistada 3 vai mais além e questiona o modo e a qualidade de atendimento, abordando a dificuldade de vinculação de modo que essas outras atividades, conforme já citadas, servem como dispositivos para acessar o adolescente.

Eu acho que é muito bonito você dizer que dá conta da demanda e que atende e mostrar números, ‘olha eu estou atendendo 300 adolescentes’. Com que qualidade? Então assim, sempre [...] se é muito pressionada, pelos números, sabe? Pela quantidade. Se torna um medidor de eficiência, sem eficácia nenhuma. (ENTREVISTADA 3).

Este capítulo trouxe elementos significativos para pensar a rede de políticas públicas envolvidas no atendimento de adolescentes em Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e despertou algumas reflexões acerca dos desafios ainda postos – tendo em vista a

precocidade do Sinase –, no que se refere à formação ou instauração de uma “rede” de atendimentos; ainda, além de pensar as políticas públicas como atores na produção de subjetividades, instiga a pensar: que outros atores fazem parte da rede composta pelos adolescentes em Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida?

7. A FAMÍLIA COMO UM ATOR DA REDE

“O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem.” (Guimarães Rosa, 1986).

No emaranhado complexo desta rede composta pelos adolescentes em Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida, está a família. Esta é uma das primeiras instituições de que o sujeito faz parte, como comumente se diz: “nasceu no seio de uma família”. Scheinvar (2006) aponta que na modernidade esta instituição (como ele nomeia) tornou-se referência imediata do indivíduo.

A família aparece no decorrer da dissertação implicada nas Medidas Socioeducativas, seja como participante do estudo ou como público-alvo de intervenções sociais dos Serviços de MSE em meio aberto, e para dar continuidade aos escritos cabe compreender o que se entende por família. Para tal, inicialmente recorre-se às concepções de família imbricadas nas legislações e o que se considera família à espreita de suas vivências. Posteriormente, discorre-se sobre as conexões que a família estabeleceu e como encarou a Medida Socioeducativa de Liberdade Assista, dando um destaque para o papel dela no cumprimento.

7.1 As famílias e suas histórias

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 aborda três noções: Família matrimonial, União estável e Família monoparental, conforme segue:

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 1º O casamento é civil e gratuita a celebração.

§ 2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.

§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

§ 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

§ 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

§ 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio. (BRASIL, 1988).

Em primeiro lugar, é preciso observar a posição em que a Constituição Federal coloca a família: como base da sociedade. Isso implica pensar que, se esta organização é como um sustento da estrutura social, há uma ousada pretensão por parte do Estado de supor que todas

as pessoas estejam participando, possam participar ou devam participar dessa organização, salvaguardado casos específicos.

Também tem a família de “especial proteção do Estado”, conforme a Constituição, o que pode significar que essa organização realmente deve ser colocada no debate com uma centralidade política, afinal é assim que o Estado a vê e cabe a ele preservar a organização familiar, assim como cabe a esta organização continuar dando base para o sustento da cultura do Estado.

Percebe-se, igualmente, que o casamento permanece na Constituição (BRASIL, 1988) sendo o meio básico de consolidar uma união familiar; no entanto, há alguns progressos importantes: de uma noção extremamente patriarcal, passou-se a reconhecer como entidades familiares a união estável e a família com um(a) genitor(a).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) apresenta um avanço frente à Constituição Federal, reconhecendo a existência de três espécies de família: a natural, a extensa e a substituta. Conforme Art. 25, “Entende-se por família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes.” Ainda, em parágrafo único do mesmo artigo “[...] entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.” (BRASIL, 1990, p. 5). Já a família substituta é compreendida como uma maneira excepcional, em três modalidades possíveis: guarda, tutela e adoção.

Mais tarde, a Política de Assistência Social (BRASIL, 2004), em decorrência das transformações culturais, tecnológicas e dos próprios arranjos familiares – que vieram se tornando mais plurais –, concebeu a família como grupo de pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade, independentemente das características assumidas, pressupondo compartilhamento de renda e obrigações recíprocas.

Acompanhando a evolução das concepções que passaram a abarcar a família, o ordenamento jurídico brasileiro passou a tomar uma nova concepção de família considerando o pluralismo de entidades familiares e não mais meramente patrimonial – a consideração desse pluralismo denota a grande ruptura com o modelo único e tradicional de família –, e incipientemente passou-se a se respeitar as diferenças intrínsecas de cada uma delas. Pode-se dizer que são diversas as conceituações de família que atravessam a história até a contemporaneidade, no entanto se visualiza que estão imbricados, em todas elas, elementos como afeto, esforços conjuntos, relações, solidariedade, para além de uma concepção centrada na materialidade do patrimônio.

Carvalho (2014) destaca que o exercício vital das famílias é semelhante às funções das políticas sociais, uma vez que ambas precisam dar conta do desenvolvimento e proteção social dos grupos que estão sob sua responsabilidade, considerando que somente na contemporaneidade essas responsabilidades foram compartilhadas com o Estado por meio das políticas públicas – concepção da qual Scheinvar (2006) irá discordar, afirmando que as políticas públicas na realidade controlam a organização familiar. Já para outros autores, coloca-se em pé de igualdade: Estado e famílias “regulam, normatizam, impõem direitos de propriedade, poder e deveres de proteção e assistência” (CARVALHO, 2014, p. 78).

Tendo em vista esses elementos, é importante mencionar que a Constituição estabelece no Art. 227 que

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988).

A família é novamente colocada, dentro das organizações citadas, como primeira categoria e em igualdade de deveres com a sociedade e o Estado para com a criança e o adolescente. Novamente percebe-se a concepção pressuposta de que toda criança e adolescente deve fazer parte de uma organização familiar nos moldes daquela dotada do “dever” de lhes garantir suas prerrogativas.

Através desse destaque, pode-se pensar uma primeira problemática acerca do conceito da família enquanto a organização com o dever de assegurar os direitos da criança e do adolescente: estará a família em pé de igualdade com o Estado, para prover os direitos da criança e do adolescente no que diz respeito às atribuições meramente legais?

O consenso a respeito da família como espaço privilegiado para desenvolvimento humano está consagrado em documentos internacionais e é com base na Constituição (BRASIL, 1988) que o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu Capítulo III aborda sobre o direito à Convivência Familiar e Comunitária: “Art. 19. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.” (BRASIL, 1990, p. 4).

Scheinvar (2006) analisa que a Constituição (BRASIL, 1988) coloca a família como uma instituição capaz de dar respostas a uma crise global. Sustenta a autora que a Constituição abriu espaços para um processo de gestão participativa; no entanto, em geral, as famílias ainda não têm uma “tradição participativa orgânica” e, portanto, os resultados são

muito sutis, posto que ainda prevalecem na área social discursos individualizantes responsabilizando as famílias.

Carvalho (2014) supõe que o Estado moderno de direito reduziu e obscureceu atribuições que cabiam à família. Com a oferta de bens e serviços proporcionados pelas políticas públicas, o indivíduo foi privilegiado enquanto sujeito de direito e a família descartada, substituída por um Estado protetor; haja vista que décadas mais tarde ela retoma a centralidade e as políticas sociais passam a incidir sobre as configurações familiares, principalmente na função da mulher que precisava ter habilidades para gerir o lar e condições para ingressar no mercado de trabalho; tratava-se a uma perspectiva emancipadora com vistas ao capital, afinal se vivia um momento de escassez de mão de obra no mundo do trabalho. A partir de 1990 há uma reforma no papel do Estado e uma reestruturação das políticas setoriais, reforçando a responsabilidade da família.

De maneira contextualizada, Scheinvar (2006) sustenta que, no mundo moderno ocidental, as famílias são convocadas legalmente para responder sobre qualquer movimento de seus membros considerado fora dos padrões de normalidade. Ocorre que se compreende a existência de uma estrutura social baseada no entendimento indivíduo-família, isto porque constituiu um núcleo, um espaço privado que antes não existia (pois se vivia de maneira comunitária) e assumiu a responsabilidade pelas ações e desejos de seus membros, desempenhando um controle disciplinar para com estes.

O domínio sobre os filhos é produzido a partir da lógica privada. A infância tornou-se um processo de submissão e propriedade dos pais e por isso estes passaram a ser cobrados para mantê-los em tal condição, destaca Scheinvar (2006). Para a autora, a família produz efeitos no seu âmbito interno, mas também no externo – o público e o privado são considerados como espaços interligados por uma produção concomitante. Na concepção de Carvalho (2014, p. 77), a própria família é “tida como um espaço de âmbito privado, mas presente como sujeito coletivo na esfera pública”.

Dessa maneira, as relações e ações passaram a ser controladas pelas políticas públicas, que, do movimento higienista – um dispositivo que interveio no plano arquitetônico, biológico e afetivo por meio dos lares –, fez emergir o que Carvalho (2014) chama de “esquadrinhamento” das famílias, potencializando a família nuclear burguesa e convertendo na sua culpabilização quando não alcançados os padrões (ou agido fora deles).

Os efeitos deste “esquadrinhamento” se corporificam nos indivíduos: o suporte familiar, tão importante para o desenvolvimento de seus membros, é realizado de modo privativo, sem considerar os agenciamentos coletivos nesse processo. Carvalho (2014) e Scheinvar (2006)

destacam que a família tornou-se um dispositivo dessa privatização do neoliberalismo e de desresponsabilização do Estado, visto que cada vez mais ela se organiza de maneira individualizante e serializada, impossibilitando processos de singularização, conforme descrevem Guattari e Rolnik (2013).

Trata-se de um paradigma que compreende que é o controle íntimo da família que garantirá a ordem social. Dessa maneira as políticas sociais se fizeram voltadas às famílias pobres, já que elas dificilmente teriam condições de viver de acordo com as regras e parâmetros instituídos da família burguesa, segundo Scheinvar (2006).

Criou-se equipamentos sociais que diagnosticam, descreve a autora, as incapacidades da família e exercem controle sobre as famílias como consultórios médicos e psicológicos, judiciário, conselho tutelar, abrigos, entre outros; sendo vistos também como uma forma de eliminar as situações “irregulares”, além de dar a ela o título de desestruturada.

Isto ocorre seja retirando os filhos fisicamente ou desqualificando seus saberes e suas ações tanto com classificações estreitas como a de ‘família desestruturada’, como com intervenções discriminatórias, que submetem indivíduos/famílias a serviços públicos inadequados, de qualidade duvidosa, que não interferem, efetivamente, na condição de vida que os levou a serem alvo de intervenção. (SCHEINVAR, 2006, p. 50).

Fuchs, Teixeira e Mezêncio (2015) corroboram com essas ideias e expressam que é preciso desmitificar a estrutura familiar como algo natural, devendo ultrapassar a ênfase que se tem dado na “estrutura” e enfatizar a capacidade protetiva das famílias; posto que na tentativa de encontrar na família, em sua história ou no desempenho de suas funções, a determinação pela prática ou envolvimento com ato infracional leva à culpabilização e não possibilita reconhecer que está inserida na mesma base material e cultural.

Há uma insistência em considerar o modelo nuclear (pai, mãe e prole) como referência para a compreensão e a ação junto à família do adolescente com o qual se trabalha. Ou seja, as concepções circulantes sobre as novas e diversas formas de estrutura e composição familiar [...] e sobre as mudanças aceleradas e vividas no interior deste grupo social não impedem a presença de discursos e abordagens que diagnosticam, por exemplo, a família mononuclear (chefiada por mulheres) como família desestruturada. (FUCHS; TEIXEIRA; MEZÊNCIO, 2015, p. 49).

A solicitação “Conte um pouco sobre a sua história, o que considera importante” foi realizada com todos os entrevistados e geralmente era devolvida com outra pergunta: “Falar o que?” (MAGALI), ou com desqualificação das histórias “Nada aconteceu de importante” (GENEROSA); após algumas conexões de ideias e à medida que a fala ganhava um fluxo, as histórias familiares desabrocharam com emoção e muito conteúdo emergiu; depois a entrevista, o que foi qualificado nos atendimentos seguintes como profissional.

Falar de si não foi uma tarefa fácil para os entrevistados, mas, na perspectiva em que traziam elementos do seu passado, transpareciam processos de produção de suas subjetividades, mostrando a falta de condições para seguir esse modelo hegemônico de família e o sofrimento presente por não ser uma família “estruturada”.

É nesse sentido que as famílias entrevistadas se apresentam: três responsáveis relatam história de traição conjugal, quatro referem separação e recasamento, uma mãe relata a dificuldade por ter sido mãe solteira; há histórias de mudanças frequentes de moradia, de sofrimentos decorrentes de violência física, psicológica, de dificuldades financeiras, bem como de familiares com envolvimento com drogas lícitas e ilícitas e ainda situações de abandono ou sentimento de abandono.

Para tratar disso de uma maneira mais próxima, recorre-se inicialmente à entrevista de Gabriel, o qual começa falando da sua configuração e da dinâmica familiar. Expressa ele que está auxiliando no cuidado de uma neta e que acolheu a mãe dela mesmo seu filho e ela não mantendo mais relações conjugais, isto é, acolheu sua ex-nora. Há de se perceber que além de uma disposição, há uma compreensão acerca dos relacionamentos que o filho enredou e decidiu ter. Entretanto, ao final da sua fala, denota-se um indício de aflição, uma vez que os valores arraigados na “sociedade” estabelecem que não era para ser assim – conforme relato que segue:

Eu tenho duas meninas e um piá. Eu casei com 20 anos, eu me separei quando eu me machuquei na firma. Fazia dezenove anos que eu estava com ela, hoje não tenho mais contato. Hoje eu sou casado com Nair, que é meu braço direito, e também mora lá com a gente, minha netinha de 9 meses que é filha do meu piá e minha ex-nora, mãe dela. Eles [filho e a nora] não quiseram conversar, não adianta, não vão ficar juntos. A mãe da nenê mora com nós, ele não. E fazer o que? Vamos levando a vida. (GABRIEL).

Assim também o fez Magali, quando contou que casou nova e possui filhos frutos de dois relacionamentos:

Eu morava no interior, sempre [na Cidade X]. Hoje aqui mora Eu e o [Gui], morava também o pai dele, mas ele ficou doente e os filhos do primeiro casamento dele vieram pegar pra cuidar. Com ele eu tenho só o [Gui]. Os outros filhos são de outro relacionamento, eles estão por aí, casados. [...] Não sei bem a idade deles, eu já me esqueci da idade dos meus filhos. Já sou avó seis vezes e também tenho um bisneto de nove anos. Casei nova, tinha 15 anos e já tive o primeiro filho, muito nova, demais. (MAGALI).

Ao falar sobre as experiências vividas, Mulher-batalhadora também relata que casou nova, e sua filha com 15 anos decidiu sair de casa para casar. Afirma que foi um momento difícil e inicialmente inaceitável, visto que usou da violência para impedi-la e por isso o

Conselho tutelar foi acionado para mediar a situação. Refere ela que tinha outros planos para a filha, os quais incluía estudos e uma carreira no esporte, porém não era isso que a filha quis e, portanto, não seguiu a ordem dada, evadiu-se de casa e atualmente está em uma união estável, porém não parou de estudar.

A constituição de uma família, ou mais precisamente o casamento, representa o fim de um período ou de uma perspectiva para Mulher-batalhadora. Por se sentir acolhida naquele momento também relatou as suas vivências enquanto adolescente e o desempenho da maternagem como um papel difícil, demonstrando que assim como criou seus filhos sozinha, sua mãe também o fez:

Sobre a minha história posso dizer que não somos daqui, viemos de outra cidade, [...]. O meu pai que era muito dinheirista, teve enchente na nossa casa, mas depois a gente ganhou uma outra da prefeitura e depois de um tempo que nós já tínhamos a escritura na mão, meu pai queria vender essa casa, e levar nós para ir morar com uma irmã dele lá em [cita o nome da cidade], só que essa irmã do meu pai tinha uma rede de zona, cabaré, não sei como que aqui [na Cidade X] se fala. Como a mãe tinha eu e uma outra irmã e mais um rapaz, a mãe disse assim: estando ali, que educação vou dar para os meus filhos dentro de uma zona? Minha mãe também tinha medo que o pai fosse colocar nós na prostituição, aí a mãe fugiu do pai. Um dia ele foi trabalhar no interior [...] e ela aproveitou, vendeu a máquina de costura dela, e nós fugimos do pai para cá... (MULHER- BATALHADORA).

No relato acima é possível perceber que além de um sentimento de abandono, a separação também demonstra os sofrimentos e dificuldades vividos no lar e as estratégias adotadas pela mãe para romper com uma situação violenta. Importante ressaltar que Mulher-batalhadora sentiu-se acolhida nos atendimentos e pôde expressar seus sentimentos, e ainda ressignificar algumas vivências.

Eu nunca contei, mas eu não sou filha dele e sim de outro homem, esse daí só me assumiu, mas graças a Deus hoje ele está morto, Deus me perdoe falar assim, mas ele está morto, foi atropelado. [...] o meu pai mesmo ainda está vivo, no caso eu também não tenho consideração por ele, ele era casado quando engravidou minha mãe. [...] Meus filhos não têm contato com os pais deles, assim como eu também não tive. Se eu te contar toda a nossa história dá um livro dramático. (MULHER-BATALHADORA).

No trecho acima pode ser percebida uma moralidade consolidada e que determina o que pode ou não ser desejado nas relações constituídas, mas, para além disso, demonstra o quanto a relação com o padrasto pode ter sido negativa para ela, posto que a morte apresenta a maior certeza de não precisar encontrá-lo. De um convívio tão deteriorado, ela possui uma lembrança muito viva dos dizeres do pai, e que a produzem constantemente:

O pai [padrasto] era daquele de dizer assim, eu era muito magrinha, bem miudinha, ele não me chamava pelo nome mas de 'tripa seca'. O meu irmão era o 'ordinário' e

por coincidência ou não foi o que ele se tornou. Minha irmã mais nova ele chamava de ‘franga cisca’... E dizia que nós daríamos um passo para frente e dez para trás – era as pragas dele para nós. Então vender a gente por dinheiro para ele seria simples, tanto que meu irmão virou um ladrão, passou a vida inteira na cadeia, por causa de droga, roubo, tudo que o vício da droga faz ele fez, e minha irmã uma prostituta, minha irmã viveu na zona por um bom tempo. [...] Eu sou a filha do meio, minha mãe tem duas filhas mais velhas do que eu e meu pai teve dois filhos do outro casamento, eu seria a quinta. Eu acho que como sou filha de outro homem eu nunca me envolvi em prostituição e em nada errado. (MULHER-BATALHADORA).

Histórias de traição (o pai biológico de Mulher-batalhadora era casado e seu marido a deixou para viver com outra mulher), sua mãe casou grávida com outro homem e sofreu violência doméstica por parte deste. Apelidos pejorativos, mais tarde a sua separação, a saída de Flor-de-Liz de casa, o envolvimento dela em ato infracional, como ela diz, “deve ser as pragas do padrasto que pegaram” (MULHER-BATALHADORA), são crenças (ou inscrições) de uma moralidade e que fazem parte do modo de se ver e ver a família. Mulher-batalhadora engordou muito, estava em processo de avaliação para cirurgia bariátrica, passou por episódios depressivos e por doença que a incapacitou ao trabalho – gerada daí uma grande dificuldade financeira.

Cardoso (2013), ao analisar o funcionamento familiar, aponta que é comum a repetição de padrões de comportamento tais como desproteção, perdas familiares significativas, conflitos familiares e agressão física e psicológica. Destaca ainda que o casamento precoce e a saída de casa são como resposta à violência e à desproteção vividas em seus contextos familiares. Considera que esse padrão de resposta aos estressores da vida também pode ser “[...] reconhecido nos seus filhos adolescentes que, ao saírem e buscarem a rua, constituem outro espaço de vulnerabilidade para mudanças comportamentais, experimentação de uso de substâncias e não reconhecimento da autoridade parental, um padrão de resposta ao desamparo vivido.” (CARDOSO, 2013, p. 85).

Em um pensamento parvo, arraigado nessas noções de desestrutura, a culpa é atribuída toda à família que desde a sua origem não conseguiu se organizar para posteriormente *controlar* seu descendente, para evitar o envolvimento em situação infracional. Assim, toma-se como necessário ultrapassar os valores morais e estabelecer um olhar para as relações dessas famílias. “Não se problematizam as relações, mas decretam-se alguns sujeitos como problemas, como responsáveis por um quadro social e político instalado [...]” (SCHEINVAR, 2006, p. 55).

Contudo, cabe questionar: que família não é desestruturada? Um padrão de família só existe no imaginário social, uma construção social que decepa o reconhecimento da própria

família de suas capacidades e potencialidades. O modelo hegemônico de família é naturalizado e institucionalizado, produtor de subjetividades, e opera discriminando outras relações familiares, como de mães solteiras, casais separados, familiares que assumiram a responsabilidade ou por pais que executam atividades consideradas ilegais, embora sejam formas de organização familiar coesas e produzidas historicamente, descreve Scheinvar (2006).

Já Rita relata que sua família é uma família feliz e saudável, não reconhece sua família sem uma base sólida, todavia revela que os problemas nela existentes referem-se a um membro, o qual demanda de ajuda nesse momento:

O que eu considero importante na história da família? Nós moramos em quatro: meu marido, meus dois filhos e eu. Somos de família pobre e com muita dedicação, com muito esforço, muito amor, porque teve bastante isso para seguir. Nós conseguimos hoje tudo aquilo que a gente tem. A gente tem dois filhos, para mim bem saudáveis psicologicamente e fisicamente. Nesse momento o [James] está precisando de ajuda, mas nunca foi uma criança que teve doença, nada. E a minha filha também, ela é muito sossegada, saudável. É muito essa questão de ter trabalhado, de conseguir os objetivos, comprar nossa casa. Eu acredito que nós somos uma família feliz. (RITA).

Analisa-se que a família de Rita é qualificada por ela como “saudável”, aproximando-se do modelo hegemônico acima apontado pelas outras mulheres entrevistadas. Considera que o “problema” existente está individualizado em James, seu filho, mas que, segundo ela, com a ajuda de todos será superado.

Quando solicitado aos adolescentes para que falassem sobre suas histórias de vida, apareceram outros cuidadores na primeira infância. A pesquisa documental, realizada nos registros nas pastas dos adolescentes, também corrobora com as informações levantadas durante as entrevistas. Linda, Pimpa e James foram cuidados pelos avós nos primeiros anos de vida. Além dos avós, Yasmin também esteve abrigada em instituição por um grande período de tempo, Flor-de-Liz esteve sob os cuidados da genitora e Gui, de ambos os genitores nesta fase da vida.

Outro aspecto notável diante dessas histórias é que quatro adolescentes expõem um sentimento de abandono por parte de, pelo menos, um dos genitores. Linda e Pimpa dão destaque ao processo de separação dos pais, posto que o contato com um dos genitores não foi mais possível. Apesar de ter um sentimento de abandono, Gui faz menção de uma forma menos culpabilizatória ao pai, ressaltando a falta que sente dele e que, devido à doença que o incapacitou, hoje ele não tem condições de cuidar, orientar, pelo estado em que se encontra; no entanto, refere o sentimento de abandono por parte dos irmãos, afirmando que sente que os

irmãos o abandonaram no momento em que precisava de apoio deles – na doença do pai. Já Flor-de-Liz, num dos relatos, conta que seu pai saiu para arrumar emprego e voltou somente sete anos depois:

Eu tenho pai, só que para mim meu pai é minha mãe porque foi ela quem me criou, não gosto do meu pai, ele mora em Goiás eu acho [...]. Eu tive contato com ele, conheci meu pai eu tinha uns sete, oito anos de idade; ele foi embora eu era bebê e nunca mais voltou para dar uma explicação para minha mãe. Ele casou com uma mulher de bem, tem restaurante e tudo, mas ele esqueceu que tem filho. (FLOR-DE-LIZ).

De forma semelhante, sua mãe também relata o sentimento de abandono pelo marido como algo significativo em sua vida e que, de certa forma, gerou desestabilização, tendo ela que gradualmente expandir sua rede de relações para encontrar estabilização e apoio.

Não sei se é importante o que eu vou dizer porque tem muita mulher que passa pela mesma situação que eu, de dona do lar, de não trabalhar depois que casa e de repente o marido vai embora e te deixa com quatro filhos. Para mim é importante que eu criei meus quatro filhos, por eles não terem virado marginais e não terem problemas assim, a não ser agora com a [Flor-de-Liz]. E para mim, eu tenho um orgulho de ter dado a educação para os filhos e, se não fosse pela educação, sei lá onde eles estariam hoje. [...] Quando eu me separei do pai dela não foi uma separação: ele saiu de [Cidade X] e foi para o Mato grosso e ficou de vir buscar nós no outro mês, isso foi em 14/11/1999 para vir buscar nós em dezembro, antes do ano novo, e demorou sete anos para voltar. Foi um abandono. [...] ele era muito mulherengo, ele tinha uma amante, era um sem-vergonha mesmo, ele viajava aí ele fazia essas coisas, eu já tinha processado ele, pedindo separação de corpos, pedido pensão, mas até agora não pagou nada. (MULHER-BATALHADORA).

Generosa, também conta dos seus sofrimentos e indica que o pai de seus filhos foi negligente com eles, deixando a desejar na educação e no afeto.

Eu sofri bastante na minha vida, o sofrimento é na vida pessoal eu acho, digamos assim que você criar filho sozinha é complicado, os adolescentes hoje em dia é difícil de fazer eles entender que você está ensinando o certo. É dose dupla, [Pimpa] tem irmão gêmeo, e como, e eu sempre fui uma pessoa assim que trabalhou 22 anos em um frigorífico e meu ex-marido foi negligente, nunca ajudou a criar, a orientar, nunca vi ele falando uma palavra carinhosa. Na hora de maltratar, de falar o que não devia ele fazia. (GENEROSA).

Quando perguntado à Pimpa sobre essa relação, expõe que tem pouco afeto para com o pai e que o contato é restrito a questões da pensão alimentícia, mas não menciona aspectos de negligência ou abandono. De outro modo, Linda dá ênfase às faltas materiais e afetivas, destacando que o ato infracional é um resultado das ausências – quando se expõe a situações de risco. Refere uma falta de convivência em família, destacando que não tem contato com a mãe, a qual é alcoolista, ficando o contato empobrecido. Destaca ainda que a separação, seguida dos recasamentos do pai, foi um período de sua vida marcado por privações.

Eu tinha, deixa eu ver, cinco para seis ou seis para sete anos, eu não sei certo, mas faz tempo já que eles se separaram. Eu era pequena ainda, não entendia nada. Eu só entendi quando fui morar com o meu pai e irmão para o Rio Grande do Sul. Meu pai se juntou com uma mulher lá, pensa, uma bruxa. A pessoa que está junto tem que tratar como se fosse um filho dela, mas não, ela pegava e deixava a gente sem comer, batia na gente. Nós só comíamos ou almoçávamos na hora que o meu pai estava em casa porque pedia e ele dava, senão não podia pegar nada que tinha dentro de casa. Foi sofrida a vida. Passei fome bastante. (LINDA).

A concepção de que o lar é o lugar de uma segurança maior e que oferece proteção nem sempre se concretiza, sustentam Ricas, Donoso e Gresta (2006). Para as autoras, a literatura já apontou que a “[...] maioria dos casos de maus tratos na infância ocorre no ambiente familiar e permanece, em grande parte, silenciosa, inacessível a observações superficiais, não dirigidas para o problema.” (p. 152). Por isso, faz-se necessário novamente refletir: que condições tem essa família para garantir os direitos? Por que as formas arbitrárias e violentas a atravessam? Quais construções sociais perpetuam acerca do que é ser uma família? Imprescindível frisar que “[...] um traço cultural importante parece ser ainda a admissão do direito sem limites dos cuidadores sobre a criança, o que leva ao abuso de poder do mais forte sobre o mais fraco.” (RICAS; DONOSO; GRESTA, 2006, p. 154).

Para além do abandono e negligência, emergiram nos relatos situações violentas vividas e que se configuraram para os entrevistados como algo importante de suas histórias – como mencionado no trecho acima. Também, de maneira intensa, Magali declara que era agredida pelo marido e isso implicou o abandono do lar e dos filhos, e expõe que, apesar da moralidade vigente, foi acolhida na casa de sua mãe, podendo se reestabelecer por meio do apoio e do trabalho, para, anos mais tarde, retornar à cidade.

Faz anos que sou separada, meu ex tá por ai, vivo. Não deu mais, brigamos demais, ele ficou violento e não deu mais para viver, me batia, eu me separei dele. Os meus filhos mesmo pediram para eu me separar, se não dá não adianta né. Eu sofri, daí larguei, ah não quero mais... com os filhos pequenos, seis anos o último dele e larguei mão. A minha filha terminou de criar eles, porque eu deixei, deixei tudo com eles, eu deixei a casa e sai. Eu que fui embora. Fui para a casa da minha mãe. Eu tinha mãe, fui trabalhar, a minha mãe me aceitou. Me acolheu. Os filhos continuaram com o pai, eu sai só com a roupa do corpo, meio fugida, eu saí corrida. Um dia ele me bateu mais, eu corri, fugi, nunca mais voltei. E daí a minha filha tinha 16 anos, era uma moça, me ajudou, ela dizia: oh mãe não adianta, vai. Deixei meus filhos, tudo para trás. (MAGALI).

Oprimida pelas vozes da sociedade e por uma certa preocupação com o cuidado dos filhos, Magali sofreu por muito anos violência doméstica; quando encontrou na filha uma figura de suporte, conseguiu romper com tamanha crueldade que a enredava.

Ricas, Donoso, Gresta (2006) e Bonamigo (2008) sustentam que a violência doméstica, assim como os maus tratos à criança, são relatos comuns ao longo da história da civilização ocidental. Mais recentemente, com a implantação de sistemas de informação, se vê um crescimento dessas práticas; contudo, destacam as autoras que este aumento pode significar que há em curso mudanças culturais no sentido de valorização da mulher, diminuição do pátrio-poder e do uso da violência como prática pedagógica. O “[...] que leva à mudança da percepção da violência como algo natural e um direito legitimamente exercido do homem sobre a mulher e dos pais sobre a criança. [...] A ‘lei do silêncio’ vem lentamente sendo quebrada.” (RICAS; DONOSO; GRESTA, 2006, p. 152).

De maneira mais escancarada, também Yasmin relata a sua história, marcada por violações de direito: violências, abandonos, uso abusivo de drogas, uniões “estáveis” (ou instáveis), faltas afetivas e materiais, e apresenta saudade dos seus:

Eu tinha o [cita o nome do irmão] que é o mais novo e a outra eu não me lembro, não sei, e tem mais uma. A [cita o nome de uma irmã ‘A’] e o [cita o nome de um irmão ‘B’] faleceram e a [cita o nome de uma irmã ‘C’] e o [cita o nome de um irmão ‘D’] moram em Porto Alegre, com os meus tios, eu acho, porque nunca mais tive contato com eles, nem sei onde moram, faz uma cara, anos que não falo mais com eles. Eu sempre fui criada pela mãe do meu pai aqui [Cidade X]. A mãe foi a primeira a falecer, aí os meus irmãos ficaram com a minha avó, da parte da minha mãe. Aí a minha avó faleceu também, e aí em tudo aquilo que deu, o meu irmão mais velho [‘D’] e a [‘C’] saíram de casa, aí não sei o que que deu lá e o conselho pegou. Aí depois eu soube que ele tinha falecido também. Ele já devia ter uns 19 anos. A [‘A’] morreu lá, morava com a avó. Eu tinha dois dias de idade assim, eu só saí do hospital, na verdade eu fui roubada do hospital, meu pai roubou porque tinha que ficar muitos dias, eu e fui direto pra casa da avó. A minha mãe já tinha dado alta. Anos depois ela morreu, mataram ela. Eu sei quem foi mas a pessoa já tá no inferno, mataram também. [E você sabe por quê?] Porque ela usava crack. Aí ela comprou e aí no dia que era para pagar ela tinha dinheiro só que ela preferiu ir comprar as coisas (bagulho) para as crianças, ela estava indo para o mercado, quando ela voltou, mataram ela, ela estava devendo. (YASMIN).

Também foi perguntado a Yasmin sobre seu genitor e ela responde: “Meu pai está preso por assassinato”. Foi lhe perguntado: “Ele matou uma pessoa, isso?” e ela respondeu prontamente: “Várias”. O silêncio predomina e emerge a pergunta: “Você sabe com o que ele estava envolvido?”

Com vários bagulhos, melhor nem falar. Ele estava preso desde que nasci. Ano passado estava morando aí, ele fugiu lá do Rio Grande do Sul e veio para cá. Aí o homem, em vez de ficar de boa em casa, começou a fragantiá.¹⁹ Na verdade ele foi preso como foragido do Rio Grande do Sul, pegaram ele lá na Fernando [Rua] com umas pedras de crack. Os policiais deixaram ele uns dias no castigo aqui em [Cidade X], aí como nós somos de lá e os papéis dele são de lá também, levaram para lá. Nem sei mais nada dele. (YASMIN).

¹⁹ Para Yasmin, *fragantiá* é: “Sair, fazer coisa que não é, que não deve. Tipo assim, sair e não deixar a gente em paz, ficar incomodando, fazendo coisa errada.” (YASMIN).

Yasmin continua:

Quando eu vim morar para cá, eu já vim morar junto com o meu marido, ele também era de Porto alegre. No que deu essas brigas [tentativa de homicídio pela qual responde], daí eu pirei a cabeça, aí eu ‘sarrei’ da casa da avó. Que na verdade a avó morava do lado de casa, tipo, a gente, era a minha casa, a casa da avó, a gente sempre foi de morar perto. Por causa que eles tinham medo que ele pegasse e fizesse alguma coisa para mim. Ele tentou bater em mim, uma vez só. Aí eu saí e foi aí quando eu fugi lá pra Efapi. Fui eu e mais uma amiga minha. Eu não queria mais ele. O meu ex, e ele tipo, estava sempre fazendo a mente da avó e daí a avó vinha e conversava comigo. Fiquei uns dias com minhas amigas, por isso mesmo a polícia me pegou e me levou de novo, porque ele foi na delegacia dar queixa, fazer que eu estava sumida. Aí depois eu fui morar com a avó, fiquei uns dias com a avó, depois eu voltei para o Rio Grande do Sul morar com a minha tia, irmã do meu pai e aí eu fiquei três meses lá. Aí eu voltei para cá, aí nisso passou um ano eu acho, uns meses que eu fiquei solteira e aí achei o [Junior], e estou com ele.

Carvalho (2014) destaca a família como um lugar de intimidade de expressão de sentimento, de encontro, de produção de história de vida, é onde se expõem os sofrimentos psíquicos, mas também de recomposição diante das exigências do cotidiano, sendo ela que processa as relações necessárias à socialização, que medeia inicialmente a relação entre sujeito e sociedade e desenvolve um sentimento de pertença a uma sociedade. Nessa perspectiva, ao olhar para os fragmentos de relatos de Yasmin, para os eventos considerados importantes por ela, não há como mensurar a fragilidade dos vínculos familiares e, conseqüentemente, as inúmeras exposições dessa adolescente que perambulava na casa de familiares, não encontrando seu lugar.

Por outro lado, Scheinvar (2006) sustenta que ao se falar sobre violência se individualiza, como um resultado da desestrutura familiar, como uma disfunção da família, e por isso essa família será controlada, “como se nela estivessem as possibilidades para se reverter um quadro político-social” (p. 51).

Se entendida como um problema que é das famílias, as intervenções ficam no plano particularizado, isto é, busca-se saídas nas situações individualizadas, no atendimento dos sujeitos que se desdobra no controle dos corpos e se perde a perspectiva de uma intervenção no âmbito político; atuação essa que também recai sobre as capacidades técnicas do profissional que atende, o qual precisa ser bom o suficiente para que auxilie a família a superar a situação problemática (SCHEINVAR, 2006).

Insistir na privatização do conflito, ao localizá-lo nas pessoas e não nas estruturas, nas concepções, na produção de subjetividades e nas práticas cotidianas, é uma forma até de potencializá-lo. A família tem se convertido em um dispositivo de privatização do social na medida em que ela passou a ser o alvo privilegiado na cobrança a que é submetida pelo controle social. (SCHEINVAR, 2006, p. 55).

Para a autora, o trabalho social tem servido para ocultar os efeitos das políticas e também produz tensões no interior da família quando seu recurso está principalmente na repressão.

Quando perguntados se já eram atendidos pela Política de Assistência Social antes da Medida Socioeducativa, Mulher-Batalhadora, Magali e Gabriel relataram que a família era atendida devido a possuírem benefício social, e Gabriel expõe que começaram a ser atendidos depois da separação devido às faltas escolares dos filhos; já Rita e Generosa destacam nunca terem sido atendidas.

Cabe especificar que o controle social se instaurou por meio dos discursos da responsabilidade e respeito, mas por outro lado disseminou a desconsideração pelos desejos, sonhos e desrespeito às condições mínimas de vida daqueles que não fazem parte da classe dominante (SCHEINVAR, 2006).

Cardoso (2013) aponta que são os aspectos que envolvem as vulnerabilidades²⁰ das famílias que “[...] podem favorecer a sua desproteção, aumentar a exposição às diversas formas de violência entre os seus membros e contribuir para o uso de drogas na adolescência e o envolvimento em atos infracionais.” (p. 14).

No próximo item abre-se uma discussão mais ampliada acerca dos vínculos família-adolescente e do papel desta no cumprimento das Medidas Socioeducativas, dando-se atenção à pluralidade de vozes que permeiam a pesquisa.

7.2 As Famílias e a Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida

Constata-se, com base em Romagnoli (2003), que a família é um grupo de pessoas que possui um plano de composição plural e multifacetado, a qual possui movimentos e estagnações, forças ativas e reativas, que re incidem não só dentro da família, mas nas redes de relações exteriores.

Forças que o grupo acolhe, envia, produz e que o produzem, e nas quais não devemos considerar somente suas dimensões interiores, mas, sobretudo, a maneira pela qual o grupo é determinado e se diferencia através delas. Forças que nos fazem pensar de que conexões a família á capaz. (ROMAGNOLI, 2003, p. 25).

Em uma abordagem deleuziana, a família estabelece conexões a partir da potência de vida que pulsa em cada subjetividade e é dela inseparável. São movidos por essa potência e

²⁰ Conforme definida na nota 4.

pela imanência que os corpos se mantêm em relação permanentemente; isto é, produzem encontros, nestes há a circulação de intensidades, afecções, promovem deslocamentos e constituem modos de existência. De acordo com Romagnoli (2003), a individualidade é construída pelos encontros, os quais se compõem ou decompõem por partes intensivas – que afloram um grau de potência intrínseca e se constituem a “essência”; e partes extensivas – que possuem um determinismo exterior; ambas as partes variam de maneiras infinitas e integram a existência. Trata-se de uma relação através da qual o sujeito se produz provisoriamente.

Somos, conjuntamente, poder de afetar e poder de ser afetado, igualdade e singularidade, velocidade e lentidão, momento e eternidade, dispostos em um plano de imanência detentor de uma dinâmica transitiva e produtiva, onde as forças e as intensidades se relacionam. Imanência que liga todos os elementos, e que é condição para que os encontros se componham. (ROMAGNOLI, 2003, p. 26).

Conforme já descrito, a imanência se diferencia da transcendência uma vez que implica uma dimensão de coexistência e heterogeneidade, sem hierarquias, em que todos os corpos estão em extensão e determinados também pelo que acontece.

Certas relações produzem o sujeito por determinado tempo, enquanto as partes (intensivas e extensivas) igualmente permanecem em uma relação específica, e ele dura enquanto está em relação com um certo tempo e lugar. Isto significa dizer, com base em Romagnoli (2003), que a influência de outros corpos, das interações, dos vínculos familiares conscientes e inconscientes provoca efeitos no sujeito e na família como um todo.

Cada família circula em um modo particular e único de emocionar-se, criando uma ‘cultura’ própria, que passa por segmentaridades, rotinas, ritos, horários, códigos, lugares e papéis distintos para cada membro. Presenciamos, nessa dimensão, a relação alinhavando o estar junto, as maneiras de brigar, de encarar dificuldades, de lidar com as frustrações, de enfrentar o mundo e os outros. Notamos a relação construindo uma sintaxe própria para conviver, através de regras, conscientes ou não, partilhadas pelo grupo que definem aquele tipo de associação. (ROMAGNOLI, 2003, p. 26).

Para tanto, há forças que também interagem em decomposição. Famílias que efetuam encontros que as distanciam de sua potência e que bloqueiam outras possibilidades; e sua matéria intensiva é amortecida pelo sofrimento, que perde sua capacidade de se arriscar e se reinventar. Assim, os encontros podem ser potentes e criar novas relações como podem se decompor, despotencializando a coesão das partes.

Quando um corpo convém ao meu, sua potência se acrescenta à minha, ampliando, assim, minha potência de agir, permitindo que a vida se exerça em sua essência, que essa se expresse em uma relação nova e mais intensa. Porém, quando um corpo é inconveniente ao meu, exatamente porque sua potência se opõe à minha, o encontro com ele faz com que aflore a minha potência de padecer, de sofrer, que me separa da vida. Fica claro, portanto, que nossa individualidade é definida pelo aglomerado de relações que estabelecemos, uma vez que existimos em nossos encontros e em nossos agenciamentos, responsáveis por essa composição ou decomposição. (ROMAGNOLI, 2003, p. 27).

O modo como os encontros ocorrem revela adoecimentos ou saúde; se o agrupamento ocorre como um coletivo que hierarquiza, culpa e compara e frisa a oposição de seus membros (o que muitas vezes corresponde a um papel preestabelecido de ser pai, ou de ser mãe), ele revela um sintoma e até uma identidade grupal de desqualificação, sustenta a autora.

Estes aspectos são passíveis de ser percebidos na entrevista, bem como nos atendimentos feitos com Rita, mãe de James; a relação entre mãe e filho é de culpabilização, depreciação e desapontamentos. Rita mostra-se frustrada pelo envolvimento do filho em atos infracionais e julga como um ato de desamor dele para com a família, expondo que ele poderia ter o que desejasse, mas fez suas escolhas. No trecho a seguir, Rita refere seus sentimentos em relação à situação de James:

Ah, a família fica bem irritada, bem frustrada, bem indignada na verdade. Porque a gente teve uma boa educação, assim o que eu vejo, de todas as pessoas que eu me relaciono, tem algum filho que aconteceu isso nessa idade. Algum mais velho que fez alguma coisa errada, sei lá, mas de todas que eu converso, vivem uma vida normal. Às vezes usa uma droga, mas nada que tenha uma consequência grave, de se envolver com justiça, com polícia, com promotor, ou que os pais tivessem que se apresentar lá com o compromisso de sair do teu trabalho e estar lá por uma coisa que foi de irresponsabilidade do filho. O [James] é irresponsável, não percebe as consequências dos seus atos. Eu não concordo, eu fico muito chateada e o meu esposo também. A gente repudia esse tipo de comportamento. (RITA).

De forma semelhante, Gabriel e Magali mencionam o comportamento de seus filhos como problemáticos e fazem comparações com outros filhos, destacando que veem as Medidas Socioeducativas como uma possibilidade de mudança. Para ilustrar, reproduz-se o relato de Magali, mãe de Gui.

Ele sempre foi meio viradinho na época. Esse piá já tinha tomado outros rumos. Se não fosse o meu piá mais velho, o [Gui] já estava virado. Eu nunca tive problemas com outros filhos, eles só souberam trabalhar. Nunca, nunca, nunca fui no fórum por causa de filho, nunca, nunca. Esse último que me incomodou. Eu sempre digo, meu Deus, só ele mesmo, os outros não. Não é fácil não, bom, não é. A gente também adoce. Ah, a gente se faz que está bem, mas nunca a gente está bem, pensando bem as coisas. Tem que ir levando, não adianta. Mas eu sinto que um dia ele vai mudar, assim como os outros irmãos dele nunca me incomodaram, ele um dia muda. Eu acho que um dia ele vai, eu no meu pensamento ele já está mudando. Eu espero isso e aconselho para o bem. Eu falo: 'não vai fazer isso, não vai fazer aquilo?'; 'você viu

que você fez várias vezes e você já está pagando' e cada vez é mais, ele apronta mais. (MAGALI).

As famílias cristalizam modos de vida, enredando-se nas tarefas cotidianas e decompondo-se sem conseguir aumentar sua potência e expandir a vida, refere Romagnoli (2003); fecha-se em modos existentes de mágoas e acusações e modela os devires em contornos estagnados, preenchendo o poder de ser afetado com tristezas e culpas e orienta-se uma lógica que é contra a vida, expõe a autora.

Com a potência de experimentação debilitada, a família gira em torno de si mesma, procurando sair incólume do encontro com os novos universos que a afetam. A circulação da vida vê-se, nesse momento, circunscrita em uma ilha de interações reprodutivas e sintomáticas; contida em uma atividade redundante que se exprime em dor e sofrimento no território familiar. (ROMAGNOLI, 2003, p. 28).

Por outro lado, ser família apoiando-se na positividade ao invés de constituir-se na busca pelo que lhe falta é permitir que a vida pulse e rizomaticamente estabeleça novas conexões e fluxos, afetando a si e aos outros, mantendo as singularidades e diferenças intensivas, transbordando em potência. Destaca uma das responsáveis entrevistadas sobre o vínculo com o adolescente e a turbulência que é o filho estar em situação de ato infracional:

É um momento. Ontem nós estávamos conversando, eu e meu marido, sobre isso, que esse é um momento igual uma tempestade, mas que a gente vai passar. Todos juntos! Eu acho que a gente enfrentou muita coisa para ter o que a gente tem hoje. Todo o processo até hoje eu e meu marido fomos pelo caminho que é bom. Mostrar o que é certo e errado, [James] trabalhando com honestidade que é o correto, e estudando é o que a gente buscou. Tivemos percalços como qualquer pessoa, mas isso nos fez dar valor ao que temos hoje e esse período também vai passar. (RITA).

Importante ressaltar que por duas vezes Rita denunciou James para a polícia devido a portar drogas dentro de casa. E, durante a entrevista com James, ele faz menção ao fato ensejando um sentimento de ambiguidade (amor-e-ódio) pela mãe:

O meu apoio? Acho que eu mesmo, mais ninguém. [...] Ah mais próximo foi a minha coroa, minha mãe né. Só que não sei, não posso considerar como um apoio. Tipo, ela diz: vai lá e paga o que tem que pagar. É, a pessoa mais próxima que me apoiou acho que foi ela. Mas da última vez foi ela que me denunciou e isso é embaçado também. Raiva não dá para sentir da mãe do cara, só que é difícil de aceitar que a mãe do cara vai denunciar o cara, para o cara se ferrar. É difícil de aceitar, mas não tem o que fazer, foi feito. (JAMES).

Quando questionado aos demais adolescentes a respeito de quem se configurou como suporte/apoio emocional e material no processo de cumprimento de Medida Socioeducativa,

unanimemente os adolescentes do sexo masculino referiram ser as suas genitoras a figura de suporte, e também os amigos.

Gui faz menção à mãe e ao amigo como figuras de suporte e sutilmente queixa-se da possibilidade dos irmãos de ajudá-lo, mas não o fazem.

A mãe, os meus irmãos, o [cita o nome do amigo] que era bastante amigo meu [se emociona], mas nesse momento que ele foi embora também foi difícil para mim. Tem bastante amigos, mas poucos que dá para confiar, outros eles trabalham e eu não consigo serviço. Não sei. Tem o meu irmão também, eu fui pedir serviço para ele, mas desapegou também, nem fui mais. Esse daí que eu falo é rico, ele é bem de vida, tem uma empresa no nome dele, uma mecânica, tem uma chácara, tem tudo. Eu fui lá para pedir trabalho e ele falou que eu era novo, que não podia... Eu não vou nas ideia dele. Eu vejo ele volta e meia por aí, passando de carro, mas nem dou bola. (GUI).

Já as adolescentes referiram ser seus esposos a figura de apoio e uma delas também afirma o apoio da mãe. Ressalta-se que a figura paterna não é mencionada pelos adolescentes entrevistados.

O meu apoio foi o meu marido na minha vida. Meu esposo. Bem dizer, ele me mudou e eu mudei ele. Porque não sei se eu ia estar com outra pessoa, se ia estar do mesmo jeito. Sei lá, mas eu sei que cada um, bem dizer, nós se mudamos pelo outro. E agora pelo nenê também. Agora não é mais eu e ele, agora é nós três. [...] No dia meu pai foi comigo e ficou brabo, deveria estar pensando: 'por que que eu não ajudei ela, ela não ia ter feito isso'. E ele sabe que se eu tivesse apoio dele, eu não tinha feito nada do que eu fiz até hoje. Não tinha feito nada, não tinha conhecido nada, se ele tivesse me ajudado, se tivesse me dado atenção de pai que nunca tive. (LINDA).

Linda evidencia que não se sentiu apoiada pelo pai como esperava e pensa ela que o pai se cobra pelas consequências geradas.

Hoje em dia nós não temos aquela convivência de família, meu Deus do céu, aquela família que se ajuda em tudo, que nem tem pai e tem mãe que ajudam, que orientam, eu não tenho, eu bem dizer estou sozinha, eu por eu e é a vida. Na verdade, a única pessoa que eu tenho na minha vida é o meu marido, que eu ajudo ele e ele me ajuda. Porque apoio de mãe e pai eu não tenho. (LINDA).

Durante a conversa com o pai de Linda, ele a culpabiliza e acredita que se ela errou, ela precisa pagar pelo erro: “A gente tenta aconselhar, mas tem que pagar. Ela que fez!” (GABRIEL). De forma semelhante, Yasmin aponta que o avô a acompanhou na delegacia, nas audiências e também a aconselhava para o retorno escolar e atitudes mais proativas no lar, mas não reconhece como “apoio”; dá destaque à importância do companheiro no dia a dia nesse processo de cumprimento das Medidas.

O [Junior]. Tipo assim, agora aconteceu isso com o Junior [está preso], eu não penso em nada. Porque queira ou não queira, a minha cunhada está me ajudando em tudo,

meu Deus o [Junior], tudo o que eu pedia para ele, ele fazia para mim. [Choro]: Ele brigava comigo quando ele via que eu estava fazendo as coisas erradas, brigava comigo quando eu saía dar umas 'voltiadas', ele conversava comigo. Às vezes, eu me irritava, queria sair e ele não deixava, ele me abraçava e dizia 'não é assim minha amada, não sei o que', me explicava tudo, agora não tem aquela pessoa que sente perto de mim e me explique as coisas. Tem o vô e a vó, mas eles não dá para pensar. (YASMIN).

Durante os atendimentos foi possível perceber que há falta de referenciais para Yasmin, ora o avô e a avó se configuram como apoio, ora a cunhada e os amigos; às vezes nem ela sabia mencionar. Quando Junior foi preso, Yasmin ficou sem apoio material também, não tinha onde morar. Há dificuldades de relacionamento com um tio, o que impedia de voltar para a casa dos avós. Não queria assumir um trabalho, voltar para a escola ou auxiliar nas tarefas domésticas, e isso a impedia de morar com outra tia. Sua cunhada não sentia como de suas responsabilidades o sustento de Yasmin e por isso ela passou a morar com amigos, de casa em casa, onde e com quem a acolhia. Devido a essa situação, não foi possível realizar uma entrevista para a pesquisa com o responsável dela, como foi realizado com os demais adolescentes.

Importante mencionar que nesse período Yasmin parou de frequentar o Serviço de MSE, tais pessoas foram procuradas, porém possuíam informações contraditórias e distintas sobre seu paradeiro. Empreendeu-se busca ativa em bairros nos quais conhecidos por ela diziam tê-la visto, mas ela não foi mais encontrada, gerando descumprimento de suas Medidas. Dias depois obtivemos a informação de que ela teria se envolvido amorosamente com outra pessoa e ido embora para a capital do estado de Santa Catarina. Em janeiro de 2017, quando Junior já estava em liberdade, Yasmin retomou os atendimentos.

Flor-de-Liz afirma ser o marido e a mãe o seu apoio e dá abertura para uma nova temática em relação à Medida Socioeducativa: o constrangimento.

Meu marido e minha mãe. Ela está sempre comigo, é pau para toda obra. Nada melhor que a mãe da gente, me sinto bem com a mãe, segura. Disse que se isso acontecesse de novo era para mim sair de perto, para não me envolver mais com isso. Meus tios até sabem que eu cumpro [Medida], mas não se envolvem, eu sinto vergonha um pouquinho, acho feio isso mas não pode ter vergonha de uma coisa que já aconteceu e que se eu pudesse não faria de novo. Tenho vergonha, acho que não tenho mais o que falar. (FLOR-DE-LIZ).

Falar sobre isso é constrangedor, contar aos parentes e amigos é vexatório. As dificuldades na implementação das Medidas Socioeducativas, permeadas pela cultura da punição e da criminalização, não têm permitido superar estigma atribuído aos adolescentes em situação de ato infracional e também ao sistema socioeducativo, sustentam Costa e Assis (2006). Não é espantoso que este sentimento de vergonha incida sobre a adolescente, posto

que por décadas ele foi estimulado moralmente; todavia, é importante lembrar que o princípio geral de uma Medida é produzir impacto positivo na vida do jovem, e isso também inclui a participação da família, de pessoas próximas.

Ainda, no que se refere à temática “rede de apoio”, quando perguntado aos responsáveis pelos adolescentes sobre o apoio com que eles contam nesse período em que os filhos cumprem Medida Socioeducativa, as repostas não foram semelhantes. Alguns mencionam membro da família extensa como a fonte de suporte, conforme ilustrado nos relatos seguintes:

Quem me ajuda, me apoia é um irmão, esse irmão que eu digo é filho do meu padrasto, eu considero como irmão no caso. Eu sempre falo que nós nos demos mais bem do que com meus irmãos de sangue. O meu irmão de sangue eu nunca aceitei e nem aceito o estilo de vida dele, e quando nós precisava dele ele sempre estava preso e esse de consideração não, quando precisamos dele é só dar um telefonema que está sempre pronto para ajudar. Então ele me orientou mais ou menos sobre a Medida como que tinha que fazer, ir lá e ficar quieta e assinar as coisas, porque o filho dele também cumpre. (MULHER-BATALHADORA).

Generosa, outra entrevistada, refere que o ex-marido nunca lhe auxiliou nas orientações com os filhos e menciona que é sua família de origem, principalmente irmãos, que a ajudam inclusive financeiramente.

O apoio que eu tenho é do meu irmão e da minha família, do meu lado só, do lado do pai do [Pimpa] só tem a avó deles e eu nem sei se é apoio mesmo porque tem hora que ela fica frustrada com a situação e acaba indo para o lado deles, na verdade ela não sabe em que lado ela fica, se ela ir contra os netos é complicado se ela ir contra o filho é complicado. Mas é meu irmão que me escuta e me ajuda com os piás e até com as minhas contas. (GENEROSA).

Ainda, Generosa faz uma análise acerca do papel de mãe, de pai como uma forma de suporte aos filhos:

Eu acho que nem tudo você pode controlar no teu filho, temos que ensinar eles para vida, digamos assim, não pode ter apoio para as coisas erradas. [...] Eu acho assim que os pais deveriam passar coisas mais positivas para seus filhos, ter mais diálogo, colocar os filhos em primeiro lugar, tem pais que não participam da vida dos filhos como, no meu caso, meu ex-marido nunca participou da vida dos meus filhos, eu sozinha tenho dificuldade, mas procuro ajuda quando preciso. (GENEROSA).

Importante destacar que todos os adolescentes participantes frisam que os pais e/ ou familiares incentivam ou cobram a participação nos grupos promovidos e atendimentos agendados como forma de concluir a Medida que lhes foi aplicada: “O vô e a vó diziam pra eu ir cumprir, o [Junior] também me apoiava.” (YASMIN). James dá destaque a uma informação deturpada, refere ele que os pais o cobram, mas temem pela punição que pode

recair sobre eles caso o filho não cumpra: “Meus pais eles pensam que eu tenho que cumprir senão eu vou preso. Senão eles acham que eles vão presos.” (JAMES). Já Pimpa destaca um cuidado de toda a família:

A minha mãe ficou muito nervosa porque nunca tinha acontecido com nenhum filho, com ninguém da família, ninguém da nossa família se envolveu com a polícia, nada. Ela me xingou, mas daí a gente conversa, se tem um diálogo bom a gente melhora as coisas. E ela sempre esteve comigo. Os meus irmãos e tios, eles ficaram preocupados com tudo que aconteceu, mas eles entenderam. Tudo o que acontece a gente conversa, a gente tem um diálogo bom, nunca esconde nada e aí eles falaram que serve para a gente aprender a não fazer mais. Os meus tios sempre foram presentes, todos os familiares, todos presentes, família grande: tio, primo, todos presentes, chegando até minha avó. (PIMPA).

Flor-de-Liz expõe que a família encarou a situação com indulgência e bom-humor, visto que, por orientação de sua mãe, aprecia e participa dos grupos e atendimentos como uma oportunidade de aprendizado.

Meus irmãos me incomodam, falam que eu não posso mais andar armada, que agora eu não sou mais réu primária, que da próxima vez vou presa, mas falam brincando. Só que vim aqui é uma coisa que eu gosto, não falto. E o meu marido dá risada, porque eu trabalho em um [ambiente] socioeducativo, como que eu vou cumprir se eu trabalho em um, e ri. Mas sabem que é sério. (FLOR-DE-LIZ).

Por outro lado, Gui aponta que outros familiares já passaram por situação semelhante e isso não lhe causa espanto, bem como afirma o desconhecimento da sua condição por parte dos irmãos.

A mãe que me acompanha, na audiência. Ela não gosta e sempre diz para eu parar, ela dá conselho, faz o que qualquer mãe ia fazer. Me enche, mas é de boa, porque tem gente muito mais do que eu. Até parente meu que tem, muito mais que eu, que foram presos, já cumpriram Medida. [...] e os meus irmãos por parte de pai, pss, não quero ver nem pintado de ouro, não sabem nada da minha vida. (GUI).

Assim como o Gui cita parentes envolvidos em infração, Linda também dá ênfase ao envolvimento do esposo em ato infracional, destacando a fragilidade dos vínculos com sua família de origem.

O pai fala que tem que ter responsabilidade de ir. Tem que comparecer. O meu marido vem, ele pega no meu pé para eu vir. Ele também já pagou LA e PSC e a minha mãe eu não tenho contato com ela. Ah ela, bem dizer, nós nem conversamos muito, a nossa relação não é boa. Ela é uma coisa velha a que tu não entende que bicho que é. E o meu pai nem sabe direito, se chamar ele vem, ele diz que tem que ir, mas nem se importa muito. (LINDA).

Tais relatos revelam sobre os vínculos constituídos e a rede de relações estabelecidas pelos adolescentes. O ser é inseparável das relações que estabelece, elas o fazem sujeito, destaca Romagnoli (2003); tornam-o membro de uma família, de um círculo de amigos, entre outros arranjos. Essas mesmas relações também permitem passar de uma realidade a outra, modificando o sujeito, descreve a autora. Assim “A potência é a capacidade de entrar em relação, em devir.” (ROMAGNOLI, 2003, p. 28); todavia, nenhuma potência se afirma senão pela conexão com outro corpo, daí a importância da sensibilidade do encontro.

Discutem Romagnoli e Magnani (2012) que, muitas vezes, por serem famílias advindas de um contexto de pobreza, e ser uma família atravessada por estigmas sociais, elas são reconhecidas como “desestruturadas” pelas instituições, conforme já descrito neste capítulo. Quando em Medida Socioeducativa, a família é acolhida, ouvida, tendo um espaço para partilhar seus problemas e a linha do cuidado pode emergir possibilitando à família inventar outras conexões.

Além de pessoas próximas, dois responsáveis entrevistados mencionaram que encontram apoio nos serviços de Assistência Social e no Poder judiciário, conforme segue: “O maior do nosso apoio é, o que é que eu vou te dizer, a justiça eu acho. É vocês que ajudam a gente, quando precisa, só, e vamos levando.” (MAGALI). Semelhantemente: “Apoio não tem nada. Tem minha esposa, tem os vizinhos que estão sempre ali, mas no mais não temos apoio. Não tenho irmãos perto, nada. A gente também frequenta a Igreja Evangélica e tem vocês aqui.” (GABRIEL).

Por vezes, a equipe de MSE se torna uma linha de fuga, um modo de estabelecer novas conexões e se reinventar; por outras, desconsidera as singularidades, reafirma discursos instituídos e, pelo endurecimento de as práticas cotidianas, pode decompor o potencial daquele grupo familiar; são “[...] formas e forças presentes nesses encontros e que nos fazem pensar, de que conexões as equipes, as famílias e os serviços são capazes.” (ROMAGNOLI; MAGNANI, 2012, p. 302).

É nesse sentido que expressa Generosa durante a entrevista: os atendimentos como uma possibilidade de devir.

Todas as pessoas que estão tentando me ajudar eu aceito como apoio, porque você nunca tem que achar que sabe tudo, e você sempre está pra aprender, então como eu disse pra outra psicóloga, tem alguma coisa que eu estou fazendo errado que eu não estou vendo, porque eu quero mudar, claro que eu sou uma pessoa de colocar os objetivos pra ele [Pimpa], mas eu não coloco isso pro mal porque tem que impor respeito e ordem, porque se deixar daqui a pouco está tudo desabado [...] às vezes a brabeza dele é essa, porque ele diz que a mãe dos amigos isso e aquilo e eu digo não

porque eu não vivo na casa dos teus amigos e você não vive na casa dos teus amigos, a gente vive entre família então temos que nos respeitar. (GENEROSA).

Rita, nas suas afirmações, não vê os atendimentos como contributivos e sim como uma obrigação que, muitas vezes, atrapalha a sua rotina de vida; considerando que, como ela mesma diz, nem James cumpre as Medidas a ele aplicadas, ela enquanto mãe é assídua, mesmo aparentemente não estando aberta às considerações feitas pela Equipe.

Porque a gente é cobrada para vir, para acompanhar, para ajudar também. Mas é uma coisa que ele está fazendo para sociedade, porque ele não está fazendo só para nós, para a família, mas então sua penalidade deveria ser mais dura. [...]. A gente sempre conversou com ele e ele falou que ia mudar ainda na primeira Medida. Imaginamos que ele não iria mais fazer isso, por respeito a nós e medo da própria Justiça, coisa que ele não tem. Eu não acredito que seja só por uma questão de ser jovem, desafiador, é porque ele vê que não tem nenhuma consequência, ele não tem medo. (RITA).

A família é entendida como parceira privilegiada na intervenção socioeducativa. Na perspectiva do Estatuto (BRASIL, 1990), a Lei do SINASE (BRASIL, 2012) concebe a família como corresponsável, juntamente com a comunidade e os três níveis de governo, no cumprimento da Medida Socioeducativa pelo adolescente. Assim, como uma Medida aplicada ao adolescente pelo juiz, na qual ele possui obrigações, concerne à família, pelo vínculo, estabelecer regras, diretrizes e preceitos da família.

Cabe especificar também que o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece como dever aos pais: “Art. 22. Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais.” (BRASIL, 1990, p. 4).

Fuchs, Teixeira e Mezêncio (2015) destacam que, por meio do PIA, a participação dos pais ou responsáveis precisa ser garantida no processo “ressocializador”, sendo eles passíveis de responsabilização administrativa caso não cumpram os deveres que lhes competem. Tal Plano é tido como um instrumento de acompanhamento da evolução pessoal e na conquista de metas; é possível visualizar por meio dele os vínculos estabelecidos entre o adolescente e sua família.

A família, muitas vezes, produz conexões com os Serviços de maneira potencializadora: traz conteúdos, alivia suas angústias, também aprende a lidar com situações cotidianas e expande sua rede de conexões. São aspectos que os responsáveis pesquisados, em geral, não pontuam como uma mudança para a vida em família; entretanto, conforme já descrito no capítulo 4, eles destacam que veem a Medida Socioeducativa como uma possibilidade de mudança no comportamento dos filhos quanto à infração.

Os familiares participantes da pesquisa, em sua maioria, destacam que o filho está mais em casa e menos na rua, cuida da casa, ou retomou os estudos, conseguiu um trabalho, verificam que possui planos. Em concordância com Romagnoli e Magnani (2012, p. 296): “[...] são os agenciamentos ‘entre’ subjetividades, conhecimentos, práticas, encontros que convergem em processos que arrastam para o novo, para a diluição do plano de organização, das formas que classificam e sobrecodificam os sujeitos e suas inserções sociais.”

Aos olhos dos profissionais entrevistados, a família dos adolescentes em Medida Socioeducativa de meio aberto, em geral, são em suas histórias vítimas e vitimizadoras e necessitam de acompanhamento, posto que muitas vezes não conseguem prover as necessidades afetivas e materiais dos filhos, o que os afastam.

Eu percebo que as famílias igualmente a eles precisam desse acompanhamento e dessa orientação. [...] Os pais muitas vezes tiveram um pai e uma mãe e nunca foram ensinados a sonhar, a ter um projeto de vida, por isso reproduziram e são vítimas junto. Talvez coisas que para nós são básicas, eles nunca ouviram e precisam partir desse ponto para que eles entendam, se percebam também dentro disso, que reconheçam que até então foi feito de uma forma que não avançou, que não deu certo e precisa também replanejar, mudar. (ENTREVISTADA 2).

A Entrevistada 3 também expõe sobre a importância de olhar para a história da família, da composição, dos acontecimentos e até sofrimentos vivenciados:

Qual é a história dessa família? Desse pai, dessa mãe? Eles tiveram um pai e uma mãe que se comprometeram com eles? Às vezes os pais não conseguiram ressignificar sua própria história. [...] Quando a gente atende, sempre perguntamos se tem algum membro da família que está ou que já cumpriu pena ou que está preso, a gente percebe que ou tem ou já teve, ou conhece alguém próximo. Como é que eles encaram isso, qual é o conceito que eles têm sobre essa privação de liberdade que seria uma consequência do ato infracional? Eles encaram isso com naturalidade. [...] E isso não é só, a gente percebe que os adolescentes de classe média, alta, que a gente atende, também as famílias não se comprometem. Também as famílias projetam no filho a culpa por ter se envolvido num ato infracional, a culpa pela família estar enfrentando essa situação, não são diferentes das famílias mais vulneráveis. (ENTREVISTADA 3).

De forma semelhante, a Entrevistada 1 também discorre sobre a importância da família quando é um quadro de referência para os adolescentes no seu desenvolvimento enquanto sujeito:

Muitas famílias que acompanhamos não asseguram as condições materiais necessárias à sobrevivência; assim como para a formação e desenvolvimento do filho, não foram formadoras, divulgadoras ou contestadoras de um conjunto de valores, imagens e representações positivas; tampouco desempenharam laços de afetividade para com os filhos e até contestam a falta de aproximação destes. Para

mim, e a própria ciência psicológica diz que a família é um dos agentes de formação dos jovens, ela é o primeiro grupo de convívio e de criação de laços do indivíduo, também ela exerce uma grande influência nessa formação; influências estas que podem ser positivas, mas também negativas. (ENTREVISTADA 1).

Refere tal entrevistada que não se trata de culpabilizar a família, mas que visualiza, nas atendidas, repetição de papéis ou membros da família extensa relação com histórico de problemas com a justiça, diversas situações de vulnerabilidade vivenciada, adoecimento familiar, mães passivas e pais ausentes ou vice-versa, famílias permissivas que quando confrontadas apresentam-se vitimizadas, pais que driblam os atendimentos para se proteger e não acessar as dores subjetivas.

[...] um processo de culpa muitas vezes são coniventes com as práticas ilícitas dos filhos, apresentam dificuldades de impor limites, e se autossabotam frequentemente com medo de acessar suas dores, muitos já estão desacreditadas na mudança do filho, muitos destes pais têm dificuldade em acessar aos grupos de responsáveis, não se percebem incumbidos deste fazer. (ENTREVISTADA 1).

Por conseguinte, emerge uma noção de pais displicentes que não são compromissados com os atendimentos, ou mesmo com os próprios filhos e, na versão de outros, também profissionais, são pais omissos e até negligentes.

Eu acho que são famílias limitadas no compromisso, são bem limitadas em aderir às coisas, em conseguir fazer com que aquele adolescente venha. E, talvez eles não tenham entendimento da necessidade, do porquê e aquela forma de vida vai levando eles a uma inércia, vai seguindo daquela forma e muitas vezes não tem aquela força de ser diferente. Ou estar envolvido com furto, enfim, se a renda da família vem disso, fica mais difícil de tomar a decisão. A escolaridade baixa, a renda que vem disso, a perspectiva de mudança da família, demora para tomar a decisão de sair da criminalidade também. (ENTREVISTADA 2).

Outra narrativa que descreve o descompromisso da família e, conseqüentemente, a dificuldade de mudanças ao que se refere às atitudes dos adolescentes, aos projetos de vida.

A família tem influência, porque talvez não tenha o preparo para atender esse adolescente nesse momento da vida e ele acaba indo buscar isso fora, tanto material quanto afetivo [...] são famílias que em geral não se comprometem, que poucas infelizmente, se as famílias conseguissem, se comprometessem mais, a gente conseguiria avançar mais com os adolescentes, porque se a família não se comprometeu com aquele adolescente lá quando ele tinha 12, 13 anos, que ele ingressou na prática infracional, que ele desistiu da escola, ela não vai se comprometer com esse adolescente quando ele tem que cumprir a Medida. (ENTREVISTADA 3).

A entrevistada 4 também sustenta que os pais são negligentes, mas para além disso aponta para uma fragilidade dos vínculos que impedem os pais de sentirem-se implicados com

o próprio ato infracional cometido pelo filho; e daí emerge um ciclo de culpabilizações e não de potencialização, como destacado por Romagnoli (2003).

Eu percebo as famílias muito negligentes. Percebo um abandono desses adolescentes, um distanciamento e vínculos muito fragilizados. [...] os pais culpabilizam seus filhos, o sistema culpabiliza as famílias, tem que achar um culpado para a questão. Muitas vezes a família não sabe ou não consegue colocar limite, ou dar suporte emocional, afetivo ao filho. Ela já é constituída com uma dificuldade de entendimento, de inversão de papéis, de compreender que mesmo que o jovem complete 18 anos ele ainda vai continuar sendo filho, que esse vínculo é para sempre. [...] os pais precisam se sentir como parte do processo, eles afirmam: 'ele comete o ato infracional, é ele que tem que pagar e eu não me envolvo'. [...] eu sinto que falta esse entendimento do para que serve uma Medida Socioeducativa, de decidir junto, de que os pais têm um dever maior para além da idade do filho. É preciso resgatar com a família e com o adolescente as potencialidades de cada um, fazer eles visualizarem isso porque eles só depreciam, colocam eles para baixo, como se eles fossem um lixo. Aí a gente pode conseguir com um trabalho diferenciado, uma mudança. (ENTREVISTADA 4).

Ser um sujeito autônomo capaz de tomar as próprias decisões depende também de dispositivos externos de controle, destacam Costa e Assis (2006). O indivíduo costuma seguir regras inicialmente por imposição, e ter um adulto que desempenhe esse papel é possibilitar que esse sujeito perceba sua existência como parte de uma coletividade. A capacidade de ponderar os atos e pensar no bem comum advém de uma moralidade perpetrada também na família, segundo as autoras, e, diferentemente do que se visualiza no ideário social, “[...] adolescentes que cometeram atos infracionais não são necessariamente mais autônomos que outros por terem transgredido a lei. O próprio envolvimento com o ato infracional pode resultar da dificuldade no exercício da autonomia.” (COSTA; ASSIS, 2006, p. 79). Adolescentes autônomos compartilham regras e engajam-se mais em projetos de autocuidado, mencionam as autoras.

Por outro lado, a Entrevistada 1 ressalta que é preciso considerar que há famílias que participam dos atendimentos e atividades propostas, que ainda persistem em apoiar seus filhos, que visualizam e compartilham mudanças obtidas. Há pais que buscam auxiliar o filho nesse momento de vida conturbada e também buscam se fortalecer e melhorar na convivência e dinâmica familiar, reconhecendo suas fragilidades e dificuldades, bem como as do grupo familiar. Fortalecer os vínculos de adolescentes com os adultos envolvidos no processo socioeducativo é um modo de promover fatores de proteção, sustentam Costa e Assis (2006).

Destaca-se que os Creas do município possuem atividades com propostas de maior aproximação com os genitores e também com os jovens, a fim de que, por meio desses encontros, se possibilite trocas e reflexões em grupo psicossocial, visando aberturas para

novos projetos de vida. Destacam Costa e Assis (2006) que assumir a proposta de promoção, em oposição à punição, exige a busca de outros referenciais que invistam nas potencialidades do adolescente e da família, propostas que “[...] valorizam o potencial que ele possui para o enfrentamento de seu próprio cotidiano e estabelecimento de uma rede social de apoio” (p. 75).

Pensando novamente nas características hegemônicas postuladas no período da adolescência – como uma fase considerada de intensas mudanças biológicas, cognitivas, emocionais e sociais, conforme já apontado no capítulo 3 –, é na adolescência que também ocorre um aumento de demandas para consumo e variabilidade de experiências de vida, sem que haja, muitas vezes, suportes sociais e recursos disponíveis para lidar com tantas situações, destacam Costa e Assis (2006).

Carvalho (2014) afirma que as redes de solidariedade, de afeto, as sociabilidades engendradas pela família se mantêm como condição de privilegiada proteção e de pertencimento, sendo essencial no mundo contemporâneo.

Para além dos vínculos familiares, destaca-se que tais grupos proporcionados nos Creas possibilitam encontros e novas conexões também com adolescentes que vivem situações semelhantes, para além da Medida Socioeducativa. É importante relatar que os adolescentes em Liberdade Assistida, muitas vezes, trazem amigos para os grupos. Obviamente que eles emergem ora como companhia, ora como proteção – uma segurança subjetiva ou caso se sintam ameaçados por outros adolescentes –, ou até com outras motivações muitas vezes desconhecidas pela Equipe.

Ainda, é imprescindível considerar, diante de uma rede de relações empíricas, que os vínculos íntimos dos adolescentes pesquisados ainda estão voltados para os amigos. Isto pode ser observado mais vigorosamente nos adolescentes pesquisados do sexo masculino, que mencionaram em atendimentos e na entrevista a importância das amizades na vida cotidiana.

De modo especial, em um atendimento pontual, Gui relatou detalhadamente situações pelas quais passou com um de seus amigos; este que esteve por muito tempo acompanhado pela Equipe de MSE e repentinamente precisou mudar de cidade. Nesse momento emergem as falas acerca da violência policial²¹ e Gui retrata como uma prática recorrente que vivencia, assim como o seu amigo.

²¹ Diante desse emaranhado de situações relatadas, não apontar para as práticas violentas que emergem desse contexto seria uma imperícia. De maneira impetuosa é que é possível demonstrar tamanha angústia: as práticas violentas são tão velhos atores na rede tecida pelos adolescentes em situação de ato infracional que mesmo sendo prioridade enquanto sujeitos em desenvolvimento lhes assegurar o respeito e o cuidado, sofrem violência policial de maneira escancarada e desmantelam uma noção de proteção do Estado para com tais sujeitos.

Sabe o (cita nome do amigo) eles também fizeram isso, daí o (amigo) disse que ia dar 200 gramas de droga pra eles, pra não “jogar” com a polícia ele foi embora, tá até hoje. Eles [policiais] passaram cola nele, passaram superbonder no ouvido, fizeram um monte de coisa pra ele. Eles se folgaram com ele, passaram urtiga na cara dele, no pescoço e ali ele apareceu ali em casa. Eu e ele tava fazendo corre junto, ele me deixou um dinheiro que ele tinha guardado na casa dele, falou que ia ir viajar, que a polícia estava querendo matar ele. Eles falaram pra ele que as oito horas era pra eu levar não sei quanto em dinheiro na frente [cita o nome de uma ONG] daí ele falou que não ia levar e foi embora. É embaçado. Eu sei; eu também sofri começaram a bater, começaram me ameaçar, levar choque. (GUI).

O adolescente expõe uma preocupação com o amigo que agora mora longe dos seus familiares por ser vítima de uma violência e mostra-se triste como mais uma perda.

Também quando perguntado em entrevista aos adolescentes, todos, sem exceções, responderam ter amigos que cumprem ou já cumpriram Medidas Socioeducativas e que inicialmente receberam orientações deles sobre o funcionamento do Serviço. Tal aspecto pode ser ilustrado no seguinte relato: “Eu tenho uns amigos que já foram também, compraram coisa roubada, moto roubada, pensam que é baratinho e compram, aí quando a polícia pega... Um deles conhece, me explicou bem sobre a liberdade assistida [...] ele sabe e disse que eu tenho que ir, que não posso faltar porque senão vai pro juiz, aí é pior, só complica.” (FLOR-DELIZ).

Pimpa destaca que seus amigos já cumpriram Medida Socioeducativa e o orientaram de que não é bom, porém ele evidencia seu erro e menciona que verifica nesse período uma possibilidade de mudanças para a sua vida. “Eu não me incomodo muito com a situação, é uma coisa que eu fiz eu tenho que pagar, como toda ação tem uma reação. E agora voltei ao trabalho, aos estudos. Alguns amigos também já cumpriram Medida e eles falam que é ruim, que não é muito boa.” (PIMPA).

Já Yasmin e Linda dão destaque ao comportamento dos amigos como desviante de uma moralidade e das leis e que as Medidas Socioeducativas que lhes podem ser aplicadas não lhes preocupam por mais que sejam orientados: “Eles pensam que não vão fazer e não vão pagar nada. Eles só pensam em fumar maconha [risos]. Só querem vida de vagabundo.” (YASMIN).

Nas palavras de Linda:

A maioria deles tem Medida. Querem ser aquelas pessoas que querem mandar, como é que eu posso dizer, eles querem ser ‘dessa vida’ que não leva a nada, nada mesmo sabe, de malandro. A gente fala, eles não param e pensam que [...] depois tem que estar lá direto, assinando, falando um monte de coisa. Eles acham que não tem nada a ver, que é uma coisa normal, que se pegar Medida é só vim mesmo. Não tem um processo de mudar a cabeça, eles não pensam nisso. (LINDA).

Dessa maneira cabe questionar: o que diferencia o processo dessas adolescentes? Apesar de ambas não serem muito assíduas nos atendimentos, apresentam um processo de reflexão sobre o lugar onde se encontram e conseguem reconhecer, a partir do outro e das conexões que fazem, condutas de risco e as possíveis consequências.

James aflora um outro ponto a ser considerado: conforme apresentado no decorrer deste trabalho, tal adolescente possui uma condição de vida diferente dos demais pesquisados; pode-se dizer de maneira empírica que ele pertence a outra classe social e ele reconhece isso. Em uma parte da entrevista ele menciona que alguns amigos já estiveram na delegacia por posse de drogas ou situações semelhantes e que alguns até cumpriram Medida Socioeducativa, porém ele já responde por três tráficos, o que significa estar demarcado.

Uns amigos falam que eu sou muito flagrante. Flagrante de fazer corre no [cita o bairro], é certo que vai cair uma hora ou outra cai, porque eles conhecem que o cara não é dali [...]. A maioria dos meus amigos não tem MSE, mas sabem que eu tenho, mas eles não dão bola, outros tem pouca passagem, o que tem mais tem duas. Eles falam que eu sou torrado na verdade [...] É quando tomam um trato com a polícia e eles falam que mantém o passado, porque eu tenho três passagens e todas por tráfico, aí é pesado, estou manchado, tipo isso. Mas eu sei que é pouco perto dos caras que conheço do bairro [cita o nome], que têm vinte passagens, trinta passagens, aí é diferente. (JAMES).

James parece ter clareza de sua situação ao comparar-se com outros jovens com situações menos graves e mais graves e nesse relato parece apontar uma ambiguidade: num mundo mais elitizado de amizades, ter três “passagens pela polícia” é carregar um rótulo negativo; já pelas suas circulações e vivências na periferia, considera que é um iniciante – nesse momento parece que ele sente a necessidade de um reconhecimento no lugar que ocupa.

Costa e Assis (2006) destacam que a família, enquanto provisão de apoio, suporte e respeito mútuo está como um dos fatores de proteção ao adolescente mais importantes; visto que os demais fatores se referem à própria capacidade individual de se desenvolver autonomamente, de ter autocontrole, autoestima, de ter comportamento flexível e afetivo; bem como de ter um apoio advindo do ambiente social, isto é, proveniente do relacionamento com amigos e outras pessoas significativas.

Além de vínculos familiares fortalecidos e apoio advindo de outras relações sociais, os autores afirmam que fatores de proteção como êxito escolar, estabilidade, capacidade de tomar decisões, rotinas organizadas, compartilhamento de sentimentos e religiosidade, são extremamente significativos para o desenvolvimento do adolescente. Nesse sentido, concerne refletir: tais fatores estavam presentes na vida dos adolescentes pesquisados? Êxito escolar, religiosidade, estabilidade, organização são aspectos excepcionais na vida deles.

Importante salientar também que os adolescentes pesquisados, assim como os familiares, dentro de sua compreensão sobre “rede de apoio”, “figuras de suporte” e outras denominações utilizadas durante as conversas, referiram possuir vínculos que os auxiliassem em situações difíceis do cotidiano, em especial mencionam o período de cumprimento de medidas socioeducativas. Todavia, sustentam Costa e Assis (2006) que muitos adolescentes em situação de ato infracional não possuem figuras representativas ou vínculos consistentes e que cabe à instituição promotora das Medidas auxiliar os adolescentes no estabelecimento de relações de mais qualidade. Ainda, o próprio Serviço, às vezes, representa a fonte de apoio social mais próxima e organizada na vida do jovem, estendendo o alcance de fatores protetivos à família e a todo seu contexto relacional, de modo que consigam lidar com riscos potenciais à conduta infracional.

Costa e Assis (2006) destacam ainda que se tem observado que o envolvimento com o ato infracional compõe o quadro de vulnerabilidade dos jovens na contemporaneidade, no sentido de que a “[...] magnitude do crescimento das demandas aos adolescentes tem sido maior que o crescimento de suportes sociais, materiais e psicológicos.” (p. 75).

O período de Medida Socioeducativa pode ser considerado como um momento para desvincular os adolescentes do ato infracional e também de outros agravos a que podem estar expostos tais adolescentes; trata-se de favorecer a emergência do potencial criador e de resistência frente às adversidades às quais estão expostos, com possibilidade de saírem mais fortalecidos, e de traçarem um projeto de vida mais favorável.

Em contrapartida, Costa e Assis (2006) sustentam que o adolescente em situação de ato infracional precisa ser visto para além da não reincidência, em novos patamares de vida. Objetivar que ele não mais se envolva com atos contrários à Lei é novamente ter um olhar estritamente para o problema. As condições de vida, habitação, alimentação, renda, lazer, emprego, acesso aos serviços públicos precisam ser consideradas para uma promoção de vida: não se trata de corrigir condutas, é preciso envolver a dimensão do cuidado.

Para finalizar este capítulo enfatiza-se que, a partir da perspectiva da TAR, pode-se analisar que a família é uma organização produzida por uma rede composta de agenciamentos humanos e não humanos e constantemente é/pode ser redefinida, tecendo novas teias, novos arranjos e modos de se gerir. E como rede, dependendo da configuração e dos jogos de força em ação, há momentos de estabilidade e momentos de instabilidade. Nesse sentido, a estabilidade e a estrutura que se busca nas famílias são ilusórias.

Assim, pode-se dizer que a família também é produzida por processos rizomáticos imprevisíveis e não lineares, e nas tramas dessa rede que a fabrica, composta de humanos e

não-humanos, há a produção de sofrimentos, de faltas materiais e afetivas e de violações de direito, há como produção e como efeito o poder das políticas como controle social. Mas há (ou pode haver) também vínculos de atores humanos e não humanos que interagem de forma a potencializar afecções e devires. Destaca-se que a família, neste estudo, é vista como uma rede em uma rede de redes, desse modo, vista de perto vislumbra-se as conexões de rede, mas vista de longe pode-se vê-la como um ator de uma rede maior: a que produz os adolescentes pesquisados.

8 AS DROGAS COMO UM ATOR DA REDE

Faltou luz mas era dia
O sol invadiu a sala
Fez da T.V. um espelho
Refletindo o que a gente esquecia
Faltou luz mas era dia dia
O som das crianças brincando nas ruas
Como se fosse um quintal
A cerveja gelada na esquina
Como se espantasse o mal
Um chá pra curar esta azia
Um bom chá pra curar esta azia [...].
(YUKA, 1999).

A sociedade atual enfrenta um problema considerado cada vez mais evidente e difícil de lidar devido a sua complexidade: o consumo abusivo de drogas lícitas e ilícitas, o comércio proibido e outras ilegalidades decorrentes. Pode-se conceber o consumo de drogas como tecido por uma rede com vários atores vinculados, que vai além do usuário, envolvendo todo o ambiente, as relações que o permeiam, intrafamiliar e social, as políticas públicas, entre outros.

Nesse sentido, amplia-se a compreensão de que o uso de uma substância química que altera a consciência não ocorre devido a um fator apenas, mas é multideterminada pelo lugar que o indivíduo se encontra, as condições de subsistência, as redes de apoio a que ele está conectado. Assim, a venda, a compra e o uso de drogas implicam o espaço em que o indivíduo circula, as suas condições subjetivas, os vínculos afetivos e sociais estabelecidos, a sua situação econômica, o sentido atribuído, entre outros fatores. Vargas (2006) destaca o uso como produção de alter-ações, isto significa dizer que há a ação de “outros” no uso de drogas, são os a(gentes) que as produzem. Não se trata de uma relação dialética: o uso como produto da sociedade e do indivíduo, ou de razão-organismo, mas sim de associações, de agenciamentos produtores das alter-ações. Se o uso produz alterações é porque sempre há um outro que se põe em movimento, afirma o autor. A partir da noção de rede sociotécnica, Latour (2015) afirma que, por um lado, um ator tem agência, ele produz efeito na rede à que está vinculado e, por outro, que nesta vinculação o ator é levado a agir, a rede o *faz-agir*. Assim, torna-se necessário olhar para os atores, para os vínculos e para a configuração da rede a ser estudada.

Discorrer sobre o uso de drogas implica necessariamente olhar para a história como uma forma de compreender a influência destas na vida contemporânea. O álcool, droga (legalizada) mais consumida entre os adolescentes, conforme Martins e Pillon (2008), era produzido pelos índios, fazia parte de um espectro cultural do Brasil, era utilizado em festas e

rituais desses povos mesmo antes de ser descoberto pelos portugueses. De igual forma, usavam o tabaco que também era desconhecido pelos europeus. No entanto, os portugueses conheciam vinho e cerveja e mais tarde aprenderam a fazer a cachaça a partir da cana de açúcar, afirmam Andrade e Espinheira (2016).

[...] a cachaça para alterar a consciência, para calar as dores do corpo e da alma, para açoiar espíritos em festas, para atizar coragem em covardes e para aplacar traições e ilusões. Para tudo, na alegria e na tristeza, o brasileiro justifica o uso do álcool, da branquinha à amarelinha, do escuro ao claro do vinho, sempre com diminutivos. (ANDRADE; ESPINHEIRA, 2016, p. 14).

O ato de beber tornou-se parte da maneira de ser social, sustentam Andrade e Espinheira (2016). Em relação à maconha, seu uso se apresentava com propósitos medicinais que datam de 2.700 a.C.. No Brasil, ela foi introduzida pelos escravos africanos e depois difundida também entre os indígenas, destacam Andrade e Espinheira (2016), proliferando o uso.

Os autores chamam a atenção para o fato de que no começo do século XX se observava duas classes de vícios: “vícios elegantes”, que eram o da morfina, da heroína e da cocaína, consumidos pelas elites brancas; e “vícios deselegantes”, destacando-se o alcoolismo e o “maconhismo” – como denominam os autores –, próprios das camadas pobres, em geral, formadas por negros.

Ainda, Andrade e Espinheira (2016) mencionam que nas décadas de 1980 e 1990 viu-se a emergência do uso de inalantes entre crianças e adolescentes de minorias étnicas e socialmente menos favorecidas, tais como cola de sapateiro, esmalte, lança-perfume, loló, gasolina, acetona e tintas – época em que a cocaína também passou a ser mais consumida pelos usuários de estimulantes, inclusive tomando lugar dos derivados anfetamínicos, como os arrebites.

Importante salientar também a cocaína ou na sua espécie mais “natural”: a folha de coca tem sido usada milenarmente pelos povos andinos para reduzir a fadiga e o cansaço das longas jornadas de trabalho e, conforme descrevem Andrade e Espinheira (2016), na cultura brasileira foi inclusive indicada por profissionais da saúde no final do XIX para situações de cansaço e desânimo, quando foi comercializada livremente por laboratórios e enaltecida pelas suas propriedades medicinais; no entanto, foi demonizada e largamente censurada na sociedade. Destaca-se a automedicação como outra marca da nossa cultura e que são produtos consumidos sem a devida importância ou prescrição. Tratam comicamente os autores que: alguns bebem para relaxar, iniciam o porre, cheiram e usam energético para levantar a moral e se ao final não conseguem dormir tomam uma medicação para conciliar o sono.

Na atualidade, há a disposição das mais variadas bebidas, considerando que as sofisticadas propagandas midiáticas convidam o sujeito a beber e dão a ele uma ideia de que assim ficará mais forte e alegre. Igualmente acontece com as medicações que prometem o bem-estar e a cura. Andrade e Espinheira (2016) chamam a atenção para o papel da mídia nos anos de 1950, que passou a condenar o usuário de maconha como desordeiro, que, por ser uma substância não comercializada, não fortalecia o capital e por isso deveria ser banida; ainda a mídia também possuía um comprometimento com o mercado de anunciantes como acontece com outras drogas – medicações, tabaco e álcool. A proliferação dessa ideia de “desvio de caráter” influenciou na maneira como as novas gerações foram instruídas sobre o uso da maconha.

Vê-se que o consumo de drogas em todas as classes sociais, no entanto, enraizou-se no imaginário social desta forma: “[...] a associação pobre - preto - maconheiro - marginal - bandido, traduzida nas ações policiais dirigidas às pessoas autuadas pelo porte de maconha, que na periferia das grandes cidades são muito mais severas do que nas áreas mais ricas e socioeconomicamente mais favorecidas.” (ANDRADE; ESPINHEIRA, 2016, p. 21).

À vista disso, as drogas fizeram historicamente parte da sociedade tanto no uso medicinal quanto na busca de prazer. Baumkarten e Tatsch (2008) destacam que, à medida que o conhecimento sobre as drogas se ampliou, o motivo pelo qual se usava também ganhou abrangência: na aproximação com os deuses, na cura, no cuidado paliativo, ou ainda, como uma estratégia de dominação, de acalmar os “espíritos” – aproximava-se de uma “[...] cosmovisão mágica e religiosa da vida” (p. 220). O ópio por exemplo, uma das drogas mais antigas, era relacionado com o divertimento 5.000 a.C.

Mais recentemente, nos anos de 1970, as drogas enraizaram-se como pertencentes a uma cultura do comum, principalmente com o movimento *hippie*: este cultuava a natureza, vivia em comunidade e era a favor da busca pelo prazer por meio da utilização de drogas. As drogas passaram a ser vistas como elemento estruturante e integrador, para além de sua destrutividade; como uma oportunidade de acessar outros âmbitos existenciais, afirmam Baumkarten e Tatsch (2008). É neste sentido que o uso, principalmente da maconha, é visto como propulsor de relações coletivas. Nas palavras de um dos adolescentes entrevistados:

Usar maconha é valorizar outra cultura, a cultura da coletividade, eu acho bom, acho bonito. A maconha é associada com dívidas, crime, com morte e de verdade não é bem assim, é uma forma de você ter outra visão, uma visão diferente do mundo. Vem de uma cultura *hippie*, onde as pessoas cuidam da natureza e não é só maconha, não sei se você sabe, mas tem mais de 50 tipos de maconha no mundo, cada uma com sua propriedade especial, mesmo sabendo que vai ter doença, câncer,

as pessoas usam. Eu procuro não pensar, não dar bola, é claro que vou ficar lesado, mas eu nem penso, se precisar eu paro. Preciso parar de fumar para fazer minhas coisas, mas se tiver, eu fumo. (JAMES).

Quando perguntado a ele sobre o reconhecimento social, sentimentos emergidos, o adolescente percebeu outro ganho com o uso de drogas: “[...] essa cultura vê todos como iguais, não tem um ser mais outro menos, tem igualdade, mas claro, pode ter *status*, me convidam para as festas, eu vou de graça e tem as guria também.” (JAMES). Para Vargas (2006, p. 596) “[...] a droga é usada enquanto substância compartilhada por um coletivo e os efeitos da experimentação carregam uma alta dose de surpresa.”

Formar grupos de identificação, estabelecer contatos com novos amigos são características da adolescência (uma fase delimitada socialmente, conforme já descrito) e que, segundo Martins e Pillon (2008), é quando o sujeito permanece mais tempo fora de casa e pode ser influenciado ao uso de drogas e a situações de ato infracional.

O que se sobressai nas entrevistas é que o início do uso acontece pelo convite dos amigos, pela integração já comentada. Afirma um dos participantes da pesquisa, Pimpa: “Tudo começou na escola, eu ia na escola e certo dia um amigo meu apresentou a droga e eu fumei e acabei gostando. [...] eu comecei por brincadeira e fui viciando.” (PIMPA).

Outro adolescente também refere o meio escolar como de experimentações, um lugar de contato de estar com os pares.

A droga foi apresentada pelos meus amigos, tipo melhor ali, desde que cheguei aqui em [Cidade X] na verdade. Eu cheguei e não conhecia ninguém, né, daí era um vizinho meu. Quando eu morava ali para perto da escola e eu estudava no (nome da escola), ele também, aí apresentaram para ele e ele apresentou para mim na escola. Daí eu vi que não era um bicho de sete cabeças, gostei (risos). Daí agora eu fumo com ele. Na primeira eu fiquei chapado, só isso. Pensei em ficar muito chapado e vi que não era tudo isso. Hoje eu fumo porque eu gosto, um *hobby* e é para ficar com a galera. Tipo, o cara vai ver um filme bem massa, tipo um filme de comédia, o cara assim vai achar bem mais graça no filme, vai entender de um outro jeito, de uma outra maneira, é divertido. (JAMES).

Por outro lado, Gui relata emocionado que a sua casa ou o lugar de onde pertence sempre foi movido substancialmente pelas drogas e que isso teve implicação direta na sua vida e, consecutivamente, no cumprimento de Medidas Socioeducativas.

É que eu moro ali e sempre teve tráfico ali, ali bem na esquina de onde eu moro. É uma coisa que não tem como explicar como é que a gente vai se envolvendo com tudo. Mas foi quando o meu pai ficou doente, já faz quatro anos, daí eu comecei mais me envolver. Na verdade, eu nem sei explicar. Muita coisa que aconteceu, também eu cresci no meio de tudo isso, desde pequeno. Já vi muita gente morrer ali. Comecei usando e depois vendendo. Quando eu peguei as Medidas, eu estava vendendo e também usando. (GUI).

Outra entrevistada refere que conheceu as drogas ilícitas com o grupo de amigas e que seu companheiro, desde o início do relacionamento e até então, faz uso diário de maconha. Refere ela que experimentou, e argumenta: “Eu não usava droga, mas bebida eu bebia bastante, *vodka*, cerveja, de tudo um pouco, mas não usava baseado, meu Deus do céu.” (LINDA). Importante salientar que Linda, assim como outros participantes do estudo, não consideram bebida alcoólica uma droga. Não se sabe se é pelo fato de possuírem pouca informação ou pelo viés da legalidade, isto é, de considerarem drogas somente o que é proibido. Como já explicitado, a mídia teve importante papel na construção do álcool como uma possibilidade de alegria e fortaleza.

Tais relatos corroboram com o que afirma Vargas (2006), ao referir que as primeiras experiências, quando se trata de drogas ilícitas, foram na companhia de amigos, sendo a bebida alcoólica apontada como uma substância que se experimenta primeiramente em ambiente familiar.

Em relação ao uso de drogas, cinco dos participantes deste estudo relataram que já fizeram uso de álcool, tabaco e maconha, visto que um deles mencionou que já experimentou outras drogas e faz uso frequente de *ecstasy* quando sai em festas.

Eu nunca usei *crack*, já usei bala, papel, LSD, maconha, cocaína, cocaína não. Haxixe, que é tipo maconha, tá ligada? Só que ele é mais pastoso. Daí o cara faz uma cobrinha e coloca no breu. Crem, daí o cara fica bem mais chapado. Ah, também já cheirei loló, não sei se você conhece, é tipo lança perfume, os caras fazem, credo, sai fora, fica muito louco. [...] vem tipo numa garrafinha, um líquido. Daí vira a garrafinha em você, aí cheira assim, ou na blusa, tem até querosene naquilo, várias coisas, porcaria né, o cara fica tipo lento assim. Dá uma pira massa, só que, crendios, sai azar, no outro dia fiquei dolorido por dentro. Muita dor aqui no peito, porque vai direto para o pulmão, imagina. O dia inteiro assim, um monte de bagulho, podre, também foi só uma vez, nunca mais. (JAMES).

Esse é um exemplo das experimentações que os adolescentes relataram fazer; no entanto, em geral, o tabaco e a maconha são mencionados pelos entrevistados como de uso diário, enquanto o álcool é utilizado nos fins de semana. Importante mencionar que uma das adolescentes, devido à gravidez, cessou o uso, mas os outros permanecem. Ainda, apenas uma adolescente, Flor-de-Liz, relatou não fazer uso de drogas, mas afirmou ter contato uma vez que o irmão e outros familiares fazem de maneira bem expressiva.

James menciona que um familiar seu bem próximo já passou por processo de internação, e, conseqüentemente, pelos efeitos da abstinência, hoje o orienta para não fazer uso de *crack* e cocaína, e busca reduzir o uso para uma possível parada.

No que se refere aos familiares, é importante destacar que todos os adolescentes relataram que possuem membros de sua família envolvidos com o uso de drogas, o que inclui irmão, pai, mãe, tios, avós e companheiros. Em geral, são usuários de álcool e tabaco e, com os de mais tenra idade, também há envolvimento com as drogas ilícitas. Pechansky et al. (2016, p. 72) destaca: “O envolvimento em atividades ilegais e o fato de ter pais com problema com álcool estão associados a abuso ou dependência de álcool na idade adulta”, portanto, esta passaria a ser uma informação importante para pensar as relações familiares que estes adolescentes possuem.

Nesse sentido, Rita expõe sobre familiares usuários de drogas e desconstrói a relação de causa e efeito, afirmando que apesar disso ela e o marido não se envolveram; portanto, o filho também estaria “livre” desse legado.

Se é uma questão de salário, de saúde ou de genética, ou sei lá o que, eu e o meu marido deveríamos fumar e beber constantemente, porque o pai e a mãe dele eram, o pai dele era alcoólatra e a mãe dele fumava, então ele também deveria fazer essas coisas e ele não faz. E eu também, meu pai fuma até hoje e também foi alcoólatra e parou. Então a gente vê que a gente superou muito a nossa expectativa de vida, que era pobre, de família que tinha problemas e tinha vício porque o alcoolismo é um vício, eu acho que a gente foi para o caminho do bem. (RITA).

Entre o dualismo bem e mal, o uso é considerado “do mal”, demoníaco e, quando cessa o uso, o sujeito se transforma, deixa de ser o que era, portanto, até então, suas qualidades foram negadas. Nessa perspectiva, o uso não é visto como uma experiência prazerosa, buscado pelo sujeito, mas como uma escolha que leva a um caminho de desvio.

Um dado notável e significativo é o aumento do consumo de drogas como maconha, cocaína, *crack* e principalmente álcool, no Brasil, nos últimos 20 anos. No entanto, de acordo com a Cartilha sobre maconha, cocaína e inalantes, produzida pelo Ministério da Justiça (BRASIL, 2011), este crescimento não coloca o país no *ranking* das sociedades de maior consumo; o uso sempre foi discreto quando comparado a outros países, como Estados Unidos e Canadá, seguido de vários países europeus. Mesmo recatado no cenário internacional, o uso está fortemente associado à violência, a acidentes e à Aids (BRASIL, 2011).

Vargas (2012) destaca que, na história, nunca esteve tão disponível as drogas; evidentemente nem todas as pessoas têm acesso, seja pelo valor, seja pela classe social à que pertencem que não tolera todos os tipos de drogas; mas cabe dizer que há drogas para todas as buscas, há as drogas consideradas boas no intento de substituir o esforço pessoal pela satisfação e as drogas proibidas que são as drogas “más”; assim, há “[...] drogas para dormir e

drogas para acordar, drogas para emagrecer e para engordar, para sonhar, para vencer, para ser feliz, para acelerar, para concentrar, para fornicar...” (p. 41).

Importante salientar que, com o avanço das pesquisas, se possibilitou conhecer que as drogas possuem diferentes resultados. De acordo com Marques e Cruz (2000), Nunes, Bueno e Nardi (2001) e na Cartilha sobre maconha, cocaína e inalantes (BRASIL, 2011), algumas drogas têm efeitos depressores, tais como o álcool e a heroína, pois causam sonolência quando ingeridos; obviamente, é preciso considerar que há um período de euforia, o que estimula o uso. Segundo tais autores, há também drogas perturbadoras como a maconha – atualmente a droga ilegal mais utilizada no Brasil –, e os efeitos variam muito de pessoa para pessoa, mas geralmente causam lentidão no falar, agir, leve euforia ou ansiedade, apetite aumentado. Há também aquelas drogas que são estimulantes como a cocaína e seus derivados, como o *crack*; esses provocam euforia, excitação, autoestima aumentada, agitação psicomotora, alucinações, bem como algumas complicações como taquicardia etc, e, pelo efeito tão intenso, motivam, para a maioria, o desejo por um novo consumo.

Marques e Cruz (2000, p. 32) apontam, a partir de outras pesquisas, sobre a ação da droga e os distintos resultados no cérebro.

As pesquisas neurofisiológicas sugerem que as drogas psicotrópicas usadas de forma abusiva estimulam a ação dopaminérgica em vias mesolímbicas localizadas na área tegumentar ventral e no núcleo accumbens, o que teria papel determinante no estabelecimento de dependência. Além de agir sobre vias dopaminérgicas, cada substância age também em outros neurotransmissores, o que faz com que os vários tipos de drogas tenham efeitos diferentes.

Formigoni et al. (2016) destacam que fatores neurobiológicos influenciam de forma importante tanto o início quanto a manutenção do uso de substâncias psicotrópicas, o que também responde o porquê de algumas pessoas que se tornam dependentes de substâncias psicoativas e outras não. A dependência pode ser entendida como uma alteração cerebral e esta alteração é influenciada por aspectos ambientais (sociais, culturais, educacionais), comportamentais e genéticos.

No entanto, cabe perfazer que o fenômeno do uso abusivo de drogas é um assunto que exige cuidado. São várias as maneiras que pode ser compreendida esta questão, seja como forma de pertencimento a grupos, necessidades materiais e afetivas, entre outros aspectos; porém não se pode deixar de compreender tal fenômeno também como um problema de saúde pública, mencionam Marques e Cruz (2000), e posteriormente da Política de Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas (BRASIL, 2004).

Baumgarten e Tatsch (2008) chamam a atenção para a tendência em “medicalizar o debate”, ao pressupor que se trata apenas de um problema de saúde. A Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas (BRASIL, 2004) garante aos usuários o acesso e o direito à assistência, pautada na Lei 10.216, de 06 de abril de 2001, que determina que para atender ao usuário os serviços precisam estar no território, configurando redes assistenciais que visem às desigualdades existentes e compreendam as necessidades reais da população; isto é, necessita de ações intersetoriais e multiprofissionais para o trabalho com esta demanda.

Por serem substâncias químicas, algumas mais facilmente que outras, porém todas podem levar à dependência. A dependência se caracteriza por um

[...] conjunto de fenômenos comportamentais, cognitivos e fisiológicos que se desenvolvem após repetido consumo de uma substância psicoativa, tipicamente associado ao forte desejo de tomar a droga, à dificuldade de controlar o consumo, à utilização persistente apesar das suas consequências nefastas, a uma maior prioridade dada ao uso da droga em detrimento de outras atividades e obrigações, a um aumento da tolerância à droga e por vezes a um estado de abstinência física. (CID-10, 1995, p. 313).

Ainda, quando se trata de uma dependência, as intervenções precisam ser estruturadas de modo a pensar no desenvolvimento global do adolescente, na modificação do comportamento de uso e na resolução dos problemas associados, sustentam Marques e Cruz (2000). Os autores descrevem suas proposições em uma época que a abstinência total era o grande objetivo das intervenções.

Nesse sentido, avalia-se o dependente químico como um usuário de alta complexidade, que necessita de uma atenção mais acirrada por ser um grupo de risco, já que a fissura faz com que o sujeito busque usar “a qualquer custo”, seja por meio da prostituição, que também leva a relações desprotegidas e pode contrair doenças sexualmente transmissíveis; tráfico, furtos, roubos, entre outros.

Dessa maneira, observa-se a articulação de agravantes devido ao uso abusivo, seja em relação à saúde, à criminalidade, à precarização das relações, das condições de vida, o que necessita da intervenção de vários setores sobre a mesma problemática: saúde, assistência social, poder judiciário, para que ações sejam elaboradas como forma de prevenir, tratar e dar assistência; há controvérsias e é nesse sentido que emerge a necessidade de falar do padrão de uso.

Ressaltam Galduróz, Noto e Locatelli (2016) que as pesquisas epidemiológicas nessa área, em geral, estabelecem: **Uso na vida**: qualquer uso, inclusive um único uso experimental,

alguma vez na vida; **Uso no ano:** uso, ao menos uma vez, nos últimos 12 meses; **Uso no mês:** uso, ao menos uma vez, nos últimos 30 dias; **Uso frequente:** uso, em 6 ou mais vezes, nos últimos 30 dias; **Uso pesado:** uso, em 20 ou mais vezes, nos últimos 30 dias; **Uso abusivo:** padrão de uso que tenha causado um dano real à saúde física ou mental do usuário, mas a pessoa ainda não preenche critérios para ser considerada dependente; **Dependência:** conjunto de sinais e sintomas que determinam que a pessoa está dependente da substância. Portanto, fazer uso de uma substância psicoativa não necessariamente significa ser dependente dela.

Um dos adolescentes entrevistados expõe sobre o uso de maconha, afirmando:

Todo dia de dois a cinco baseados. Eu sei que é bastante, mas em casa, assim dia de semana como eu estou trabalhando, tem dias que eu fumo de dois a três baseados por semana. Daí eu não fumo todo dia, como eu não tinha nada para fazer daí eu fumava, porque ah, não tem nada para fazer, vou fumar. Mas agora em casa como eu estou trabalhando, é um baseado depois do serviço, eu passo um dia, dois, três e no final de semana eu fumo bastante. (PIMPA).

James expressa um padrão de consumo semelhante ao de Pimpa: “Às vezes eu não fumo nenhum dia, às vezes fico uns três dias sem fumar e daí vou lá e fumo um, às vezes fumo uns três, quatro num dia, depende. [...] A mãe percebe de vez em quando e diz: ‘crein que cheiro forte, está me ardendo os olhos’, daí eu vou e tiro o moletom.” (JAMES).

Cabe aqui ressaltar que no acompanhamento de James, a família procurou a Equipe de Medidas Socioeducativas do Creas II e solicitou auxílio para uma internação involuntária²² do adolescente. No entendimento dos familiares o adolescente precisava ser afastado do convívio de amigos para que parasse com o uso de maconha. À família foi explicado sobre os procedimentos para isso, que envolviam desde laudo médico, vagas em leitos de internação e o acompanhamento especializado pela Política de Saúde, mais especificamente Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPS i). Além disso, foram sensibilizados para as possíveis consequências de uma internação e a inviabilidade dela, ainda mais sem o interesse do adolescente.

A Lei nº 10.216/2001 define caráter de excepcionalidade para a internação involuntária, visto que no artigo 4º está disposto que “[...] a internação, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes” (BRASIL,

²² “Lei nº 10.216/2001. Que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental, específica em seu Art. 6º: A internação psiquiátrica somente será realizada mediante laudo médico circunstanciado que caracterize os seus motivos. Parágrafo único. São considerados os seguintes tipos de internação psiquiátrica: I - internação voluntária: aquela que se dá com o consentimento do usuário; II - internação involuntária: aquela que se dá sem o consentimento do usuário e a pedido de terceiro; e III - internação compulsória: aquela determinada pela Justiça.” (BRASIL, 2001).

2001), isto significa que esta não deve ser a primeira opção de tratamento, sendo a involuntária somente aplicada em situações de risco iminente de morte para o usuário.

Pelos relatos da família, as condições físicas, emocionais e cognitivas dele já estavam extremamente comprometidas. No entanto, quando em atendimento, James relatava o uso de uma maneira diferenciada em momentos específicos e para socialização com amigos, bem como permanecia na escola apesar das dificuldades, fazia planos, preocupava-se com a família, o que demonstrava um uso abusivo e não uma dependência. Após diversos atendimentos de intervenção breve e por compreender a angústia da família, o adolescente iniciou acompanhamento no Centro de Atenção Psicossocial Infantil – CAPS i²³.

Importante destacar que a implantação dos CAPS se deu a partir da consolidação da Política Nacional de Saúde Mental; segundo Merhy (2012) e Garcia et al. (2016), esta foi o resultado da mobilização de usuários, familiares e trabalhadores da saúde iniciada na década de 1980, que tinham como objetivo de mudar a realidade dos tratamentos, portanto um modelo de desinstitucionalização hospitalar, pensando no direito dos usuários, no exercício da cidadania e em um cuidado territorializado.

Um serviço de base territorial, os CAPS funcionam na modalidade de portas abertas e que permitem ao sujeito estar em espaços sociais de troca e criação de laços. Sugerem Garcia et al. (2016) que com crianças e adolescentes não é diferente: a possibilidade de cuidados está nos encontros, nas possibilidades de lazer, cultura, trabalho, esporte e que dão sentido e ressignificam a vida, aumentando a probabilidade de um tratamento eficaz.

Autores como Marques e Cruz (2000), Baumgarten e Tatsch (2008) e Martins e Pillon (2008), Pechansky et al. (2016), ao falarem sobre uso de drogas na adolescência, contextualizam-no como uma fase de mudanças incisivas do desenvolvimento humano e como um período de grande risco para o envolvimento com substâncias psicoativas. Pechansky et al. (2016) especificam estes riscos referindo a necessidade de aceitação pelo grupo de amigos, ao desejo de ter comportamentos vistos como “de adultos”, grandes mudanças corporais que geram insegurança; por outro lado há uma sensação de onipotência, aumento da impulsividade, início do envolvimento afetivo e a busca por sensações novas. É nesse sentido que Rolnik (1997) teoriza que as drogas sustentam a ilusão de uma identidade e

²³ “Portaria/GM nº 336 - De 19 de fevereiro de 2002, que define e estabelece diretrizes para o funcionamento dos Centros de Atenção Psicossocial. Art. 4º - CAPS i – Serviço de atenção psicossocial para atendimentos a crianças e adolescentes, constituindo-se na referência para uma população de cerca de 200.000 habitantes, ou outro parâmetro populacional a ser definido pelo gestor local, atendendo a critérios epidemiológicos.” (BRASIL, 2002).

“asseguram” o reconhecimento de um lugar, de pertencimento a uma classe e produz *falsos eus*, conforme já descrito no capítulo 4.

Incisivamente Marques e Cruz (2000, p. 33) afirmam que os adolescentes, por períodos de instabilidade, às vezes agem com imprudência e acreditam ser autossuficientes:

Eles pouco relacionam possíveis alterações de seu comportamento, pensamento e mesmo de seu funcionamento orgânico com o uso dessas substâncias, pois essas mudanças muitas vezes decorrem também da adolescência normal. Quando o fazem, minimizam ou negam as evidências e, dentro de uma postura ainda ambivalente, dizem que ‘isso não é nada’ e que poderão resolver tudo sozinhos. (MARQUES; CRUZ, 2000, p. 33).

Os autores também dão destaque para as pesquisas que apontam que adolescência, além das transformações biológicas, psicológicas e sociais, é uma fase em que iniciam as experimentações e maiores problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas; e, justamente por ser um período do desenvolvimento humano, o uso pode comprometer esse processo de mudanças; um período em que, pela instabilidade, usam com frequência diversos tipos de drogas, mas que também pode ser positivo no sentido que diminui significativamente o consumo no início da idade adulta, com a vinda de outras responsabilidades, como trabalho, casamento e filhos, segundo os autores.

Marques e Cruz (2000) também apontam o risco maior no uso de drogas por adolescentes, considerando que estão num processo de questionar regras e mandos familiares e sociais, e por isso haveria maior possibilidade de envolvimento em situações ilícitas ou em acidentes e violência, bem como os prejuízos físicos e mentais por estarem em uma condição de vulnerabilidade, quando comparados com os adultos, e por isso o risco se torna maior. “Todas as substâncias psicoativas usadas de forma abusiva produzem aumento do risco de acidentes e violência, por tornar mais frágeis os cuidados de autopreservação, já enfraquecidos entre adolescentes.” (MARQUES; CRUZ, p. 33, 2000).

Para tanto, os fatores de risco para o uso na adolescência podem ser classificados, segundo Pechansky et al.(2016), em ambientais no sentido das regras e cultura sobre o uso; familiares, em que, para além do uso de álcool e outras drogas pelos pais, estão os conflitos no ambiente doméstico, pouca supervisão dos pais, dificuldade dos pais em colocar limites aos filhos e situações estressantes, como mudança de cidade, perda de um dos pais etc; e também há os fatores individuais, que incluem: uma filosofia de vida de encarar o consumo de álcool e outras drogas como algo “normal” e que não acarreta prejuízos; particularidades de personalidade como baixa autoestima, baixa autoconfiança, agressividade, impulsividade.

Igualmente, podem estar associados ao uso transtornos psiquiátricos, características genéticas, sexualidade precoce, baixo desempenho escolar, sentir-se rejeitado pelos pares, ter sofrido abuso entre outros aspetos. Pode-se dizer que contrariamente a esses estão os fatores de proteção, tais como bom relacionamento familiar, supervisão ou monitoramento dos pais, presença de religiosidade ou espiritualidade, envolvimento em atividades escolares e esportivas etc. (PECHANSCKY et al., 2016).

Todos esses indicadores de risco e de proteção precisam ser disseminados socialmente, pois se tornam confusos quando olhados por pessoas e grupos extremistas que consideram, por um lado, apenas o modo de abstinência total e cura pelo afastamento e enclausuramento em hospitais e, de outro, uma banalização ou naturalização do uso. *O sujeito precisa ser livre para fazer o que quiser, mas também precisa estar lúcido, às vezes, para saber o que quer.* Visualiza-se, no cotidiano de trabalho, adolescentes que desconhecem outras possibilidades de vida, senão pelo uso, pela alteração da consciência e pela busca desse tipo de prazer.

Nesse sentido, Deleuze (1991) descreve que não se sabe o que fazer com as drogas (ou drogados) e nem mesmo o que/como falar dela: ora se fala dos prazeres provocados e ora das causas gerais que estão fora do sujeito – embora não lhe sejam alheios–, como problemas sociais, de comunicação, a situação dos jovens etc. O referido autor questiona se se pode conceber uma causalidade específica da droga, afirma que nela haveria o desejo por outra experiência prazerosa: pela mudança no sistema-percepção, incluindo as noções de espaço e tempo. Expõe ele que as pesquisas caminham nesse sentido.

Vargas (2006) sustenta que as políticas antidrogas se fazem da força da lei e expressam que as drogas fazem mal, causam dependência e que usá-las é um absurdo, por isso “diga não às drogas”. *São políticas oficiais que não demonstram diminuição de drogas ou de usuários.* Dessa forma o autor refere que é errôneo perguntar “por que as pessoas usam drogas?” ou “qual o significado do uso de drogas?”, pois se cairá no abismo das faltas. Teorias biologicistas, psicologizantes ou ainda de cunho sociológico explicam a busca pelo uso a partir das carências e/ou fracassos, seja a devido predisposições genéticas, atitude regressiva de uma personalidade mal constituída, faltas sociais ou materiais, perda de referenciais simbólicos ou a crises de sentido – característica da modernidade; bem como do desvio moral, dos erros de informação, do fracasso das regras sociais. No entanto, para o autor, o que cabe questionar é: “que experiências os usuários realizam?”, “qual o barato, ou a onda?”

A discussão se pauta no uso das drogas não medicamentosas como um “evento”, no sentido de algo que acontece quando o consumo é efetuado. São novas experiências a cada uso e, como todo o evento, é preciso que ele seja realizado, feito, fabricado.

Vargas aponta que,

[...] como todo evento, esse também tem de ser feito, vale dizer, minuciosamente fabricado e realizado; ainda como todo evento, seus resultados são imprevistos e, de um modo ou de outro, escapam àquilo que os condicionam e introduzem alguma surpresa, diferença ou alteração. Ainda como todo evento, a ‘onda’ é algo que passa, que se passa. E o que (se) passa com a ‘onda’ é um ‘estalo’, uma ‘alteração’ da percepção, uma ‘fruição por outros estados de percepção’, uma ‘percepção intensa’, uma ‘intensificação da percepção’, ‘uma maior intensidade de percepção da vida’, uma alteração que faz que os momentos sejam vividos ‘intensamente’, já que ‘a vida só vale a pena se for vivida intensamente’, como se ouve entre usuários. (VARGAS, 2006, p. 592).

O evento é preparado no sentido de encontrar a droga, os instrumentos e o lugar para usá-la, bem como deter o conhecimento necessário ao uso para que a “onda” aconteça e não ultrapasse os limites (que pode ser considerado uma overdose). Os eventos como modos de experimentação que, segundo Vargas (2006), transformam, produzem alterações intensivas e envolvem uma entrega ou renúncia: nem usuário, nem as drogas detêm o controle; isto é, “os usuários são tomados pela droga ao tomá-la” (p. 598) e buscam o “sair de si”, o “sair do normal”.

Para exemplificar, Pimpa refere sobre os efeitos da droga e também menciona o medo de que a droga seja uma constante:

Essa substância deixa como você precisa, precisa e chega um ponto que você vai querer fumar todo dia e todo dia e você vai acostumando com, quando você vai trabalhar, quando você vai na escola você tem que fumar e você vai acostumando e eu cheguei a um ponto que eu comecei a observar que a droga não pode dominar, eu sou dominado pela droga, eu que tenho que controlar os meus atos, o que eu quero fazer ou deixar de fazer. Eu acho que em questão da maconha eu acho que não faz muito mal quanto fumar cigarro e alcoólatras, eu acho que é menor do que o dano é bem menor que o alcoólatra, o tabaco. (PIMPA).

Dominado ou dominador? Destaca Latour (2015) o vínculo existente entre o sujeito e a droga, usando como base uma tira do cartunista argentino Quino, na qual o pai de Mafalda está fumando um cigarro e ela pergunta ao pai o que está fazendo e ele responde estar fumando um cigarro, e ela prontamente responde: “eu tive a impressão de que era o cigarro que estava te fumando, mas não esquenta”; nesse momento vê-se o pai destruindo os cigarros com uma tesoura. O autor expressa que pai e filha estariam enganados, nem o pai domina o cigarro, nem o cigarro é dominado por ele: a questão não está sobre o domínio nos objetos, mas o vínculo existente entre eles – um corpo afeta e é afetado por elementos que circulam na rede, numa espécie de “faz-fazer”. Portanto, Latour (2015, p. 128) descreve que “A questão não é mais de saber se devemos ser livres ou vinculados, mas se somos bem ou mal vinculados.”

Suscita Latour que a plenitude autônoma ou a liberdade absoluta é um mito, por isso o sujeito precisa encontrar meios de se ligar e se religar, com humanos e não humanos, e de substituir os vínculos que o prejudicam, por outros mais interessantes, mais salutares.

Neste entendimento de dominação, James também relata que fuma maconha com frequência e destaca que há drogas que podem viciar com maior facilidade; por isso, é preciso ter cuidado para não virar refém das drogas. Ainda, menciona, conforme relato que segue, que a maconha já lhe causou prejuízos, inclusive Medida Socioeducativa.

Eu uso maconha mais, porque sei lá, maconha é de boa. Como é que os caras vão cheirar cocaína em dia de semana? O cara tem que ser cabeça, na verdade. Tipo, não pode deixar que a droga te use, você tem que usar a droga. Quantos aí que usam essas drogas mais pesadas e ficam sequelados, se afundam e daí, creim, é cabreiro né, o cara não pode ser assim. Que nem eu fumo maconha já faz dois anos, dois anos e meio vai fazer e sei lá, estou de boa. De boa não, me ferrei a pampa, mas de boa tipo, estou pagando. (JAMES).

Expõe Vargas (2006) que o uso de álcool e/ou outras drogas não medicamentosas é um evento minuciosamente produzido: ao controlar as doses, ao cuidar com a ingestão associada de outras substâncias, ao procurar ambientes propícios etc. Destaca ele que, em menor ou maior proporção, a situação foge do “controle” (que para Latour nunca existiu); as consequências são imprevisíveis e por isso se fala em doses de um abandono de si, mas, paradoxalmente, à medida que o uso é visado/preparado também há uma participação ativa do usuário.

Deleuze (1991) levanta uma questão diferente e considerável, trata-se de um movimento contrário para além dessa experiência vivida: o “desvio” produzido pela droga como uma “catástrofe” que emana com o uso, é pensar que

O drogado fabrica suas linhas de fuga ativas. Mas essas linhas se enrolam, se põem a girar nos buracos negros, cada drogado tem seu buraco, grupo ou indivíduo, como um caracol. Afundado antes que desfundado. [...] As micropercepções são recobertas de antemão, conforme a droga considerada, por alucinações, delírios, falsas percepções, fantasmas, baforadas paranóicas. (DELEUZE, 1991, p. 65).

O autor fala de uma dependência, de sentimentos maus advindos dessa prática e que fazem com que o sujeito perca o controle sobre sua vida: “É onde também todos os controles são perdidos e onde se instaura o sistema da dependência abjeta, dependência com relação ao produto, à posse, às produções fantasmagóricas, dependência com relação ao fornecedor etc.” (DELEUZE, 1991, p. 65). Deleuze teoriza que há uma experimentação vital, a qual é autodestrutiva mas não é *sucidária*, conduz a novas conexões, a outros fluxos mesmo

mediante riscos; outra coisa é o domínio dos empreendimentos mortíferos: como uma atuação para a morte, em que a droga é pela droga, há uma desconexão e uma busca desenfreada pelo consumo, isso “[...] ocorre quando tudo é rebatido unicamente sobre esse fluxo: ‘minha dose’, ‘minha vez’, ‘meu’ copo. É o contrário das conexões; é a desconexão organizada [...]” (p. 65); como um narcisismo e autoritarismo que se espalha, afirma Deleuze (1991). Para ele, a intervenção terapêutica está no momento da transformação de uma experiência viva (mesmo que destrutiva) em dependência generalizada, isto é, no padrão de uso.

O adolescente precisa ser visto como competente no enfrentamento das situações que envolvem o uso de substâncias psicoativas e a família também o é, mesmo que em algum dado momento não reconhecem, não sabem da competência que têm, ou estão impedidas por algum motivo de utilizar suas habilidades na prevenção ou redução de riscos desse uso (BAUMKARTEN; TATSCH, 2008).

Algumas mães/responsáveis participantes do estudo relataram a dinâmica de uso de drogas de familiares e expressam uma vontade de mudança dos comportamentos dos filhos, conforme relato a seguir:

Ele usa maconha, hoje ele já usa menos, uma vez era bem mais. É são coisas... Uma vez era rua, ele ficava até três dias fora de casa e era muito preocupante e agora o [PIMPA] está bem mudado, mas ele ainda não chegou aonde que eu quero que ele chegue. Esses dias ele falou: mãe estou pensando em deixar de usar maconha, eu disse ‘meu Deus filho, você me deixou muito feliz, parabéns para ti, espero que você coloque seu pensamento em prática’. Claro, ele ainda está usando, mas perto de uma vez, meu filho está mudado. (GENEROSA).

Outra entrevistada comenta sobre o uso de drogas por um de seus familiares e fala sobre as impressões do cotidiano, afirmando que reconhecem quando está sob efeito:

Dizem que mata rápido e eu discordo porque meu irmão tem 42 anos e fuma desde dos 18, engraçado meu irmão entrou na cadeia fumando maconha e saiu usando pedra, ele não usava a pedra e saiu da penitenciária usando a pedra. Ele usa bem escondido, porque ele não quer ser como os outros drogados, ele quer ser diferente, mas a gente percebe que ele usa. Domingo nós estávamos reunidos com minha irmã e mais uns sobrinhos meus, e ele só ficava procurando as coisas, cuidando, atucanado. E, para mim, era efeito da pedra. (MULHER-BATALHADORA).

De acordo com as autoras Baumgarten e Tatsch (2008), a família, na maioria das vezes, possui informações acerca da dinâmica de uso e é junto a ela que emerge a possibilidade de criação de caminhos e outros movimentos.

Partindo do pressuposto de que não é possível um mundo sem drogas, erradicá-las da sociedade é irrealizável, sugestionam Vargas (2012), Baumgarten e Tatsch (2008), abordando

a necessidade de aprender a viver com as drogas, trabalhando na perspectiva do conhecimento e de ações que resgatem e respeitem as competências do adolescente e da família.

Vargas (2012) afirma que, por ser um consumo universal e milenar, não é um acontecimento anormal e por isso a solução não pode ser concebida na lógica de eliminar, o que não significa dizer que é saudável e recomendável o uso, mas sim reconhecer que é um fenômeno produzido pela sociedade e inerente a ela. Para a autora, uma sociedade sem drogas não corresponde a uma decisão individual “por uma vida sem drogas”, isso seria impor um modo de ser. Por mais que haja boas intenções de espalhar o bem, não é porque o uso produz efeitos nocivos à saúde que se deve proibir ou incriminar as pessoas usuárias, destaca Vargas (2012).

Discorrer sobre uso de drogas é também abordar os pressupostos dos direitos humanos; é atravessar as barreiras do senso comum para, através da cultura do respeito, promover uma vida digna aos usuários. Assim, uma política de Direitos Humanos “[...] passa a ser fundamentalmente um paradigma que defende e promove incondicionalmente a vida; sempre a dignidade da vida humana. É uma abordagem preventiva aos desmandos, aos modismos, aos preconceitos, aos fundamentalismos.” (OLIVEIRA, 2016, p. 64).

A partir de Oliveira (2016) pode-se compreender que os contextos de abuso de drogas, em geral, denotam a fragilidade da vida humana e por isso deve ser protegida ao máximo. Apesar dessa ser uma premissa básica, a Declaração Universal dos Direitos Humanos traz em seu artigo 1º: “Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.” (ONU, 1948). Garantir o acesso a políticas de tratamento é um direito assim como o desejo de não querer parar de usar droga e não ser criminalizado por isso.

Ao indivíduo há de ser garantida a liberdade de decidir, mesmo que sua decisão possa resultar uma perda ou um dano a si mesmo. Portanto, não faz sentido a promoção de uma ‘guerra às drogas’, de caça às pessoas que fazem uso de drogas, de processos de internação compulsória. Essas ações negligenciam os direitos fundamentais tão arduamente conquistados. (OLIVEIRA, 2016, p. 64).

Segundo Baumgarten e Tatsch (2008), é a compreensão de que as drogas não irão acabar e que a guerra às drogas contraria o direito civil de alterar o próprio estado de consciência – o princípio está em evitar maiores danos. Tais convicções são passíveis de contestações pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que considera o adolescente como pessoa em condição peculiar de desenvolvimento e, portanto, é dever da família, da sociedade e do poder público garantir direitos referentes, entre outros âmbitos, à saúde, uma vez que as

drogas podem gerar dependência física ou psíquica; dessa forma se reconhece a necessidade de uma abordagem multidisciplinar para tratamento, mas se mantém no escopo criminal.

Poder fazer escolhas é um direito fundamental que uma sociedade pode oferecer; tal premissa foi, por cerca de 20 anos, um dos pilares dos movimentos sociais, de acordo com a Cartilha sobre maconha, cocaína e inalantes (BRASIL, 2011). Este documento questiona: existe real escolha quando não se tem informação? Quando são veiculados muito mais preconceitos e mitos do que fatos científicos e estatísticas benfeitas, ou se trata de manipulação travestida de escolha? São importantes questionamentos como estes que afloram a discussão de escolha.

Para Vargas (2012, p. 40-41), há uma

[...] fragilidade do conceito de livre-arbítrio, de liberdade de escolha na origem da ação humana (somos livres para fazer exatamente o que já foi eleito como modelo de conduta, para imitar o comportamento da classe dominante, para assimilar os símbolos de poder e dominação, para nos inscrever na realidade segundo os padrões aceitáveis e determinados pela cultura de massas [...]).

É no exercício da liberdade individual que a tutela do Estado encontra seus limites, descreve Vargas (2012); o que se constitui como crime pelo Legislativo não se confunde com o poder de impor valores religiosos ou morais, uma vez que não há motivo, segundo a autora, para emitir juízo de valor sobre os desejos de cada pessoa, assim como são de conhecimento as influências no processo de formação destes desejos e necessidades.

Cabe especificar que muito já se avançou com as práticas de redução de danos, que, contrariamente às perspectivas manicomiais, buscam pela promoção de direitos individuais, do autocuidado no sentido de tornar os usuários protagonistas de suas vidas. A redução de danos ou de riscos é uma metodologia em que se preconiza uma ação educativa, diversificando as práticas com o intuito de evitar acidentes ou complicações devido ao uso de drogas, portanto, de reduzir os problemas relacionados – é algo que precisa passar pela informação qualificada e acessível às pessoas. Por outro lado, é da cultura ocidental entregar aos especialistas o conhecimento, o domínio do próprio corpo, também como uma forma de o sujeito se desresponsabilizar pelo cuidado da própria saúde física e mental, afirma Petuco (2010).

Petuco (2010) aborda que a redução de danos tem se pautado em três eixos balizadores: a defesa dos direitos humanos das pessoas que usam drogas; a defesa da Redução de Danos como política pública e como tecnologia do cuidado; e a defesa da dignidade de redutoras e redutores de danos. Destaca ele que talvez o primeiro eixo seja o mais importante pois são

ações que visam à garantia ao usuário de seu protagonismo, sua cidadania e também do acesso às políticas públicas; em suas palavras, “Nem doente, nem criminoso, mas pessoa. Como sujeito.” (PETUCO, 2010, p. 76). Afirma o autor que há um entrave nesse exercício da cidadania quando se está no plano reflexivo, ao explicar que só há apenas dois discursos possíveis/permitidos socialmente: o discurso heroico do sujeito que superou ao mundo das drogas e o discurso desesperado daquela pessoa que não suporta mais o uso e pede socorro. Ele chama a atenção ao afirmar que há pessoas que se reúnem para discutir a legalização, para dizer que querem fumar e a partir daí se constituem novos discursos desconsiderados e novas formas de subjetivação.

Estas pessoas começam a pensar como deveria ser o sistema para a compra de sementes, de fertilizantes, o plantio doméstico. Há redes constituídas para a troca de informações a respeito destes temas, onde se constitui toda uma cultura, toda uma rede que permite novas formas de subjetivação em torno de uma identidade política, que é a própria redefinição do sentido daquilo que possa vir a ser um ‘usuário de drogas’. (PETUCO, 2010, p. 78).

Petuco (2010) também destaca que, para muitos, essa discussão não é importante, o que precisa ser debatido são as políticas públicas; porém, para ele, mais uma vez o sujeito usuário é desconsiderado inclusive na definição do que é importante ou não discutir; afirma que as políticas e os programas são definidos em um plano longe da realidade e que é preciso seguir o exemplo dos ambientalistas de “pensar globalmente a um agir localmente”, pensando numa dimensão micropolítica de uma problemática tão grandiosa que é o uso de drogas.

O autor também destaca para a relevância, em uma dimensão macropolítica, no sentido de defender a Redução de Danos como política pública que implica lutar para que municípios, estados e união implementem políticas baseadas nela. Também numa dimensão micropolítica, adotar uma tecnologia de cuidado, acarretando numa nova clínica, sensibilizando trabalhadores sociais para uma mudança de intervenção, pensando num trabalho dialógico e horizontal.

Ninguém cura ninguém, ninguém trata ninguém. [...] Não é um terapeuta, sujeito de suposto saber, que vai definir os rumos no tratamento de uma pessoa. [...] a Redução de Danos institui dinâmicas que buscam canalizar a potência do encontro na direção de uma clínica do movimento. (PETUCO, 2010, p. 81).

Esse é um movimento para além das ruas, dos territórios; é um movimento de desacomodação, de constituição de novos territórios que permitam transitar outras vozes, novos discursos, por meio de novos dispositivos – é desterritorializar; ainda, um movimento

de escuta e acolhimento para além dos discursos enraizados, de cuidado à pessoa e não ao uso de droga, percebendo os sofrimentos e vulnerabilidades imbricados no uso.

Num terceiro plano, o autor fala da dignidade de redutores de danos que, para além dos profissionais que atuam diretamente por meio das políticas, são aqueles que, em cidades maiores, estão vinculados ao terceiro setor e que desempenham um papel fundamental a partir do vínculo, da convivência, de redução de danos – um trabalho que precisa ser reconhecido e disseminado.

Nesse sentido, a máxima da proibição não funciona, pois o sujeito não é respeitado e os argumentos para uma parada imediata são deficitários; o princípio da redução de danos é criar um clima de confiança, de uma proximidade relacional com o usuário para que, segundo Baumkarten e Tatsch (2008), ele se perceba como um cidadão, um sujeito que tem envolvimento com uma substância psicoativa e que perceba em que medida ela pode estar influenciando negativamente na sua vida.

Vargas (2012) menciona que na esfera do proibicionismo o consumidor se torna culpado pelos resultados da violência na guerra ao tráfico e, nesse âmbito, o diálogo para desnaturalizar ideias, apontar as distorções, historicizar os conceitos ou mesmo afastar o ódio, substituir a violência pelo conhecimento também não é permitido. O que se tem são ações violentas, sem argumentações ou justificativas, e não se visualiza os excessos quando se trata de garantir uma “manutenção da ordem”. Neste processo, descreve a autora, demoniza-se o traficante e se imbeciliza o usuário – no sentido de que se vendem promessas, prestígios, quando, na verdade, ele foi estimulado e tem o desejo pelo uso –, o que cessa o debate e reaviva a criminalização.

E mais, a autora salienta que as penas ou Medidas Socioeducativas aplicadas, como Prestação de Serviços à Comunidade, ou comparecimento em programa socioeducativo, são preferíveis à prisão; no entanto não são eficazes na diminuição do consumo, há uma lógica do castigo que anula o sujeito, “[...] o sujeito é mais que passivo, ele é convertido em objeto sobre o qual recai a ação definida por terceiros.” (VARGAS, 2012, p. 42).

Petuco (2010-2012) também aborda sobre a influência da mídia no âmbito da criminalização, aspectos visuais das campanhas publicitárias contra as drogas, desde o cenário até o modo como os usuários, principalmente de *crack*, são representados; são modos de produção de um “anormal”, dispostos em tela como zumbis e que ora despertam medo e nojo e ora raiva e piedade, que habitam um território degradante e que, por mais que não sejam culpados por sua condição, assim como os zumbis nos filmes, precisam ser eliminados. A luta

contra esse crime vira *slogan* de campanhas políticas, as quais elencam discursos de ódio e instituem uma guerra contra alguns cidadãos específicos²⁴.

Vargas (2006) e Merhy (2012) corroboram com essas constatações de que, no imaginário social, usuários de drogas são como zumbis, não humanos, e destaca que acontece “[...] de tal maneira que eles deixariam de ser sujeitos desejantes para serem meros objetos inerentes e irresponsáveis, quanto aos seus próprios atos.” (MERHY, 2012, p. 9). Segundo o autor, o uso não é visto como um desejo, um prazer como para um diabético é o chocolate. Os escritos de Deleuze já destacavam uma sociedade do controle, em que o desejo é produzido e o ser humano precisa desejar dentro de certos moldes, caso contrário ele não é um ser “normal”.

Olhamos para eles e pensamos de modo imediato: que falta de controle, que suicidas, que dominados por desejos impuros. Será que são tão desinformados assim que não veem o risco de morrerem disso. E por aí vamos desqualificando-os ao ponto de quase colocá-los no limite de serem tão pouco humanamente lógicos [...]. (MERHY, 2012, p. 13).

Este é um olhar estabelecido pelas campanhas que disseminam a uma sociedade e que, além errôneo, pode rapidamente ser generalizado a usuários de outras drogas ilícitas, como se aquele lugar habitado pelo usuário de drogas proibidas socialmente seja preferível manter a distância até que seja limpado e habitado por outrem; quando não são vítimas dos meios televisivos que os expõem em situações vexatórias ou piadas de mau gosto, sendo ridicularizados e tendo a dignidade aviltada derradeiramente (PETUCO, 2012), ou mesmo quando esses dispositivos criam uma imagem de bandido, de perverso, de delinquente e estimulam o ódio para com estes sujeitos.

Esses aspectos até então descritos insurgem como forma de demonstrar os rótulos que carregam os adolescentes em Medida Socioeducativa que, na sua maioria, são usuários de drogas, principalmente ilícitas. Dessa forma, fazer uso de drogas pode ser a busca de ajuda para obter um vida “normal”, por isso também a necessidade de uma equipe de profissionais para atendê-los e assim modificar suas vidas. Não se trata de uma ironia e sim de uma visão

²⁴ Para aprofundar essa questão, ver o documentário “A 13ª Emenda”, originalmente “From slave to criminal whit one amendment” (De escravo a criminoso em uma emenda), de Ava DuVernay (EUA, 2016); ele apresenta uma reconstrução histórica da 13ª Emenda à Constituição dos EUA, que dita que “Não haverá, nos Estados Unidos ou em qualquer lugar sujeito a sua jurisdição, nem escravidão, nem trabalhos forçados, *salvo como punição de um crime* pelo qual o réu tenha sido devidamente condenado”; isto significa que muitos sujeitos negros foram criminalizados em favor do capital, ou seja, da obtenção de lucro com a mão de obra dos prisioneiros. Também, o documentário aborda os direitos civis e a relação corrupta entre empresas e políticos, bem como a mídia como grande propulsora dessa onda de perseguição e criminalização racial – conjuntura que não difere muito do contexto brasileiro.

social deturpada de que estes sujeitos precisam ser afastados a todo custo das drogas quando, às vezes, essa é parte do lugar onde vivem, de uma maneira de enfrentarem carências econômicas, dificuldades afetivas ou mesmo de obterem novas experiências mediante o único recurso que possuem.

Petuco (2012) também salienta que em 2006 foi estabelecida uma nova lei (Lei 13.343/2006)²⁵, que revogou a pena de reclusão para usuários e usuárias de drogas, estabelecendo como um dos princípios a autonomia e a liberdade dos usuários. No entanto, o que se viu, segundo o autor, foi a emergência dessa demanda na Política de Assistência Social; isto significa dizer que não se evita uma ação pela via criminal. Os trabalhadores da saúde, pela compreensão maior acerca do uso, do tratamento, passaram a negar uma prática privativa, de contenção/reclusão, e por isso recai uma certa responsabilidade de ações sobre a política de assistência social, destaca o autor. Trata-se de uma “via” socialmente aceita, afinal há uma compreensão de que determinismos sociais precisam ser “excluídos” da vida deste sujeito para que ele tenha uma vida saudável. Nesta Política se acompanha o sujeito – o adolescente – e lhes são estabelecidas as normas e se considera que deve haver uma vigilância e um controle sobre suas ações.

Pode-se dizer que Gui, um dos adolescentes que fez parte deste estudo, esteve em Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida por ser repreendido por fornecer bebida alcoólica a outros adolescentes. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, artigo 243, “Vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar, ainda que gratuitamente, de qualquer forma, a criança ou a adolescente, bebida alcoólica ou, sem justa causa, outros produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica” é crime (BRASIL, 1990, p. 65). Da mesma forma, a Lei nº 11.343/2006 estabelece:

Art. 28. Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas: I - advertência sobre os efeitos das drogas; II - prestação de serviços à comunidade; III - medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

§ 2º Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente. (BRASIL, 2006).

²⁵ “Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.”

Ao ser compreendida como para consumo pessoal, em geral, é estabelecida uma Medida Socioeducativa, esta aplicada quando há a remissão – remissão entendida como perdão; isto significa dizer que o usuário é responsabilizado por vias da justiça, mas não é crime? Mais uma vez a concentração está na punição como forma de evitar o uso, quando os esforços deveriam ser pela preservação da vida, evitando os julgamentos morais. No entanto, essa afirmação é perigosa, uma vez que uma Medida Socioeducativa vem da perspectiva da educação: tendo em vista a condição especial do menor de 18 anos, o Estado interfere para a orientação e conscientização; no entanto a Lei carrega um comando coercitivo e o adolescente é obrigado a cumprir tal Medida, implicando na criminalização.

Vargas (2006) e Oliveira (2016) destacam que a definição do que é droga, droga lícita ou ilícita varia de sociedade para sociedade e também se modifica com o passar dos anos e dos interesses econômicos existentes, portanto o entendimento sobre o que é ou não crime também se modifica num estalo; nesse sentido, quanto mais drogas tornadas ilícitas tanto mais se expande o poder punitivo e, como consequência, há o aumento da criminalização da pobreza. É uma guerra contra quem não tem poder: os pobres.

No Brasil, acompanhando principalmente as condutas políticas norte-americanas, estamos vivendo um cenário de crescente criminalização dos segmentos envolvidos com a produção, comercialização e consumo abusivo de drogas definidas como ilícitas. Sob o discurso de ‘guerra às drogas’, o que temos acompanhado no espetáculo midiático é a transformação de segmentos da população, já vulneráveis pelo não acesso ao conjunto de direitos básicos, em criminosos por possuírem um comportamento ‘desviado’, fora dos ‘padrões hegemônicos’, ‘socialmente definidos como adequados’. (OLIVEIRA, 2016, p. 63).

Tendo em vista essa problemática criminalizatória, Petuco (2012) discorre sobre a necessidade de abordagens estabelecidas na perspectiva de rede, não somente de redes intersetoriais de atenção, mas de um olhar ampliado para o que pode envolver o uso, inclusive para a ampliação das vulnerabilidades e sofrimentos vividos pelos usuários de drogas; deste modo, propor políticas integralizadoras e humanizadas.

Menciona Oliveira (2016) que há alguns aspectos que favorecem a mudança de conduta no que se refere ao uso abusivo, tais como: informação esclarecedora, o acesso à saúde, educação, alimentação, a criação de vínculos respeitosos, a existência de políticas públicas inclusivas e diversificadas, e principalmente a descriminalização do uso.

Os adolescentes participantes desta pesquisa mencionam, de maneira geral, que o uso das drogas é uma constância que agrega pessoas no sentido da amizade, do namoro e que daí surgem as relações sociais de consideração, de *status* e de pertencimento a um grupo, bem como um ganho financeiro – não apontam para os problemas de relacionamento ou de saúde,

por exemplo, que podem aparecer com o uso. As drogas continuam prometendo o “algo mais” e, apesar do conhecimento acerca da saúde, seu uso na contemporaneidade vem se intensificando; o caráter consumista estirpado pelo capitalismo alavancou o uso que muitas vezes se sobrepõe a um elemento de integração, referem Baumkarten e Tatsch (2008).

8.1 O tráfico como uma prática transversal

Conforme já descrito, o porte e o tráfico de drogas estão entre as ocorrências infracionais mais praticadas no município, de acordo com os dados do Plano Municipal (CIDADE X, 2015). Cinco dos seis adolescentes entrevistados neste estudo estão ou já estiveram em acompanhamento de Medida Socioeducativa por tráfico, e dois deles cumprem uma segunda Medida de Liberdade Assistida por esse mesmo ato infracional.

Os familiares responderam, com relação ao uso de drogas, que a facilidade em obter dinheiro é o que motiva os adolescentes a se envolverem em situações ilícitas, principalmente o tráfico. Os relatos dos adolescentes corroboram com o que os familiares afirmaram e referem, que essa atividade se deu pelo envolvimento com pessoas conhecidas nesse universo, ou por necessidade ou ainda uma maneira de retorno financeiro rápido, visto que James revela que, através do ato infracional, viu sua independência pessoal e financeira.

O cara vai fazer um corre porque o cara já pensa, ah eu não sou mais um gurizinho, não sou mais um piá, tá ligada? Eu não tenho mais que ficar sendo sustentado pelo pai, eu tenho que eu dar o meu jeito, entendeu? Eu dar o meu corre de tentar arrumar dinheiro, entende? Eu ir atrás de trabalho, eu ir atrás de, entende? O cara tem que ir atrás, o cara que tem que ir bater no peito e falar ‘ah não, agora eu que vou dar meu jeito’. Eu não conseguia arrumar trabalho de nenhum jeito. (JAMES).

A mãe do adolescente confirma esse posicionamento que o filho tem, mas expressa negação a essa conduta relatando que não é uma necessidade dele.

No caso do [James], ele diz que é por necessidade. Ele fala porque é que ele quer ir para a balada, porque ele quer ter mais dinheiro, porque é pouco o que a gente dá... Ele quer viver no seu mundinho, é prazeroso, é legal para os amigos dele, que a maioria usa drogas. Mas, assim, eu não posso dizer pelos outros, porque alguns jovens eu acredito que usam por uma necessidade, que fazem esses atos por uma necessidade. Por exemplo, alguém que faça isso para sobreviver, para levar comida para dentro de casa, para comprar roupa, o que não é o caso dele, ele ganha roupa da família, nós damos, não é a mesma realidade. [...] é um dinheiro fácil que vem, que na verdade não é um mundo fácil, mas é o que eu vejo. Que não é a realidade do meu filho, ele tem as coisas, não precisa fazer isso para se sustentar, mesmo ele dizendo que precisa, como ele falou na delegacia, que é o pão da vida dele, de cada dia, cada um tem uma razão diferente. (RITA).

Importante ressaltar que, em um dos atendimentos, James expôs um medo de perder a mãe e que, na sua concepção, viver sozinho, emancipar-se, era uma forma de aprender a sobreviver sem a ajuda dela.

Yasmin, Linda e Gui fazem referência ao meio em que viviam para o envolvimento com o tráfico; Yasmin relata a necessidade de dinheiro e também envolvimento da família nessa atividade e as perdas que teve para o tráfico.

Se eu te falar... meu irmão morreu porque estava envolvido, minha mãe usava *crack*, ficou devendo, mataram ela, minha vó também acho que morreu por isso, não pagou a conta da minha mãe. Meu pai está preso por causa de assassinato, fugiu e foi pego na Fernando [Rua] vendendo pedra. [...] eu também, vim morar para cá, precisava de dinheiro, fui vender, é assim. (YASMIN).

Conforme já descrito, é no rompimento de vínculos familiares ou sociais que a droga também auxilia na socialização. Em outro momento, Yasmin relatou que conheceu seu companheiro nessa atividade e, no dia anterior à entrevista por ela concedida, ele foi preso por tráfico e, até o último contato com a adolescente, ele permanecia recluso.

Importante ressaltar que Yasmin vive em uma condição financeira precária e isso foi possível ser observado em visitas domiciliares e também pelas suas vestes e relatos quando esteve em atendimento; referiu ela: “Minha segunda Medida foi por tráfico, eu precisava de dinheiro”. Visualizando essas dificuldades, o vínculo estabelecido possibilitou que lhe perguntasse sobre prostituição, visto que ela tem pessoas da família nesta atividade e não tem atividade laborativa ou familiares que pudessem suprir suas necessidades: “Não, na verdade eu não me prostituía, só uma vez, uma vez só que eu fiquei com um cara e ele me deu dinheiro, foi só uma coisa, não tem nada a ver.” (YASMIN). São relatos que expressam a violação de direitos de uma adolescente que precisava da proteção da família, da sociedade e também do Estado, sendo todos “insuficientes” até então. Estar em situação de ato infracional é a última instância (fim da linha) e, para ela, ser ouvida, acolhida, fez sentir na Equipe de Medidas um apoio naquele momento.

Linda relata de uma maneira tão trágica quanto expõe situações de faltas como um dos motivos geradores dos atos infracionais, e que incluem o tráfico:

Quando eu estava morando sozinha, nós só com piazada que não tinha cabeça, que não pensava em nada. Daí não tinha ajuda de ninguém, de pai nenhum, ninguém apoiava em nada, nem dava um grão de arroz para gente comer nem nada, então a gente tinha que roubar, traficar para comer, para ter o que comer de dia, de noite, de tarde, de qualquer momento que tivesse fome, tinha que fazer isso. Eu não tinha cabeça, só pensava em fazer o momento que está ali, e depois? (LINDA).

Linda avalia que teve muitas privações, inclusive passou fome – uma forma de violência sofrida por ela e pelos irmãos e praticada por uma das madrastas. Fato este que foi decisivo pela sua saída de casa e guardida, inicialmente na casa de amigas.

Nesse contexto de faltas socioeconômicas e culturais, as atividades ilícitas podem ser praticadas como uma estratégia para superar as dificuldades de sobrevivência ou ainda o desejo de vivenciar experiências que levam à visibilidade social, mesmo que uma visibilidade “negativa”. Ainda, “[...] frequentemente, adolescentes que vivenciam a fragilidade dos vínculos familiares e, ou, comunitários são mais vulneráveis à pressão para se integrarem a gangues ou a grupos ligados ao tráfico de drogas.” (BRASIL, 2016, p. 17).

Já Gui acredita que se envolveu com o uso e conseqüentemente com o tráfico não por necessidades, mas por estar nesse meio, vivenciar situações e ser “cooptado” para essa atividade, conforme já descrito. O adolescente demonstra sutilmente que ele e toda a sua família sentiram diretamente os efeitos de pertencer a um lugar vulnerável e conduzido pelo tráfico de drogas e isso fica expresso no seguinte relato:

Meu pai ficou doente e eu comecei a me envolver. Foi depois que deu o AVC nele a mãe estava sempre lá no nosso bar, daí um dia, tempos atrás, um piá estava vendendo e quando a polícia chegou ele fugiu para dentro da minha casa e deixou droga. Daí o polícia falou que foi ela. Até ela se esclarecer, sofreu quatro meses presa. Eu fui procurar o guri, de medo que eu fizesse alguma coisa para ele, ele saiu, agora ele mora em Balneário e também os piás deram tiro no joelho dele, fizeram dois furos. Ele sabia como funcionava lá em baixo, ele sabia que não podia entrar na casa dos outros. Até o patrão dele queria pegar ele. O cara me apoiou também para mim ir atrás, eu fui, peguei o carro do meu irmão, fui lá na baixada atrás dele e não achei. Falei com a mãe dele, mandei umas verdades e saltei. Até hoje ele não colocou os pés aqui, estavam todos do meu lado. (GUI).

Guilherme expõe sentimentos ao falar dessa situação, apresenta raiva e necessidade de vingança, sendo inadmissível sua mãe, uma pessoa por quem tem um grande apreço, ter passado por essa vivência da prisão; vê isso como uma humilhação, bem como conta que teve que se organizar sem os cuidados dela.

Ainda, é possível perceber no relato de Gui alguns princípios e normas relacionados ao tráfico de drogas, presentes nas relações que se estabelecem entre o crime organizado: a norma de não entrar na casa de outrem foi transgredida, prejudicando Gui e sua mãe; as demais pessoas envolvidas demonstraram lealdade, um senso de justiça e atenção para com Gui, uma vez que a moralidade daquele meio foi dissipada com a quebra da norma.

Assim, de acordo com os relatos, o uso envolve necessariamente o tráfico, posto que o contrário também é verdadeiro. Os adolescentes levam para os amigos, conhecidos ou outras pessoas (como uma metodologia “bola de neve”, em que um indica o outro), buscam para o

seu consumo, vendem nas festas eletrônicas ou nas festinhas íntimas – como eles denominam; o que fortalece um comércio e também gera lucros financeiros formidáveis para aquele que faz esse trabalho.

Já tirei bastante, bastante. Quando me pegaram eu estava vendendo no beco, as duas vezes eu estava parado. Recém tinha começado, tinha um mês que eu tava por semana, eu ganhava mil reais por semana, cada sexta eu ganhava mil, daí parei. É bastante na verdade, *vish* é bastante. Vai dependendo do quanto tempo você vai ficando, quanto mais vai velho, mais rende; quanto mais tempo fica, mais vai ganhando, pode ser por porcentagem, por semana você acerta como quiser, pode ser por mês, por bucha. Vende tanto, ganha tanto. Não precisava fracionar, pegava já tudo pronto. Já consegui tirar em um mês vendendo, dez mil, mais, parado, as pessoas que vêm te procurar. [...] Se tu mora aqui consegue ganhar dinheiro. Se você mora em outros lugares, vem aqui só vai preso, a polícia também é esperta. Mas eu parei. (GUI).

Apesar de compreender a ilicitude, os problemas judiciais que podem decorrer, a falta de trabalho, o lucro e a busca pela independência são apontadas por James como motivos geradores da busca por essa atividade.

Eu desci para ganhar dinheiro, eu estava precisando, não tinha trabalho. O cara é humano, com a necessidade de ganhar dinheiro, assim como qualquer outra pessoa. Só que pena que o cara ganhou dinheiro errado. As pessoas dizem: ‘por que você não pede dinheiro para a família’, eu penso que até eles iam me dar, só que dentro das possibilidades deles né. Daí sei lá eu não gosto de ficar pedindo, eu queria independência. Eu preferia trabalhar, mas não acho e isso [tráfico] é lucrativo, é lucrativo. Depende o dia o cara tira 200 reais, cem, cento e cinquenta reais, por dia. É lucrativo, só que é embaçado, não adianta. Não vale a pena ganhar dinheiro assim. Tipo, ficar lá na rua vendendo coisas, essas coisas, essas porcarias, é muito podre, eu vendia *crack* até. (JAMES).

Sob a mesma ótica os familiares expõem com alguma convicção a venda de entorpecentes como fértil financeiramente, no entanto argumentam sobre a atividade laboral formal, isto é, o trabalho como outra possibilidade, só que legalizada e dignificadora:

Ele acha muito normal vender. Vender droga é uma profissão, parece. Então o que motiva é o dinheiro. Seria a questão de ter dinheiro, para balada, para sair, para comprar mais droga, para ir numa festa todo final de semana. Para isso tem que ter bastante dinheiro. Mas eu acho que tem as escolhas e o meu filho está fazendo as erradas. (RITA).

Outro relato que exemplifica a obtenção de recursos financeiros pela via da ilegalidade e enfoca a rapidez com que se obtém:

Sinceramente, com o que eu convivo no bairro, é por falta de interesse no trabalho. Sabe aquela coisa fácil, eles gostam de coisa fácil, não é porque o pai e a mãe não ensinam a trabalhar. Eu vejo ali crianças drogadas que têm exemplos de pai e mãe trabalhando e se drogam, vão lá e roubam, fazem o que fazem, aí a mãe tem que

largar tudo o que está fazendo para correr atrás, falar ‘meu filho não faz assim’. Eu acho que é pela coisa fácil, que para eles seja fácil, eu vou lá e troco pelo o que eu quero e não preciso trabalhar trinta dias para receber. É imediato, é rápido. Acho que eles traficam e usam porque eles querem mesmo, os que eu conheço é porque querem. (MULHER-BATALHADORA).

Algumas falas dos adolescentes também insurgem no sentido de explicitar maneiras de funcionamento deste comércio considerado ilegal. Yasmin, por exemplo, relatou a existência de um caderno de anotações onde eram anotados as compras, as vendas e os devedores, e, por meio desse instrumento, minimamente contabilizados os ganhos; esse relato demonstra uma estratégia utilizada para o comércio, no entanto, tais escritos estavam servindo de provas para a prisão de seu companheiro.

Ainda, menciona James na entrevista que o desempenho desse “ofício” ocorre tal como um trabalho formalizado, no qual há uma jornada de trabalho, um período de descanso; portanto, denota um modo de organização e circunstâncias que exigem destreza, rapidez, tomada de decisão e também sigilo.

[...] o cara não tem trabalho, o cara precisa de dinheiro, isso aí não envolve amizade. É que nem fazer corre no [cita um bairro], isso aí não existe amizade é um trabalho, tem que ir e fazer e tal. Funciona com horário que nem firma mesmo, das 9h às 9h, o cara tem que ir todo dia, segunda a segunda, só que domingo é dia de folga, mas tem gente que vai igual porque rende mais. Por exemplo, às vezes ficava quatro menores no corre, cada um na sua vez, vai um de cada vez. Aí no domingo os outros menores não vão, daí fica só um lá e o dinheiro vai todo para ele, entende? Tem que ficar ali, tem uns que ficam andando de bicicleta, tem uns que ficam conversando, tomando coca, sei lá. Porque tu precisa disfarçar, ficar andando na rua de malandro, cuidando o movimento, cuidando do fluxo, o cara que quer [a droga] já vê e te chama. Conhece, geralmente conhece as pessoas. (JAMES).

Além disso, há algumas regras sociais que são disseminadas neste universo e que precisam ser respeitadas por todos que dele fazem parte, tais como: “Se a polícia bater, não pode entrar na casa dos outros, tem que correr pro mato, tem que correr e não pode envolver vizinhos, gente da comunidade.” (GUI); ou ainda, “[...] se eles perguntarem de quem você pegou a droga e tal, o cara tem que responder para não apanhar, mas tem que cuidar. Dá altas batida no cara, tem que mentir, tem que cuidar da identidade dos outros, porque é melhor mentir do que levar um tiro na cabeça depois.” (JAMES).

Portanto, por serem de natureza ilegal, tanto o uso quanto a venda, os adolescentes entrevistados expressaram os cuidados que possuem no cotidiano no que se refere a um respeito pela família e para evitar situações constrangedoras ou mesmo punitivas.

Eu não fumo antes de ir para escola ou antes de ir para o serviço. Eu uso e não gosto que as pessoas observem que eu sou usuário, eu prefiro esconder. Esconder em

questão de não ser visto, de ser responsável, de não levar isso para o trabalho que é coisa pessoal minha. A família sabe que eu uso. Minha mãe primeiramente encarnava muito, minha mãe é muito certa. Ela é muito pelo certo e para ela não cabia essa de um filho usar isso, ela desconfiava, como toda mãe desconfia, que eu usava droga e chegava em casa drogado, mas depois de um tempo ela levou na normalidade. Não na normalidade de chegar em casa drogado, mas de conversar, conversar sobre isso, de ela falar e eu diminuir, de conversar, levar o diálogo onde não precisa tanta briga. (PIMPA).

Nesse mesmo sentido, outro adolescente comenta:

Eu mudei de lugar para vender para ganhar mais e porque lá era perto de casa e eu tinha medo que a minha mãe soubesse e que sobrasse para ela, aí eu peguei e fui para um lugar mais longe. Não queria, eu tinha medo que acontecesse alguma coisa para ela. Eu não faço nada ali perto de casa, aí eu fui para outro lugar vender. (GUI).

Mulher-batalhadora conta que seu ex-companheiro pratica a atividade de venda de drogas ilícitas e isso lhe causa temor, assim como a uma de suas filhas:

E eu tenho uma filha mais pequena que tem dez anos e o pai dela vende droga na baixada, então ela nem vai na casa do pai dela porque ela tem medo de ser presa, ela fala do medo de estar lá e ir presa, de ir para o Conselho Tutelar. Ela fala: ‘mãe eu não vou no pai’, então ela se fecha, lógico que ela sente falta, mas eu tenho medo. (MULHER-BATALHADORA).

Relato este que demonstra que a concepção do tráfico como uma atuação criminosa está também no ideário das crianças e a elas recai um terror reforçado muitas vezes pela família; é possível perceber que o vínculo com o pai fica fragilizado e o Conselho Tutelar se apresenta como um órgão de proteção, mas visto para além da proteção e fiscalização: um órgão punitivo – discussão que não cabe no escopo deste trabalho.

Refere também um adolescente que, pelos seus atos infracionais de tráfico recorrentes, teme que receberá uma Medida de privação de liberdade na próxima audiência que aguarda data:

Tipo, da próxima vez que me acharem com droga, eu provavelmente vou ir para o CASEP, direto, que nem agora dessa vez [foi pego em posse de droga] eu provavelmente eu já vou ir. Se não for, na próxima vez é certeza, se não nessa, na próxima com certeza que vai. Daí quatro tráfico, já tenho três tráficos, uma na verdade era posse, já é muito sujo. (JAMES).

O adolescente acredita na sua conduta como um grande erro, visualiza as leis como forma de manutenção de uma ordem, mas não vai mais além, ao pensar como ou porquê este ato se tornou uma infração – tal fato demonstra a necessidade de formação política à juventude, para que também consiga questionar com consistência o porquê de essas práticas

serem consideradas ilegais e outras não; e também questionar o que se tem feito a partir delas. Cabe relatar que James esteve em audiência e a ele foi aplicada nova Medida de Liberdade Assistida por tráfico de drogas.

É nesse sentido que Petuco (2010) afirma que o adolescente está vulnerável ao controle e a represálias: “Estar vulnerável é o mesmo que estar desprovido de dispositivos de proteção. Os grupos sobre os quais recaem os efeitos de históricos e perversos dispositivos de disciplinamento e controle, de estigmas e preconceitos, estão especialmente expostos a um sem número de vulnerabilidades sociais.” (p. 86).

Outra questão importante a ser mencionada refere-se aos medos dos familiares entrevistados em relação aos adolescentes. Eles mencionaram, em geral, o temor da “perda” dos filhos para o tráfico (no sentido de um maior envolvimento para comprar drogas, roupas de marca e devido à dificuldade financeira) e também da morte por estarem nessa atividade. “Meu medo é que se continuasse, Deus me livre. Alguém matar ou alguma coisa assim, tem que pensar né, porque sabe como é que é piizada envolvida.” (GABRIEL). Ainda, outra familiar menciona o medo relacionado à dependência: “Tenho medo que ele se enfie muito nas drogas, disso eu tenho muito medo, de ele usar muito. A gente vê no bairro, a gente vê bastante ‘perdido’.” (MAGALI).

Uma das familiares participantes da pesquisa ressalta que, pelo fato de a filha ter tido envolvimento em uma situação considerada infracional e disso ter resultado uma Medida socioeducativa, há um medo de que ela se envolva novamente. São apavoramentos que incidem sobre a genitora, mas que, diante da pergunta, a fazem refletir como um medo seu e não como um fato: “É, tenho medo de acontecer algo, dela achar que não ser mais réu primária e achar que pode sair e comprar revólver porque ela também é esquentada, ou comprar, vender droga, sei lá. A [Flor-de-Liz] talvez nem tenha uma recaída, mais é o meu medo mesmo.” (MULHER-BATALHADORA).

É possível observar que o tráfico também possibilita o conhecimento de outras realidades e, às vezes, conduz a outras ilicitudes. Gui relatou na entrevista que possui acesso facilitado a armas de fogo, a placas de carro falsificadas ou mesmo a peças automobilísticas de desmanches clandestinos; receptação e condutas de risco, como dirigir sem ser habilitado e muitas vezes sob efeito de drogas.

Depois me pegaram e eu parei [com o uso] e também não vendi mais [drogas], mas quando eu entrei lá no beco, eu pegava as motos dos noiados e quase me matava, eu não sabia andar, até que eu aprendi. Aí depois eu comecei a comprar as minhas coisas. Gastava com arma, deixa eu ver com mais o que, com o tráfico, arma para me defender e para vender, fazia negócio e ganhava uns trocos. Trocava, as vezes perdia para polícia, as motos também. Eles levam as motos e não dão Medida

porque fica no nome de quem está a moto. Daí vai multar e coisarada. [...] A moto vai para o pátio e fica lá até ser leiloadada. Eu comprava nos leilões essas motos, baratinho por seiscentos, por quinhentos, arrumava e comprava uma placa. Botava a placa que tem um homem que faz por cinquenta reais, colocava na moto e andava. Arruma o que tem de ruim e anda. [...]. É, é um jeito que não está certo, só que quando quer comprar uma coisa que é para gente, que não quer perder, daí tem que ser documentada, correr atrás. (GUI).

Não se trata só de ilicitudes, Gui apresenta uma das suas grandes habilidades, possui conhecimento prático em chapeação e mecânica em geral, tanto em manutenção de carro quanto de motos, e expressa interesse por essa área. “Eu compro, arrumo e vendo. É assim. O que eu vendo é tudo comprado, nada é roubado, eu compro e trabalho em cima. É pouco perto do que eu ganhava, mas é uma forma de ganhar dinheiro. Sempre trabalhei em uma coisa ou outra, negociando sempre.” (GUI).

Importante salientar que o adolescente possui 16 anos recém-feitos, isso significa que possui um conhecimento prático valioso e também já trabalha a partir de uma relação de confiança: em um dos acompanhamentos relatou que aprendeu algumas técnicas com o irmão e com os amigos e que comprou um carro, consertou o necessário e colocou à venda. Quando essa aconteceu, os documentos foram passados diretos do nome do ex-proprietário para o novo dono e ele conseguiu tirar um dinheiro a partir de sua mão de obra e venda do automóvel – esta é uma prática que pode ser executada, se o antigo dono concordar, no entanto, aos olhos da lei, um adolescente não tem permissão para dirigir, o que gerará multa ao dono, sendo um risco ainda maior quando se trata de um acidente ou algo semelhante. No entanto, o que está em questão não são as questões legais, mas o exemplo de desenvolvimento empreendedor que precisa ser reconhecido.

A partir dos relatos até aqui expostos e tomando como base a TAR, verifica-se que a rede de atores composta pelos adolescentes em medida socioeducativa de LA, possuem diversas linhas de agenciamentos e essas se movimentam de modo a pressionar/ser pressionado pelos demais atores

Por diversas vezes as drogas são vistas como um determinante da condição de adolescente em situação de ato infracional, isso seria reduzir o olhar a ponto de fazer a rede desaparecer e ser substituída por uma única ação ou autoria, essas seriam as *pontualizações*, conforme descreve LAW (1992). É incongruente tratar as drogas como um único aspecto que influencia negativamente na vida dos adolescentes. Ao visualizá-las como um dos atores da rede, abre-se possibilidade de percebê-la também agenciando a convivência em grupo e de momentos prazerosos. Como afirma Latour (2015), nem dominamos a droga nem somos dominados por ela, é necessário olhar-se para a rede e para o processo que faz-fazer. Nesse

sentido, torna-se importante em cada rede perceber os atores imbricados, o processo de fabricação e os efeitos produzidos, não cabendo qualquer redução ou simplificação.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O que nos violenta é mais rico do que todos os frutos de nossa boa vontade ou de nosso trabalho aplicado; e mais importante que o pensamento é aquilo que faz pensar.”
(DELEUZE, 2010, p. 29).

O processo de criar sínteses me é sempre atravessado pelo sentimento da falta, afinal tanto já foi descrito e numa complexidade tão cuidadosa que escrever condensadamente parece a-significante. Mas como elaborar algumas considerações finais sem sínteses? Apesar de toda a dificuldade, talvez esse seja o movimento de análise do processo vivido e do aprendido.

Aquilo que marca pode ser um grande indício de por onde começar esta escrita, final (se é que há um começo), o ponto nodal talvez sejam os sujeitos. As cicatrizes subjetivas e objetivas das histórias de violações, muitas vezes transgeracionais, o modo de lidar com as faltas, a dificuldade de reconhecimento da própria família como uma configuração “adequada” para estabelecer o cuidado foram as situações que emergiram nessa pesquisa e que exigiram um acolhimento e uma escuta qualificada durante todo o processo de pesquisa.

Discursos carregados ora de emoção, raiva, dor, tristeza e insegurança decorrentes de situações já vivenciadas, ora de alegrias, satisfações por fazer parte de um lugar, de um grupo de amigos, de uma família. O vínculo estabelecido previamente permitiu a construção de um elo entre pesquisadora, familiares e adolescentes, possibilitando uma abertura para que esses conteúdos emergissem e uma consequente compreensão maior da história de vida e das circunstâncias que levaram ao ato infracional.

As entrevistas, a análise dos documentos, as observações mediante registro e também as conversas informais possibilitaram informações valiosas para a escolha de alguns caminhos e para o caminhar, permitindo viver uma riqueza em cada encontro com cada entrevistado. E mais: há de se considerar a riqueza do encontro com essa possibilidade de escrever sobre um público que é invisibilizado nas suas demandas e extraordinariamente e petulantemente abordado pelas mídias como perigoso devido ao ato infracional; é se colocar a pensar que sujeitos se está produzindo em uma Medida de Liberdade Assistida: um sujeito que questiona, que busca por novas experiências que tangenciem os atos ilícitos, que tem projetos ou um sujeito que precisa se adequar a modos hegemônicos de ser, aos *kits-perfis-padrão* (ROLNIK, 1997)?

As teorias, os discursos menoristas, as práticas punitivas ou burocratizadas, a omissão das políticas públicas produzem adolescentes em situação de ato infracional. Tais

adolescentes estão inseridos em um contexto ao mesmo tempo local e global e, por isso, também são envolvidos naquilo que os produzem pelo poder do capital. Os índices oficiais, os abandonos da família, as violências sofridas, a segregação social, a experiência de serem presos, levados para a delegacia, as leis, as audiências, os preconceitos os produzem enquanto sujeitos que carregam uma nomenclatura de “infratores”.

A Medida de Liberdade Assistida, em sua gênese, precisa considerar o momento de vida do adolescente assegurando alguns direitos, o que demanda a implicação de outras políticas públicas, bem como de pessoas próximas que compõem o círculo social do adolescente e, muitas vezes, o fortalecimento de vínculos entre membros da família. A partir das leis, o Serviço é regulamentado e atua com premissa de caráter socializador, educador e de responsabilização do adolescente pelo ato. Há sutilmente uma busca pela “estruturação da família”, e se usa de uma identidade adolescente como algo homogêneo para o estabelecimento de práticas (bitoladas) que buscam adolescentes que se enquadrem nos moldes ditados pela sociedade.

Apesar de as palavras, principal ferramenta da LA (BUGNON, 2015), serem potencialmente estratégias de transformação de sujeitos, também podem ser instrumentos de exercício de controle e disciplinarização numa lógica ambígua: força-se o sujeito a aceitar oportunidades (uma adequação a um papel social já estabelecido e/ou uma nova experimentação?); exige-se o retorno à escola (uma disciplinarização dos corpos e/ou uma possibilidade de outras experiências?); requer a emissão carteira de trabalho (adequação ao ideário de que o trabalho lhe proporcionará responsabilidades e disciplinas e/ou possibilidade de acessar direitos?). Enfim, o questionamento contribui para alguns cuidados necessários numa situação que visivelmente manifesta a desresponsabilização do Estado e transferência e culpabilização do sujeito de aderir para ascender socialmente. Novas reflexões e questionamentos emergem para novos estudos.

Por outro lado, na avaliação dos profissionais, dos adolescentes e dos familiares pesquisados, a LA também envolve uma gama maior de intervenções e acompanhamentos e tem permitido um olhar para a singularidade e potenciais dos sujeitos, proporcionando mudanças substanciais na vida desses adolescentes.

A figura do rizoma (DELEUZE; GUATTARI, 1995) é fundamental para compreender como ocorre a produção de mundos e de subjetividades, isto é, a rede é definida por suas ligações ou nós rizomáticos que se constituem dos encontros de atores, linhas que se agenciam, desconectam-se e perfazem novas conexões significantes. São engendramentos instáveis e provisórios com interconexões em movimento. Cada adolescente pesquisado

produz e é produzido pela rede em que se conecta, em um jogo de força que estabiliza e desestabiliza configurações e situações e que provoca movimentos. Verificou-se que a rede em que se conectam esses adolescentes em LA é tecida por atores humanos e não humanos, isto é, pessoas, estatísticas, conceitos, leis, programas, estabelecimentos, políticas públicas, principalmente a Assistência Social e Sistema de justiça. Vislumbra-se a necessidade de conexões com outras políticas públicas como educação, saúde, trabalho, emprego e renda, que poderiam provocar outros efeitos na rede. A rede é composta e tecida também por outros atores: família, amigos, maconha, tabaco e outros produtos toxicômanos, tráfico, armas, polícia, dinheiro, território de pertencimento, música, tecnologia, mídia, produtos de consumo, imagens de beleza, dentre outros. E como efeitos encontra-se os medos, as necessidades, os desejos, em vidas permeadas pela imprevisibilidade e pelas possibilidades de novos atos infracionais.

Encontrou-se, como já discutido ao longo da dissertação, a necessidade de se inventar novos agenciamentos que possibilitem linhas de fuga das produções hegemônicas sobre o adolescente/jovem em medida de LA para outras produções potentes. A pesquisa identificou alguns aspectos valorizados pelos adolescentes em suas redes e nas produções de suas vidas: suporte de algum familiar, relações de afeto, a escuta proporcionada por meio das Medidas Socioeducativas.

A Teoria Ator-Rede permite identificar a tessitura da rede como uma produção coletiva (não só pelos adolescentes ou para adolescentes ou com os adolescentes), na qual o poder é produzido em rede pelos atores, a responsabilidade também. Uma rede produzida pelos atores e que também produz os atores, uma rede que faz-fazer.

Nesse momento, já se torna possível olhar para as questões e os objetivos imbricados que permearam toda a pesquisa e, minimamente, vislumbrar possíveis desfechos para uma síntese. Cabe destacar que as políticas públicas são ao mesmo tempo um ator e uma rede; quando se olha a rede de redes aparece como ator e quando se olha para a sua configuração, para os atores que dela participam, aparece como rede. Quando levantado como questão da pesquisa “quais as políticas públicas estão envolvidas no atendimento dos adolescentes em Medida socioeducativa de Liberdade Assistida?”, a pesquisa identificou as políticas públicas centrais e as necessárias, mas não foi refletido sobre o que se entende por envolvimento: que envolvimento é esse? Há ligação, afeto, cuidado, compreensão? Ou se toma o atendimento como uma tarefa de receber os adolescentes em situação de ato infracional e, assim que possível, executar o reencaminhamento ao Creas? Qual a compreensão das demais políticas

acerca do “Sistema de Garantia de Direitos”? Trata-se da identificação de limitações da pesquisa e do levantamento de novas perguntas para que outros estudos sejam possíveis.

As profissionais entrevistadas destacam que há uma rede formalizada de Serviços, no entanto é frágil e deficitária na garantia de direitos, destacando que o preconceito está arraigado e a lógica da periculosidade e punição advinda do Código de Menores ainda permeia o ideário social. Por outro lado, é através dos mesmos discursos das profissionais que se visualiza a vontade de mudança na operacionalização e no entendimento por meio da busca por capacitações que, minimamente, garantirão a qualidade do serviço prestado. Evidencia-se a preocupação dos profissionais com o melhoramento das práticas, profissionais implicados que conhecem o contexto em que vivem os adolescentes, que se angustiam com as vivências deles e que procuram se reinventar no cotidiano. São profissionais que almejam conseguir olhar as singularidades e, por meio de atendimentos mais qualificados, com escuta acolhedora, auxiliar no agenciamento de novos atores e na expansão da rede na produção de subjetividades dos adolescentes.

Ainda, reconhecer os avanços legislativos também é importante; foi a partir da municipalização que também se pôde efetivar as Medidas em meio aberto e pensar em ações interdisciplinares. É possível perceber revoluções moleculares no campo do desejo, das relações sociais e também diante das forças políticas que possibilitam aos profissionais se reinventar.

Diante da metodologia utilizada foi possível, não interpretar, mas acompanhar, experienciar e compreender; ainda, pelos direcionamentos da cartografia, é o pesquisador que determina o fechamento ou finalização da pesquisa, todavia teria tanto ainda para contar, para pensar; por fim como aponta Deleuze (2010), o importante é aquilo que faz pensar, e muito pensei até aqui. E no percurso da pesquisa, percebi o quanto os encontros possibilitaram o pensar dos profissionais, das famílias, dos adolescentes e o meu pensar. E muito mais foi possível: deixar na escrita desta dissertação as marcas das diferentes vozes desses participantes da pesquisa, além dos poetas e outros tantos. No entanto, essas vozes não são possíveis de serem repetidas em uma síntese, pela singularidade que as caracterizam e pela impossibilidade de redução. Torna-se necessário então retornar ao texto, folhear cuidadosamente as páginas e saboreá-las novamente. Que essas vozes possam ser ouvidas.

10 REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; PINHEIRO, Leonardo; LIMA Fabiano; MARTINELLI, Cláudia. **Juventude, Violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127138por.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2016.
- AGUIAR, Katia; LIMA, Silvana Mendes OBSERVAR. In: FONSECA, Tania Mara Galli; NASCIMENTO, Maria Lívia do; MARASCHIN, Cleci. **Pesquisar na Diferença: Um Abecedário**. Porto Alegre: Sulina, 2012.
- ALVES, Rubem. Pensamentos. Blog **Instituto Rubem Alves**. Campinas (SP), 2004. Disponível em: <http://www.institutorubemalves.org.br/acervo/pensamentos/> Acesso em: 23 jan. 2017.
- ANDRADE, Tarcisio Matos de; ESPINHEIRA, Carlos Geraldo D'Andrea (Gey) (In memoriam). A presença das bebidas alcoólicas e outras substâncias psicotrópicas na cultura brasileira. **O uso de substâncias psicoativas no Brasil: módulo 1**. 9. ed. SUPERA: Sistema para detecção do Uso abusivo e dependência de substâncias Psicoativas: Encaminhamento, intervenção breve, Reinserção social e Acompanhamento. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2016.
- AUGUSTO, Acácio. Juridicalização da Vida: Democracia e Participação. Anarquia e o que resta. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, n. 24, p. 21-38, 2012.
- AVRITZER Leonardo. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. *Opinião Pública*, Campinas, v. 8, n. 2, nov. 2012.
- BANDEIRA, Pedro. **Cavalgando o arco-íris**. São Paulo, Moderna, 1985.
- BARROS Letícia Maria Renault de; BARROS Maria Elizabeth Barros de. O Problema da análise em pesquisa cartográfica. **Fractal**, v. 25, n. 2, p. 373-390, maio/ago. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/fractal/v25n2/10.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2016.
- BARROS, Laura Pozzana; KASTRUP, Virginia. **Cartografar é acompanhar processos**. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virginia; ESCÓSSIA, Liliana (Orgs.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2010.
- BAUMKARTEN, Silvana; TATSCH, Dirce Terezinha. Drogadição na Infância e Adolescência: estratégias de resistência e criação. BONAMIGO, Irme Salete; TONDIN, Celso Francisco; BRUXEL, Karin. **As práticas da psicologia social com(o) movimentos de resistência e criação**. Porto Alegre: Abrapso Sul, 2008.
- BICALHO, Pedro Paulo; BARBOSA, Roberta Brasilino; MEZA, Ana Paula Santos. Juventude no fogo cruzado: o governo da vida e as políticas dicotômicas de segurança. In: GUARESCHI, Neuza; SCISLESKI, Andrea (Orgs.). **Juventude, Marginalidade social e Direitos Humanos: da Psicologia às Políticas Públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

BONAMIGO, Irme Salete et al. Violências, direitos humanos e segurança pública em debate. **Psicol. Ciência e Profissão**, v.31, n. 4, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v31n4/v31n4a10.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2015.

_____. Violências e processos contemporâneos de subjetivação. In: BONAMIGO, Irme Salete; TONDIN, Celso Francisco; BRUXEL, Karin. **As práticas da psicologia social com(o) movimentos de resistência e criação**. Porto Alegre: Abrapso Sul, 2008.

_____. Carta ao GT Tecnologias e Modos de Subjetivação. TAVARES, Gilead Marchezi; MORAES, Marcia; BERNARDES, Anita Guazzelli. (Org.). *Cartas para pensar: políticas de pesquisa em psicologia*. 1. ed. Vitória: EDUFES, 2014. 69-76.

_____. Noção de rede: ferramenta para a operacionalização do atendimento à criação e ao adolescente. **Acolhimento Familiar: 2º Seminário Catarinense**, 2007.

BRASIL. Lei Nº 8.069, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Brasília, 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm>. Acesso em: 29 nov. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social de Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, set. de 2004.

_____; _____. Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília DF, 2016. Disponível em: <http://conpas.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/8/2014/11/orientacoesTecnicas_MSE_MeioAberto.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2017.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo -SINASE/** Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília-DF: CONANDA, 2012. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/sedh/conanda>>. Acesso em: 10 maio 2015.

_____. Presidência da República. LEI Nº 12.852 **Estatuto do Jovem**. Casa Civil. Brasília, agosto de 2013. Disponível em: <<http://www.uje.com.br/estatutodajuventude/>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Lei nº 8.742, de dezembro de 1993**. Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS. Brasília 2012.

_____. LEI Nº 12.852. Presidência da República. Casa Civil. Brasília, agosto de 2013. Disponível em: <<http://www.uje.com.br/estatutodajuventude/>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional da Saúde. **Resolução CNS 466** de 12 de dezembro de 2012 - Pesquisas em Seres Humanos. Disponível em: <http://www.bioetica.org.br/legislacao/outras_diretrizes/integra.php#13?>. Acesso em: 14 jul. 2015.

_____. Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 10.216, de 6 de Abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília: Casa Civil, 2001.

_____. Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006**. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad, prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2006.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **A Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas**. 2. ed. rev. ampl. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

_____. Ministério da Saúde. **Portaria n.º 336/GM, de 19 de fevereiro de 2002**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em: <<http://www.maringa.pr.gov.br/cisam/portaria336.pdf>>. Acesso em: 26 dez. 2016.

_____. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **Drogas: Cartilha sobre maconha, cocaína e inalantes**. 2.ed. Brasília: SENAD, 2011.

BUGNON, Géraldine. Governar por meio da liberdade: Controle difuso e normalização das subjetividades na medida de liberdade assistida no Brasil. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Edição Especial n. 1 - 2015 - p. 205-234. Disponível em: <<http://revistadil.dominiotemporario.com/doc/DILEMAS-E1-Art8.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2016.

CANAL, Fabiana Davel; TAVARES Gilead Marchezi. Judicialização da vida e penas e medidas alternativas: composições, tensionamentos, problematizações. **Estud. psiqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, abr. 2014. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v14n1/v14n1a14.pdf>>. Acesso em: nov. 2016.

CARVALHO, Maria do carmo Brant. **Gestão Social e Trabalho Social**: desafios e percursos metodológicos. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

CARDOSO, Ângela Maria Rosas. Um olhar sobre o contexto familiar do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade. Dissertação. Universidade de Brasília, 2013. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14715/1/2013_AngelaMariaRosasCardoso.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2017.

CASTRO, Lucia Rabello de; VIEIRA, Isa Kaplan; LARA, Juliana Siqueira de; BELLO, Karima Oliva; SAVEGNAGO, Sabrina dal Ongaro. Análise da produção bibliográfica em livros sobre a infância e a juventude na América Latina. **Desidades**: Revista eletrônica de divulgação científica da infância e juventude, n. 9, a. 3, dez. 2015. Disponível em: <http://desidades.ufrj.br/featured_topic/analise-da-producao-bibliografica-em-livros-sobre-a-infancia-e-a-juventude-na-america-latina/4/>. Acesso em: 16 fev. 2016.

CIDADE X. **Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo**. Decreto Municipal nº 29.563, de 20 de agosto de 2014. Cidade X, 2015.

CID-10. Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10: Descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Porto Alegre: Artmed, 1995.

COIMBRA, Cecília.; BOCCO, F.; NASCIMENTO, M. Subvertendo o conceito de adolescência. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 57, n. 1, 2005.

_____; NASCIMENTO, M. L. do. Jovens pobres: o mito da periculosidade. Fraga, P. C. P.; Iulianelli, J. A. S. (Orgs). **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____; _____. Transvalorando os conceitos de juventude e Direitos Humanos. GUARESCHI, Neuza; SCISLESKI, Andrea (Orgs.). **Juventude, Marginalizade social e Direitos Humanos: da Psicologia às Políticas Públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

COMERLATTO, Dunia; COLLISELLI, Liane; KLEBA, Maria Elizabeth; MATIELLO, Alexandre; RENK, Elisônia Carin. Gestão de políticas públicas e intersectorialidade: diálogo e construções essenciais para os conselhos municipais. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 10, n. 2, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10n2/a15v10n2.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2015.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONANDA. **Resolução N.º 119, de 11 de dezembro de 2006**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e dá outras providências. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/download/resolucao_119_conanda_sinase.pdf>. Acesso em: 16 maio 2016.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de Psicólogos(os) em Programas de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto**. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop). Brasília: CFP, 2012.

COSTA, Cláudia Regina Brandão Sampaio Fernandes; ASSIS, Simone Gonçalves de. Fatores protetivos a adolescentes em conflito com a lei no contexto socioeducativo. **Psicologia & Sociedade**; 18 (3): p. 74-81; set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n3/a11v18n3.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

DAMASCENO, Marjori Zuchetto Trevisan. **A execução da medida socioeducativa de liberdade assistida no Programa de Liberdade Assistida Comunitária em Cidade X**. Monografia (Conclusão do curso de Direito). Universidade Comunitária Regional de Chapecó, 2006.

DELEUZE, Gilles. Duas questões. LANCETTI, Antonio. **Saúdeloucura**. Saúde em debate. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1991. Tradução Angela Maria Tijiwa. (Texto publicado originalmente “Deux question sur la drogue” Recherches, n. 39, Paris, 1979.).

DELEUZE, Gilles. **O mistério de Ariana**: cinco textos e uma entrevista de Gilles Deleuze. Lisboa: Vega, 1996.

_____. **Qu'est-ce qu'un dispositif?** In: Michel Foucault philosophe. Rencontre internationale. Paris 9, 10, 11 janvier 1988. Paris, Seuil. 1989. Tradução de Ruy de Souza, finalizada em março de 2001.

_____. Signos e Acontecimentos. In: ESCOBAR, Carlos H (org.). **Dossiê Deleuze**. Rio de Janeiro: Hólon editorial, 1991.

_____. **Proust e os signos**. Trad. Antonio Carlos Piquet e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____; GUATTARI, Félix. Introdução: Rizoma. DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia**. Editora 34, 1995. v. 1.

DIMENSTEIN, Magda; ZAMORA, Maria Helena; VILHENA, Junia de. Da vida dos jovens nas favelas cariocas: drogas, violência e confinamento. **Rev. Dep. Psicol.**, UFF, jan./jul. 2004.

FONSECA, Tania Mara Galli; NASCIMENTO, Maria Lívia do; MARASCHIN, Cleci. **Pesquisar na Diferença: Um Abecedário**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

FORMIGONI, Maria Lucia Oliveira; KESSLER, Félix; PECHANSKY, Flávio; BALDISSEROTTO, Carmen; ABRAHÃO, Karina Possa. Neurobiologia: mecanismos de reforço e recompensa e os efeitos biológicos comuns às drogas de abuso. **Efeitos de substâncias psicoativas**. Módulo 2., 9. ed., SUPERA. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. Coleção Ditos & Escritos IV.

_____. História da Sexualidade II. **O uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FRASSETO, Flávio Américo; COSTA, João Batista; CERQUEIRA, Ludmila. **Políticas Públicas e marco legal da Socioeducação no Brasil**. Escola Nacional de Socioeducação - ENS. Núcleo Básico, 2015.

FUCHS, Andréia Márcia Santiago L.; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi; MEZÊNCIO, Márcia de Souza. **Orientações Pedagógicas do Sinase**. Eixo IV, Curso Núcleo Básico, Escola Nacional de Socioeducação (ENS), 2015.

GARCIA, Leon; SANTANA, Patrícia; PIMENTEL, Pollyanna; KINOSHITA, Roberto Tykanori. A Política Nacional de Saúde Mental e a Organização da Rede de Atenção Psicossocial no Sistema Único de Saúde – SUS. **O uso de substâncias psicoativas no Brasil**. Módulo 1, 9 ed. SUPERA: Sistema para detecção do Uso abusivo e dependência de substâncias Psicoativas: Encaminhamento, intervenção breve, Reinserção social e Acompanhamento. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2016.

GALDURÓZ, José Carlos Fernandes; NOTO, Ana Regina; LOCATELLI, Danilo Polverini. Epidemiologia do uso de substâncias psicoativas no Brasil: peculiaridades regionais e populações específicas. **O uso de substâncias psicoativas no Brasil**. Módulo 1, 9 ed. SUPERA: Sistema para detecção do Uso abusivo e dependência de substâncias

Psicoativas: Encaminhamento, intervenção breve, Reinserção social e Acompanhamento. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2016.

GESSINGER, Humberto. Pose. Intérprete: GESSINGER, Humberto. In: Engenheiros do Hawaii. **Gessinger, Licks & Maltz**. Rio de Janeiro: BMG, 1992. 1 CD/LP, Faixa 6.

_____. Terra de Gigantes. Intérprete: GESSINGER, Humberto. In: Engenheiros do Hawaii. **A Revolta dos Dândis**. Rio de Janeiro: BMG, 1987. 1 CD/LP. Faixa 2.

GUATTARI, Félix. **Caosmose**: um novo paradigma estético. 1. ed. São Paulo: 34, 1992.

_____; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

KASTRUP Virgínia; PASSOS, Eduardo. Cartografar é traçar um plano comum. **Fractal**, Rev. Psicol., v. 25, n. 2, p. 263-280, maio/go. 2013. Disponível em: <<http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/Fractal/article/view/1109/870>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

KLEBA, Maria Elisabeth. Participação social, saúde e desenvolvimento local: fragmentos e possíveis costuras na gestão de políticas públicas. p. 165-185. LAJÚS, Maria Luiza de Souza; VARGAS, Myriam Aldana; BADALOTTI, Rosana Maria. **Dinâmicas regionais e políticas públicas**. Chapecó: Argos, 2014.

LATOUR, Bruno. **Como terminar uma tese de sociologia**: pequeno diálogo entre um aluno e seu professor (um tanto socrático). São Paulo: Cadernos de Campo, 2006.

_____. A dificuldade de ser um ANT: Interlúdio na forma de diálogo. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: EDUFBA-Edusc, 2012.

_____. Introdução: Como retomar a tarefa de descobrir associações. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: EDUFBA-Edusc, 2012.

_____. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. PARENTE, André (Org.). **Tramas da Rede**: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2013.

LAW, John. **Notas sobre a Teoria do Ator-Rede**: Ordenamento, Estratégia e Heterogeneidade. Trad. Fernando Manso. NECSO – Núcleo de Estudos de Ciência & Tecnologia e Sociedade, UFRJ, 1992. Disponível em: <<http://www.necso.ufrj.br/Trads/Notas%20sobre%20a%20teoria%20Ator-Rede.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

MAHEIRIE, Kátia. Identidade: o processo de exclusão/inclusão na ambiguidade dos movimentos sociais. ZANELLA, A. V. et al. (Org.). **Psicologia e práticas sociais**, Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em:

<<http://books.scielo.org/id/886qz/pdf/zanella-9788599662878-06.pdf>> Acesso em: 07 set. 2016.

_____. Processo de criação no fazer musical: uma objetivação da subjetividade, a partir dos trabalhos de Sartre e Vygotsky. **Psicologia em Estudo, Maringá**, v. 8, n. 2, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v8n2/v8n2a15.pdf>> Acesso em: 22 set. 2016.

MANSANO, Sonia Vargas. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. **Revista de Psicologia da UNESP**. 2009.

MANUAL PARA A ORGANIZAÇÃO DE GRUPOS INTERATIVOS. Grupo de Desenvolvimento Humano (GDH). FREITAS, Flávio Braga de; BARCALA, Rogério De Souza; METELSKI, fernanda karla (Orgs.). Secretaria de Saúde de Cidade X. Cidade X, 2015. (No Prelo).

MAY, Tim. Pesquisa documental: escavações e evidências. MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Trad Carlos Netto Soares. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MARQUES, Ana Cecília Petta Roselli; CRUZ, Marcelo S. O adolescente e o uso de drogas. **Rev. Bras. Psiquiatr**, v.22, p.32-36, 2000. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1516-44462000000600009>>. Acesso em: 22 dez. 2016.

MARTINS, Mayra Costa; PILLON, Sandra Cristina. A relação entre a iniciação do uso de drogas e o primeiro ato infracional entre os adolescentes em conflito com a lei. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 5, maio 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2008000500018>. Acesso em: 22 dez. 2016.

MERHY, Emerson. Anormais do desejo: Os novos não humanos? Os sinais que vêm da vida cotidiana e da rua. **Drogas e Cidadania: em debate**. Conselho Federal de Psicologia. Brasília, 2012.

MIRANDA, Luciana Lobo; MOURÃO, Lorrana Caliope Castelo Branco. Escrever COM: o que isso (re)significa? **Rev. Polis e Psique**, 2016. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpps/v6n1/n6a13.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

MURDOCH, J. **Weaving the seamless web: a consideration of network analysis and its potential application to the study of the rural economy**. University of Newcastle Upon Tyne. February, 1994.

NASCIMENTO, Mérly Luane Vargas. A Psicologia e as problemáticas relacionadas à violência e aos direitos humanos: o papel e o posicionamento do psicólogo. **R. Ci. Hum. Universidade Federal de Santa Catarina**, Florianópolis, v. 48, n. 2, 2014.

NASCIMENTO, Maria Lívia do; COIMBRA, Cecilia. Análise de implicações: desafiando nossas práticas de saber/poder. In: Geisler, A. R. R.; Abrahão, A. L. e Coimbra, C. (Org.). Subjetividade, violência e direitos humanos: produzindo novos dispositivos na formação em saúde. Niterói: EDUFF, 2008. Disponível em: <www.infanciajuventude.uerj.br/pdf/livia/analise.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2015.

NUNES E. P. F.; BUENO J. R.; NARDI A. E. **Psiquiatria e saúde mental**: conceitos clínicos e terapêuticos fundamentais. 1. ed. São Paulo: Atheneu, 2001.

OLIVEIRA, Marcia Cristina de. Direitos Humanos: uma nova cultura para a atuação em contextos de uso abusivo de drogas. **O uso de substâncias psicoativas no Brasil**: módulo 1, 9 ed. SUPERA: Sistema para detecção do Uso abusivo e dependência de substâncias Psicoativas: Encaminhamento, intervenção breve, Reinserção social e Acompanhamento. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2016.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948 Disponível em: <http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf> Acesso em 03 fev. 2016

PAIVA, Ilana Lemos de; OLIVEIRA, Isabel Fernandes de. Juventude, violência e Políticas sociais: Da criminalização à efetivação de Direitos Humanos. GUARESCHI, Neuza; SCISLESKI, Andrea (Orgs.). **Juventude, Marginalizade social e Direitos Humanos**: da Psicologia às Políticas Públicas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

PARENTE, André. Tramas da rede: enredando o pensamento da arte. **Cyber-Arte-Cultura**: A trama das Redes. Seminários Internacionais Museu do Vale. Ministério da Cultura e Fundação Vale. Vila Velha/ES, 2013. Disponível em: <http://www.seminariosmv.org.br/textos/Andre%20Parente.pdf>. Acesso em: 15 out. 2016.

_____. Enredando o pensamento: Redes de transformação e Subjetividade. PARENTE, André (Org.). **Tramas da Rede**: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2013.

PAULON, Simone Mainieri. A análise de implicação com ferramenta na pesquisa-intervenção. **Psicologia e Sociedade online**, [S.l.], v.17, n. 3., 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v17n3/a03v17n3.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2015.

PECHANSCKY Flávio; VON DIEMEN, Lisia; DE MICHELI, Denise; AMARAL, Michaela Bitarello. Fatores de risco e proteção em diferentes grupos de usuários: adolescentes, idosos, mulheres e indígenas. **O uso de substâncias psicoativas no Brasil**: módulo 1, 9 ed. SUPERA: Sistema para detecção do Uso abusivo e dependência de substâncias Psicoativas: Encaminhamento, intervenção breve, Reinserção social e Acompanhamento. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2016.

PEREIRA Karine Yanne de Lima; TEIXEIRA Solange Maria. Redes e Intersetorialidade nas políticas sociais: reflexões sobre sua concepção na política de assistência social. **Textos & Contextos**, Porto Alegre: PUC, v. 12, n. 1, p. 114-127, jan./jun.2013. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/12990/9619>. Acesso em: 15 fev. 2016.

PERES, Rodrigo Sanches; BORSONELLO, Elizabete Cristina; PERES, William Siqueira. A Esquizoanálise e a produção da subjetividade: Considerações práticas e teóricas. **Psicologia em Estudo**, DPI/CCH/UEM, v. 5 n. 1, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v5n1/v5n1a03.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2015.

PETUCO, Dênis Roberto da Silva. Entre Macro e Micropolíticas: o movimento social de redução de danos e o campo político reflexivo das drogas. Conselho Federal de Psicologia.

Seminário Nacional Subjetividade do Consumo de Álcool e outras Drogas e as Políticas Públicas Brasileiras. Brasília: CFP, 2010.

_____. A produção social do usuário de *Crack*: desconstruindo o monstro. Conselho Federal de Psicologia. **Drogas e Cidadania**: em debate. Brasília: CFP, 2012.

PIRES, Alexandre. **Participação social em organizações públicas.** Brasília: Ipea 2011.

Proposta de Emenda Constitucional Nº 171 (PEC 171/93). **Proposta de Emenda à Constituição - Câmara dos Deputados.** Brasília. 1993. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1309494>. Acesso em: 20 set. 2015.

RANIERI, Édio. **A invenção das Medidas Socioeducativas.** Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.

RICAS Janete; DONOSO, Miguir Terezinha Vieccelli; GRESTA, Mona Lisa Maria. A violência na infância como uma questão cultural. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n1/a19v15n1>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

RIZZINI, Irene; ZAMORA Maria Helena; KLEIN, Alejandro. **O adolescente em contexto.** Centro internacional de estudos e pesquisas sobre a infância (CIESPI). PucRio. 2008. Disponível em: <<http://www.ciespi.org.br/publicacoes/artigos?start=15>>. Acesso em: 16 mar. 2016.

ROCHA, Silvia Pimenta Velloso. “Seja Você Mesmo”: Mídia, Consumo e Subjetividade. **Revista Mal-estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. XI, n. 4, p. 1619-1638, dez. 2011. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/malestar/v11n4/13.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2015.

ROLNIK Suely. Toxicômanos de identidade. Subjetividade em tempo de globalização. LINS, Daniel (Org.). **Cultura e subjetividade.** Campinas: Papyrus, 1997.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. **A Cartografia e a Relação Pesquisa e Vida.** Psicologia & Sociedade. Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n2/v21n2a03.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2015.

_____. Os encontros e a relação familiar: uma leitura deleuziana. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 55, n. 1, 2003. Disponível em: <<http://www.psicologia.ufrj.br/abp/>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

_____.; MAGNANI, Nina Rosa. Nós e linhas: pesquisando a relação família-equipe. **Fractal**, Rev. Psicol., v. 24, n. 2, p. 287-306, maio/ago. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/fractal/v24n2/a06v24n2.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

ROSA, J. G. **Grande sertão**: veredas. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1986.

RUSSO, Renato. VILLA-LOBOS, Dado. Sereníssima. Intérprete: RUSSO, Renato. In: Legião Urbana. V. [S.l.]: EMI, 1991. 1 CD, Faixa 6.

SIBILIA, Paula. Do homo psico-lógico ao homo tecno-lógico: a crise da interioridade. **Semiosfera**, Rio de Janeiro, n.7, a. 3, 2004.

SCHEINVAR, Estela. A família como dispositivo de privatização do social. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 58, n. 1. 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1809-52672006000100006&lng=es>. Acesso em: 12 dez. 2016.

SPOSATO, Karyna Batista. Juventude: da indivisibilidade à redução da maioridade penal. VENTURI. (Org.) **Direitos humanos: percepções da opinião pública: análises de pesquisa nacional**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

SPOSATO, Karyna Batista; SILVA, Luciana Aboim Machado Gonçalves da. Considerações introdutórias sobre Conflito. **Escola Nacional de Socioeducação - ENS**. Curso Justiça e Práticas Restaurativas, Centro de Estudos Avançados de Governo e Administração Pública (CEAG), UNB, Brasília, 2016. Disponível em: <http://ens.sinase.sdh.gov.br/ens2/images/Biblioteca/modulos_dos_cursos/Justica_Praticas_Restaurativas/Eixo_01/EixoI-AbordagensInterdisciplinaresSobreResolucao_de_Conflitos.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2016.

TEDESCO, Silvia Helena; SADE, Christian; CALIMAN, Luciana Vieira. A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. **Fractal**, Rev. Psicol., v. 25, n. 2, p. 299-322, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922013000200006>. Acesso em: 16 jan. 2016.

VARGAS, Beatriz. Eliminação *versus* Redução. Conselho Federal de Psicologia. **Drogas e Cidadania: em debate**. Brasília: CFP, 2012.

VARGAS, Eduardo Viana. Uso de drogas: a alter-ação como evento. **Rev. Antropologia**, São Paulo: USP, v. 49, n. 2, p. 581-623, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012006000200003>. Acesso em: 27 dez. 2016.

VAVASSORI, Mariana Barreto; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Propostas de Redução da Maioridade Penal: a Juventude Brasileira no Fio da Navalha?. **Psicol. cienc. prof.**, v. 35, n. 4, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v35n4/1982-3703-pcp-35-4-1188.pdf>>. Acesso em: 07 jan. 2016.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência: Os Jovens do Brasil**. Brasília, 2014. Disponível em: <www.juventude.gov.br/juventudeviva>. Acesso em: 23 jul. 2015.

_____. **Mapa da Violência: Os Jovens do Brasil**. Rio de Janeiro: UNESCO, Instituto Ayrton Senna e Gramond, 1998.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Sistemas de Proteção Social, Intersetorialidade e Integração de Políticas Sociais**. Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social (Cpihts), Janeiro, 2010.

YUKA, Marcelo. O que sobrou do céu. Intérprete: FALCÃO, Marcelo. In: O Rappa. **Lado B Lado A**. Rio de Janeiro: Warner Music, 1999. 1 CD/LP, Faixa 4.

ZAMORA, Maria Helena. **Adolescentes em Conflito com a Lei**: Um breve exame da produção recente em Psicologia. 2008.

ZANELLA, Andréa Vieira et al. Relações estéticas, atividade criadora e constituição do sujeito: algumas reflexões sobre a formação de professores(as). **Cad. psicopedag.** [online], vol.6, n.10, Florianópolis SC, 2006. Disponível em:
<<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cap/v6n10/v6n10a02.pdf>> Acesso em: 23 set. 2016.

11 APÊNDICES

Apêndice I

TÓPICOS-GUIA PARA ENTREVISTA COM ADOLESCENTES/JOVENS EM MEDIDA DE LIBERDADE ASSISTIDA

1. Nome do adolescente/jovem²⁶: _____
2. Conte sobre a sua história, o que considerar importante _____

3. Como entende o(s) ato(s) que foram considerados infração em sua história de vida.

4. Antes da medida de LA, houve alguma outra situação que envolveu ação da Justiça em relação a você e/ou sua família? Se sim, conte o que foi e como foi? _____

5. Conte sobre o processo que gerou a medida de LA? _____

6. Qual a sua versão sobre os acontecimentos? _____

7. Quais foram as reações dos familiares/responsáveis diante da decisão judicial: _____

8. Como foram/estão sendo os contatos e envolvimento com o Serviço? _____

9. Fale sobre o que você pensa em relação as regras e encaminhamentos relacionados a medida _____

10. Há alguma diferença em sua vida com relação a antes e agora em medida? _____

11. Qual a percepção sobre o processo que está vivenciando em LA _____

12. Que atividades que já participou no decorrer da medida _____

13. O que seus familiares pensam sobre a Medida Socioeducativa _____

14. O que seus amigos pensam sobre a Medida Socioeducativa _____

²⁶ O nome do adolescente/jovem e dos pais constará apenas para identificação pela pesquisadora.

Apêndice II**TÓPICOS-GUIA PARA ENTREVISTA COM FAMILIARES DE ADOLESCENTES
EM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA**

1. Nome do responsável: _____
2. Idade: _____ Sexo: _____
3. Grau de escolarização _____
4. Bairro de residência: _____
5. Grau de parentesco do responsável em caso de não ser pai/mãe: _____
6. Número de membros que vivem na mesma casa: _____
7. Situação de trabalho/Renda: _____
8. Já eram atendidos pela assistência social? _____
9. A família recebe algum tipo de benefício social? _____
10. Conte sobre a história da família, o que considerar importante. _____

11. Como se sentem em relação à Medida Socioeducativa? _____

12. O que você acha que motiva os adolescentes a se envolverem em situações ilícitas _____

13. Antes da Medida de LA, houve alguma outra situação que envolveu ação da Justiça em relação a você e/ou sua família? Se sim, conte o que foi e como foi? _____

14. Conte sobre o processo que gerou a Medida de LA? _____

15. Como a família lida com o fato do filho cumprir Medida Socioeducativa _____

16. Quais os principais medos/receios em relação ao filho _____

17. Qual a principal dificuldade enfrentada no bairro onde vivem? _____
18. Com que apoio a família conta? _____
19. Quais são as principais dificuldades da família? _____

20. O que fazem para enfrentar tais dificuldades? _____

21. Como você vê o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa _____

22. Verifica alguma transformação/mudança na vida do filho e/ou da família com a determinação da Medida? _____
23. O que precisam os adolescentes que cumprem LA? _____

Apêndice III**TÓPICOS-GUIA PARA ENTREVISTA COM TRABALHADORES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

1. Nome: _____
2. Idade: _____
3. Formação: _____
4. Ano de conclusão da graduação: _____
5. Pós Graduação: _____
6. Tempo de atuação na política de Assistência Social: _____
7. Lugar que atua: _____
8. Função que exerce: _____
9. O que pensa sobre Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa (estruturação, organização) _____

10. Como percebe o trabalho realizado em relação aos adolescentes em medida de Liberdade Assistida (a atuação do Serviço, a execução solicitada pelo Poder Judiciário)? _____

11. Quais ações você considera que ainda poderiam ou deveriam ser realizadas em prol destes adolescentes: _____

12. Há vinculação com os Serviços da Rede? _____

13. Em sua opinião, que Serviços da Rede poderiam ou deveriam estar articulados para a garantia de direito básicos dos adolescentes em medida socioeducativa: _____

14. Em sua opinião, que mudanças uma medida socioeducativa pode proporcionar para o adolescente: _____

15. Como percebe as famílias dos adolescentes em medida de Liberdade Assistida: _____

Apêndice IV**TÓPICOS GUIA PARA ANÁLISE DAS PASTAS DOS ADOLESCENTES EM
MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA**

1. Nome do adolescente/jovem: _____
2. Data de nascimento: ____/____/____ Sexo: _____
3. Grau de escolarização _____ Frequentando: _____
4. Bairro de residência: _____
5. Grau de parentesco do responsável em caso de não ser pai/mãe: _____
6. Idade dos pais/responsáveis: _____
7. Situação de trabalho/renda dos pais/responsáveis: _____
8. Grau de escolarização dos pais/responsáveis: _____
9. Situações específicas na família: _____
10. Data do primeiro atendimento: ____/____/____
11. Data da finalização da Medida: ____/____/____
12. Reincidências: _____
13. Uso de drogas lícitas/ilícitas: _____ Periodicidade _____
14. Lazer/esporte/cultura: _____
15. Trabalho: _____
16. Internação Socioeducativa: _____ Período: _____
17. Ato infracional: _____
18. Motivos geradores do ato: _____
19. Intervenções dos profissionais com a família e com o adolescente _____

20. Descrição das intervenções realizadas: _____

21. Serviços da rede envolvidos/encaminhamentos: _____

22. Realização de visitas na família/buscas ativas: _____

23. Documentos pessoais ao findar a Medida: _____

Apêndice V

UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ – UNOCHAPECÓ
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS
Programa de Pós-Graduação Especialização *Stricto Sensu*
Mestrado Profissional em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA USO DE VOZ

Título: Adolescência e ato infracional: cartografia de processos de subjetivação com adolescentes em Medida de Liberdade Assistida.

Pesquisadora responsável: Cristiane Damedá.

Objetivo da pesquisa: Analisar processos de subjetivação de adolescentes implicados pela Medida de Liberdade Assistida.

Eu, _____ permito que o pesquisador relacionado acima obtenha gravação de voz de minha pessoa para fins de pesquisa científica/ educacional.

Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas a minha pessoa possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos. Porém, minha pessoa não deve ser identificada, tanto quanto possível, por nome ou qualquer outra forma.

As gravações ficarão sob a propriedade do grupo de pesquisadores pertinentes ao estudo e sob sua guarda.

Assinatura do Sujeito de Pesquisa:

Apêndice VI

UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ – UNOCHAPECÓ
 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS
 Programa de Pós-Graduação Especialização *Stricto Sensu*
 Mestrado Profissional em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine no final deste documento, que está em duas vias. Uma dela é sua e outra é do pesquisador.

Título: Adolescência e ato infracional: cartografia de processos de subjetivação com adolescentes em Medida de Liberdade Assistida.

Pesquisadora responsável: Cristiane Dameda.

Telefone para contato: (49) 8809-6171.

Orientadora: Irme Salete Bonamigo

Objetivo da pesquisa: Analisar processos de subjetivação de adolescentes implicados pela Medida de Liberdade Assistida.

A sua participação na pesquisa consiste em participar de entrevistas com o intuito de analisar políticas e processos de subjetivação de adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida.

Tal pesquisa será realizada pelo próprio pesquisador. Os procedimentos aplicados por esta pesquisa oferecem risco mínimo a sua integridade moral, física, mental ou efeitos colaterais, com o desconforto frente a algumas perguntas. As informações obtidas através da coleta de dados serão utilizadas para alcançar o objetivo acima proposto, e para a composição do relatório de pesquisa, resguardando sempre sua identidade. Caso não queira mais fazer parte da pesquisa, favor entrar em contato pelos telefones acima citados.

Este termo de consentimento livre e esclarecido é feito em duas vias, sendo que uma delas ficará em poder do pesquisador e outra com o sujeito participante da pesquisa. Você poderá retirar o seu consentimento a qualquer momento.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO DE PESQUISA

Eu, _____, RG _____, CPF _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos, bem como os benefícios decorrentes da minha participação. Foi me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento.

Local: _____ Data ____/____/____

Assinatura do entrevistado:

Apêndice VII

UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ – UNOCHAPECÓ
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS
Programa de Pós-Graduação Especialização *Stricto Sensu*
Mestrado Profissional em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PAIS/RESPONSÁVEIS

O/A adolescente está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de autorizar a fazer parte do estudo, assinie no final deste documento, que está em duas vias. Uma dela é sua e outra é do pesquisador.

Título: Adolescência e ato infracional: cartografia de processos de subjetivação com adolescentes em Medida de Liberdade Assistida.

Pesquisadora responsável: Cristiane Damedá.

Telefone para contato: (49) 8809-6171.

Orientadora: Irme Salete Bonamigo.

Objetivo da pesquisa: Analisar processos de subjetivação de adolescentes implicados pela medida de Liberdade Assistida.

A sua contribuição para a pesquisa consiste em autorizar a participação do/a adolescente de uma entrevista que será realizada pela própria pesquisadora, além de observações e conversas informais. Os procedimentos aplicados por esta pesquisa oferecem risco mínimo a integridade moral, física, mental ou efeitos colaterais ao seu/sua filho/a como o desconforto frente ao ato de ser entrevistado. As informações obtidas através da coleta de dados serão utilizadas para alcançar o objetivo acima proposto, e para a composição do relatório de pesquisa, resguardando sempre sua identidade. Caso seu/sua filho/a não queira mais fazer parte da pesquisa, favor entrar em contato pelo telefone acima citado.

Este termo de consentimento livre e esclarecido é feito em duas vias, sendo que uma delas ficará em poder do pesquisador e outra com o sujeito participante da pesquisa. Você poderá retirar o seu consentimento a qualquer momento.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO DE PESQUISA

Eu, _____, RG _____, CPF _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos, bem como os benefícios decorrentes da minha participação. Foi me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento.

Local: _____ Data ____/____/____

Assinatura do entrevistado:

Apêndice VIII

UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ – UNOCHAPECÓ
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS
Programa de Pós-Graduação Especialização *Stricto Sensu*
Mestrado Profissional em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais

TERMO DE COMPROMISSO PARA USO DE DADOS EM ARQUIVO

Título da Pesquisa: Adolescência e ato infracional: cartografia de processos de subjetivação com adolescentes em Medida de Liberdade Assistida.

Pesquisadora responsável: Cristiane Damedá.

Telefone para contato: (49) 8809-6171.

Orientadora: Irme Salete Bonamigo.

Instituição: Secretaria de Assistência Social de Cidade X.

A pesquisadora do projeto acima identificado assume o compromisso de:

- Preservar a privacidade das famílias e adolescentes em Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida, cujos dados serão coletados;
- Assegurar que as informações serão utilizadas única e exclusivamente para a execução do projeto em questão;
- Assegurar que as informações somente serão divulgadas de forma anônima, não sendo usadas iniciais ou quaisquer outras indicações que possam identificar o sujeito da pesquisa.

Ciência do responsável da instituição (assinatura e carimbo)

Assinatura do pesquisador responsável:

_____ de _____ de 2016.

Apêndice IX

MAPA DOS ATORES DA REDE FORMALIZADA DE SERVIÇOS

